

Moacyr de Góes

DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM
SE APRENDE A LER

(1961-1964)

Uma Escola Democrática

EDUCAÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO

3

De Pé no Chão
Também se Aprende a Ler (1961-64)

Uma escola democrática

Coleção

EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

Volume 3

Direção de

VANILDA P. PAIVA

Conselho Consultivo

CARLOS ALBERTO

JAMIL CURY

GUIOMAR NAMO DE MELO

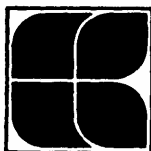
MAURICIO TRAGTENBERG

VALDEMAR SGUISSARDI

Moacyr de Góes

**De Pé no Chão
Também se Aprende a Ler
(1961-64)**

Uma escola democrática



**civilização
brasileira**

Diagramação:**ANA MARIA SILVA DE ARAÚJO****Revisão:****UMBERTO F. PINTO
MÁRIO ÉLBER DOS S. SANTOS
CRISTINA M. PAES DA CUNHA****Direitos desta edição reservados à
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.
Rua Muniz Barreto, 91/93
Rio de Janeiro – RJ****1980**

**Impresso no Brasil
*Printed in Brazil***

**Em memória de:
Djalma Maranhão
Luiz Ignácio Maranhão Filho
Luiz Gonzaga dos Santos**

**Aos pobres – que tentaram construir a sua
escola na Cidade do Natal, Rio Grande do Norte,
de 1961 a 1964**

Para Conceição – mulher e companheira

SUMÁRIO

Introdução 9

Agradecimentos 10

I. Natal, RN – O Quadro Político em Dois Tempos 11

1. Do “caféismo” ao golpe de Estado de 1964 11

1.1 O “caféismo” e Djalma Maranhão 12

1.2 A cidade na virada da década 17

1.3 A política no começo dos anos 60 18

2. Quando um Governo faz da educação a meta número um 22

2.1 As eleições de 1960 e o nascimento de De Pé no Chão 26

2.2 De Pé no Chão: uma frente de cristãos e marxistas 31

II. Os Movimentos de Alfabetização, Educação Popular e Cultura Popular nos anos 60 36

1. As posições do Governo, do PCB e da Igreja 36

2. Cultura Popular e Paulo Freire 39

2.1 O Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (MCP) 39

2.2 O Sistema Paulo Freire 41

2.3 O Movimento de Educação de Base (MEB) 43

2.4 O Centro Popular de Cultura (CPCs da UNE e de Natal) 44

2.5 Fundação da Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR) 46

3. O fundo do quadro de outubro de 1961 a abril de 1964 47

III. A Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler 53

1. A história fatural 53

1.1 De Pé no Chão em oito fases 54

1.2 A engenharia escolar, ou, como diria Brecht: o que mantém viva De Pé no Chão 60

1.3 Uma política cultural globalizante	73
2. A história interpretativa: o caráter inovador	81
2.1 Escola não é prédio escolar	81
2.2 A escola que começa pela práxis	83
2.3 O partido arquitetônico do Acampamento Escolar	96
2.4 O corpo discente	97
2.5 Educação e Trabalho	97
2.6 As professorinhas	98
2.7 Círculos de Pais e Professores: um depoimento	99
2.8 Pierre Furter: “em Natal uma nova mentalidade”	103
3. A história interpretativa: discussão de documentos	105
3.1 O primeiro Relatório de Orientação Pedagógica	106
3.2 As “Unidades de Trabalho”	107
3.3 Relatórios de pesquisas	108
3.4 Outros papéis legais	110
3.5 Cartilha de alfabetização de adultos: o livro de uma escola democrática	113
3.6 Última proposta ideológica	118
3.7 Conclusões	119
4. A repressão de 1964	120
4.1 “ – Prendam o mimeógrafo”	123
4.2 Uma interpretação de 1964	124
4.3 Caça às bruxas	126
IV. Uma visão retrospectiva 15 anos depois	128
1. Quadro-síntese da Campanha De Pé no Chão	130
2. O processo político-ideológico: da reprodução do sistema à proposta do socialismo	132
Apêndice	135
1. Estatísticas	135
2. Primeiro Relatório da Orientação Técnico-Pedagógica	143
3. Relatórios da pesquisa domiciliar do Grupo de Trabalho de educação popular	154
4. “Unidade de Trabalho” aplicada pela Orientação técnico-pedagógica	163

INTRODUÇÃO

Este livro pretende discutir a experiência educacional do movimento de cultura popular *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, vivida em Natal, Rio Grande do Norte, de fevereiro de 1961 a abril de 1964.

Parto do princípio de que todo livro busca responder a uma pergunta importante – importância avaliada, evidentemente, pela ótica do autor.

A minha pergunta pode ser desdobrada em duas:

1 – Que fazer quando, no curso de um processo histórico, os fatos são narrados e interpretados de forma deliberadamente truncada?

2 – Que fazer quando, por um longo período desde 1964, só se conhece uma versão oficial desses fatos – e essa versão é marcadamente passional?

A minha resposta é que a sociedade, neste caso, deve reivindicar a tarefa de restabelecer a verdade histórica ou, pelo menos, conhecer e discutir uma interpretação alternativa.

A proposta do livro está de acordo com essa resposta.

Por outro lado, também é dever de justiça resgatar para a História fatos importantes da vida de um povo e neles dar voz aos mortos: aqueles que tiveram participação ativa nesses fatos e que, por isso mesmo, foram silenciados. Cito e homenageio: o Prefeito Djalma Maranhão (morto no exílio no Uruguai), o Vice-Prefeito Luiz Gonzaga dos Santos (morto num cárcere no Recife), o Professor e ex-Deputado Luís Ignácio Maranhão Filho, membro do Comitê Central do PCB e irmão do Prefeito Djalma Maranhão (dado como “desaparecido” desde 1974).

No memento dos vivos, rezo por todos aqueles que tiveram suas vidas destroçadas pelo crime de participarem de movimentos de cultura popular no Brasil e particularmente em Natal.

Por tais razões, este é um livro político, engajado, mas que procura com todo o rigor ser fiel à verdade. Quase 200 notas de referência, incluídas no final do volume, apóiam e amparam essa intenção.

Longe de ressentimentos, isento de veleidades literárias, o livro pretende contar uma história. Aliás, uma bela história, tendo como cenário uma pequena cidade do Nordeste brasileiro. Como personagens, pessoas idealistas e pessoas pobres em torno da idéia de construir escolas pobres.

A história termina nos primeiros dias de abril de 1964.

Com final nada feliz.

M.G.

Rio de Janeiro, janeiro de 1980.

AGRADECIMENTOS

Muitos são os agradecimentos a fazer, pois muitos foram os amigos que me ajudaram.

Ao Dr. Jessé Pinto Freire agradeço a oportunidade de elaboração deste livro. O agradecimento é extensivo ao Dr. Mauricio de Magalhães Carvalho, Diretor-Geral do Senac.

Agradeço aos companheiros que pacientemente leram e corrigiram os originais: Nei Leandro de Castro, Moacy Cirne, Geniberto Paiva Campos, Maria Conceição Pinto de Góes e Danilo Bessa.

Agradeço aos colegas que por longas horas gravaram os seus depoimentos, resgatando pela memória documentos destruídos e ajudando dessa forma a reconstruir dados históricos: Ornar Fernandes Pimenta, Margarida de Jesus Cortez, Mailde Ferreira de Almeida (hoje, Mailde Ferreira Pinto Galvão), José Fernandes Machado, Josemá Azevedo, Geniberto Paiva Campos, Helio Xavier de Vasconcelos, Maria Conceição Pinto de Góes, Ivis Bezerra, Marcos Guerra e Juliano Siqueira.

Agradeço a José Willington Germano (que no momento prepara uma tese de mestrado sobre De Pé no Chão) o acesso ao seu arquivo e as trocas de idéias a respeito dos movimentos de cultura popular dos anos 60. Este agradecimento é extensivo, pelos mesmos motivos, a Osmar Fávero e Paulo Rosas.

Agradeço a Gil Soares as informações sobre João Café Filho, suas atividades e idéias políticas – conhecidas no meu Estado como “caféismo”.

Agradeço a Bernadete Ribeiro Dantas, José Fernandes Machado, Dilma Siqueira, Roberto Furtado e Clívia Marinho Lopes as pesquisas em documentos e jornais da época.

Com esses amigos divido os acertos deste livro. As opiniões e os erros são de minha exclusiva responsabilidade.

I. NATAL, RN – O QUADRO POLÍTICO EM DOIS TEMPOS

1. DO “CAFEÍSMO” AO GOLPE DE ESTADO DE 1964

O auto-exílio de 15 anos do Rio Grande do Norte, penoso porque vivido dentro do Brasil, recria para mim a História em três dimensões: espacial, temporal e afetiva. Então, a imagem de Natal emerge em mim como a lembrança de Macondo para Gabriel Garcia Marquez em *Cem anos de solidão*:

O mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome e para mencioná-las era preciso apontar com o dedo.

É possível que toda participação no poder tenha o sabor da descoberta evidentemente para quem traz a vocação da coisa pública. O que não tenho dúvida, todavia, é que os horizontes são mais largos na descoberta de “mundos recentes”, quando vistos a partir de um Governo comprometido com as classes subalternas, numa área geográfica onde a história sempre registrou a hegemonia das oligarquias. Aí, realmente, “muitas coisas carecem de nome”. E você, que “tem apenas duas mãos e o sentimento do mundo”, como dizem Drummond e Arraes, precisa de muita humildade e vocação política para, junto com o povo, ir a “apontar com o dedo” as coisas ainda sem nome; ou recriar com o povo as coisas criadas pela e para a oligarquia; transformar o mundo, transformar Macondo, transformar Natal...

Particpei de dois governos do Prefeito Djalma Maranhão (1956 a 1959 e 1960 a 1964) como Chefe de Gabinete e como Secretário de Educação, respectivamente. Em ambos os momentos, a postura política do Governo Municipal do Natal foi a de denúncia permanente ao imperialismo e ao latifúndio e a pregação de um poder nacionalista, democrata e popular, o que lhe valeu ser chamado de “Prefeito do Subúrbio” pela oligarquia local – anátema transformado em plataforma política, em termos objetivos de sua administração.

Deposto, preso nos cárceres de Natal, ilha de Fernando Noronha e Recife, condenado pela 7ª Auditoria do Exército, Djalma Maranhão morreu só, no exílio do Uruguai; em 1971. Arrancado da Prefeitura de Natal a 02 de abril de 1964, sem ter tido tempo de fechar as gavetas, inquéritos e mais inquéritos só serviram para demonstrar sua lisura e honestidade na aplicação dos dinheiros públicos.

Os tempos, todavia, eram de macartismo e caça às bruxas: as acusações de subversão e comunismo não escondiam o braço armado do imperialismo, do latifúndio, da oligarquia, do obscurantismo, da insegurança da classe média e de políticos inescrupulosos aproveitadores da nova situação criada. Instala-se o irracionalismo. A principal acusação à administração municipal é a alfabetização do povo: a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

A intolerância política, fruto da divergência ideológica, não foi inaugurada no Rio Grande do Norte, em 1964. Ela é subjacente à própria vida política do Estado, mas cresce, modernamente, a partir de 1935.

Após 1947, para citar apenas um exemplo muito conhecido, em pleno período das

garantias constitucionais da Carta de 1946, o Dr. Vulpiano Cavalcanti, por ser comunista, esteve preso em Fortaleza, Recife, Areia Branca e Natal, sendo torturado, em 1952, nos cárceres da Base Aérea de Natal: “Davam-me tanto, que usavam luvas, e só paravam quando eu desmaiava”. Na época, o Dr. Vulpiano Cavalcanti foi torturado com clister de pimenta¹.

No Nordeste, essa violência é um segmento da violência política geral – segmento exacerbado, certamente, pela impunidade.

De bengaladas no Café Cova da Onça e tiroteios na Avenida Tavares de Lira, no bairro da Ribeira, em Natal, ao atentado de tocaia e ou assassinato à luz do sol, no interior do Estado, padeceram cafeistas, maristas e zé-augustistas (partidários de Café Filho, de Mário Camara e de José Augusto Bezerra de Medeiros); péla-buchos e perrés (liberais e governistas anteriores a 1930, contrários à revolução de Vargas); aliancistas e integralistas; pessedistas; udenistas, petebistas e comunistas.

1.1. O “caféismo” e Djalma Maranhão

No início do Estado Novo, com pouco mais de 20 anos de idade, regressa a Natal Djalma Maranhão, depois de uma estada no Sul do país². Sua preocupação inicial é a edição e circulação de um jornal esportivo e, depois, a criação de um clube de futebol – o Atlético. Pouco a pouco se vai fixando na profissão que o definirá: jornalista.

A vida política, todavia, é tumultuada. Em 1946, com o Partido Comunista na legalidade, Djalma Maranhão rompe com os seus quadros, depois de uma militância de 16 anos. Publica na imprensa³ uma carta apaixonada na qual reitera a sua posição socialista, mas denuncia, como “aventureira”, a liderança comunista local⁴.

Djalma Maranhão é expulso sem que lhe seja permitido o “direito de defesa, numa grosseira violação do artigo 17 dos Estatutos do PCB” – como afirma na “Carta Aberta ao Povo e ao Proletariado do Rio Grande do Norte”⁵.

Gestões para anular o ato de expulsão parecem ter sido infrutíferas⁶, pois ele não regressará mais ao PCB.

O caminho natural para Djalma Maranhão será a militância no caféismo. Aqui estão agrupadas as forças progressistas do Rio Grande do Norte, sob a bandeira de luta contra o Estado Novo e o fascismo. Seu espaço político está assegurado, até mesmo

¹*Tribuna do Norte*. Natal, 23.6.1979. Na entrevista, o Dr. Vulpiano Cavalcanti revela os nomes dos torturadores: Major Hipólito da Costa e Tenente Carlos Alberto da Câmara.

²Cândido Filho, José. Depoimento prestado ao Autor em setembro de 1979, no Rio de Janeiro.

³*A República*, Natal, 24.4.1946.

⁴*Ibidem*. Na carta aberta ao povo e ao proletariado do Rio Grande do Norte, entre outras coisas, diz Djalma Maranhão: “...andei pelos presídios políticos e pelos campos de concentração, martirizado pelos esbirros de Felinto Müller e de Getúlio Vargas (...). Hoje, como há 16 anos atrás, continuo o mesmo. Depois de uma completa e serena autocrítica continuo a crer na vitória do socialismo, convicto de que somente a dialética marxista-leninista libertará as massas da opressão e da fome através da socialização dos meios de produção e da entrega das terras aos camponeses”.

⁵*Ibidem*.

⁶*Diário de Natal*. 8.6.1964.

porque o seu sogro, Dr. Augusto de Souza, é um cafeísta histórico.

O fenômeno típico das lutas das camadas médias urbanas contra as oligarquias da República Velha, no, Rio Grande do Norte, se chama “cafeísmo”. Café Filho e Kerginaldo Cavalcanti são os seus principais líderes.

Numa fase anterior, essa tendência já se manifestara através de José da Penha, na época da “política das salvaçãoes” do Presidente Hermes da Fonseca. A literatura de cordel fixou o fenômeno em 1913, nos versos de Francisco das Chagas Batista (*in A salvação do Rio Grande do Norte*):

Capitão José da Penha
Prometeu que salvaria
O Rio Grande do Norte
Do jugo da oligarquia,
Que domina aquele Estado
Com audácia e ousadia⁷.

O livro *Vertentes*, de João Maria Furtado⁸, estuda o fenômeno cafeísta – sua contribuição tem o peso da autoridade de quem viveu e sofreu a época, e confirma as palavras de Café Filho quando diz:

“De muito advogar as causas dos pobres, aderi ao drama deles e tomei a frente de suas reivindicações, nos sindicatos e nas ruas. Nasci, assim, politicamente, nas Rocas, cercado pela polícia numa colônia de pescadores”⁹.

A oligarquia é tão forte que de 1919 a 1930 não há uma oposição organizada no Rio Grande do Norte: os candidatos da Aliança Liberal: Getúlio Vargas e João Pessoa, conseguem em Natal apenas 10 votos, mais de 80 em Mossoró e um ou outro em algum município, nas famosas atas eleitorais das eleições a “bico de pena”¹⁰.

Assim, não é de estranhar que Café Filho – que liderou greves de estivadores e de pescadores (1923) e fundara o primeiro sindicato operário em Natal – tenha de se evadir da polícia do Governador Juvenal Lamartine em 1928. Desse ano até 1930, somente duas caravanas oposicionistas conseguiram promover comícios em paz em Natal. O episódio mais grave foi o tiroteio que marcou a passagem de Batista Luzardo pela capital do Estado, com um saldo de três mortos e vários feridos.

Na madrugada de 04 de outubro de 1930, Café Filho parte da capital paraibana para tentar o levante em Natal. No depoimento do Dr. Gil Soares, Café Filho, “chegado à estação de Cajupiranga, enviou emissário a Dias Guimarães, que o aconselhou a aguardar primeiro a chegada do 29º BC, o qual já se revoltara em Santa Luzia do Sabugi (Paraíba), pois as autoridades estaduais ainda não haviam abandonado Natal e os revolucionários natalenses não dispunham de organização, armas e munições para sublevarem a cidade. A

⁷ Brasil, Ministério da Educação e Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa. *Francisco das Chagas Batista*. Rio de Janeiro, MEC, 1977. 280. p. (Literatura Popular em verso - Antologia, tomo IV.)

⁸ Furtado, João Maria. *Vertentes*. Rio de Janeiro, Gráf. Olímpica ed. 1976.

⁹ Café Filho, João. *Do sindicato ao Catete*. Rio de Janeiro, Liv. José Olímpio, 1966.

¹⁰ Soares, Gil. Depoimento prestado ao Autor em setembro de 1979, no Rio de Janeiro. O Dr. Gil Soares foi deputado pela Aliança Social (Café Filho-Mário Câmara) e ocupou postos de maior relevo no Rio Grande do Norte.

própria farmácia dele, Guimarães, já se achava sob vigilância de um oficial da Polícia Militar”¹¹.

Dois dias depois, quando Café Filho chega a Natal, o poder, já fugira das suas mãos para uma junta militar e o máximo que o “tenente civil” do Rio Grande do Norte consegue é evitar a posse do Desembargador Silvino Bezerra, irmão do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, na chefia do Governo¹².

De outubro de 1930 até a plena e mais duradoura reconstitucionalização do Estado, em 1947, excetuando o governo gerado pelas eleições indiretas de 1935, pelo Executivo do Rio Grande do Norte passaram 11 interventorias e uma junta militar¹³. A instabilidade, própria do período, terá se agravado no Rio Grande do Norte pelo fato de ter sido marginalizada do poder a liderança local que se identificava com o pensamento tenentista: João Café Filho¹⁴.

Três partidos balizam, então, as principais divisões no campo político: o Partido Popular, de José Augusto, cuja força principal residia no pensamento pré-1930; o Partido Social Nacionalista, de Café Filho, sintonizado com as propostas tenentistas, a nível local; o Partido Social Democrático, de Mário Câmara, interpretando os interesses do Governo federal. Maristas e cafeistas agrupam-se na “Aliança Social”, fazem uma bancada de 11 deputados¹⁵, que será insuficiente para deter a vitória do Partido Popular, o qual elegerá, pela Assembléia Legislativa, em pleito indireto, o Governador Rafael Fernandes.

Sobre esses quadros locais, desenha-se, então, o posicionamento nacional da Ação Integralista Brasileira e da Aliança Nacional Libertadora; o levante antifascista de tendência comunista de 1935, que empolga o poder por quatro dias, constituindo o Governo Popular Revolucionário; a repressão que atinge não somente os aliancistas, mas a oposição ao governo do Partido Popular, isto é, maristas e cafeistas. Os 11 deputados da Aliança Social resistem ao estado de sitio e ao estado de guerra, sem deserções, até o fechamento da Assembléia em 1937, apesar da tentativa das forças de repressão em envolver três deles no levante de 35¹⁶, e de Café Filho ter-se exilado na Argentina.

A redemocratização de 1945 traz em seu bojo a obrigatoriedade de partidos

¹¹ *Ibidem*.

¹² Furtado, *op. cit.*, nota 8. A versão de Soares é que o Desembargador Silvino Bezerra recusou o posto.

¹³ Junta militar (06 a 12.10.30); Jofily (12.10.30 a 28.01.31); Moura (28.01 a 31.07.31); Cascardo (11.07.31 a 05.02.32); Bertino Dutra (11.06.32 a 08.06.33); Câmara (02.08.33 a 27.10.35); Fernandes (10.11.37 a 02.07.43); Dantas (03.07.43 a 15.08.45); Avelino (15.08.45 a 07.11.45); Fagundes (07.11.45 a 13.02.46); Bezerra (13.02.46 a 15.01.47); Lima (15.01 a 31.07.47).

¹⁴ Nos quadros revolucionários de 1930 existia uma ala anticafeista, identificada no depoimento de Soares: o capitão do Exército Sandoval Cavalcanti; o advogado Bruno Pereira; o fiscal de consumo Augusto Bacuráu (cunhado de Juarez Távora); os médicos Luis Antônio, José Tavares e Mariano Coelho; os jornalistas Fontes Galvão e Pedro Moura de Vasconcelos; o farmacêutico Ornar Lopes Cardoso; o fazendeiro Joaquim Freire; o dentista Nizário Gurgel; o funcionário federal Mário Cavalcanti de Melo; o acadêmico de direito Jorge Calafange; o contabilista Carlos Manuel Ribeiro Dantas, etc.

¹⁵ A bancada da Aliança Social era constituída dos seguintes deputados estaduais: Abelardo Calafange, Amâncio Leite, Benedito Saldanha, Gil Soares, José Lopes Varela, Maltez Fernandes, Raimundo Macedo e Sandoval Wanderley (pelo PSN) e Cincinato Chaves, Djalma Marinho e Felipe Guerra (pelo PSD). Café Filho se elege, então, deputado federal.

¹⁶ O suplente, em exercício, do juiz federal decretou a prisão preventiva contra os deputados Amâncio Leite e Benedito Saldanha e pediu licença à Assembléia para processar Raimundo Macedo. Por falta de elementos nos autos, o Tribunal de Segurança os excluiu da denúncia, O mesmo ocorrera com o juiz do Município de Baixa Verde, Dr. João Maria Furtado.

nacionais e, então, verifica-se que, no Rio Grande do Norte, a UDN e o PSD têm a mesma matriz: o velho Partido Popular de José Augusto.

A Interventoria está nas mãos do General da Reserva Antônio Fernandes Dantas, que havia comandado a Polícia de Lamartine antes de 1930. Apesar disso, a UDN – primogênito do Partido Popular – vai para a oposição com José Augusto e Dinarte Mariz. A Interventoria organiza o PSD com a força econômica mais importante do Estado, entregando a liderança a João Severiano da Câmara, que “mantinha oito descarçadores de algodão em pleno funcionamento e possui a vinte e nove propriedades agrícolas integralmente aproveitadas, tanto assim que os comunistas, já na legalidade, o apontavam como ‘industrial progressista’, segundo a moda na época” – como lembra Gil Soares... Também no tabuleiro político marca-se a presença do cafeísmo, agora sob a roupagem nacional da legenda do Partido Social Progressista.

Como se deu a confluência do cafeísmo com o ademarismo?
É o próprio Café Filho que conta em seu livro de memórias¹⁷.

Não *aderi* ao PSP. Fui seu fundador. Ele nasceu na minha casa, em uma reunião a que estiveram presentes, entre outros, Adhemar de Barros, Reginaldo Fernandes, Abel Chermont, Hélio Walcacer, Sérgio e Abelardo Marinho.

Estabelecemos, naquele encontro, que os núcleos estaduais manteriam orientação política própria. Dessa forma atendemos às exigências da legislação eleitoral e eu continuei, no Rio Grande do Norte, com absoluta autonomia política (...). Partido Social Progressista fora a legenda que eu fundara no Rio Grande do Norte.

Nas eleições de 02 de dezembro de 1945, a legenda a do PRP – Partido Republicano Progressista –, por insistência de Adhemar, alegando, na informação de Café Filho, “que poderia atrair, pela identidade fonética (PRP), os angicos partidários e eleitores do Partido Republicano Paulista, os ‘perrepistas’ de antes de 1930” (*sic*).

Fracassando a “tática” (Adhemar elegeu apenas um deputado em São Paulo), prevaleceu o ponto de vista de Café Filho, e a legenda foi rebatizada de Partido Social Progressista. É evidente que, nacionalmente, em face da correlação de forças entre São Paulo e Rio Grande do Norte, a cada pleito que se realizava, a legenda do PSP seria cada vez mais identifica da como *ademarista*.

Como terceira força, no Rio Grande do Norte, o cafeísmo vai desempenhar a função de fiel de balança: em 1947 alia-se à UDN e perde as eleições para o pessedista José Varela¹⁸, que se elege governador; soma-se ao PSD em 1951 e ganha o pleito com Dix-

¹⁷ Café Filho, *op. cit.*, nota 9.

¹⁸ As eleições ocorrem em 19 de janeiro de 1947, mas José Varela só vai tomar posse em 1º de agosto, depois de uma longa “batalha judiciária”. Entendeu o TRE – o que mais tarde foi negado pelo Tribunal Superior Eleitoral – que ocorreria coação, principalmente, nas zonas eleitorais de Nova Cruz, Baixa Verde, São Miguel, Santa Cruz e outras. Anuladas essas votações, a candidatura das Oposições Coligadas UDN-PSP (Floriano Cavalcanti) foi proclamada vitoriosa. O TSE, anulando a decisão do TRE, consagrou a vitória do PSD.

A essa altura juiz no TRE, votava o Dr. João Maria Furtado “pelo reconhecimento da coação, entendendo que neste Estado (...) o próprio Tribunal Regional Eleitoral sofreu a maior de todas as coações quando o interventor federal e comandante do Destacamento Misto de Natal (General Orestes da Rocha Lima), mediante ofício, se negou, expressamente praticando o crime de responsabilidade –, a cumprir uma decisão sua e negou também tanto a força federal quanto a estadual, requisitada para seu cumprimento”. No acórdão do recurso 176 (Zona Eleitoral de Nova Cruz), votando pelo reconhecimento da coação, o juiz invocava, “para corroborar a convicção”, a grande abstenção eleitoral: “como preparação intencional da intimidação geral do eleitorado neste Estado (...) a abstenção subiu a cerca de 30% e, em alguns

Sept Rosado Maia, do Partido Republicano. Café Filho, na mesma eleição, chega à Vice-Presidência da República, na chapa de Vargas, apesar das dificuldades históricas de convivência com o getulismo do Estado Novo e da campanha intolerante da Liga Eleitoral Católica.

Para os limites de Macondo, o poder de Café Filho é, então, incontrastável. Já não é de bom-tom, no ambiente social, lembrar o político misturado com operários, greves, pescadores e sindicatos. Agora, Café era o Vice-Presidente da República! A oligarquia, pressurosamente, cooptava o antigo político rebelde:

– O passado é passado. Ah, os pecadilhos da juventude! Os quadros políticos potiguares estão agora marcados pela acomodação. O jovem Governador Sílvio Pedroza (que sucede a Dix-Sept Rosado Maia, morto num desastre aéreo após quatro meses de mandato, em julho de 1951) é um “*gentleman*, viajado, falando inglês, espírito versátil e acomodaticioso”¹⁹. A conciliação se faz.

Em 1954, Café Filho já Presidente da República, PSD e UDN vêm se refugiar sob suas asas: Georgino Avelino e Dinarte Mariz se elegem para o Senado mim acordo que tem como fiadores e beneficiados dois suplentes cafeístas. Todos querem se aquecer ao calor do novo sol...²⁰

Agora, Café Filho na Presidência da República, o cafeísmo, paradoxalmente, está órfão. A conciliação política castrara o cafeísmo no que ele tinha de mais autêntico: a rebeldia, a insubordinação, o não-conformismo diante da miséria econômica do Nordeste e do poder político de suas oligarquias. São momentos de perplexidade e de ressentimento os então vividos pelos cafeístas históricos.

Mas, como em política não existe o vácuo, o antigo discurso cafeísta é retomado por Djalma Maranhão, candidato a deputado estadual pelo PSP, em 1954²¹. Esse novo discurso cafeísta chega atualizado. A participação política de Djalma Maranhão vai contribuir para marcar essa tendência cafeísta (coexistindo com outras correntes dentro do PSP) com uma postura contra o imperialismo e contra o latifúndio, por um poder nacionalista, democrata e popular.

É um discurso que o aproxima do PCB, apesar da divisão das esquerdas nas eleições de 1955, no Rio Grande do Norte. Os comunistas ortodoxos votam com a candidatura oficial do PSD, enquanto o cafeísmo – e nele a esquerda representada por Djalma Maranhão, Leonardo Bezerra e Oliveira Júnior – apóia o udenista e opositor Dinarte Mariz que, então, se elege governador do Estado.

Em função da aliança Dinarte Mariz-cafeísmo, Djalma Maranhão é nomeado prefeito de Natal em 1956. No dia de sua posse, a primeira página do jornal do PSD é ocupada, toda ela, por um anúncio fúnebre: encimada por uma grande cruz, em negrito, a informação do “Infausto Acontecimento”:

lugares, a 40%, em contraste flagrante com o comparecimento das eleições de 2 de dezembro (presididas pelo interventor/ Desembargador Seabra Fagundes) – abstenção inferior a 13% (Furtado, *op. cit.*).

¹⁹ Furtado, *op. cit.*, nota 8.

²⁰ Georgino Avelino é filho do jornalista Pedro Avelino e sobrinho do Capitão José da Penha, esse da época das “salvações” hermistas. Dinarte Mariz, de armas nas mãos, na Serra do Doutor, combateu os “revoltosos” de 1935.

²¹ Essa campanha é o meu “batismo de fogo” em política partidária. Havia organizado o Diretório Estudantil do Partido e fui eleito seu presidente. Candidato a vereador em Natal fui derrotado. Djalma Maranhão se elege deputado estadual, mas seu candidato a deputado federal, João Galvão de Medeiros, é também derrotado.

– Um comunista fora nomeado para a Prefeitura de Natal!

Com pequenas interrupções – principalmente para exercer, temporariamente, um mandato de deputado federal –, Djalma Maranhão será o prefeito de Natal até 1959, quando, rompendo com o governador, apoiará a candidatura oposicionista de Aluísio Alves, dissidente da UDN.

Nessa primeira administração de Djalma Maranhão, a Prefeitura vai implantar o programa municipal de ensino, através das escolinhas de alfabetização e do Ginásio Municipal do Natal²².

Por esse tempo, partindo de uma lei estadual que assegurava a Natal o direito de eleger o seu prefeito, as forças políticas se preparam para as eleições de 1960, para presidente da República e vice, governador do Estado e vice, prefeito de Natal e vice. Pela oposição, com a legenda do PTN, candidata-se Djalma Maranhão, tendo Luís Gonzaga dos Santos, do PTB, como vice. As alianças aproximam o PSD e a dissidência da UDN. Organiza-se, então, a campanha Lott-Jango-Aluísio-Walfredo-Maranhão-Gonzaga, composição amplamente vitoriosa nas urnas de outubro²³.

1.2. A cidade na virada da década

Entre 1940 e 1950, Natal tivera um incremento populacional de 88,22% (de 54.836 para 103.215 habitantes) e, segundo o IBGE, fora a capital de Estado que mais crescera no período²⁴. O pano de fundo é, evidentemente, a 1ª Guerra Mundial e a participação estratégica da cidade no conflito do Atlântico Sul.

Quando da virada da década de 50 para os anos 60, o setor “prestação de serviços” reúne o maior número de pessoas em Natal: são 27% de uma população de 160 mil habitantes, em números redondos. Desses 27% (excluídos os que exercem atividades domésticas não-remuneradas, discentes e os que não puderam ser incluídos em algum ramo), apenas 12% declararam exercer atividades em estabelecimentos devidamente instalados. O quadro da estatística se desdobra, indicando uma população acima de 10 anos tendo 15% ocupados em “indústria de transformação” (produtos alimentares e indústrias de couros e peles concentravam 69% da produção); 14% em “comércio de mercadorias” e 10% em “transportes, comunicação e armazenagem” e, nesse último setor, o Porto de Natal é o responsável pelo maior movimento econômico.

Porto, estrada de ferro, bancos e construção civil foram as áreas que registraram as greves mais significativas dos anos 60. E isso está dentro do quadro de previsões: nos países periféricos de África, Ásia e América Latina, o chamado capitalismo selvagem cria condições de agrupamento da classe operária em ferrovias e portos, e esse proletariado é

²² O programa das Escolinhas foi implantado por Omar Fernandes Pimenta e Ticiano Duarte. Fui o fundador e primeiro diretor do Ginásio Municipal do Natal, acumulando com as funções de chefe de Gabinete do prefeito.

²³ *Diário de Natal*. 8.10.1960. Os resultados finais da apuração dos votos da eleição de 1960, em Natal, foram os seguintes: para presidente da República: Lott: 23.372; Jânio: 9.924; Adhemar: 2.571 votos. Para vice-presidente: Jango: 19.893; Milton Campos: 7.188; Ferrari: 5.663 votos. Para governador do Estado: Aluísio: 24.197; Djalma Maranhão: 10.958 votos. Para vice-governador: Walfredo: 23.645; Vingt: 10.513 votos. Para prefeito de Natal: Djalma Maranhão: 21.942; Luís de Barros: 11.298 votos. Para vice-prefeito: Luís Gonzaga dos Santos: 13.936; Antônio: Félix: 6.103; Rubens Massud: 6.120; Wellington Xavier: 3.273; Severino Galvão: 2.821 votos.

²⁴ Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística. Natal. Rio de Janeiro, IBGE, 1958-1973 (Coleção de monografias).

um dos primeiros a se politizar e se rebelar: em segundo lugar, a importância dos bancos já indicava uma fase maior de penetração do capital financeiro que se preparava para respaldar “o ascenso do grupo industrial à condição de elemento hegemônico no sistema nacional de poder” no Brasil, nos anos 60 (Furtado); e, finalmente, a construção civil se vê sujeita a oscilações por vezes violentas, no seu processo de desenvolvimento. Para demonstrar essas oscilações, bastaria verificar os dados do IBGE²⁵ em termos de área edificada na cidade, em quatro anos significativos: 1956: 59.880m²; 1966: 36.673m²; 1967: 98.300m²; 1970: 36.806m².

Num mercado de trabalho tão difícil, não é de se estranhar, primeiro, que a greve da construção civil tenha sido a que marcou mais profundamente Natal em 1963 e, segundo, que o presidente do sindicato da categoria, Elvin Medeiros, tenha sido a primeira liderança presa no Rio Grande do Norte, já no 1º de abril de 1964.

Mesmo superficialmente, é possível perceber que Natal não era uma cidade que oferecia condições de concentração operária. Assim, uma palavra de ordem política socializante não teria trânsito fácil – a não ser que passasse através de uma intensa e profunda mobilização popular. Essa última opção foi a tática da esquerda nacionalista, no primeiro tempo dos anos 60, em Natal, e a via condutora forma os Comitês Nacionalistas, núcleos primários e organização popular em torno de algumas bandeiras políticas.

Assim, na virada da década, o retrato humano da cidade já é aquele que será definido pelo Prefeito Djalma Maranhão em sua Mensagem de 1962 à Câmara de Vereadores²⁶:

Natal cresce, é verdade. Mas cresce, apenas, horizontalmente, sem indústrias, sem aumento de riqueza social, com uma população ativa concentrada na atividade comercial e de setor, de serviços, com renda *per capita* das mais reduzidas.

1.3. A política no começo dos anos 60

Vários são os cortes que poderiam ser dados no tempo para identificar o nascimento político dos anos 60 em Natal. Utilizando, ainda, a categoria cafeísmo, com a qual estamos trabalhando, poderíamos situar a virada da década em 1958, com o discurso de posse do Desembargador João Maria Furtado na Presidência do Tribunal de Justiça²⁷ e o discurso do acadêmico de Direito Hélio Xavier de Vasconcelos, em nome dos estudantes, quando da instalação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, três meses depois, em março de 1959²⁸.

Separando a pessoa de Café Filho do cafeísmo (esse identificado como a manifestação política de massas urbanas em luta pelas reformas profundas da sociedade), podemos entender a posse de João Maria Furtado como a ascensão mais alta, a nível local, a que chegou a *velha guarda* cafeísta. Não é somente a comparação do *perseguido-*

²⁵ Ibidem.

²⁶ *Folha da Tarde*. Natal, abril 1962.

²⁷ Furtado, *op. cit.*, nota 8.

²⁸ Vasconcelos, Hélio Xavier de. *-Sirvamos na universidade ao nosso próprio destino*. Natal, 1959, mimeog.

foragido de 1935 com a majestade da Presidência da mais alta Corte de Justiça. Isso já seria importante. Mais importante ainda, porém, é o seu discurso de posse, demonstrando que não foi cooptado pela oligarquia:

O que vemos é o choque dos egoísmos mais vorazes nas competições de Poder, vicejantes entre a espantosa miséria das massas e o deslumbrante fausto dos negociastas de todos os matizes. As nossas classes dirigentes, afora um restrito agrupamento minoritário, ávidas de enriquecimento rápido e de lucro fácil, são totalmente desprovidas de espírito público.

Depois de continuar a denúncia candente, vendo políticos que “parecem saltar das ficções de filme americano de *gangsters* para atuar, ao vivo, entre nós”, o empossado presidente do Tribunal de Justiça identifica “o pauperismo coletivo (...) se alargando em extensão e profundidade, o aviltamento da moeda (...) e as primeiras explosões de desespero popular [que] rebentam aqui e ali em tumultos e desordens, sinais das aproximações das tormentas que destroem regimes e instituições”. A fala profética do presidente do Tribunal de Justiça em 1958 afirma que esses são problemas do povo e, “necessariamente, também problemas da Justiça”, por isso a sua denúncia, demonstrando que “em nenhum momento nos acumpliciamos com os erros dessa elite hedonista e impatriótica, donatária acidental desta nação”²⁹.

Enquanto a velha geração cafeísta chegava ao poder, através de uma tendência não cooptada pela classe dominante, uma nova geração dava os primeiros passos. Ao se instalar a Universidade, fala em nome dos estudantes o jovem Hélio Vasconcelos, de família historicamente cafeísta e, mais: afilhado de batismo de João Café Filho. Apesar de sua militância nos quadros da UDN, a tendência política socialista de Hélio Vasconcelos será crescentemente visível. Desde a instalação da Universidade que o futuro presidente do Centro de Cultura Popular (da UNE) no Rio Grande do Norte já fala em “Péguy católico e Péguy socialista”, emergindo do seu pensamento uma conotação ideológica que afina e atualiza o velho discurso cafeísta no Rio Grande do Norte:

Nas lutas reivindicatórias, a mocidade norte-rio-grandense já fez tradição (...). Desassombrado e bravo tem sido o seu protesto. A praça pública tem sido a testemunha mais viva da sua participação nos mais nobres e justos embates, no defender incessante das públicas liberdades, no atentar continuado para a gravidade do momento histórico-político-social que atravessamos e, *nesta hora séria de expansão imperialista*, onde uma pátria nova e ameaçada desperta para o mundo, são puros e equidistantes de apetites e tendências alienígenas os ideais que povoam a mente da classe universitária potiguar. *Aqui também se professa o nacionalismo*, que não é patriotada inútil e gritante; é, antes de tudo, anseio arrancado do próprio coração da terra (grifos nossos).

E denuncia:

Somos Nordeste, vítima secular do esquecimento. Eterno enteado da União, tratado com processos vagarosos, perdidos quase sempre no deserto da indiferença. Somos região destinada, talvez pela força e tenacidade dos seus homens, a lutar contra a própria natureza. Daqui assistimos desolados à fuga de legiões de filhos da terra.

²⁹ Furtado, *op. cit.*, nota 8.

As críticas do estudante e do presidente do Tribunal de Justiça não podem ser dissociadas dos graves problemas então, mais uma vez, vividos pelo Nordeste. Diz Raimundo Moreira³⁰:

Foi a grande seca de 1958 a responsável pelo questionamento da política federal da região, que passa a ser denunciada como inadequada por diversos setores de classes, a nível regional e nacional.

Em dezembro de 1959, o Congresso Nacional cria a SUDENE, a qual, em seu documento-base, reconhece que “na verdade, se para o Centro-Sul do Brasil a industrialização é uma forma racional de abrir o caminho ao desenvolvimento, para o Nordeste ela é, em certa medida, a única forma de abrir esse caminho. Caso se demonstrasse que a solução é inviável, não restaria ao Nordeste senão a alternativa entre despovoar-se ou permanecer como região de baixíssimo nível de renda”³¹.

Vem do final dos anos 50 o crescente descontentamento popular no Nordeste. Em 1956, a oposição ganha o Governo do Rio Grande do Norte e, em 1958, o da Bahia e o de Pernambuco. Nesse ano, Miguel Arraes chega à Prefeitura do Recife e Djalma Maranhão já é Prefeito de Natal desde 1956. Em 1960, a oposição volta a vencer para o Governo do Rio Grande do Norte; Djalma Maranhão se elege o primeiro prefeito de Natal por voto direto; em 1962, Miguel Arraes se elege para o Governo de Pernambuco. As forças populares e democráticas abriam um espaço maior no Nordeste.

Quando refletimos sobre o Brasil, no período, não podemos dissociar das mudanças e contramudanças a advertência de Celso Furtado: “Um fato de não pouca significação, que marca a década de 60, foi o ascenso do grupo industrial à condição de elemento hegemônico do sistema nacional de poder”³². E aí entram indicadores poderosos da nova equação: o financiamento industrial, o avanço do capitalismo financeiro, etc.

Retomando a imagem de Gabriel Garcia Marquez, lembramos que quando o cigano Melquíades chegava a Macondo, a gente do lugar – e particularmente Buendia – se transformava, descobrindo e negociando com ímãs, lunetas, lupas, astrolábios, bússolas e sextantes. Criavam-se teorias à base dos instrumentos. Mudava-se o comportamento social.

É evidente que as transformações que estavam sucedendo no Nordeste, no Brasil e no mundo influíam no campo político de Natal.

“– Estão ocorrendo coisas incríveis no mundo!”

Essa confiança de Buendia a Úrsula seria perfeitamente cabível em Natal, na primeira metade dos anos 60.

Acreditamos que os eventos de maior impacto, as “coisas incríveis no mundo”, seriam os seguintes, sem considerar a ordem cronológica:

– O Concílio Vaticano II e toda a discussão teológica e social que deflagra; a *Mater et Magister* de João XXIII, quando pela primeira vez a Igreja fala em socialização

³⁰ Moreira, Raimundo. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*.

(1961);

- A Revolução Cubana, a primeira frontalização latino-americana duradoura ao imperialismo, cercada de grande romantismo político (1959);
- a Aliança Para o Progresso, transferindo financiamentos maciços às administrações de Carlos Lacerda e Aluizio Alves para criações de pólos anti-Jango e anti-Arraes, respectivamente (1961).

E mais:

- as Ligas Camponesas de Francisco Julião, a partir do Sindicato do Engenho Galiléia (1958);
- a renúncia de Jânio Quadros, a campanha da legalidade de Brizola e a posse de Jango (1961);
- a SUDENE, a Campanha de eletrificação da CHESF e os acenos de industrialização do Nordeste;
- o crescimento político da área sindical, com o CGT, o PUA, etc.;
- as greves do período do parlamentarismo e o plebiscito de 1963;
- a sindicalização rural promovida pela Arquidiocese de Natal;
- a administração de Miguel Arraes na Prefeitura do Recife e no Governo do Estado de Pernambuco, principalmente no que se refere ao MCP;
- o Movimento de Educação de Base;
- o Sistema Paulo Freire, revolucionando toda uma metodologia de educação, a partir da conscientização;
- a UNE-Volante e, especificamente, o surgimento dos CPCs;
- o PCB saindo da clandestinidade para uma vida semilegal;
- o *racha* da JUC e o surgimento da Ação Popular;
- a conferência de Cúpula de Punta del Este;
- a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB);
- a campanha das Reformas de Base do Governo João Goulart;
- a instalação da Universidade do Rio Grande do Norte;
- o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática);
- a greve da Polícia Militar do Rio Grande do Norte;
- a Frente de Mobilização Popular;
- o IV Congresso Latino-Americano de Estudantes;
- a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler;
- o golpe de Estado de 1964.

Sob tais e vários outros impactos, é compreensível que a sociedade sofresse polarizações e alguns setores políticos radicalizassem suas posições. Para situar apenas um exemplo (citado por Márcio Moreira Alves, *in O Cristo do povo*, informado pelo jesuíta Gallejones), lembramos a dificuldade da formação da Confederação dos Trabalhadores no Campo, que só se estrutura após sucessivas reuniões em Natal, Recife e Rio, entre julho e dezembro de 1963. Essa vai apresentar a seguinte composição de forças: dez federações comunistas, oito federações dos Círculos Operários Católicos e oito federações da AP. “Tudo fazia crer que a AP, neste caso, se uniria aos Círculos Operários, infligindo uma séria derrota aos comunistas. Os Círculos Operários tentaram, por todos os meios, conseguir a aliança, mas todos os esforços foram inúteis (...). A diretoria eleita estava

composta de 04 comunistas, 03 apistas e 02 independentes.”³³ A AP acusava, então, os Círculos Operários de uma orientação “que julgava favorecer o latifúndio, o capitalismo e o imobilismo social”.

Esses dados, todavia, devem sofrer uma “deflação de relativismo”, pois muitas das organizações apresentadas como existentes não passavam dos chamados “sindicatos de papel”, de vez que, graças “à esdrúxula organização das entidades trabalhistas brasileiras”, a ação de cúpula junto ao Ministério do Trabalho criava realidades em cima de ficções³⁴.

Assim eram os idos, antes de março de 64.

2. QUANDO UM GOVERNO FAZ DA EDUCAÇÃO A META NÚMERO UM

Talvez não seja oportuno escrever aqui a história das administrações de Djalma Maranhão na Prefeitura de Natal, tarefa que poderá ser empreendida no futuro. No momento, a proposta é mais modesta. Objetiva-se, apenas, conhecer um pouco a trajetória e o pensamento político do Prefeito e informar como a educação e a cultura alcançaram o espaço político mais significativo do seu último Governo (1960/64).

O pensamento político de Djalma Maranhão tem base no humanismo marxista, apesar de seu desligamento do PCB. Essa é a posição em 1946, de acordo com o que já foi dito antes, e que parece ter perdurado. Era também sensível ao humanismo cristão, principalmente quando, no Pontificado de João XXIII, houve uma explicitação maior desses valores através de suas encíclicas e do Concílio Vaticano II³⁵. A militância no cafeísmo, incorporando o discurso de Café Filho quando jovem, assegurou a Djalma Maranhão a liderança de tendências que no Rio Grande do Norte, afinavam com o posicionamento de defesa do socialismo, da classe operária, do nacionalismo econômico (Petrobrás, Eletrobrás, Volta Redonda, CHESF, etc.), do sindicalismo, da escola pública, do Estado leigo, da industrialização do Nordeste, o da SUDENE, da organização e mobilização das forças populares, da Revolução Cubana, do diálogo e aliança com todas as forças antifascistas e contra a corrupção.

O último discurso do Deputado Djalma Maranhão no Congresso Nacional³⁶ é uma pregação nacionalista radical. Ele propõe a criação de uma organização superpartidária, a que chama de Vanguarda Nacionalista: “Que poderá até ser uma vanguarda suicida. Mas, é preciso aqueles que marchem na primeira linha, mergulhando na escuridão desconhecida, abrindo picadas, servindo de brigadas de choque”.

Apesar do tom, ele cuida de não confundir a sua proposta com Um nacionalismo parafascista, pois a vincula, claramente, ao Terceiro Mundo: “É o tufão nacionalista que vem da Ásia, das Américas e da África. Este vento já levou ao poder Sukarno, Nasser, Nehru, Fidel Castro e tantos outros”.

³³ Alves, Márcio Moreira. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro, Sabiá, 1968.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ Quando do falecimento de João XXIII, a Prefeitura decretou luto oficial, considerando o dia 04 de julho de 1963 “ponto facultativo em virtude da morte do Pontífice da Paz” (Decreto 618). Outros gestos de boa vontade com o catolicismo foram os de reconhecimento de utilidade pública da Congregação Mariana do Natal e do Seminário São Pedro (Leis 1322 e: 1325, de 1963, respectivamente).

³⁶ *Folha da Tarde*, Natal, 7.11.1960.

Afirma também o Deputado: “O nacionalismo é ainda um movimento, uma revolução em marcha, para se transformar, no futuro, no mais poderoso Partido de toda a História do Brasil”. E, ironizando: “Atualmente todos são nacionalistas. É um bom prenúncio. Ninguém tem mais audácia de considerar-se entreguista corno há anos atrás, por exemplo, na campanha do Petróleo é nosso”. No mesmo discurso defende o desenvolvimentismo e ataca a corrupção.

A próxima citação é longa, mas é o melhor modo de visibilizarmos o posicionamento do Prefeito Djalma Maranhão, com pouco mais de um ano de mandato. Trata-se de parte da introdução da Mensagem nº 6, encaminhada à Câmara de Vereadores, no início da Legislatura de 1962, no dia 1º de abril.

Durante a campanha eleitoral que nos conduziu à frete do Governo da cidade, formulamos os pontos estruturais em que se assentaria o nosso programa de trabalho, fixamos os critérios administrativos que o orientariam e o espírito com que seriam tratados problemas da administração municipal. E o julgamento nas urnas explicitou de modo veemente a aprovação dos natalenses ao nosso programa administrativo para a sua cidade, nestes cinco anos que se anunciam conturbados e difíceis.

Todas as análises sócio-econômicas honestas feitas no Brasil de hoje revelam o descomprometimento e o divórcio da superestrutura política e jurídica com a agitada e angustiante realidade social e econômica do país. Esse imenso vazio entre a realidade econômico-social e a organização político-jurídico-administrativa condena o país a uma demorada permanência no subdesenvolvimento e arrasta o seu povo a uma indigência degradante, de cuja responsabilidade os governos não podem eximir-se. Nesse comprometedor pano de fundo, desenvolvem-se com violência os conflitos sociais, e o regime, ao sabor de pressões internas e externas, vacila e ameaça sucumbir nas mãos dos hesitantes e dos irresponsáveis. Desse estado de coisas chega-se à irretorquível conclusão de que a administração pública é inoperante e inócua, ou por deliberação, ou por não dispor de um mínimo de instrumentos administrativos capazes de conduzir a objetivos de alcance social.

Numa orfandade revoltante, o Brasil vive uma fase explosiva de sua história, cujos momentos cruciais são os que resultam do impacto da ofensiva calculada das forças econômicas internacionais aliadas aos setores nativos mais conservadores e refratários a uma dinâmica progressista de governo. Todavia, a conjuntura mundial está a evidenciar que se identificam e se enquadram na problemática geral do mundo subdesenvolvido.

A única conclusão consoladora a que se pode chegar, depois de percorrer os caminhos da miséria do povo brasileiro, é a de que, da convulsão de hoje, surgirá um novo Brasil, livre e justo, que, depois de conquistar para si, como nação, liberdade e justiça, distribui-las-á ao seu povo, marchando para a realização de cada brasileiro como Homem e desentranhando da história coletiva e individual dos seus filhos as páginas da fome, da miséria, da ignorância, da doença, do aviltamento, do pauperismo.

De resto, é o Nordeste a viver, dentro do próprio Brasil, os mais graves problemas, os dias mais duros, padecendo as dores mais agudas e sofrendo das moléstias mais crônicas. É o drama de sermos no mundo, como área

economicamente homogênea e geograficamente contínua, a região com os maiores recordes de subdesenvolvimento, onde o homem se distancia de forma desmesurada de todo o conteúdo da condição humana. Meio físico hostil e instituições superadas prendem o Nordeste num círculo fechado de pauperismo e mergulha suas populações na miséria e nas injustiças sociais. E Natal tem seu lugar nesse quadro. Como a maioria das capitais nordestinas, vive o drama do desemprego e do subemprego, do marginalismo econômico e social de sua população. O resultado é a mendicância, a prostituição, o crime, o desassossego. Vale ressaltar, nesta oportunidade, a enganadora constatação do crescimento da cidade, a produzir nos espíritos menos avisados e mal-informados uma visão deformada da essência dos nossos problemas. Natal cresce, é verdade. Mas cresce apenas horizontalmente, sem indústrias, sem aumento da riqueza social, com uma população ativa concentrada na atividade comercial e setores de serviços, com renda *per capita* das mais reduzidas.

E tudo se agrava diante da estreita competência dos municípios, especialmente, no que toca à formação dos recursos financeiros para a execução de serviços públicos. Além do mais, a pobreza geral da cidade torna insignificante e diminuta a capacidade tributária do Município, que fica jungido ao que sobra do pagamento do funcionalismo para a execução dos diversos serviços da administração. Acrescente-se, ainda, que práticas improvisadas e repetidas sucessivamente através dos anos deram origem a uma técnica de administração municipal hoje totalmente ineficaz, mas que ainda impressiona muitos administradores e até provoca, em certos setores da população, santa revolta, quando os seus cânones são abando, nados ou contrariados. A esse respeito, cumpre dizer que o divisor de águas entre a antiga e a moderna orientação administrativa é a introdução de um novo elemento conotativo que, ao lado da noção de interesse público, dinamiza e impulsiona as administrações progressistas: o interesse social.

Ciente desse quadro triste, vê-se quão difícil é programar, nos estreitos limites da competência e capacidade do Município, uma ação administrativa que reverta ao povo, com significação social, as parcelas do seu trabalho que se colocam sob a incidência dos tributos. Por tudo isso, não hesitamos em elaborar um programa de ação que fugisse ao estilo e à técnica tradicionais da administração municipal, no esforço de encaminhar o poder público mesmo através das curtas passadas do Município, à abordagem dos problemas realmente sérios e urgentes da comunidade. Desse modo, realizávamos a aproximação da máquina administrativa com a realidade social da cidade, preenchendo considerável parte do vácuo que se interpunha entre elas. Era transformar em diálogo vivo e palpitante o fastidioso solilóquio em que se refugiam na sua generalidade as administrações.

A crise política de agosto – Fixado nessa linha de fidelidade aos compromissos assumidos quando candidato, desejamos assinalar a nossa posição em face da crise político-militar que abalou a nação em agosto do ano passado. O respeito à integridade dos pronunciamentos populares é o pino de segurança da continuidade democrática, e é estribado nessa convicção que, em várias oportunidades, nos temos submetido ao julgamento do povo, dele recebendo a honrosa incumbência de representá-lo ou de gerir os seus interesses e negócios, como ocorre no momento. Assim, estivemos firmemente enquadrados na posição de defesa intransigente da legalidade e das liberdades públicas, quando o golpismo, manipulado pelas forças reacionárias de dentro e fora do país, quis arrastar o Brasil

ao regime ditatorial. Defender a posse do Presidente João Goulart, manifestando o nosso apoio à resistência legalista liderada pelos Governadores Leonel Brizola e Mauro Borges Teixeira, era a única posição compatível com nossa formação política e com a dignidade do mandato que o povo de Natal nos outorgou.

Apesar de longa, vale a pena fixar na transcrição: a denúncia da defasagem entre a realidade social e econômica e a superestrutura jurídico-política do Estado; o impacto das forças econômicas internacionais sobre o país; a esperança da superação dos problemas de então, sintetizados no pauperismo; o Nordeste e Natal neste quadro; a *inchação* da cidade; as limitações da competência do poder municipal e sua pobreza. Finalmente, o claro posicionamento do Prefeito em defesa da posse do Presidente João Goulart: “O respeito à integridade dos pronunciamentos populares é o pino de segurança da continuidade democrática”. Novas palavras proféticas, essas, de 1962.

Outra mensagem importante do Prefeito Djalma Maranhão a ser discutida seria a de 1º de abril de 1964, entregue à Câmara de Vereadores pelo seu Secretário de Finanças, Dr. Roberto Furtado, quando os militares já ocupavam a cidade. Infelizmente, esse documento não foi encontrado, nem na Prefeitura nem na Câmara Municipal. A informação oficiosa é que estaria na Comissão Geral de Investigações (CGI). Recorremos, oficiosamente, até ao Ministério da Justiça, em Brasília, em setembro de 1979. Nada foi possível obter. Um dia, talvez, um *brazilianist* tenha acesso aos processos da CGI e, então, a História será escrita, via Estados Unidos...

O terceiro documento que vale resgatar para a História é a Nota Oficial do Governo Municipal, publicada na imprensa local³⁷ em 1º de abril de 1964, quando muitos políticos e militares ainda estavam em “cima do muro”:

Prefeitura: QG da legalidade e da resistência – Nota oficial do Governo Municipal de Natal – O Governo Municipal do Natal, na hora grave e decisiva que o Brasil atravessa, torna público:

1. A posição do Prefeito Djalma Maranhão é de defesa da legalidade democrática. A mesma posição assumida quando da posse do Presidente João Goulart, transmitida através de pronunciamento oficial e de editorial de *A Folha da Tarde*, jornal de que é diretor.
2. O Prefeito Djalma Maranhão junta a sua voz à de todas, as forças democráticas e populares do país, na denúncia aos Governos de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara e Rio Grande do Sul que, ontem pela madrugada, colocaram-se fora da Lei, levados pelo desespero do reacionarismo contra as Reformas de Base, servindo de instrumento e oferecendo suas falsas lideranças às forças do antipovo e da antinação.
3. O Prefeito Djalma Maranhão, ao lado das forças populares e democráticas, conclama o povo para que se mantenha em permanente estado de alerta, nos seus sindicatos, diretórios, órgãos de classe, sociedades de bairros, ruas e praças públicas, na defesa intransigente da legalidade, que possibilitará a libertação do Povo e do País do imperialismo e do latifúndio, a concretização das Reformas de Base e a construção do amanhã mais justo e mais feliz do Brasil.
4. O Prefeito Djalma Maranhão, eleito pela vontade popular, cumpre a sua

³⁷ *Diário de Natal*. 1.4.1964.

obrigação de dizer que *a Prefeitura é a Casa do Povo, onde se instala, nesta hora, o QG da luta da legalidade e da resistência.*

5. Finalmente, o Prefeito Djalma Maranhão reafirma o seu pronunciamento de 1961, que serviu de palavra de ordem para o Rio Grande do Norte: “Esta é a hora da opção – a legalidade é Jango!”. – Prefeitura de Natal, em 1-4-1964 – Djalma Maranhão – Prefeito.

A fidelidade traz consigo riscos e ônus. Assim, a deposição, a prisão, a deportação para a ilha de Fernando de Noronha e até mesmo a morte no exílio do Uruguai são desdobramentos do gesto de coerência do Prefeito Djalma Maranhão.

2.1. As eleições de 1960 e o nascimento de *De Pé no Chão*

A campanha política de 1960 desenvolveu-se num terreno ambíguo e contraditório. Pairavam sobre todos as sombras do Fundo Monetário Internacional, da inflação e as lembranças das tentativas de golpe de Estado de 54, 55, 56 e 59.

Enquanto Jânio visitava Fidel Castro e tinha um discurso terceiro-mundista, Lott reiterava as posições anticomunistas; não queria nem saber de reatar relações com a URSS. Jânio esgrimava de florete, Lott vinha de tacape. A esquerda, no entanto, dessa vez, não se equivocou. Apontou a candidatura de Lott. O importante, no momento, era preservar a continuidade das instituições democráticas e assegurar a defesa das riquezas nacionais. O honrado Marechal merecia confiança. O outro, não. A História provou que a esquerda estava certa. O que não quer dizer que a campanha tenha sido fácil – tanto é assim que, no resultado final, Lott não vai chegar nem aos 35 % dos votos computados no Brasil.

Em Natal, a esquerda nacionalista deu vida ao frágil PTB e ao velho PSD: Lott obteve 65,16% dos votos computados³⁸. Jânio, candidato apoiado pelo Governo de Dinarte Mariz e pela dissidência udenista de Aluizio Alves, ficou com 27,660/0 dos votos, e Adhemar não passou de 7,16%. Aluizio Alves e Djalma Maranhão vão alcançar 68 e 66% dos votos para governador do Estado e prefeito de Natal, respectivamente. Uma vitória inequívoca da coligação oposicionista a nível do Rio Grande do Norte, respaldando uma posição nacionalista e popular: para vice-presidente, Jango obtinha 60,75%, enquanto Milton Campos e Ferrari ficavam com 21,95 e 17,29%, respectivamente. Esses os resultados eleitorais de Natal, em outubro de 1960.

Se em outubro os resultados eram tão positivos para a vida política de Djalma Maranhão, o ano de 1960 não começara assim. A sua candidatura a prefeito, sob a legenda do Partido Trabalhista Nacional, fora impugnada, em janeiro, pelo PDC e pelo PSD junto ao Tribunal Regional Eleitoral. O *suspense* durou até março, quando o TRE rejeitou as impugnações, por unanimidade. Como advogado, sustentamos a defesa oral do candidato do PTN, no plenário do Tribunal³⁹. Os caminhos políticos não sendo lineares, o impugnante PSD terminou apoiando o candidato impugnado...

A campanha ganhou as ruas, todavia, antes da decisão do TRE. Em 27 de janeiro, os 11 principais sindicatos do Estado, através dos seus presidentes, lançaram uma

³⁸ *Ibidem*. 8.10.1960.

³⁹ *Folha da Tarde*. Natal, 29.1 e 19.3.1960.

“Proclamação a Todos os Natalenses para uma Frente Popular Nacionalista”⁴⁰, concluindo, enfaticamente:

- sem compromissos com políticos ou grupos econômicos;
- compromissos somente com o povo;
- tudo por um Governo de trabalho e de vergonha;
- Lott para presidente da República;
- Djalma Maranhão para Prefeito de Natal.

Dois dias depois, era fundado o Comitê Nacionalista Estudantil Pró-Marechal Lott, com o mesmo discurso político⁴¹.

Em termos de legenda, o PTN não existia. O que existia era uma tendência de oposição e de esquerda no eleitorado de Natal, que se aglutinava em torno de Djalma Maranhão. Assim, a organização da campanha se fez em função dos Comitês Nacionalistas. A mobilização origina-se do Comitê, para o Comitê e pelo Comitê. Entre janeiro e fins de setembro, foram organizados e funcionaram 240 Comitês Nacionalistas – também conhecidos como Comitês Populares ou Comitês de Rua⁴². Esse número ganha maior expressão quando situado numa cidade de cerca de 160 mil habitantes, à época, tendo tido um comparecimento eleitoral de pouco mais de 36 mil votantes. O Comitê era constituído de uma diretoria com 13 pessoas e um número ilimitado de membros. Ocorria, às vezes, o desmembramento de um Comitê em vários, se o número de membros se tornasse excessivo, impossibilitando o funcionamento satisfatório.

O jornal *A Folha da Tarde*, de 19 de janeiro de 1960, noticia a constituição do Comitê Central, que assumiu a responsabilidade pela campanha Lott-Jango e Maranhão-Gonzaga, e era integrado dos seguintes nomes: professores Moacyr de Góes e Luís Ignácio Maranhão Filho, Dr. Ticiano Duarte, jornalista Oliveira Júnior, líder sindical Pretextato José da Cruz e vereadores Helion Ramalho, Francisco Sales da Cunha, Antônio Cortês e Caubi Barroca.

Apoio importante é dado nessa hora por José Pacheco, genro do velho chefe cafeísta Amaro Magalhães.

Em 1960, em Natal, o discurso político muitas vezes nasce de baixo para cima, a partir das classes subalternas. Os quadros políticos que integravam a equipe de Djalma Maranhão (já aí apoiando para o Governo do Estado Aluísio-Walfredo), vão levar para os Comitês, que se fundam, principalmente, na periferia da cidade, a discussão nacional dos problemas brasileiros (o imperialismo, a dependência econômica, a SUDENE, o latifúndio, a oligarquia, o colonialismo cultural) e vão receber dos integrantes dos Comitês as lições das realidades das coisas (a falta de água, de escolas, de hospitais, de emprego, de transporte, de garantias, de direitos, etc.). Esses dois discursos se somam e, pouco a pouco, vão constituindo a plataforma política.

Quando, no final da campanha, os 240 Comitês se reúnem, setorialmente, em Convenções de Bairros, discutem e aprovam o programa político-administrativo do futuro

⁴⁰ *Ibidem*. 27.1.1960.

⁴¹ *Ibidem*. 27.1.1960.

⁴² *Ibidem*. 30.10.1960.

Prefeito. Os jornais da época guardam as notícias dessas Convenções de Bairro⁴³, quando foi possível à população propor e organizar um programa de governo para o Município. De janeiro a outubro, um profundo trabalho de conscientização política havia frutificado. Esse será o programa colocado nas mãos do Prefeito, diretamente pelo povo, sem eufemismos nem intermediações.

Somente compreendendo essa ampla e profunda estratégia e tática políticas é possível entender a construção da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler: a reivindicação da escola emerge em todas as Convenções de Bairros; em geral, encabeçando as listagens elaboradas a partir dos Comitês.

Assim, quando no início do ano de 1961⁴⁴ o Secretariado Municipal, presidido pelo Prefeito Djalma Maranhão, decide definir a educação e a cultura como a meta número um do Governo, não está fazendo nada mais nada menos que começar a executar um programa nascido nos Comitês Nacionalistas, discutido nos comícios de janeiro a outubro de 1960, homologado pelas Convenções de Bairros, em setembro, e consagrado pelo eleitorado nas urnas de 03 de outubro.

Muito bem. O desafio estava lançado. O Governo municipal “apanhara a luva” e adotava, como seu, o reclamo popular de erradicar o analfabetismo em Natal. À Secretaria de Educação, da qual éramos o titular, competia equacionar e resolver o problema, trabalhando em equipe com o Prefeito e as demais Secretarias⁴⁵.

O incipiente programa das escolinhas de ler, escrever e contar, criado na primeira administração do Prefeito Djalma Maranhão, em janeiro de 1957, já fora reativado: um curso intensivo de preparação de magistério leigo já começara em 04 de janeiro, e, no final de fevereiro, 250 monitoras se somariam às 88 que já lecionavam⁴⁶. Mas isso era uma gota d'água no oceano. Conforme veremos em detalhes, na terceira parte deste livro, as escolinhas (que, em síntese, eram a instalação de classes de alfabetização em salas cedidas, gratuitamente, à Prefeitura: sindicatos, clubes, igrejas, etc.) não permitiam o direcionamento da ação educativa do Município para as grandes áreas carentes, para as grandes *manchas* do analfabetismo na periferia da cidade.

– Que fazer?

Essa *histórica* pergunta é, realmente, a indagação a ser feita, em termos políticos, quando ocorre uma encruzilhada. Em Natal, em 1961, tivemos o bom senso de respondê-la com o que nos pareceu a melhor solução:

– *Voltar ao povo!*

Durante a campanha, o candidato Djalma Maranhão prometera governar, quando Prefeito, com os Comitês Nacionalistas. Aí estaria, então, a oportunidade de voltar ao povo

⁴³ *Ibidem*. 3 e 7.9.1960.

⁴⁴ *Ibidem*. 9.2.1961.

⁴⁵ Na estrutura da Prefeitura o órgão se chamava Secretaria de Educação, Cultura e Saúde e era integrado de quatro diretorias à época, ocupadas pelos seguintes titulares: Diretoria do Ensino: Ornar Fernandes Pimenta; Diretoria de Documentação e Cultura: Zila Mamede (até julho de 1961) e Mailde Ferreira de Almeida; Diretoria de Saúde: Heriberto Bezerra; Diretoria do Expediente: Hermógenes de Medeiros Filho.

⁴⁶ *Folha da Tarde*. Natal, 25.2.1961.

através de seu conduto natural. Discutir com os propositores da erradicação do analfabetismo em Natal os meios de fazê-lo. Como o Prefeito já definira um plano-piloto de erradicação do analfabetismo no bairro proletário das Rocas, reunimo-nos com o principal Comitê Nacionalista das Rocas para o estudo dá questão.

Um dado importante a ser considerado nesse momento é o registro de que havia a possibilidade da realização de um fórum político a nível popular, em Natal (1961), mesmo que a época não fosse eleitoral. Isto é, como os moradores das Rocas mantinham-se politicamente organizados, com o seu Comitê Nacionalista funcionando normalmente, era possível conhecer-lhes o pensamento e discutir suas propostas.

A representatividade desse fórum é também alguma coisa a ser considerada. Se é verdade que a sua origem é partidária, em termos políticos, as portas do Comitê Nacionalista, todavia, estavam abertas a todos os habitantes das Rocas – o que ensejava ampla base social às propostas políticas em discussão, livres de pressões do poder econômico e/ou do Estado. Por outro lado, a equipe da Prefeitura, com um instrumental científico razoável para o nível da discussão, oferecia uma complementação importante ao encaminhamento das propostas, dando-lhes conseqüências em termos de viabilidade e execução. Assim, as duas partes do fórum se somavam e faziam avançar o processo.

Aqui não há como fugir a um depoimento pessoal. O documento é meu testemunho vivo; a lembrança, meu instrumental de trabalho.

De volta aos moradores das Rocas, representados por sua organização política mais simples – o Comitê Nacionalista –, expus o problema. Era uma tarde de sábado, numa das salas do grupo escolar do professor Acrísio Freire, no início do mês de fevereiro de 1961. Ninguém suspeitava que naquele momento estava nascendo um movimento que, mais tarde, seria batizado como a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

A discussão foi longa. Por mais de duas horas, ficamos em torno das mesmas questões: era preciso acabar com o analfabetismo – o povo queria, o prefeito também. Mas como acabar com o analfabetismo sem dinheiro para construir escolas?

Não sei, realmente, de quem veio a proposta, naquela reunião de 40 a 50 homens e mulheres:

– Faça uma escola de palha!

Confesso que a proposta me pegou desprevenido. Meus pruridos de pedagogo se arrepiaram. De palha?... E o ambiente escolar, como assegurar a sua *sacralidade* em face dos cânones da sã pedagogia? Vivi um conflito. Mas respeitei as palavras dos companheiros do Comitê.

Aí, quase que todos começaram a falar ao mesmo tempo: as sugestões surgiam, uma atrás da outra:

Um galpão coberto de palha de coqueiro.

– Não precisa fechar os lados, para não escurecer.

– O chão pode ser de barro batido.

– Faça nas Rocas de Cima.

– Não precisa comprar terreno; constrói num terreno, nas dunas, onde a Prefeitura diz que vai construir um cemitério, mas até agora não levantou nem o muro!

A discussão prosseguiu, animada. No final, os companheiros votaram: o Comitê Nacionalista das Rocas apoiava o Prefeito Djalma Maranhão na campanha de erradicação ao analfabetismo e, na falta de recursos financeiros para construir escolas de alvenaria, propunha que a Prefeitura ampliasse o programa já existente das escolinhas e, nas Rocas de Cima, construísse escolas cobertas com palha de coqueiro.

Comuniquei a proposta ao Prefeito. Ele aceitou e passou a defender, ardorosamente, a idéia. No dia 23 de fevereiro de 1961, Djalma Maranhão, pessoalmente, recrutava alunos para a escola de palha construída nas Rocas de Cima. Também não sei quem deu o nome que *pegou*: Acampamento Escolar das Rocas⁴⁷.

O Comitê Nacionalista das Rocas, segundo jornais da época e depoimento do professor José Fernandes Machado⁴⁸, foi fundado em 27 de abril de 1960, em função das campanhas de Lott e Jango, e Djalma Maranhão e Luís Gonzaga dos Santos⁴⁹ e, por força de aliança local, apoiava as candidaturas de Aluizio Alves e Walfredo Gurgel. Sua diretoria é predominantemente de modestos funcionários públicos de uma repartição que, à época, vivia um intenso processo de politização: o Departamento de Correios e Telégrafos, o DCT. Apenas um é pedagogo. Todos são homens comuns. Um ligeiro perfil sócio-profissional dessa diretoria revela componentes de baixa classe média e de segmentos do proletariado, o que, aliás, deveria ser um corte social autêntico do bairro das Rocas – berço político de Café Filho, como ele mesmo confessa.

Esta era a Diretoria do Comitê Nacionalista das Rocas, em 1960/61: presidente: José Fernandes Machado, diácono da Igreja Presbiteriana Independente, repórter, funcionário público, carteiro (DCT). Instrução: nível médio; 1º vice-presidente: Geraldo Pereira de Paula, funcionário público, telegrafista (DCT), advogado; 2º vice-presidente: Joaquim de Oliveira Paula, estivador, presidente do Sindicato da Estiva de Natal. Instrução: nível primário; secretário-geral: Messias Dionísio, vereador, comerciante, relojoeiro. Instrução: nível primário; 1º secretário: José Tupinambá, funcionário público, carteiro (DCT). Instrução: nível médio; 2º secretário: Cícero Damasceno, funcionário público, telegrafista (DCT); Instrução: nível médio (incompleto); tesoureiro geral: Álvaro Augusto, vereador, gráfico. Instrução: nível primário; 1º tesoureiro: Antônio Paulino da Costa, funcionário público, carteiro (DCT). Instrução: nível médio; 2º tesoureiro: Oswaldo Carlos Ferreira, funcionário público do Ministério da Agricultura (Fomento Agrícola). Instrução: nível primário; orador: José Melquíades, advogado, professor secundário; vice-orador: Oswaldo Jardim, funcionário público do porto de Natal. Instrução: nível primário; diretor geral de propaganda: Luís Raimundo, funcionário público municipal. Instrução: nível primário; vice-diretor geral de propaganda: Jubal Leandro Fernandes, funcionário público, carteiro (DCT). Instrução: nível primário.

Assim, a Diretoria do Comitê Nacionalista, integrada por 13 cidadãos com domicílio e ocupação no bairro, com importante trabalho político, se dividia nos seguintes graus de instrução: sete com nível primário; três com nível médio completo e um incompleto; dois com nível superior. Apenas um pedagogo. Mas iriam deflagrar uma proposta de educação popular que traria uma significativa contribuição inovadora.

⁴⁷ *Ibidem*. 23.2.1961.

⁴⁸ *Ibidem*. 28.4.1960.

⁴⁹ *Ibidem*. 28.4.1960.

A repressão de 1964 prendeu, indiciou, denunciou e processou José Fernandes Machado, Geraldo Pereira de Paula e Antônio Paulino da Costa, dessa Diretoria. Esse “sinal dos tempos” identifica que um trabalho de organização popular que se havia estrutura do em abril de 1960 ainda continuava fiel à proposta inicial, quatro anos depois. Tal identificação foi ratificada pelo arbítrio que arrancou dessas lideranças do bairro das Rocas a liberdade e os empregos.

2.2. *De Pé no Chão: uma frente de cristãos e marxistas*

Para concluir a primeira parte deste livro, é necessário retomar o veio político no seu sentido globalizante de Brasil e no que diz respeito ao Rio Grande do Norte.

O processo gerado no reformismo e no populismo, na primeira metade dos anos 60, permite visibilizar a aguda crise que se instalara no Brasil, a partir do esgotamento do modelo de substituição das importações. A crise é econômica, política e social. As alternativas de superação do impasse também eram bem assinaladas pelas lideranças da época. De um lado, havia a proposta de transformações profundas na estrutura da produção. As chamadas Reformas de Base (a agrária era das mais importantes) implicavam abrir o mercado interno, deter a concentração de renda e modificar as relações de dependência aos centros de decisão do capitalismo internacional. O setor industrial seria o grande beneficiado por essa posição. A outra alternativa era o aprofundamento da dependência externa, promovendo o “desenvolvimento associado” ao imperialismo, “criando uma Bélgica em cima de uma Índia”, considerando que os bens do desenvolvimento ficariam cada vez mais restritos às frações da classe dominante. Outras palavras de ordem que soavam no discurso político da época eram acessórias – seriam apenas de complementação, explicitação dessas posições – ou *biombos* para escamotear o cerne da questão.

O golpe de Estado de 1964 abre caminho para a vitória da segunda alternativa, evidência constatada até hoje pela adoção de um modelo que concede' privilégios ao capital (leia-se multinacional), em detrimento da absorção da mão-de-obra. É o modelo definido pela Doutrina da Segurança Nacional (ver *A doutrina da segurança nacional à luz da doutrina social da Igreja*, de D. Cândido Padin, CNBB, julho de 1968).

A ampla e profunda discussão política, elaborada em cima da crise de 1960-64, vai ensejar o posicionamento de forças sociais antagônicas que aceleram a radicalização dos conflitos e conseguem o avanço do pensamento reformista e do movimento social das classes dominadas.

Luiz Gonzaga de Souza Lima⁵⁰, analisando esse período, identifica o aumento da radicalização política quando entram em cena dois novos fatores: a organização dos camponeses e a divisão dos católicos. Diz ele:

Pela primeira vez [os camponeses] se mobilizavam nos sindicatos e ligas camponesas em favor da luta pelos seus interesses de classe (...).

Força social tradicionalmente conservadora, os católicos compareciam diluídos nas diversas agremiações políticas que constituíam os instrumentos de dominação política das classes dominantes (...). O deslocamento político de parte dos católicos

⁵⁰ Souza Lima, Luiz Gonzaga de. *Evolução política dos católicos e da igreja no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 1979.

organizados e da própria instituição (hierarquia) se deu inicialmente através da Ação Católica Brasileira (ACB) e se exprimiu, em um segundo momento, através de uma força política própria, o movimento de Ação Popular (AP) (...). A AP se integra como um dos protagonistas das lutas populares que se desenvolviam no país [Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil. Hipótese para uma interpretação. Ed. Vozes, 1979].

É fundamental registrar que a análise elaborada por Souza Lima, em nível nacional, cabe no Rio Grande do Norte. E talvez até com alguns agravantes, que procuraremos identificar.

A Igreja entrou politicamente no campo, no Rio Grande do Norte, com uma complexa rede de organizações: FTR (Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte), FPPT (Federação dos Pequenos Proprietários de Terras), FTA (Federação dos Trabalhadores Autônomos), MEB (Movimento de Educação de Base), SAR (Serviço de Assistência Rural) e JAC (Juventude Agrária Católica), “tudo sob a orientação da Arquidiocese de Natal e supervisão do administrador apostólico da Igreja de Natal” – como consta do relatório do policial José Domingos, delegado que presidiu o inquérito de ordem política mandado instaurar pelo Governador Aluizio Alves⁵¹. Sessenta e seis sindicatos rurais no Estado, em abril de 1964, atestam a penetração da Igreja no campo, disputando a adesão de camponeses com as Ligas de Francisco Julião e com os sindicatos criados pela ULTAR (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Rurais do Rio Grande do Norte), de tendência marxista.

A se dar crédito ao relatório do policial José Domingos, as lideranças católicas teriam sido “contagiadas” pelas lideranças marxistas, no setor do campesinato, “fugindo à linha de conduta e à orientação dada pelo Sr. administrador apostólico da Arquidiocese de Natal (...) praticando atos e orientando dirigentes dos Sindicatos Rurais de maneira bem diversa das preconizadas pela Arquidiocese (...)”. O fato de o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, José Rodrigues Sobrinho, ter telegrafado ao Presidente João Goulart, no dia 1º de abril de 1964, hipotecando-lhe solidariedade e colocando à sua disposição 50 mil camponeses é interpretado pelo delegado que presidiu o inquérito como uma traição a Dom Eugênio Sales: “traição descarada àqueles que lhe deram a mão” (José Domingos, relatório citado).

Ao leitor do relatório do policial José Domingos, publicado em *O Poti*, de 20 de setembro de 1964, não passa despercebida a sua dupla preocupação: incriminar as lideranças realmente camponesas e isentar de qualquer suspeita a liderança de Dom Eugênio Sales. Por isso explicita:

Os Sindicatos Rurais, criados pelo administrador apostólico da Arquidiocese de Natal, são uma obra inspirada nos sãos e sagrados princípios do cristianismo, com a finalidade específica de orientar, disciplinar e atender as atividades e anseios dos trabalhadores rurais do Estado.

Assim, o pequeno mundo do Rio Grande do Norte, rico laboratório de uma práxis política subdesenvolvida, poderia oferecer subsídio às análises elaboradas 15 anos depois por Luiz Gonzaga de Souza Lima: a participação política dos camponeses radicalizara o

⁵¹ *O Poti*. Natal, 20.9.1964.

processo político – mesmo que essa participação fosse organizada nos “sãos e sagrados princípios do cristianismo”. É que a prepotente oligarquia rural jamais ouvira um discurso reivindicatório dos deserdados da terra que, agora, falavam de um modo organizado em sindicatos e ligas. Daí o golpe de 1964 ter reservado uma investigação específica para o campo, que revela, segundo o relatório policial: invasões de propriedades no Município de Canguaretama; circulação dos jornais *Novos Rumos*, *Semanário*, *A liga* e *Panfleto*; presenças do Padre Alípio de Freitas e do Deputado Francisco Julião em concentrações políticas; telegrama do presidente da FTR ao Presidente da República; etc. O indiciamento de 28 lideranças camponesas no Rio Grande do Norte é principalmente resultado de mesquinhas perseguições políticas locais, do medo dos proprietários rurais e, evidentemente, da ignorância, má fé e ódio ideológico dos dirigentes de IPMs.

Quanto ao segundo fator de radicalização política, levantado por Souza Lima, isto é, a divisão dos católicos, convém lembrar que o grande pano de fundo são o pontificado de João XXIII, o Vaticano II e a liderança de uma hierarquia progressista na CNBB. Essa estimulava os setores de frente da ACB (a Juventude Universitária Católica e a Juventude Estudantil Católica) a ter uma crescente participação política em seus organismos de classe.

Apesar de reconhecer que há necessidade de maior estudo para visibilizar a evolução ideológica do período, Souza Lima identifica na ACB um “salto de qualidade, tanto sob aspecto teórico como teológico: a) a superação da concepção católica concentrada no indivíduo e na identificação de uma perspectiva do indivíduo inserido na estrutura social; b) uma análise da estrutura social brasileira, identificando o capitalismo, o subdesenvolvimento e a dependência como elementos responsáveis pelas contradições da estrutura, contradições que o movimento se propunha superar”.

Por isso, em função do seu engajamento no social e no político, “coerentes com a perspectiva de classe que assumiam (os jovens da ACB) apoiavam e recebiam apoio das forças que concordavam com as suas propostas, que se encontravam nas esquerdas e no próprio PCB” (no Rio Grande do Norte, ocorria principalmente em termos de JUC).

Uma hipótese de interpretação de Souza Lima que nos parece das mais sedutoras que vai mais fundo no problema é a questão de que não teria sido a existência da miséria o estimulante desse comportamento (perspectivas de classe da JUC e da JEC), porém a ação dos pobres, dos muito pobres, dentro de uma situação de conflito. Em outras palavras: os miseráveis ocupando um espaço político na Igreja estariam a construir uma “Nova Igreja”.

Mas há um momento em que a práxis do Rio Grande do Norte não confirma a análise de Souza Lima. Ele diz:

... pelo menos na JEC e na JUC a regra era a dupla militância, na AP e na AC.

Isso parece não ter ocorrido no Estado. No Congresso Nacional a JUC de Jundiá (Rio Grande do Norte, 1961), houve uma ruptura com a hierarquia, em função da aliança da JUC, em frente ampla, com o PC e os independentes na UNE. Aí lhe foi “retirado o mandato da Igreja” e a JUC dividiu-se⁵². Enquanto frações da JUC permaneciam no MEB ou continuavam o trabalho de aplicação do Sistema Paulo Freire, uma terceira posição, já definida em termos de AP, rompe com a hierarquia e integra-se na campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

⁵² Guerra, Marcos. Depoimento gravado pelo Autor, no Rio de Janeiro, em 1979.

Essa liderança nova que se soma à Campanha dá grande contribuição ao esforço para defini-la ideologicamente. Uma generosa equipe de católicos opta, então, pelo socialismo, alia-se a marxistas e liberais, numa ampla frente democrática, para a formulação/ execução de uma política de cultura popular no Rio Grande do Norte. Aliás, desde o início da Campanha também é significativa a participação de evangélicos (presbiterianos, batistas, pentecostais) e espíritas.

A AP é a “primeira manifestação de efetiva originalidade da esquerda católica”, segundo Cândido Mendes (*Memento dos vivos. A esquerda católica no Brasil*). O núcleo progressista da hierarquia e a AP foram as forças organizadas que mais contribuíram para determinar o comportamento futuro (presente, hoje, 1980) dos católicos do País, no dizer de Souza Lima, que identifica a emergência da AP (1962/64) como “uma situação inédita na história do país (quando) um amplo setor de católicos (...) seriam os sujeitos históricos da criação de uma nova organização de esquerda”.

No Rio Grande do Norte, a Campanha vinha se processando dentro de uma postura nacionalista e popular, sem explicitar conteúdos de luta de classe ou de uma proposta socialista. A AP, que começava a definir a sua ideologia, vai oferecer um instrumental teórico a um novo posicionamento da Campanha. Isso passa a ser verbalizado a partir do documento-base de AP (1963), no que se refere principalmente à política e à cultura. Nessas duas áreas assim se manifesta o documento-base⁵³:

... o nosso contexto imediato é o da relação de dominação que o sistema capitalista estabelece sobre as áreas subdesenvolvidas cujas populações se marginalizam e retardam face ao ritmo de socialização e às exigências da consciência histórica do nosso tempo e, pois, na direção do movimento que marca a passagem da história para as estruturas de uma civilização socialista que nossa opção se situa e nossa ação se orienta. Tal direção define nossa presença ativa no processo revolucionário brasileiro. Presença que repele todo oportunismo, todo empirismo de curta visão. Que parte de uma concepção realista da história, tendo como sujeito o homem a ser reconhecido; como objeto o mundo a ser humanizado; como fim a comunidade das pessoas na transparência e na solidariedade um mundo autenticamente humano.

Para a AP, o conceito de cultura – ao que parece – tem duas poderosas vertentes: o humanismo cristão e o humanismo marxista, considerando que o documento-base define a cultura como

o processo histórico pelo qual o homem, compreendendo-se, compreende o mundo em relação de transformação e os outros homens em relação de reconhecimento, criando um mundo humano e nele se realizando como homem (...). A cultura é o espaço vital do homem, não dado pela natureza, mas estruturado pelo próprio homem. Por isso mesmo não é um espaço feito, um contorno acabado. É uma dimensão que se renova, um universo em expansão.

⁵³ Souza Lima, Luiz Gonzaga da. Documento-base de ação popular. *Evolução política dos católicos da igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1979.

Ao documento-base da AP não faltou nem a aragem da poesia: “humanizando o mundo, o homem se humaniza a si mesmo”.

Essas idéias – veiculadas principalmente pelas lideranças da UNE – circulam na Campanha e vão embasar o documento *Cultura popular e pé no chão*, que será apresentado no I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular (Recife, setembro de 1963). Será, igualmente, o maior espaço aberto pela ideologia na proposta/estrutura da Campanha.

Jogada na clandestinidade pela repressão de 1964, a AP sofre profunda reorientação: adota o maoísmo (1967-68); adere à luta armada; transforma-se numa organização marxista-lenista (1971); *racha* em 1972, fundindo-se a sua principal fração com o PC do B (setembro de 1973) parece ter sido a hora derradeira da AP, quando muitos dos seus quadros desaparecem ou são mortos⁵⁴.

Em 1979, Souza Lima, *op. cit.*, escreve um melancólico “epitáfio” que registra a derrota de todos: dos católicos progressistas e dos socialistas, que ainda integravam a AP depois de 1964: “O abandono do humanismo cristão como ponto de partida, ao mesmo tempo em que se abandonavam suas bases sociais, haveria de transformar a AP em uma organização pequena e impaciente, que disputava verbalmente com outras organizações clandestinas a hegemonia na direção da classe operária e da Revolução Brasileira. Isolando-se do espaço social católico e mantendo com ele esporádicos e raros contatos, o movimento viveu seus últimos anos em declarado e agressivo anticlericalismo”. O autor reconhece, todavia, que a AP assumira “uma teoria revolucionária internacionalmente considerada como tal”.

Finalmente, convém deixar claro que a AP coetânea com De Pé no Chão é aquela anterior a 1964, quando esse movimento “parecia ser (...) o canal através do qual se realizaria a participação dos católicos progressistas na política brasileira”. O posterior estreitamento da base social da AP não é discussão a ser feita aqui, evidentemente.

A organização dos camponeses e a emersão da AP são os indicadores apontados por Souza Lima para marcar a fase de radicalização política no Brasil, de 1960 a 1964. A nossa intenção foi registrar que idêntico fenômeno, em suas linhas gerais, também ocorreu no Rio Grande do Norte, com repercussões na Campanha.

Vale dizer que a pequena Macondo/Natal respondia a uma palavra de ordem de política progressista a nível nacional, mesmo sem ter as condições objetivas dos grandes centros, isto é, sem uma economia industrial e conseqüentemente sem uma classe operária poderosa que indicasse caminhos e/ou que respaldasse o discurso político das camadas médias politizadas. Nessas últimas situamos, nos limites de Natal, os Comitês Nacionalistas, a Frente de Mobilização Popular, o Centro de Cultura Popular, De Pé no Chão, o Sistema Paulo Freire, o MEB, o Comando Estadual dos Trabalhadores, a AP, o PC e outras organizações.

Assim, sem as condições de ultrapassar os limites locais, mas fiéis ao momento histórico brasileiro, as forças políticas progressistas de Natal, em 1964, vivenciaram coerentemente o seu discurso político, correram os riscos e pagaram o preço. E, talvez sem o saber, deram vigoroso testemunho e substância aos versos de Neruda:

Não renunciéis ao dia que vos entregam
os mortos que lutaram. Cada espiga
nasce de um grão entregue à terra,

⁵⁴ Ferreira de Sá, Jair. *Companheiro* (entrevista). São Paulo (14) 10.10.1979.

e como o trigo, o povo inumerável
 junta raízes, acumula espigas,
 e na tormenta desencadeada
 sobe à claridade do Universo.

II. OS MOVIMENTOS DE ALFABETIZAÇÃO, EDUCAÇÃO POPULAR E CULTURA POPULAR NOS ANOS 60

Aqui não se pretende fazer um histórico da educação popular no Brasil. O interesse é apenas abrir outra moldura – esta, educacional –, para situar entre os principais movimentos contemporâneos a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

1. AS POSIÇÕES DO GOVERNO, DO PCB E DA IGREJA

Em termos de educação popular e educação de adultos, os anos 60, aqui também, começam em 1958, no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, quando ocorre a “reintrodução da reflexão sobre o social na elaboração das idéias pedagógicas”, coisa perdida, de um modo geral, desde a década de 20⁵⁵.

O Congresso de 1958 se faz sob o impacto das frustrações com os resultados da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos do então Departamento Nacional de Educação. Sua Carta de Princípios, como bem percebe Vanilda Paiva, não condiz, todavia, com a mobilização intelectual e a intensificação da luta política e ideológica que passou pelas 210 teses discutidas. Aliás, esse clima já era visível desde o Seminário Regional de Pernambuco, em preparação ao Congresso, quando Paulo Freire, relator do tema “A educação dos adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos”, vinculava o analfabetismo ao pauperismo.

A contribuição pernambucana ao Congresso, que absorve, ainda, o pensamento isebiano de Vieira Pinto (Vanilda Paiva), afirmava a nossa “sobrevivência como povo que vem vivendo a sua promoção de ser colonial em ser nacional; de objeto do pensamento de outrem em ser sujeito do seu próprio pensamento”.

Esse posicionamento emergirá, novamente, na tese de Paulo Freire (*Educação e atualidade brasileira*, 1959) quando, em termos individuais, estabelece o “trânsito” da consciência intransitiva para as consciências transitiva e crítica e, em termos sociais, identifica a sua época como de “trânsito” de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta⁵⁶.

⁵⁵ Paiva, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo, Edições Loyola, 1973.

⁵⁶ Freire, Paulo. *Educação e atualidade brasileira*. Recife, s.ed., 1959.

Conclusões da tese de Paulo Freire: “Após o desenvolvimento de nosso trabalho, parece-nos lícito chegar às seguintes fundamentais conclusões: a) que, para ter força instrumental, para ser *'agente de los cambios sociales'*, na expressão de Mannheim, é necessário ao processo educativo estabelecer relação de organicidade com a textura da sociedade a que se aplica; b) que essa relação de organicidade implica um conhecimento crítico da realidade para que só assim possa ele se integrar com ela e não a ela se superpor; c) que sua superposição à realidade – causada quase sempre por transplantes a que falte ‘tratamento’ de que decorra sua adequação à nova circunstância – o faz inautêntico e, por isso, inoperante; d) que a nossa atualidade apresenta uma cultura em elaboração – uma sociedade em trânsito: I – *de* uma economia de caráter complementar, comandada pelo comércio exterior; II – *para* uma economia de mercado, com o predomínio de um capitalismo florescente; III – *de* formas rigidamente antidemocráticas; IV – *para* formas plasticamente democráticas, em

Ainda em 1958, os pernambucanos convocavam o segundo Congresso a um trabalho educativo *com* o homem e não *para* o homem; a substituição da aula expositiva pela discussão; a utilização de modernas técnicas de educação de grupos com a ajuda de recursos audiovisuais; etc.

Assim, 1958 foi o pórtico por onde passaram os movimentos de educação popular dos anos 60, pois em ambos os momentos emergiram as preocupações com a “participação popular nas decisões políticas, através da ampliação das bases eleitorais e à aceitação de que os problemas brasileiros se resolveriam através do aceleração do processo de desenvolvimento e da mudança social que deveria acompanhá-lo”⁵⁷.

Também é verdade que 1958 não caiu do céu por descuido. Outras formas de “alfabetização ao seu nível mais elementar”⁵⁸ já haviam ocorrido como as da ALFALIT (Agência Alfabetizadora Confessional), a Cruzada Nacional de Educação (1932), a Bandeira Paulista de Alfabetização (1933), a Cruzada de Educação de Adultos (1947).

Por outro lado, o esforço teórico de propostas mais abrangentes já era visível, como registra Carlos Rodrigues Brandão (*Da educação fundamental ao fundamental em educação*): as conferências interamericanas de Ministros de Educação de 1943 e 1956, no Panamá e em Lima. Nessa última, já se fala em “alfabetização funcional”, conceito criado pela UNESCO, que significa uma forma mais avançada de proposta, com menos riscos de regressão ao analfabetismo, o que ocorria com frequência na antiga metodologia da “alfabetização elementar”.

Ainda antes de 1958, importante em termos de educação de adultos é a contribuição da esquerda marxista, “o primeiro grupo a preocupar-se, agudamente, com o problema. Paschoal Leme é o primeiro educador a publicar um trabalho dedicado especificamente ao ensino de adultos (*Educação supletiva, educação de adultos*) e a assumir efetivamente a tarefa de organizar cursos para operários no Distrito Federal, nos primeiros anos da década

antinomia umas com as outras; e) que a antinomia fundamental de nossa atualidade representa exatamente aqueles dois climas: o da economia de caráter complementar, em que se inseriam formas rigidamente antidemocráticas; o da economia de mercado, com o surto de industrialização do país, em que se vêm inserindo formas plasticamente democráticas. O primeiro clima é o da nossa ‘inexperiência democrática’. O segundo é o da ‘emersão do povo na vida pública brasileira’; f) que, na medida em que se acelera o ritmo de industrialização do país, a emersão do seu povo se faz mais vigorosa e ele passa de posições meramente expectantes para posições participantes. De uma consciência intransitiva, para a transitivo-ingênuo; g) que essa transitividade ingênuo precisa ser promovida pela educação à crítica, a qual, fundando-se na razão, não deve significar uma posição racionalista, mas uma abertura do homem, através de que, mais lucidamente, veja seus problemas. Posição que implica a libertação do homem de suas limitações, pela consciência dessas limitações; h) que a não-promoção da ingenuidade para a criticidade implica uma distorção daquelas formas desumanizadas, que levam o homem a posições mágicas e míticas, comprometedoras da mentalidade democrática, por sua vez permeável e plástica; i) que o novo clima cultural, em elaboração, exige intensamente o exercício da participação e da decisão do homem nacional no nosso acontecer histórico, razão por que se faz necessária uma planificação democrática em que haja lugar para vasto trabalho de educação extra-escolar, dirigida no sentido da democracia; j) que o processo educativo brasileiro vem sendo uma superposição à nossa atualidade, porque: I – Não atende a essa transição de formas econômicas, que requer toda uma revisão do agir educativo, agora devendo endereçar-se no sentido da formação de técnicos dos vários níveis, como de mão-de-obra qualificada; II – Não atende à necessidade imperiosa de identificar o homem brasileiro com o ritmo de democratização política e cultural, criando-lhe disposições mentais democráticas, com que se supere nossa ostensiva ‘inexperiência democrática’. O seu verbalismo, o seu sentido seletivo e florido são contradições e obstáculos às forças democráticas em emersão; l) que, finalmente, a revisão de nosso processo educativo não pode ser parcial porque é todo ele que está inadequado e é de todo ele, em conjunto, em bloco, que a cultura em elaboração precisa.”

⁵⁷ Paiva, *op. cit.*, nota 55.

⁵⁸ Brandão, Carlos Rodrigues. “Da educação fundamental ao fundamental em educação”. *Proposta*, Rev. da FASE, Rio de Janeiro, set., 1977.

de 30”⁵⁹.

O Partido Comunista Brasileiro, em sua efêmera vida legal de 1945 a 1947, vai se lançar no campo da educação de adultos, através dos Comitês Democráticos e da Universidade do Povo esta, no Distrito Federal, os primeiros, nos bairros e periferias das grandes cidades.

Apesar de reconhecer, com Paschoal Leme, que o estágio da educação brasileira “resulta fundamentalmente de nossas condições de atraso econômico”, os comunistas vão se mobilizar em torno de bandeiras como escolas para adultos, que deveriam funcionar como “verdadeiros centros de cultura” nas sedes dos sindicatos, associações, clubes esportivos e empresas, com auxílio do poder público; bibliotecas nos bairros, as quais deveriam funcionar não como “meras salas de consulta, mas como centros de interesse vital”; “auditórios para promover a educação política do povo através de reuniões públicas para o debate dos problemas de interesse popular”; difusão de teatro, esporte e diversões públicas entre as classes populares; maiores verbas para a educação. A Universidade do Povo no Distrito Federal, na época, chegou mesmo a editar material de leitura para adultos⁶⁰.

Também de 1947 é a criação, no Ministério da Educação, do Serviço de Educação de Adultos (SEA), por inspiração e sob a direção de Lourenço Filho, regulamentando antiga legislação de Vargas, de fins de 1945. Ainda em 1947 é convocado o I Congresso Nacional de Educação de Adultos, “para uma tomada de consciência do problema e para o delineamento de algumas de suas linhas basilares”, como informa Robert Dannemann num dos trabalhos mais documentados sobre a época⁶¹.

Dez anos depois, em 1957, é criado, no SEA, o SIRENA (Sistema Radioeducativo Nacional), com o objetivo de apoiar e suplementar os seus cursos em funcionamento. Antes, em 1951, o SEA abriu espaço para os Cursos de Iniciação Profissional, pois, no entender de Lourenço Filho, “a campanha há de ser de educação nos melhores moldes democráticos e não só de alfabetização”⁶². Em 1952-53, o Ministério da Educação formalizará a Campanha Nacional de Educação Rural, que já vinha operando como extensão da Campanha de Educação de Adultos.

Ainda de 1958, precedendo de seis meses o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, é a criação da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, novo esforço do Governo federal, em face do desencanto com os resultados da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos do DNE, e que vai durar até 1961, quando serão extintas todas as campanhas do MEC, diante do Plano Nacional da Educação, agora sob a ótica da LOB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

O maior crédito da CNEA é, sem dúvida, o projeto-piloto de Leopoldina, o qual, apesar de ingentes esforços, conclui que a erradicação do analfabetismo passa, primeiro, pela escolarização primária de crianças, sendo a educação de adolescentes e adultos apenas uma extensão; o ensino primário generalizado é que é a tarefa fundamental⁶³.

⁵⁹ Paiva, *op. cit.*, nota 55.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ Dannemann, Robert. *Programas educacionais para adultos e sua integração com planos nacionais de desenvolvimentos econômico e social; informe sobre o Brasil para a OEA*. Rio de Janeiro, out., 1963, mimeog.

⁶² *Ibidem*.

Finalmente, ainda, em 1958, ocorre a ampliação das atividades do SAR (Serviço de Assistência Rural), no Rio Grande do Norte, que, sob a orientação da Igreja Católica, desenvolve um projeto de educação popular através do rádio. Aí confluem experiências acumuladas dos anos 50 no Brasil (Itaperuna) e na Colômbia (programa Sutateuza). Outras dioceses, como a de Aracaju, vão seguir o exemplo da de Natal, com a educação pelo rádio, surgindo então a RENEC (Rede Nacional de Emissoras Católicas), que realiza um Encontro de Educação de Base em princípios de 1960, em Sergipe.

A lenta gestação que prepara os anos 60, em termos de educação de adultos, conta, assim, com a participação do Governo, da esquerda marxista e da Igreja Católica, como forças mais expressivas. Caberá ao I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular⁶⁴, realizado em setembro de 1963, no Recife, identificar os principais movimentos que ocorrem entre 1960 e 1964:

a) Movimento de Cultura Popular, criado em maio de 1960, sob o patrocínio da Prefeitura do Recife, como sociedade civil autônoma;

b) Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, deflagrada em Natal, em 23 de fevereiro de 1961, pela Secretaria de Educação da Prefeitura de Natal⁶⁵;

c) Movimento de Educação de Base, lançado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em convênio com o Governo federal, em março de 1961;

d) Centro Popular de Cultura, criado pela União Nacional dos Estudantes, em abril de 1961.

O surgimento, no Brasil, de movimentos semelhantes é tão intenso, a partir desses quatro marcos, que, em setembro de 1963, no Recife, já se reúnem 44 organizações de alfabetização e cultura popular⁶⁶.

2. CULTURA POPULAR E PAULO FREIRE

2.1. O Movimento de Cultura Popular de Pernambuco (MCP)

O trabalho educativo *com* o homem e não *para* o homem proposta dos pernambucanos ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1958 – começou a

⁶³ Paiva, *op. cit.*, nota 55.

⁶⁴ *Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular*, I. Recife, 1963, mimeog.

⁶⁵ *Ibidem*, No relatório do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular há um equívoco de data, quando situa a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler como criada em outubro de 1961. Nessa data, a Campanha já contava com a matrícula de 8.100 alunos. Na realidade, a Campanha foi lançada oficialmente em 23 de fevereiro de 1961, no bairro das Rocas, pelo Prefeito Djalma Maranhão, acompanhado do Grupo de Trabalho de Educação Popular. Aí, já contava com 2.974 alunos, matriculados em Escolinhas. Ver *Folha da Tarde*, de 23 de fevereiro de 1961, e estatísticas de matrículas no Apêndice.

⁶⁶ *Ibidem*.

ser uma prática a partir de maio de 1960, quando, na administração do Prefeito Miguel Arraes, no Recife, é fundado o MCP, pessoa jurídica de direito privado.

O objetivo principal do MCP é “conscientizar as massas através da alfabetização e educação de base (...) e incorporar à sociedade os milhares de proletários e marginais do Recife”⁶⁷.

Com o tempo, o MCP diversificou seu campo de ação e novos tipos de contatos com a massa se foram forjando. As Associações de Cultura Popular são o ponto de partida para as linhas de ação que, em 1963, quando Miguel Arraes já é Governador de Pernambuco, estavam assim definidas: núcleos de cultura popular; meios informais de educação; alfabetização e educação de base; editorial e imprensa; teatro; cinema; esportes; artes plásticas e artesanato; dança, canto e música popular; ensino elementar e pesquisa⁶⁸. Nessa data, o MCP buscava “sintetizar na mesma unidade o esforço do movimento popular com o esforço do movimento de cultura popular; modos de ação que transcendem a característica de mera doação de bens culturais produzidos internamente pelo movimento e, a seguir, oferecidos à comunidade como produtos acabados em relação aos quais só cabe o ato de consumo”.

Para atingir esses objetivos, o MCP, em 1963, recomendava o predomínio de atividades que se caracterizassem: *a)* pela oferta de assessoramento a esforços criadores de cultura desenvolvidos pelos núcleos de cultura das próprias organizações populares; *b)* pela aplicação das várias modalidades de incentivos ao surgimento, ao florescimento e à multiplicação de tais fontes produtoras de cultura popular; *c)* pela criação de mecanismos de estímulos e de coordenação capazes de criar interdependências e ajudas mútuas entre as diversas organizações nos seus diversos níveis de existência social, facilitando desse modo que as deficiências de umas sejam completadas pelas potencialidades de outras e permitindo, em última análise, que as mais atrasadas encontrem condições favoráveis para ascender ao nível das mais adiantadas⁶⁹.

Entre setembro de 1961 e fevereiro de 1963, o MCP realizou uma experiência de educação pelo rádio, com recepção organizada em escolas experimentais⁷⁰. Produziu, ainda, um livro de leitura, de autoria de Norma Porto Carreiro Coelho e Josina Maria Lopes de Gogoy, de grande repercussão na época.

Os meios informais de educação parecem ser o cerne do MCP e, desses, a expressão mais eloquente são as Praças de Cultura que, com parques infantis, bibliotecas, auditório para teatro, teleclube, cineclube, debates, concha acústica – trabalhando junto a associações de bairros, centros esportivos e recreativos, grupos escolares, templos, etc. –, constituem um dado inovador da maior importância. A primeira proposta de Praça de Cultura é de autoria do professor Paulo Rosas, da Universidade do Recife, e data dos anos 50; sua efetivação só ocorreria, todavia, no âmbito do MCP.

Finalmente, o valor do MCP cresce, ainda mais, quando situamos nele a gestação e os primeiros experimentos do Sistema Paulo Freire.

⁶⁷ *Ibidem*. Anexo D. Plano de ação do Movimento de Cultura Popular.

⁶⁸ *Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, I*. Recife, 1963, mimeog.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ Paiva, *op. cit.*, nota 55

2.2. O sistema Paulo Freire

Historicamente, o Método Paulo Freire nasce no Centro de Cultura do MCP Dona Olegarinha, no Poço da Panela, no Recife, em 1961, fruto de 15 anos de acumulação de experiências do educador pernambucano no campo da educação de adultos, em áreas proletárias e subproletárias, urbanas e rurais.

A obra de – e sobre – Paulo Freire é, hoje, certamente, a mais extensa e mais profunda que já se escreveu sobre o pensamento pedagógico de um brasileiro. Guardadas, assim, as limitações desta notícia, preferimos situar do pensamento do educador, apenas, o referencial a antes de 1964, por uma questão didática. Neste caso, o melhor roteiro seria seu artigo “Conscientização e alfabetização – Uma nova visão do processo”⁷¹.

É importante visibilizar em Paulo Freire: a História, a Antropologia Cultural, a Metodologia e a Cronologia de aplicação da experiência. Desses quatro aspectos pretendemos nos ocupar em síntese.

Quanto à sua visão histórica, Paulo Freire partiu do princípio de que, na primeira metade dos anos 60, ocorria um *trânsito* do povo brasileiro de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta, aproveitando uma *rachadura* ocorrida no sistema, em decorrência da “substituição das importações”. Nesse processo econômico emergiria o fenômeno que Mannheim chama de “democratização fundamental”, que implica uma crescente e irreversível ativação do povo no seu próprio processo histórico, abrindo leques de participações interdependentes de ordem econômico-social-político-cultural. O povo deixa de ser objeto para ser, sujeito⁷².

⁷¹ Freire, Paulo. “Conscientização e alfabetização, uma nova visão do processo”, *Estudos Universitários*, Universidade do Recife (4), 1963.

⁷² *Ibidem*. “O ponto de partida do nosso Trânsito foi exatamente aquela sociedade fechada (...) Sociedade escravocrata, com o centro de decisão de sua economia e de sua cultura fora dela. Economia por isso mesmo comandada por um mercado externo e não por um interno, que não havia. Reflexa na sua economia. Reflexa na sua cultura. Por isso alienada. Objeto e não sujeito. Sem Povo. Antidualogal, dificultando a mobilidade social vertical ascendente. Sem vida urbana ou com pouca vida urbana. Com alarmantes índices de analfabetismo. Atrasada. Comandada por uma elite superposta a seu mundo ao invés de com ele integrada.

Esta sociedade *rachou-se*.

A rachadura decorreu da perda de equilíbrio que mantinha o sistema de forças da sociedade fechada. As alterações econômicas, mais fortes neste século e que começavam incipientemente no século passado, com as inicialmente indecisas ‘substituições das importações’, foram os fatores decisivos do processo de ‘abertura’ de nossa sociedade.

Se ainda não somos uma sociedade aberta, já não somos uma sociedade fechada. Parece-nos sermos uma sociedade abrindo-se, com preponderância de abertura nos centros urbanos e de fechamento nos rurais.

Não tememos afirmar que a nossa salvação democrática estará em nos fazermos uma sociedade homogeneamente aberta.

Este fazermos uma sociedade ‘aberta’ constitui um dos fundamentais desafios do nosso hoje a exigir adequada resposta.

Em si mesmo, este desafio se acha envolvido por uma série de forças contraditórias – internas e externas. Umas, que pretendem, através de respostas verdadeiras, superar a situação dramática de que ela nasce e levar-nos pacificamente às soluções desejadas. Outras, buscando, a todo custo, ingênuas e reacionariamente, entravar o avanço e fazer-nos permanecer – como se fosse possível – no estado atual.

Neste momento, dividem-se os homens e as instituições num sentido amplo, que comporta categorias intermediárias em reacionárias e progressistas. Em homens e instituições que apenas estão no *trânsito* e homens e instituições que não apenas estão, mas *são* do Trânsito e que o Trânsito é realmente optativo. No momento em que a rachadura se faz e a sociedade entra em Trânsito, fatos novos se sucedem a provocar novos fatos. Instala-se então, em pleno Trânsito, o fenômeno que Mannheim chama de ‘democratização fundamental’ que implica uma crescente e irreversível ativação do povo no seu próprio processo histórico. e esta democratização fundamental que se deu em leque, apresentando dimensões

O Sistema Paulo Freire passa, antes de mais nada, pela Antropologia Cultural. É ele mesmo quem diz:

Pareceu-nos (...) que o caminho seria levarmos ao analfabeto, através de reduções, o conceito antropológico de cultura. A distinção entre os dois mundos: o da natureza e o da cultura.

O papel ativo do homem em sua e com a sua realidade. O sentido de mediação que tem a natureza para as relações é comunicações dos homens. A cultura como acrescentamento que o homem faz ao mundo que ele não fez⁷³.

A metodologia do Sistema Paulo Freire implica o cumprimento das conhecidas etapas que devem ser executadas na seguinte ordem: levantamento do universo vocabular do grupo que se vai alfabetizar; seleção neste universo dos vocábulos geradores sob um duplo critério: o da riqueza fonêmica e o da pluralidade de engajamento na realidade local, regional e nacional; criação de situações existenciais, típicas do grupo que se vai alfabetizar; criação de fichas-roteiro, que auxiliam os coordenadores de debate no trabalho; feitura de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores.

A cronologia dos experimentos do Sistema Paulo Freire parece ter sido a seguinte:

Recife – MCP – Centro de Cultura Dona Olegarilha – Poço da Panela (1961); Recife – SEC (Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife), quando uma equipe interdisciplinar aprofunda a fundamentação científica do Método, criando o Sistema; João Pessoa – CEPLAR (Fundação da Campanha de Educação Popular da Paraíba); Recife – União Estadual dos Estudantes de Pernambuco e Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Recife (financiado pelo Plano de Emergência do MEC); Natal – Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (financiado pela Prefeitura do Natal); Angicos e Exército (16º RI) – Governo do Estado do Rio Grande do Norte (financiado pela Aliança Para o Progresso, através da SUDENE⁷⁴; Osasco (São Paulo); Brasília (financiado pelo Plano Nacional de Alfabetização do MEC, através da Comissão de Cultura Popular, criada junto ao Gabinete do Ministro, em 28 de junho de 1963); Projeto Nordeste e Projeto Sul (Sergipe e Rio de Janeiro – financiamento do PNA – MEC).

O educador Paulo Freire, em abril de 1964, foi preso, cassado e sobreviveu no exílio até 1979, quando regressou ao Brasil.

interdependentes – a econômica, a social, a política e a cultura, que caracteriza a presença participante do povo brasileiro, que, no estágio anterior, não existia.

Encontrava-se então o povo na fase anterior de fechamento de nossa sociedade, *imerso* no processo. Com a rachadura e a entrada da sociedade no Trânsito, *emerge*. Se na sua imersão era puramente espectador do processo, na *imersão* descruza os braços e renuncia à expectativa e exige a ingerência. Já não se satisfaz em assistir. Quer participar. Quer decidir. E o faz. Deixa de ser objeto para ser sujeito.”

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ Paiva, *op. cit.*, nota 55.

2.3. O Movimento de Educação de Base (MEB)

O MEB emerge, oficialmente, de um convênio da CNBB com o Governo federal (Decreto 50.370, de 21 de março de 1961), resultado de uma série de entendimentos entre o episcopado brasileiro e a Presidência da República. É fruto da experiência acumulada por parte da Igreja Católica a partir do final dos anos 50, cujo marco mais importante foi a, expansão do SAR (Serviço de Assistência Rural) do Rio Grande do Norte, com as escolas radiofônicas criadas por Dom Eugênio Sales.

A área inicial de atuação do MEB é a do subdesenvolvimento brasileiro – Norte, Nordeste e Centro-Oeste –, expandindo-se, posteriormente, para outras regiões (Decreto 52.267, de 1963).

José Pereira Peixoto, que integrou o MEB de Goiás e depois sua Comissão Nacional, escreve em 1977:

Entendia-se como básica a educação que forma o homem na sua eminente dignidade de pessoa, deixando de ser meramente integrativa, para ser criadora. É a educação cujo processo confia na capacidade humana de definir seus objetivos, de escolher, de formular, de criar⁷⁵.

Entre 1961 e 1966, Peixoto identifica cinco etapas vividas pelo MEB, que se estruturou a partir de uma organização bastante complexa: Conselho Diretor Nacional, Comissão Executiva Nacional, Equipe Estadual e Equipes Locais.

O I Encontro de Coordenadores, realizado em dezembro de 1962, parece ter sido um marco decisivo para o posicionamento do MEB, pois toma como “base a idéia de que a educação ‘deveria ser considerada como comunicação a serviço da transformação do mundo’. Esta transformação, no Brasil, era necessária e urgente, e, por isso mesmo, a educação deveria ser, também, um processo de conscientização que tornasse possível a transformação das mentalidades e das estruturas. A partir de então, definia-se o MEB como um movimento ‘engajado com o povo nesse trabalho de mudança social’, comprometido com esse povo e ‘nunca com qualquer tipo de estrutura social ou qualquer instituição que pretenda substituir o povo’”⁷⁶.

Para o MEB, a conscientização é intrínseca à própria educação, pois ela significa ajudar alguém a tomar consciência do que é (consciência de si), do que são os outros (comunicação entre sujeitos) e do que é o mundo (coisa intencionada)⁷⁷.

O Encontro de 1962 recomenda, ainda, ao MEB que elabore uma cartilha que alfabetize, ao mesmo tempo em que leve a uma conscientização. Essa é a origem da cartilha *Viver é lutar*⁷⁸ que, mais tarde, em fevereiro de 1964, terá apreendida a sua edição pela polícia política do Governador Carlos Lacerda, sob a acusação de “cartilha comunista”, que acarretou a Dom José Távora o constrangimento de ter de se explicar ao DOPS da Guanabara.

⁷⁵ Peixoto, José Pereira. “Movimento de educação de base – MEB; alguns dados históricos”. *Proposta*. Rev. da FASE. Rio de Janeiro, nº 2, s.d.

⁷⁶ Paiva, *op. cit.*, nota 55.

⁷⁷ Peixoto, *op. cit.*, nota 75.

⁷⁸ Alves, *op. cit.*, nota 33.

No ano de 1964, os dados de março e dezembro nos permitem ver a paralisação progressiva dos diversos “sistemas (do MEB): das 6.218 escolas radiofônicas atuantes em março, restavam apenas 4.554 em dezembro (...). Até 1965, estas cifras decresceram em torno de 40% em face das novas condições políticas do país” (Vanilda Paiva, *op. cit.*).

O MEB sobreviveu ao golpe de Estado porque o convênio com a União fixara as datas-base de 1961/1965, mas em 1966 perdeu as suas características de Movimento de Educação Popular e tornou-se uma forma tardia de Educação Fundamental”, como analisa Carlos Rodrigues Brandão em *Da educação fundamental ao fundamental em educação*⁷⁹.

2.4. O Centro Popular de Cultura (CPCs da UNE e de Natal)

O Centro Popular de Cultura é filho do Teatro de Arena de São Paulo e nasceu em 1961 no Rio de Janeiro.

“O Arena era porta-voz das massas populares num teatro de 150 lugares”, queixa-se Oduvaldo Viana Filho⁸⁰. Esse era o grande problema. Avanço importante já havia sido feito com o repertório e também em termos da formação de um grupo intelectual de vanguarda. Faltava, todavia, definir o caminho para chegar ao povo, pois, antes de 1961, o máximo que se alcançara fora o diagnóstico, no dizer de Vianinha:

É preciso produzir conscientização em massa, em escala industrial. Só assim é possível fazer frente ao poder econômico que produz alienação em massa.

A alternativa foi sair do Arena e criar o CPC, vinculando-o à UNE, entidade nacional dos estudantes, com ramificação em todo o País, em fase de crescente processo de politização. O primeiro núcleo de CPC se formou na administração de Oliveiros Guanais, presidente da UNE em 1961.

Quando a primeira UNE-volante regressa ao Rio, traz um saldo de 12 CPCs organizados nos Estados. Com a segunda UNE-volante, em 1963, o movimento se consolida a nível nacional. Ai, então, já se tem um canal certo para a divulgação de filmes como *Cinco vezes favela*, de dezenas de peças (o teatro de rua, de “caixotinho”, era a base de atuação do CPC da UNE); do *long-play* *O povo canta*, de edições e distribuições de livros e cartazes; de promoção de debates e, pela primeira vez, foi estabelecido o “contato direto da liderança estudantil corria as bases universitárias, operárias e camponesas de todo o Brasil, o que significou uma revolução nos métodos de atuação política tradicionais no meio estudantil”, como diz Ferreira Gullar⁸¹.

O curta-metragem *De pé no chão também se aprende a ler*, produzido pelo MEC na administração Darcy Ribeiro, percorreu o Brasil todo nas exhibições da UNE-volante. *A questão da cultura popular*, de Carlos Estevão Martins, e *A cultura posta em questão*, de Ferreira Gullar, além do citado de Vanilda Paiva, são livros importantes para conhecer o pensamento do período. O posicionamento estético, a conceituação de cultura popular, a

⁷⁹ Brandão, *op. cit.*, nota 58.

⁸⁰ UNE: União Nacional dos Estudantes. *Memorex; elementos para uma história da UNE*. s.n.t.

⁸¹ *Ibidem*.

política do CPC da UNE foram objeto de revisões constantes, apesar do curto período – 1962/64. O que, todavia, parece ter ficado indene é o cerne da proposta do CPC:

Optando pelo compromisso com as classes oprimidas, o CPC orientava a sua ação a partir da tese de que toda arte exprime uma ideologia e de que, por isso, os artistas conscientes deveriam produzir uma arte que atuasse como veículo de conscientização dessas classes. Esta seria uma arte popular revolucionária; popular, porque identificada com as aspirações fundamentais do povo, revolucionária, porque pretendia passar o poder a esse povo⁸².

A partir do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular (Recife, setembro/ 63), o CPC reviu a sua diretriz política, abrindo espaço maior para os trabalhos mais permanentes e sistemáticos junto às classes subalternas, a partir da alfabetização. O relatório do CPC da UNE ao Encontro do Recife⁸³ revela a sua organização interna: seis Grupos de Trabalho e um Conselho Diretor, composto de dois representantes de cada grupo, além de um coordenador⁸⁴.

Na noite anterior a 31 de março de 1964, uma grande festa inaugurou o Teatro da UNE, no Rio de Janeiro, um dos projetos importantes do CPC. Teatro esse que seria destruído no dia seguinte, sem nunca ter estreado⁸⁵.

No âmbito da UNE funcionava, também, o MPA (Movimento Popular de Alfabetização), que discordava metodologicamente do CPC, aproximando-se mais do posicionamento das esquerdas não-marxistas (favoráveis a programas de alfabetização) e recebendo significativa influência do CPC de Pernambuco (Vanilda Paiva, *op cit.*).

Em Natal, o Centro Popular de Cultura vira Centro de Cultura Popular, e seu último presidente, Hélio Xavier de Vasconcelos, diz que a mudança foi intencional, para distinguir do da UNE⁸⁶.

O primeiro contato do CPC em Natal deve ter sido mantido com o universitário Danilo Lopes Bessa, por intermédio de Carlos Estevão Martins, quando da passagem da UNE-volante – pelo menos é o que se depreende do relatório do policial Veras que, nas conclusões do inquérito de ordem política mandado instaurar pelo Governador Aluísio Alves, transcreve uma carta do então estudante da Faculdade de Direito à UNE⁸⁷.

Os universitários natalenses já tentavam um teatro político, através do TURN (Teatro Universitário do Rio Grande do Norte). Dificuldades, todavia, surgiram com a Reitoria, que decidia sobre as subvenções. “Assim sendo”, diz Danilo Bessa na referida

⁸² Paiva, *op. cit.*, nota 55.

⁸³ UNE. União Nacional dos Estudantes. *Relatório do Centro de Cultura Popular*. Rio de Janeiro, 1963, mimeog.

⁸⁴ *Ibidem*. Em setembro de 1963, segundo o Relatório do CPC da UNE, a sua diretoria era a seguinte: Oduvaldo Viana Filho e Armando Costa (Grupo de Trabalho de Repertório); Carlos Miranda e João das Neves (GT Construção do Teatro), Walter Pontes e Wilson de Carvalho (GT de Cinema); Paulo Hime e Francisco Nelson (GT Espetáculos Populares); Tereza Aragão e Almir Gonçalves (GT Produtora de Arte e Cultura); Ferreira Gullar e Mânlio Marat (GT Reestruturação); Luís Jorge Wemeck Vianna (coordenador).

⁸⁵ UNE, *op. cit.*, nota 80.

⁸⁶ Vasconcelos, Hélio Xavier de. Depoimento prestado ao Autor em 1979, no Rio de Janeiro.

⁸⁷ *O Poti*. Natal, 27.9.1964.

carta, “as atividades do TURN, de agora em diante, diminuirão em muito, se não se acabarem totalmente. Não queremos, no entanto, ficar parados, pois julgamos extremamente necessária uma atuação nossa visando a politização do povo. Transformaremos, se necessário, o TURN em CPC, se ele realmente não puder funcionar como tal (...). Proponho-me, na medida do possível, a esforçar-me para que possamos realizar algo de revolucionário e bom no campo da cultura.”

Assim nasceu o CPC em Natal, cujo primeiro presidente foi Nathania Von Shonsten, Chefe de Gabinete do Prefeito Djalma Maranhão, sendo secretário Hélio Xavier de Vasconcelos que, posteriormente, se elege seu presidente.

Integravam o CPC, como figuras importantes, além das já enunciadas: Eider Toscano de Moura, José Arruda Fialho, Humberto Brandão, Benivaldo de Azevedo, Ademar de Medeiros Neto, Ivanaldo Bezerra, Ivis Bezerra, Paulo de Oliveira Frassinete, Geniberto de Paiva Campos, Luís Maranhão Filho⁸⁸.

O CPC de Natal indicava como objetivos, em seus estatutos: promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a democratização da cultura; contribuir para a politização do povo, preparando-o para uma maior integração no processo histórico nacional; proporcionar a realização de pesquisas, estudos e cursos, visando a compreensão e interpretação da realidade sócio-econômica do Estado e do País, sua problemática e soluções.

O CPC esteve muito próximo à Campanha de Pé no Chão, promovendo palestras e debates nos Acampamentos Escolares e no Centro de Formação de Professores. Associou-se, também, à Campanha e aos Comitês Nacionalistas, quando das atividades culturais na área sindical. Sua participação foi expressiva na organização e funcionamento do Congresso de Cultura Popular promovido pela Prefeitura do Natal.

O CPC era estruturado a partir de um Conselho Deliberativo, Comissão Executiva e Conselho Consultivo, tendo os seus estatutos inscritos sob número 656 no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do 1º Cartório Judiciário da Comarca de Natal. Foi reconhecido de utilidade pública pela Lei Municipal 1.283, de 10 de dezembro de 1962.

O artigo 18 dos estatutos do CCP dizia que o órgão “*só poderá ser dissolvido pelo voto favorável de dois terços dos componentes do Conselho Deliberativo, em sessão especialmente convocada para esse fim*”.

Não consta que, em abril de 1964, a repressão tenha convocado essa sessão, nem tenha ouvido os seus sócios... Simplesmente, como tantos organismos de então, ele deixou de existir. Sem missa de sétimo dia.

Vários de seus integrantes foram presos, e seu presidente, Hélio Xavier de Vasconcelos, que cinco anos antes discursara em nome dos estudantes quando da instalação da Universidade, amargou 10 meses de cárcere.

2.5. Fundação da Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR)

Em setembro de 1963, no Recife, como já dissemos, estão presentes numerosas organizações brasileiras empenhadas em alfabetização, educação popular e cultura popular. O mapeamento de todos esses movimentos, em termos de sua história, ainda está para ser

⁸⁸ *Ibidem.*

feito – tarefa que seria da maior importância para a compreensão dos anos 60. O MCP conseguiu, então, organizar um cadastro dessas organizações.

Respingando, todavia, algumas informações, valeria a pena listar aqui também a CEPLAR, da Paraíba, que desempenhou importante tarefa. Paulo Freire fala da CEPLAR em 1963⁸⁹, com 10 Círculos de Cultura em funcionamento em João Pessoa e se preparando para lançar mais 10.

Márcio Moreira Alves e Vanilda Paiva (*op. cit.*) registram, também, a experiência da CEPLAR, entidade jurídica de direito privado, integrada por representantes do Governo do Estado da Paraíba, do MEC e da Arquidiocese de João Pessoa. A sua vida útil vai de outubro de 1962 a 1º de abril de 1964 e já mantinha atividades de educação popular, além de João Pessoa, nos seguintes Municípios: Sapé, Bayeux, Rio Tinto, Campina Grande e Santa Rita.

A semelhança do MEB, a CEPLAR produzia um programa radiofônico na Rádio Tabajara, do Governo do Estado, e editava literatura de cordel. Um desses folhetos versou sobre o crime de que foi vítima o camponês Pedro Teixeira.

Um dos objetivos da CEPLAR era, em convênio com o MEC, alfabetizar 06 mil adultos nas periferias de João Pessoa e Campina Grande. O golpe de Estado chegou antes, e os 06 mil adultos paraibanos continuaram analfabetos, pois os dirigentes da CEPLAR foram responder a processos na Sétima Auditoria do Exército, no Recife⁹⁰.

Nesta notícia, haveria oportunidade para outras experiências, como as de Goiás e de Ijuí – para citar apenas duas. Infelizmente o espaço e a carência de dados são obstáculos intransponíveis, no momento.

3. O FUNDO DO QUADRO DE OUTUBRO DE 1961 A ABRIL DE 1964

Após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, as iniciativas federais na área da educação são indicadas pelos seguintes marcos:

Outubro de 1961 – O programa do *Premier* Tancredo Neves, da República Parlamentarista, é identificado por Robert Dannemann, *op. cit.*, como tendo os seguintes objetivos, a serem alcançados em cinco anos: a expansão e o aprimoramento da rede escolar comum; a recuperação dos analfabetos e insuficientemente alfabetizados para a Nação; a extensão dos benefícios da cultura a todos os brasileiros; o incentivo à criação artística, intelectual e científica.

Pretendia o Governo, em termos de ensino primário, atingir os objetivos estabelecidos em Punta del Este e, se possível, se antecipar a eles. Os objetivos eram: a eliminação do analfabetismo, a escolarização mínima de seis anos para todas as crianças em idade escolar, etc.

Dezembro de 1961 – A promulgação da Lei 4.024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; culmina o amplo debate sobre a escola pública e a democratização da

⁸⁹ Freire, *op. cit.*, nota 71.

⁹⁰ Alves, *op. cit.*, nota 33.

cultura, iniciado em 1948. Desde a campanha “O Petróleo é Nosso”, a discussão política jamais havia atingido níveis tão altos de civismo, como então.

É de Bárbara Freitag⁹¹ esta observação sobre a LDB (Lei de Diretrizes e Bases):

É o compromisso entre as duas tendências expressas pelos dois projetos de lei (Mariani e Lacerda). Assim, ela estabelece que tanto o setor público quanto o particular têm o direito de ministrar o ensino no Brasil, em todos os níveis (art. 2º). A gratuidade do ensino, fixada na Constituição de 1946, fica omissa na nova lei. Em casos claramente definidos, o Estado se propõe subvencionar as escolas particulares (art. 95, § 1º, c). Se desta forma os setores privados viram assegurados os seus direitos, triunfando parcialmente a proposta Lacerda, a Lei também absorve elementos da proposta Mariani, como a equiparação dos cursos de nível médio e a flexibilidade de intercâmbio entre eles (art. 51). A LDB reflete assim as contradições e os conflitos que caracterizam as próprias frações de classe da burguesia brasileira. Apesar de ainda conter certos elementos populistas, esta lei não deixa de ter um caráter elitista.

Demonstrando a linha do seu raciocínio, Bárbara Freitag fala, ainda: do caráter “tardio” da LDB, em face das novas tendências (já em 1961) de “internacionalização do mercado interno”; do caráter de seletividade que ela vai consagrar; da proclamação vazia da educação como direito e dever de todos, omitindo “uma realidade social em que a desigualdade está profundamente arraigada”; finalmente, que a LDB “traduz no seu texto a estratégia típica da classe dominante que ao mesmo tempo que institucionaliza a desigualdade social, ao nível da ideologia, postula a sua inexistência”; assim, “o sistema educacional, além de contribuir para reproduzir a estrutura de classes e as relações de trabalho, também reproduz essa ideologia da igualdade”.

A LDB vai consagrar a tendência da descentralização, a nível de Estados e Municípios, de organização e execução dos serviços educativos. Ao Governo federal ficava reservada a fixação de metas e a ação supletiva – financeira e técnica.

Mai de 1962 – A Mobilização Nacional contra o Analfabetismo (Decreto 51.470) pode ser interpretada como um ensaio. Na sua instituição, “fala-se, expressamente, em um entrosamento dos propósitos de alfabetização e educação de base com o problema de desenvolvimento social e econômico” (Robert Dannemann, *op. cit.*), mas a MNCA não chegou à prática, jamais foi operacionalizada. Sua proposta de conjugação de recursos físicos, humanos e financeiros das seis campanhas existentes no âmbito do MEC será, todavia, retomada com o Programa de Emergência.

Setembro de 1962 – O Programa de Emergência para o Ensino Primário e Ensino Médio (Decreto 51.552), proposto por Darcy Ribeiro, ao contrário da MNCA, foi “inteiramente realizado”, aplicando recursos da ordem de seis bilhões de cruzeiros, dos quais Cr\$ 63.240.000,00 devem ter sido recebidos pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, excetuando o financiamento de bolsas de estudo do ensino médio⁹².

⁹¹ Freitag, Bárbara. *Escola. Estado e sociedade*. São Paulo, Liv. Edart. ed., 1978.

⁹² Dannemann, *op. cit.*, nota 61.

O Programa de Emergência redescobre o Município como “núcleo operativo em que se processa a ação educacional” (conforme fala o Ministro em sua Exposição de Motivos 416, de 26 de setembro de 1962), mas a atuação do Governo federal continua, diante de algumas perplexidades: as heranças da crise da renúncia do Presidente Jânio Quadros e as tentativas de golpe de Estado por parte dos ministros militares; a inflação; a inadequação do parlamentarismo e sua não-aceitação, pelo País; a alteração do sistema educativo por parte da LDB, descentralizando até o Fundo Nacional do Ensino Primário, fonte financeira das campanhas do MEC; etc.

Em seu bojo, o Programa de Emergência traz o compromisso com a implantação de métodos de planejamento da educação, e essa já é vista como investimento.

O material didático produzido e distribuído gratuitamente, a docentes e discentes, é uma nova fronteira aberta na busca da democratização da educação, em face das desigualdades sociais existentes.

Tanto a MNCA quanto o Programa de Emergência tratam da educação popular, abrangendo os diversos problemas do ensino primário comum (difusão e melhoria qualitativa) e os problemas da educação de adultos. O tratamento exclusivo da educação dos adultos, na época, se fazia através dos movimentos locais que se ampliavam e se multiplicavam pelos diversos Estados (Vanilda Paiva).

Fevereiro de 1963 – O Plano Nacional de Educação emerge quando João Goulart já recuperara os seus poderes de Presidente da República, por força de manifestação plebiscitária da Nação. Oriundo do Conselho Federal de Educação, em cumprimento da LDB, o Plano Nacional de Educação terá uma coordenação no próprio gabinete do Ministro Darcy Ribeiro. Sua proposta é fruto, principalmente, do pensamento de Anísio Teixeira, que nele vê:

... Um *plano diretor* para as administrações estaduais de ensino e as respectivas administrações municipais, mediante o qual os recursos da educação serão aplicados, sem duplicação nem desperdícios, no esforço comum da educação primária obrigatória e da educação de nível médio e superior. Bem sei as dificuldades de se levar avante plano desse gênero. Bem sei quanto isso representa de disciplinação e de restrições no mundo de arbítrio e extravagância dos nossos serviços escolares...⁹³.

O PNE previa uma vigência até 1970, em vista dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, e, no campo da educação primária, a sua ambição era a matrícula, até a quarta série, de 100% da população escolar de 7 a 11 anos de idade; matrícula nas quinta e sexta séries de 70% da população escolar de 12 a 14 anos; regime integral para essas últimas duas séries, incluindo em seu programa o ensino de artes industriais, em oficinas adequadas. Em termos de recursos humanos (“as escolas serão o que forem os seus professores” – dizia Anísio Teixeira), o PNE contava ter, em 1970: professores primários diplomados, sendo 20% em cursos de regentes, 60% em cursos normais e 20% em cursos de nível pós-colegial. Os recursos financeiros estavam definidos no artigo 92 da LDB.

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo João

⁹³ *Boletim*. CAPES. Rio de Janeiro, nº 123, fev., 1963. In: Dannemann, *op. cit.*, nota 61.

Goulart, proposto por Celso Furtado para vigência de 1963 a 65, implementou, integrou e ampliou o PNE para o período referido e deixou superado o Programa de Emergência de 1962. Também em função da descentralização da LDB, as campanhas do MEC perderam as suas funções, sendo extintas pelo Decreto 51.867, de 26 de março de 1963, quando Paulo de Tarso já era o novo Ministro da Educação.

Estudando o período, afirma Vanilda Paiva:

A extinção das campanhas significava o alijamento da velha geração de técnicos do Ministério da solução do problema: em lugar deles, surgia uma nova geração de elementos que vinham trabalhando no setor, em movimentos vários, e que pressionavam o MEC no sentido de receberem apoio oficial e estabelecerem uma coordenação nacional.

Junho de 1963 – A Comissão de Cultura Popular é criada junto ao gabinete do Ministro da Educação, com atribuições, inclusive, de implantar o Sistema Paulo Freire em Brasília, através de um plano-piloto, utilizando os quadros normais do MEC.

As etapas seguintes seriam o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, o Seminário Nacional de Cultura Popular e o Plano Nacional de Alfabetização – significando este uma tendência recentralizadora.

Setembro de 1963 – O I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, promovido pelo MPA (Movimento Popular de Alfabetização, da UNE), realizado no Recife, é o coroamento dos encontros regionais: Guanabara (São Paulo, Guanabara e Espírito Santo), Goiânia (Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais) e Florianópolis (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). O Encontro se realiza sob o patrocínio, também, da Secretaria de Educação e do MCP de Pernambuco, do MEB, do Instituto de Cultura de Goiás e da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. A documentação produzida é rica, a partir de seu relatório, marcadamente influenciado pelas palavras do Ministro Paulo de Tarso, em Bogotá, ao propor “a educação para o desenvolvimento e a cultura para a libertação”.

Do relatório do I Encontro Nacional⁹⁴, podemos recolher as seguintes informações: a) participação: 158 delegados credenciados, 69 observadores e 22 convidados⁹⁵; b) objetivos: propiciar o intercâmbio de experiências de todos os movimentos de alfabetização de adultos e cultura popular, bem como estudar a viabilidade de que tais movimentos se coordenem nacionalmente; c) temário: atuação dos movimentos de alfabetização e cultura popular nas diferentes zonas, regiões e grupos sociais; meios e técnicas de comunicação de trabalho de cultura popular, seu desenvolvimento e aplicação; alfabetização; possibilidades de integração nacional dos movimentos de alfabetização e cultura popular; d) o Encontro identifica três grupos de participantes: movimentos dedicados, preferencialmente, ao trabalho de alfabetização (exemplos: MEB e De Pé no Chão); movimentos dedicados, preferencialmente, à pesquisa e elaboração de manifestações artísticas de conteúdo e forma popular (exemplos: CPCs); movimentos diversificados em objetivos e modalidades

⁹⁴ *Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. I, op. cit.*, nota 64.

⁹⁵ O MCP de Pernambuco cadastrou as organizações que participaram do Encontro.

(exemplos: MCP do Recife e Movimento Comunitário de Ijuí); e) dos 74 movimentos presentes ao Encontro, 44 desenvolviam atividades de alfabetização de adultos; desses, 38 em caráter prioritário; f) os objetivos dos Movimentos de Cultura Popular são identificados como: elevação do sentido social das manifestações artísticas populares de caráter tradicional; elaboração e difusão de uma obra artística que, pela forma e conteúdo, seja eminentemente popular; valorização do patrimônio artístico popular; g) 28 CPCs estão presentes ao I Encontro, mas somente o CPC da UNE e o MCP de Pernambuco, “por contarem com auxílio oficial, vêm realizando um trabalho sistematizado nesse setor”.

As resoluções do Recife foram preservadas através de uma edição da UNE, *Alfabetização e cultura popular*⁹⁶. No que se refere especificamente à alfabetização, destacamos, do referido documento, o seguinte: I. *Constatações* – No Brasil, existem 40 milhões de analfabetos maiores de 10 anos; em face da estratificação de classes, na sociedade, “os analfabetos são filhos de analfabetos e deverão ser pais de analfabetos”; no momento em que a técnica passa a ganhar fundamentação científica, o artesão, o agricultor, o operário analfabeto têm suas chances de progredir, tecnicamente, limitadas pelo analfabetismo, e sua participação no desenvolvimento econômico do País é reduzida, tanto na elaboração como no proveito; em 1960, 18 milhões de brasileiros deixaram de votar por serem analfabetos, conseqüentemente, um terço a mais do que o número de eleitores: dados que demonstram que “o analfabetismo é um dos mecanismos de manutenção da atual estrutura de poder”. II. *Propostas* – Em face das constatações referidas, o I Encontro reconhece que as soluções devem partir das modificações estruturais da sociedade; que a alfabetização é “uma das frentes da luta que o povo brasileiro trava em busca de sua libertação”; que alfabetizar não pode ser distinto de conscientizar; que há prioridade para a alfabetização de adultos e adolescentes; que “os núcleos de alfabetizando devem também significar um início de organização das respectivas comunidades”; que “dentro desse contexto”, a alfabetização é, legitimamente, uma forma de cultura popular.

Finalmente, em termos de relacionamento com outras entidades, parece que o I Encontro manda um recado à Aliança para o Progresso, ao declarar, enfaticamente:

Condenamos ligações com entidades não-identificadas com as camadas autenticamente populares, *ou que sejam contrárias aos interesses nacionais* (grifos nossos).

A preocupação última do documento remete, mais uma vez, à estrutura de poder no Brasil e seu acesso através da via eleitoral: “Que os movimentos de alfabetização, ao lado de sua ação específica, trabalhem para formação da opinião pública, no sentido de que seja estendido aos analfabetos o direito de voto”.

Janeiro de 1964 – O Seminário Nacional de Cultura Popular, realizado no Rio de Janeiro, na Universidade Rural, procurou resolver uma questão que se havia mostrado insolúvel, no Recife, em setembro do ano anterior: definir a coordenação nacional dos movimentos de alfabetização e cultura popular de todo o Brasil.

⁹⁶ UNE. União Nacional dos Estudantes. *Cadernos de coordenação universitária*. 2. Rio de Janeiro, s.d.

Agora, com um grupo menor (apenas três representantes por Estado) e a um nível mais político do que técnico, o Seminário, apesar de uma certa confrontação da esquerda marxista com a esquerda não-marxista, conseguiu propor a criação da Comissão Nacional de Cultura Popular. Essa “daria parecer sobre os projetos e a liberação de verbas, prevendo-se que a execução do programa seria feita através de acordos com instituições oficiais ou universitárias, estando prevista a criação de comissões regionais”⁹⁷.

A Comissão Nacional de Cultura Popular não chegou a ser reconhecida pelo MEC, coincidindo a sua proposta com o lançamento do Plano Nacional de Alfabetização.

Janeiro de 1964 – O Plano Nacional de Alfabetização é criado pelo Decreto 53.465, que oficializa um programa já em fase de implementação, fruto da Comissão Nacional de Alfabetização, que funcionou em Brasília de outubro de 1963 a março de 1964, sem ter sido oficialmente criada⁹⁸.

No final da administração do Ministro Paulo de Tarso, sob a influência da esquerda católica da UNE, o MEC adota a recentralização da política de educação de adultos: o Governo federal entraria com recursos financeiros e assistência técnica, ficando a sua operacionalização a cargo de sindicatos e entidades estudantis.

A substituição de Paulo de Tarso por Júlio Sambaqui muda um pouco a correlação de forças, criando condições para um maior espaço em favor do MPA (Movimento Popular de Alfabetização, da UNE). Surge, no MEC, uma Assessoria Estudantil, a partir das lideranças de UNE, UME, UBES e AMES, que passa a ter um peso político expressivo. Quando ocorre o risco de uma confrontação política entre as esquerdas marxista e católica, volta a prevalecer a conciliação: “Embora a nova mobilização fosse dirigida pelo coordenador do MPA da UNE, favorável à utilização de cartilhas, os entendimentos com os grupos católicos, bem como o prestígio pessoal do educador pernambucano, determinam a aceitação do Método Paulo Freire como instrumento do PNA”⁹⁹.

Por outro lado, o MEC não delegou a execução do programa a terceiros – estudantes ou operários –, reservando para si a operacionalização da tarefa mais ambiciosa da época: a extensão a todo o País da experiência do plano-piloto de Brasília, isto é, a alfabetização de 05 milhões de brasileiros, até 1965, pelo Sistema Paulo Freire. Em outras palavras: a incorporação de 05 milhões de eleitores ao colégio eleitoral, antes das próximas eleições presidenciais!

O PNA chegou a operacionalizar-se no projeto-piloto Nordeste (Sergipe) e no projeto-piloto Sul (Rio de Janeiro, Baixada Fluminense), implementando os trabalhos no Distrito Federal, estes iniciados desde junho de 1963.

Abril de 1964 – O PNA foi extinto pelo Decreto 53.886, 14 dias após o golpe de Estado.

Conclusão – A virada da década, na abertura dos anos 60, demonstrou, por parte do poder público brasileiro, uma grande preocupação no conhecer a realidade e um manifesto ânimo de transformá-la.

⁹⁷ Paiva, *op. cit.*, nota 55.

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ *Ibidem*.

O Programa de Emergência de 1962 teve a coragem de proclamar as estatísticas brasileiras nuas e cruas, fato não comum em nossa história¹⁰⁰: a) apenas 46% das crianças de sete a onze anos estavam matriculadas (3.400 mil sem escolas nesta faixa de idade); b) das crianças que frequentavam escolas primárias, metade estava cursando a primeira série; apenas 21,4% alcançavam a segunda; 14,8% a terceira; e 8,9% a quarta; c) de 100 crianças que iniciavam os estudos, apenas 30 alcançavam a terceira série; d) as estatísticas de 1958 revelavam as disparidades regionais: eram 4.416.457 crianças brasileiras matriculadas; no Nordeste, apenas 940.172; eram 91.932 escolas no Brasil; no Nordeste, apenas 31.108; eram 188.580 classes no Brasil; no Nordeste, apenas 44.235; eram 201.297 professores no Brasil; no Nordeste, apenas 45.543; e assim por diante.

Em face dessa situação, o equacionamento da solução jamais poderia ser o acadêmico, o clássico, o conservador.

Por isso, todo esse esforço inovador aqui relatado. Por isso, a emergência da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, em Natal, Rio Grande do Norte, em 1961.

III. A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

1. A HISTORIA FATUAL

...o processo educativo (em Natal) entrara em verdadeiro retrocesso. Vinte anos atrás funcionavam na cidade 11 Grupos Escolares¹⁰¹, hoje reduzidos a 10. Enquanto isso, a população cresceu, multiplicada por quatro, aproximadamente. A educação pública primária passou, assim, por verdadeiro colapso.

Essa denúncia da Secretaria Municipal de Educação de Natal, em 1963, integra a comunicação ao I Congresso Nacional de Alfabetização e Cultura Popular (Recife)¹⁰² e o documento brasileiro à Conferência Interamericana de Ministros de Educação (Bogotá)¹⁰³. Esses dois documentos (o primeiro, mais detalhado do que o segundo) são as fontes primárias pelas quais será possível reconstituir o fatural da Campanha.

O índice de analfabetismo na população acima de 14 anos, o mais alto era o do Nordeste (59,97%) e, em Natal, o Censo de 1960 revelara a existência de 60.254 analfabetos, cifra possível de ser decomposta em 35.810 crianças e 24.444 adultos.

Nos dois documentos, a experiência da Campanha é relatada em oito fases: começa pelas Escolinhas; evolui para os Acampamentos Escolares; registra o esforço de levar a escola ao domicílio de adultos que resistem à alfabetização; fala da criação das Praças de Cultura.

¹⁰⁰ Exposição de motivos do Ministro da Educação, 416/62. In: Dannemann, *op. cit.*, nota 61.

¹⁰¹ Grupos escolares da rede estadual de ensino.

¹⁰² Natal. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *Cultura popular e pé no chão*. Natal, 1963, mimeog.

¹⁰³ SUDENE. Departamento de Assistência Técnica e Formação de Pessoal. *Uma experiência municipal de educação popular – De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. Recife, 1963. Redação preliminar.

Quando situam a quinta fase, há uma divergência entre os documentos: o do Recife indica a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão, enquanto o de Bogotá fala da criação do Centro de Formação de Professores da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

Ocorre que há quase uma concomitância dos fatos: o crédito para a instalação da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão é de 06 de dezembro de 1962 (Lei 1.282) e a criação do Centro de Formação de Professores (CFP) é de 27 do mesmo mês e ano (Lei 1.301), oficialmente criado em dezembro há um mês que o Centro já funcionava, enquanto De Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão, com recursos definidos desde dezembro, só vai receber alunos a partir de 11 de fevereiro de 1963.

As etapas seguintes serão as de aplicação do Sistema Paulo Freire, de assinatura de convênios com as Prefeituras do Rio Grande do Norte para a interiorização da Campanha e, finalmente, a fase de “escola brasileira construída com dinheiro brasileiro”, que marca a evolução do Plano de Emergência para O Plano Definitivo de Edificações Escolares.

1.1. *De Pé no Chão em oito fases*

Com o roteiro citado pretendemos relatar a Campanha, fase por fase:

As Escolinhas – A primeira fase do ensino municipal de alfabetização data da primeira administração de Djalma Maranhão (1956-59) e foi retomada logo em 1961, com o Curso de Emergência preparando um professorado leigo de 250 monitores¹⁰⁴. Esta é a fase em que a Prefeitura utiliza salas cedidas pela comunidade, gratuitamente, e aí instala uma classe de alfabetização. As despesas da Prefeitura são um pequeno *pro labore* para a “professorinha”; material didático doado aos alunos; toscas carteiras fabricadas na carpintaria municipal e utensílios para servir a merenda que é fornecida pelo UNICEF. Salas, água e energia elétrica são contribuições de sindicatos, igrejas, clubes, associações de bairros, de folclore e até residências particulares e cinemas que abrigam essas classes de alfabetização.

Em meados de 1963, estão em funcionamento 271 Escolinhas¹⁰⁵.

O Acampamento Escolar – Esta segunda fase é a da escola de palha de coqueiro e de chão de barro batido, identificada como a do Acampamento Escolar – proposta do Comitê Nacionalista das Rocas. É quando surge, também, a legenda De Pé no Chão Também se Aprende a Ler. A expressão advém de uma reportagem do jornalista Expedito Silva sobre a democratização do ensino municipal. Relatando o que vira nas Rocas – a escola de palha de coqueiro e de chão de barro batido, sem exigências de farda nem sapatos –, o jornalista escreveu que, agora, em Natal, até de pé no chão se aprenderia a ler...

O Prefeito Djalma Maranhão percebeu o *apelo* da expressão e adotou-a para a Campanha Municipal de Erradicação do Analfabetismo: ter os pés no chão significava conhecer a realidade e a dimensão do seu desafio.

Um Acampamento Escolar é integrado de vários galpões de 30m x 8m. Nesse conjunto há, sempre, um galpão circular destinado às festividades do bairro, às reuniões do

¹⁰⁴ *Folha da Tarde*. Natal, 4.1 e 25.2.1961.

¹⁰⁵ *Natal*. Prefeitura Municipal, *op. cit.*, nota 102.

círculo de pais e professores, à recreação infantil, e funciona como uma espécie de teatro de arena para exposições de autos folclóricos.

Os galpões destinados às salas de aulas, em forma retangular, eram divididos internamente em quatro partes, através de pranchas, utilizadas como quadro-de-giz e quadro mural. Essas pranchas não atingem o teto nem o solo, nem fecham lateralmente a classe. Não existindo paredes externas, também não se colocavam problemas de acústica, e a visão espacial do recinto escolar/ meio ambiente do Acampamento era total.

As únicas dependências construídas em alvenaria eram uma pequena sala (que funcionava como diretoria, secretaria, almoxarifado e local de guarda de caixas da biblioteca e de utensílios da merenda escolar) e os sanitários.

Hortas, aviários e parque de recreação compunham, finalmente, a paisagem do Acampamento Escolar, que regulava os seus horários, liturgicamente, através de um sino de bronze, e ecologicamente se harmonizava com os largos espaços abertos da pequena cidade e com a pobreza de seus moradores – a quem servia.

Em 1961, construíram-se dois Acampamentos: os dos bairros de Rocas e de Carrasco. Em 1962, o número cresceu para nove, situados nos seguintes bairros periféricos: Quintas, Conceição, Granja, Nova Descoberta, Nordeste, Aparecida e Igapó. Com os dois anteriores, cobriam-se os limites da cidade.

O funcionamento se fazia em três turnos.

A equipe que assegurava a operacionalização de um Acampamento era integrada de um diretor (professor titulado pela Escola Normal de Natal e que acumulava suas funções de gestor administrativo com as de orientador educacional e supervisor pedagógico); regentes de classes ou monitoras (“professorinhas”, como eram chamadas), em número suficiente ao atendimento dos três turnos; recreadoras (professoras diplomadas e recicladas em técnicas de recreação através dos Cursos de Emergência da Campanha); merendeiras (“professorinhas” recicladas em nutrição pelos Cursos de Emergência já referidos, que eram responsáveis, ainda, pela supervisão de aviários e hortas); secretária do Acampamento, responsável por tarefas inerentes à função, acrescidas às de biblioteca, estoque e distribuição aos alunos do material escolar, guarda e zelo pelo material pedagógico em geral; serventes e vigias.

A essa equipe fixa, o Grupo de Trabalho de Educação popular, da Diretoria do Ensino, oferecia o apoio necessário ao seu funcionamento eficiente, como, por exemplo: a pesquisa domiciliar para o combate à evasão de alunos; os estudos (tabulações e representações gráficas) do setor de Pesquisas e Medidas sobre provas e testes aplicados; a dinamização das bibliotecas e círculos de leitura; a participação e animação dos círculos de pais e professores.

Era política expressa da Secretaria Municipal de Educação vincular o Acampamento às organizações populares e lideranças culturais mais expressivas do bairro onde se localizava. Assim, pouco a pouco, surgiam iniciativas comuns entre o Acampamento das Rocas e a Sociedade Araruna de Danças Antigas; entre o Acampamento de Aparecida e o fazedor de imagens Chico Santeiro; entre o Acampamento de Conceição e o Bambelô Asa Branca; entre o Acampamento do Carrasco e os Congos e/ou o Boi-Calemba.

Fazendo da escola o centro de desenvolvimento da vida da comunidade, foi fácil trazer os responsáveis e participantes dos conjuntos folclóricos para ministrar a recreação infantil, nos Acampamentos, à base dos autos populares. Isso se fazia sem se gastar um tostão, e, principalmente, preservando a pureza do folclore, que vinha da fonte,

diretamente, para o patrimônio cultural das crianças.

O ensino mútuo – A terceira fase só é compreensível a partir do dado de que a Campanha já criara um alto clima de mobilização popular para a erradicação do analfabetismo. Como o bairro das Rocas fora escolhido para a testagem do experimento, os maiores cuidados lá se concentraram. O fogo era cerrado. O prefeito estabeleceu a meta: mais 100 Escolinhas nas Rocas¹⁰⁶ e, como já se disse, quando da abertura das aulas no Acampamento, o recrutamento de alunos foi feito, pessoalmente, por ele, de microfone em punho, caminhando a pé pelas principais ruas do bairro. Com ele, na mesma *procissão*, iam o secretário de Educação e os integrantes do recém-criado Grupo de Trabalho de Educação Popular: Ornar Fernandes Pimenta, diretor do Ensino; Ivis Bezerra, presidente da União Estadual dos Estudantes; Edísio Pereira, presidente do Diretório Acadêmico de Medicina; Alberto Pinheiro de Medeiros, presidente do Diretório Acadêmico de Filosofia; professor Severino Fernandes de Oliveira, diretor do Ginásio Municipal; professoras Isabel Alves da Rocha e Ilsa Brilhante; o jornalista Paulo Macedo e mais as lideranças do bairro¹⁰⁷.

O ano de 1961 foi vivido sob um clima emocional muito grande, quando a Campanha procurou ganhar a cidade, mobilizando a opinião pública, a partir das Rocas.

O ano de 1962 começa com as classes de aula cheias de alunos, mas – a pesquisa informa – nas Rocas existe um resíduo de adultos analfabetos com resistência em ir à escola. Ainda não chegara a hora do Sistema Paulo Freire, dirigido, especificamente, à cultura do adulto; nem a Campanha criara, ainda, o seu *Livro de leitura para adultos*, que somente seria lançado em abril de 1963. Assim, era plenamente justificado que adultos idosos não aceitassem sentar em bancos escolares para soletrar “Eva viu a uva”...

O desafio então colocado foi respondido de uma forma até certo ponto ingênua: se o adulto não quer ir à escola, a escola vai ao adulto, em sua casa! Como? Os estudantes secundaristas entram em cena: reduzida equipe, previamente treinada, professores-meninos-voluntários, indo de casa em casa, de porta em porta, alfabetizavam pequenos grupos daqueles adultos. Funcionava a escola a domicílio.

Em 1962, 22 núcleos prestaram esse serviço, sob a supervisão de Antônio Campos e Silva, então conluente da Faculdade de Filosofia de Natal.

Dirá Pierre Furter¹⁰⁸:

Por falta de monitores e de pessoal qualificado, a Campanha fez apelo à ajuda voluntária ou pouco remunerada, e uma vez que isso ainda não era suficiente, muito naturalmente, chegou-se a introduzir, sem o saber, o método de ensino mútuo que o padre Girard, há mais de cem anos, havia imaginado para resolver uma situação igualmente desfavorável.

A emulação foi inevitável. A cada resultado da pesquisa, as ruas das Rocas exibiam faixas em que comunicavam que o índice do resíduo de analfabetos estava baixando.

¹⁰⁶ *Ibidem*.

¹⁰⁷ *Folha da Tarde*. Natal, 2-23 e 24.2.1961.

¹⁰⁸ Furter, Pierre. “Alfabetização e cultura popular na politização do Nordeste brasileiro”. *Estudos Universitários*. Universidade de Recife, nº 4, 1963.

As próprias classes subalternas se convertiam em grupos de pressão, fazendo da luta pela educação, sua luta.

As Praças de Cultura – A quarta fase é de 1962, e revela, em sua formulação, o intercâmbio que a Campanha vinha mantendo com o MCP do Recife. Foi no MCP – administração do Prefeito Miguel Arraes – que a Secretaria Municipal de Educação do Natal estudou a proposta recifense das Praças de Cultura. A adaptação se fez a nível das possibilidades de Natal.

Basicamente, uma Praça de Cultura, em Natal, era constituída de parque infantil, quadras de esporte (vôlei, futebol de salão e basquete) e uma biblioteca.

Em 1962, apesar de 10 praças construídas, somente duas estavam dotadas de bibliotecas (postos de empréstimo de livros). Em 1963, a praça principal da cidade foi convertida em Praça de Cultura, aí já integrada de concha acústica, biblioteca, discoteca e galeria de arte.

O importante numa Praça de Cultura não é o seu equipamento. É a sua funcionalidade. Numa Praça de Cultura, é possível um espaço de convivência (parque infantil e esporte); fontes de informação (bibliotecas, jornais murais, exposições de artes plásticas, etc.) e uma oportunidade para organizar debates de interesse da comunidade, a partir do discurso político, quando a quadra de esporte e seus degraus de arquibancadas se convertem em fórum de discussão dos mais variados temas, com a participação das organizações do bairro.

A Praça de Cultura é, em última instância, a complementação das Escolinhas e dos Acampamentos, que se localizam próximos¹⁰⁹.

Sua programação diária era coordenada pela Diretoria de Documentação e Cultura da Secretaria de Educação e se encontrava sempre aberta aos interesses da comunidade.

O Centro de Formação de Professores – Esta é a quinta fase da Campanha¹¹⁰.

O poderoso impulso das classes subalternas, encontrando um aliado no Governo Djalma Maranhão, que se oferecia para ser o seu conduto de expressão, criou uma pressão incontrolável para os quadros dirigentes e a máquina burocrática da Prefeitura, que não estavam habituados a tão forte demanda educacional.

A matrícula, de março a outubro de 1961, crescera em 300%¹¹¹, dobrando, ainda, em-1962¹¹².

O programa do Prefeito Djalma Maranhão não era *desaquecer* a Campanha. Nem

¹⁰⁹ Natal. Prefeitura Municipal, *op. cit.*, nota 102.

¹¹⁰ O Centro de Formação de Professores foi criado pela Lei 1.301, de 27 de dezembro de 1962, que no § único de seu art. 1º, rezava: “Concluída a fase do Plano de Emergência de Educação, que é a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, o Centro ora criado se transformará, automaticamente, no Instituto de Educação Municipal, com regimento específico”.

O funcionamento do CFP foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação e Cultura, através da Resolução 20/63, publicada no *D. O.* de 14.09.63.

O relator do processo que ofereceu parecer favorável foi o então Monsenhor Nivaldo Monte.

¹¹¹ Natal. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *Boletim*. 5.11.1961. Ed. extra, mimeog.

¹¹² Natal. Prefeitura Municipal, *op. cit.*, nota 102.

mesmo estabilizar. A palavra de ordem era ampliar serviços e aumentar a mobilização. Isso colocava em risco a qualidade do terreno conquistado, se a Secretaria não se instrumentalizasse adequadamente. A solução foi a criação do Centro de Formação de Professores¹¹³ no final de 1962, partindo da Experiência acumulada da Coordenação Técnico-Pedagógica, em funcionamento desde outubro de 1961.

Confiado à direção da professora Margarida de Jesus Cortez o CFP funcionava em três níveis: a) Curso de Emergência par treinamento de monitores da Campanha, preparando, em três meses, pessoal leigo; b) Curso Normal de grau ginasial, preparando em quatro anos as regentes de classes, com ingresso mediante exame de admissão; c) Curso Normal de grau colegial preparando professores com mais de três anos de escolaridade.

Ainda era atribuição do CFP fazer a coordenação técnico-pedagógica da Campanha e manter uma Escola de Demonstração (de nível primário) como laboratório¹¹⁴.

O CFP desempenhou um papel de primordial importância em De Pé no Chão. Na área docente, treinando e reciclando, periodicamente, professores, monitores e regentes de classes. No campo discente, assegurando o rendimento da aprendizagem.

Papéis polivalentes foram desempenhados pelo CFP que, no dizer da época, era o “cérebro da Campanha”... Em depoimento prestado por Margarida de Jesus Cortez ao autor, ela relembra alguns momentos significativos, entre os quais a experiência de medir o tempo necessário à alfabetização de crianças pelo “método analítico ou global”. Duas classes, no CFP, dirigidas por professoras diplomadas, com curso de especialização, demonstraram a possibilidade de alfabetizar crianças sem qualquer vivência de pré-escolar em menos de nove meses.

Assim, não era só na área de alfabetização de adultos que os experimentos eram feitos, objetivando a redução do tempo de alfabetização, como o Sistema Paulo Freire, que estava em andamento. Também na alfabetização infantil se pesquisava e se inovava.

Campanha de Pé no Chão também se Aprende uma Profissão – Esta sexta fase é a evolução da educação acadêmica para a educação para o trabalho.

Na sua mensagem ao Legislativo, em julho de 1962¹¹⁵, o prefeito afirma que De Pé no Chão também se Aprende a Ler conta com 15 mil alunos e “já tem assegurada a sua vitória”. Solicita, então, a abertura de um crédito de 01 milhão de cruzeiros, destinado à aquisição do material para a instalação da nova Campanha.

Com oito cursos iniciados em fevereiro de 1963, já em agosto De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão entregava os primeiros certificados, em número de 148,

¹¹³ O CFP, de acordo com o art. 4º da lei que o criou, é uma estrutura bastante complexa: um diretor, três vice-diretores (com funções específicas: administrativas, pedagógicas e executivas junto à Campanha e Serviço de Extensão Cultural); sete assessores técnicos (sendo dois de pesquisa educacional e os demais de orientação educacional, de recreação educacional, de assistência social, de relações públicas e de administração) e, finalmente, três supervisores de ensino. Aqui não está indicado o corpo docente.

¹¹⁴ Ornar Fernandes Pimenta, diretor de Ensino, em depoimento prestado ao Autor, em 22.8.1979, no Rio de Janeiro, recordou os nomes da equipe do CFP, Diretora-geral: Margarida de Jesus Cortez; supervisora-geral: Clívia Marinho Lopes; diretora pedagógica: Maria Diva da Salette Lucena; planejamento: Denise de Filipe, Socorro Barreto e Mariza Moura; diretora da Escola de Demonstração: Lourdes Varela; supervisor administrativo: Joaquim Herly Parente; recreação: Maria Salviano e Joana D’Are de Freitas; pesquisa: Antônio Campos e Silva; Círculo de Pais e Professores: Olindina Gomes de Lima; interiorização da Campanha: Josemá de Azevedo; coral: Severiana Barbosa (Silva) e Cláudio Augusto Pinto Galvão; secretária: Dilma Feitosa.

¹¹⁵ Natal. Prefeitura Municipal. Mensagem 41/62 à Câmara de Vereadores de Natal.

correspondentes aos seguintes cursos: corte e costura, enfermagem de urgência, sapataria, marcenaria, barbearia, datilografia, artesanato e encadernação.

Em setembro do mesmo ano, 17 cursos estavam em funcionamento, divididos em três turnos e distribuídos através de cinco Acampamentos: *Rocas* – corte e costura, alfaiataria, marcenaria, sapataria, telegrafia, elementos de eletricidade, barbearia, bordado a mão; *Carrasco* – barbearia, corte de cabelo (feminino), enfermagem de urgência, datilografia, taquigrafia, encadernação e corte e costura; *Nova Descoberta* – artesanato, bordado a máquina, cerâmica e bordado a mão; *Nordeste* – corte e costura; *Quintas* – em fase de instalação.

A nova Campanha se instalava em um dos galpões do Acampamento da antiga, integrando-se com essa no programa educacional do Município. Era sua parte complementar. Atendia da criança ao adulto, e sua matrícula, em setembro de 1963, era de 700 alunos.

Nesta fase, indicada no documento da III Conferência Interamericana dos Ministros de Educação, há referência à aplicação do Sistema Paulo Freire por De Pé no Chão.

Se comparada com o volume global das duas campanhas, os resultados, em matrícula, da aplicação do Sistema Paulo Freire foram relativamente modestos. Após um curso de preparação de “animadores”, ministrado pelo próprio Paulo Freire, em Natal, De Pé no Chão abriu dois Círculos de Cultura nas Rocas, dois em Nova Descoberta e um no Carrasco, com um número de classes que não deve ter excedido a uma dezena.

Nessas turmas, operavam parte dos melhores quadros técnicos da Campanha, universitários e secundaristas, bastando citar, como exemplo, os nomes de José Fernandes Machado e Josemá Azevedo, presidentes do Comitê Nacionalista das Rocas e do Diretório Acadêmico de Engenharia, respectivamente.

A interiorização da campanha – Esta fase, a sétima, indica que em Natal a Campanha já estava consolidada e ampliava espaços. É evidente que os acontecimentos que ocorrem em Natal tendem a ter repercussão nos demais Municípios do Estado. Principalmente se esses eventos trazem em si o impacto com que estava sendo colocada a Campanha e sua proposta de resolver com baixos custos o desafio do ensino municipal.

Assim, vários prefeitos do interior se aproximaram do Prefeito de Natal, tentando um estudo conjunto do problema em suas áreas, ainda mais carentes do que as da capital do Estado.

Inicialmente, a Secretaria deslocou equipes do CFP que ministraram Cursos de Emergência no interior (três semanas). A própria diretora do CFP participou de algumas dessas “missões pedagógicas”.

Depois, em face da demanda, abriu-se um programa de bolsas de estudo nos Cursos de Emergência de preparação de monitores da Campanha no próprio Centro de Formação de Professores. Assim, junto às natalenses, algumas dezenas de moças do interior do Estado se preparavam para o exercício do magistério leigo, em suas cidades de origem.

Avaliando esse programa insuficiente, o Centro de Formação de Professores passou a prestar assistência técnico-pedagógica *in loco* às Prefeituras que encaminhavam bolsistas a Natal. Dessa forma, “periodicamente, um grupo de orientadoras pedagógicas vai até cada cidade, onde supervisiona classes, reúne-se com professores e apresenta sugestões para uma programação quinzenal”¹¹⁶. Josemá Azevedo, presidente do Diretório Acadêmico da

¹¹⁶ Natal. Prefeitura Municipal, *op. cit.*, nota 102.

Escola de Engenharia, coordenava esse programa de interiorização.

Em setembro de 1963, já haviam assinado convênios de assistência técnico-pedagógica com a Prefeitura do Natal os seguintes Municípios: São Tomé, São Paulo do Potengi, Afonso Bezerra, Açú, Currais Novos, São Gonçalo e Macau, este através de vários sindicatos operários.

Em janeiro de 1964, cerca de 40 prefeitos, ou seus representantes, reuniram-se no Centro de Formação de Professores da Campanha para a adoção de um planejamento comum. Aí foi lançada a semente da Frente de Educação Popular do Rio Grande do Norte, que foi ceifada pelo golpe de Estado em abril.

A escola brasileira construída com dinheiro brasileiro – A oitava fase de que falam os dois documentos que estão embasando este capítulo se refere à tentativa de a Campanha superar o seu plano de emergência e começar a edificar, de forma mais definitiva, a sua rede escolar. Isso só poderia ocorrer com a ajuda do Governo federal. O município já dera provas de confiabilidade para a execução de um programa de educação. Restava, então, ao Governo federal, se associar para implementar esse programa. Vários apelos foram feitos ao MEC e, em parte, correspondidos. Darcy Ribeiro, não podendo transferir recursos para a Prefeitura do Natal, ofereceu a colaboração de documentar, através de um curta-metragem de 15 minutos, a experiência da Campanha. Cópia desse documentário se encontra na filмотeca do MAM (Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro).

Oliveira Brito, que visitou a Campanha, quando Ministro da Educação, ofereceu a Natal uma pequena ajuda.

A ajuda mais substancial foi transferida por Paulo de Tarso, em meados de 1963: Cr\$ 50 mil.

A partir desses recursos, a Prefeitura vai começar a abrigar parte das escolas em salas pré-fabricadas, beneficiando também dessa maneira o Centro de Formação de Professores, o Colégio Municipal e a Escola Técnica de Comércio do Município, que se encontravam em prédios alugados.

Sem substituir a escola de palha, a Prefeitura colocava, assim, na paisagem da cidade, pequenas salas de aula de alvenaria, partindo de estruturas metálicas pré-fabricadas, adquiridas com os recursos liberados pelo MEC.

Nesse programa, a Prefeitura, em 1963, inaugurou três escolas em agosto, duas em setembro, e a partir de outubro, até dezembro, mais 14 unidades.

Nessa época, a frontalização em face da Aliança Para o Progresso ganhava um espaço político maior, e o Prefeito Djalma Maranhão, no propósito de diferenciar o seu Governo do de Aluizio Alves (que se apoiava em recursos norte-americanos), denominou essa etapa de Campanha de Escola Brasileira Construída com Dinheiro Brasileiro. Cada inauguração de escola era uma festa, com exposições de autos populares e folclóricos, principalmente de bambalô, e discursos políticos das lideranças locais.

1.2. *A engenharia escolar, ou, como diria Brecht: O que mantém viva De Pé no Chão*

Nas oito fases referidas, está a espinha dorsal da Campanha. O seu quadro total só poderá ser percebido, todavia, quando a ele forem agregados outros fatores que lhe são inerentes, que lhe dão vida. É o que será tratado daqui a diante, apesar da precariedade das fontes, considerando que, agora, se abordam temas específicos, como orientação

pedagógica; crescimento quantitativo (estatísticas); pesquisa; círculos de pais e professores; merenda escolar e recreação intensiva; avaliação e promoção escolar; custos; política cultural.

Orientação pedagógica – Devidamente estruturado na Diretoria de Ensino e sob a orientação de Margarida de Jesus Cortez, este serviço precedeu a criação do Centro de Formação de Professores. Aqui, também, as coisas são feitas a partir das necessidades emergentes. Desde outubro de 1961, há uma Coordenação Técnico-Pedagógica que, no final de 1962, se converte em CFP (ainda sob a direção de Margarida de Jesus Cortez), ampliando-se em suas funções, sem perder de vista a proposta de continuar a ser um trabalho de campo.

A Orientação Técnico-Pedagógica nasceu da imperiosa necessidade de assegurar um padrão de qualidade ao ensino ministrado. Conforme já exposto, a Campanha crescera 300% de março a outubro de 1961, e era urgente garantir resultados pedagogicamente válidos. A tarefa foi confiada a Margarida de Jesus Cortez, educadora que, em 1959, em nível de pós-graduação, concluíra o Segundo Curso de Especialistas em Educação para a América Latina, promovido pela UNESCO e Universidade de São Paulo. Nos nove meses do curso, a professora Margarida de Jesus Cortez entrara em contato com as formulações mais modernas de planejamento educacional para a América Latina, dedicando-se, especialmente, à metodologia de elaboração de currículos. Na Campanha, ela inovará a proposta pedagógica do Rio Grande do Norte com as chamadas Unidades de Trabalho – metodologia que envolve todas as disciplinas a serem ministradas numa Unidade, obtendo resultados globalizadores e integrados do conhecimento. Essa metodologia, de alto nível para a época, foi adaptada por Margarida de Jesus Cortez para ser operacionalizada por um magistério leigo de reconhecidas carências.

O primeiro relatório da Coordenação Técnico-Pedagógica que transcrevemos no apêndice – é um documento que traduz um significativo volume de trabalho, apesar de cobrir o curto período de outubro a dezembro de 1961. Faz uma análise crítica da estrutura das escolas, identificando carências; tabula resultados das provas aplicadas, estudando as causas da incidência maior de erros; delineia o trabalho para 1962, detalhando, ainda, currículos e programas do Segundo Curso de Emergência e do Curso de Reciclagem e seus custos (Cr\$ 267.400,00 – valores de 1961). São dados que, extrapolados, servirão de insumos aos “intelectuais orgânicos” da educação brasileira, ainda hoje.

A partir dessa análise de Margarida de Jesus Cortez (em dezembro de 1961), e, num crescendo (em abril de 1962), serão 26 orientadoras supervisionando 410 professoras¹¹⁷; e, em setembro de 1963, a Campanha contará com “32 orientadoras pedagógicas, todas tituladas pela Escola Normal de Natal e muitas delas de nível universitário”¹¹⁸. Até abril de 1964, deverá ter havido um crescimento relativo, mas não há dados à disposição, no momento.

Vale a pena transcrever um informe que relata o funcionamento simples e eficaz da Coordenação Técnico-Pedagógica:

Semanalmente, todas as orientadoras e diretoras dos Acampamentos reúnem-se no

¹¹⁷ Natal. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler – Meta nº 1 do Prefeito Djalma Maranhão*. 1962. Mimeogr. 1962: 2º ano de educação.

¹¹⁸ Natal. Prefeitura Municipal, *op. cit.*, nota 102.

Centro, a fim de planejarem e discutirem suas atividades. Estas reuniões são feitas às sextas-feiras, durante o dia todo. Pela manhã, há reuniões dos Grupos. Esses Grupos apresentam sugestões, debatendo sobre as mesmas. Há à tarde uma reunião geral com todos os Grupos. Nestas reuniões, os Grupos que trabalharam, separadamente, apresentarão as atividades, planejadas e discutidas, à diretora pedagógica do Centro, a fim de serem submetidas à apreciação. Também, semanalmente, há um encontro entre os professores dos Acampamentos com as orientadoras. É nesta reunião que as orientadoras transmitem às professoras as atividades planejadas por elas, desenvolvendo de maneira que as mesmas se adaptem ao nível das diversas turmas¹¹⁹.

As orientadoras pedagógicas eram lotadas no Centro de Formação de Professores, nos Acampamentos Escolares e junto a um grupo de 20 Escolinhas.

Partindo dessas discussões de base, realizadas semanalmente, o CFP, através de sua equipe de planejamento, expede, quinzenalmente, para toda a Campanha, uma lista mimeografada de variadas sugestões pedagógicas, acompanhada de um plano e de propostas de atividades.

No Apêndice é publicada a Sugestão nº 6 – “Unidade de Trabalho: ajudantes da comunidade”, sem data, infelizmente. Do estudo desse texto conclui-se por que o professorado, apesar de leigo, conseguiu desempenho satisfatório em sua difícil missão. A orientação cuidava sempre de partir da realidade da cidade e do cotidiano e colocava a sua proposta, o mais claro possível, em termos de objetivos, conteúdo, atividades, indicação bibliográfica (que se encontrava em mãos das professoras/ monitoras), sugestões de problemas e de avaliação da unidade trabalhada.

Essas folhas mimeografadas, circulando entre docentes de todas as classes, dosadas a cada nível da escola primária, como proposta flexível, asseguravam a unidade e a qualidade do trabalho. Quando do funcionamento da Escola de Demonstração do Centro de Formação de Professores, essas Unidades de Trabalho passaram a ser testadas e aferidas em sua qualidade – o que ofereceu um refinamento maior ao serviço educacional.

“... Uma professora com curso pedagógico vale 20 regentes de classes leigas”, diz Paulo de Tarso na Conferência Interamericana de Ministros de Educação, relatando a experiência de De Pé no Chão. Através dessa multiplicação, foi possível vencer, assegurando qualidade, o desafio da calamitosa carência de recursos, humanos da área educacional do Rio Grande do Norte. O zeloso fluxo de trabalho orientação-monitores-orientação foi o dado fundamental.

A regente de classe, ou monitora, após o curso de treinamento que a seleciona, percebe uma gratificação mensal de Cr\$ 2 mil (informação de abril de 1962)¹²⁰. Para ela, todavia, vai ser importante também a sua ascensão social: no bairro pobre, na periferia da cidade, onde reside e leciona¹²¹, ela passa a ser identificada, reconhecida, como a professora da Prefeitura¹²².

¹¹⁹ *Ibidem*.

¹²⁰ *Natal*. Prefeitura Municipal, *op. cit.*, nota 117.

¹²¹ A monitora é recrutada, preferencialmente, no bairro do Acampamento. Por outro lado, num esquema paralelo, ao ser selecionada pelos Cursos de Emergência do CFP, muitas vezes, é a própria monitora que, utilizando seus conhecimentos no bairro onde reside, vai obter a sala gratuita onde a Prefeitura instalará a Escolinha. Assim se amplia, também, a rede escolar municipal.

A proximidade residência-trabalho, que foi preocupação da Campanha, objetivava evitar a despesa com transporte para a monitora, que recebia, apenas, um *pro labore*. Isso talvez possa explicar o alto grau de interação professor-aluno obtido pela escola e, conseqüentemente, o nível de aprovação e promoção. O acompanhamento próximo e permanente das atividades da Campanha é uma das características do movimento. As reuniões são feitas em grande número e em todos os níveis. Partindo dos homens de linha até ao Prefeito, há sempre uma oportunidade de encontro, de discussão, de ver o que está errado e corrigir, de verificar o que falta e providenciar, de analisar o que precisa ser implementado e fazê-lo, imediatamente, em ritmo de campanha, sem burocracia. É um método de administração direta – o aqui e o agora. Assim é que as regentes de classes se reúnem entre si para ler e estudar nos Círculos de Leitura (que serão abordados mais adiante); as orientadoras se reúnem com as regentes de classes nos Acampamentos e nas Escolinhas e discutem as Unidades de Trabalho; a Coordenação Técnico-Pedagógica da Campanha (mais tarde Direção do Centro de Formação de Professores) se reúne com as orientadoras para avaliar o processo de ensino e formular novas Unidades de Trabalho; o Grupo de Trabalho de Educação Popular – com o diretor de Ensino e o secretário de Educação – reúne-se com a Coordenação Técnico-Pedagógica da Campanha (ou direção do CFP) para traçar políticas e acompanhar/ avaliar o processo global de trabalho. Na agenda do Prefeito, a manhã das quartas-feiras era dedicada à visita a todos os Acampamentos, acompanhado do secretário de Educação, do diretor de Ensino e do GT de Educação Popular. Muitas das reuniões eram realizadas com a presença do Prefeito, que fazia questão de acompanhar de perto, com grande interesse, o crescimento quantitativo e qualitativo da Campanha.

Hoje, passados 15 anos, Margarida de Jesus Cortez, que é professora da rede pública do Estado de São Paulo há mais de 10 anos, diz, com grande convicção, a propósito do sistemático serviço de orientação pedagógica de De Pé no Chão:

“... nem mesmo o Estado de São Paulo, com todo o seu desenvolvimento sob o ponto de vista da política de educação, se dá ao luxo de ter uma assistência pedagógica tão contínua e tão eficaz como era a nossa: para cada 20 regentes de classe, havia uma supervisora pedagógica”.

O crescimento quantitativo – O empenho no recrutamento e o cuidado em evitar a evasão de alunos explicam o crescimento constante da Campanha.

Ao ser destruído, em abril de 1964, De Pé no Chão já excedia uma matrícula de 17 mil alunos em números redondos, só em Natal. Não temos dados estatísticos disponíveis do trabalho no interior, quando cerca de 40 prefeituras se associavam a Natal. Sabe-se que, em 1963, em dois Cursos de Emergência do Centro de Formação de Professores, preparando recursos humanos para 1964, ocorrera a diplomação de 605 candidatos, sendo 46 do interior do Estado; esses “vieram a mandado dos prefeitos, e, estão ensinando por conta das respectivas prefeituras”¹²³.

¹²² Natal. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Diretoria do Ensino. *Relatório de pesquisa de Antônio Campos e Silva*. Natal, 27.12.1961, datilog.

¹²³ Natal. Prefeitura Municipal, *op. cit.*, nota 102.

Alfabetização e Cultura Popular, no Recife, em 1963, informa: O crescimento da matrícula vem sendo feito em ritmo pouco comum. Em fevereiro de 1961, os educandos alcançavam um pouco mais de 02 mil, para, em dezembro do mesmo ano, fechar a casa dos 08 mil, e, em 1962, chegar a 15 mil alunos. Em 1963, a matrícula supera os 15 mil. A reconstituição estatística de todas as fases do movimento é impossível, pela destruição da documentação. Há, no entanto, uma informação numérica preciosa, a do primeiro ano da administração do Prefeito Djalma Maranhão e que foi divulgada por *Boletim – Edição Extra* de 05 de novembro de 1961. São estatísticas, mês a mês, indicando as classes por bairro (Escolinhas) e por Acampamentos. Fornece dados globais e destaca as Rocas, onde se realizava a experiência-piloto de erradicação do analfabetismo. Sendo essa uma das raras estatísticas que se salvaram, elas aparecem transcritas no Apêndice deste trabalho. Sua síntese pode enunciar-se da seguinte forma:

NATAL – ACAMPAMENTOS E ESCOLINHAS			
Ano/ mês	Classes (apenas Escolinhas)	Matrícula	Porcentagem de frequencia
1960-novembro	88	2.974	87%
1961-março	169	5.249	86%
abril	206	6.492	84%
maio	207	6.472	88%
junho	208	6.492	85%
agosto	253	7.514	84%
setembro	243	7.845	83%
outubro	...	8.100	...

Obs: de novembro/ 60 a outubro/ 61, 300% de aumento de matrícula.

Os dados destacados do bairro das Rocas indicam:

ROCAS – ACAMPAMENTOS E ESCOLINHAS			
Ano/ mês	Classes (apenas Escolinhas)	Matrícula	Porcentagem de frequencia
1960-novembro	08	278	86%
1961-março	66	1.815	85%
abril	84	2.369	84%
maio	84	2.244	87%
junho	84	2.236	83%
agosto	81	2.160	83%
setembro	80	2.211	80%
outubro

A partir de agosto, o grande impulso ao incremento de matrículas é dado pelo bairro do Carrasco, onde, nas férias, fora construído um Acampamento Escolar, e que apresentou o seguinte quadro:

CARRASCOS – ACAMPAMENTOS – SEM ESCOLINHAS			
Ano/ mês	Classes	Matrícula	Porcentagem de frequência
1961-agosto	36	1.275	79%
setembro	36	1.347	79%
outubro

Nos dados transcritos no Apêndice há de se notar duas ordens de preocupações: o recrutamento, identificado pela matrícula acompanhada mês a mês, e a preocupação em fixar o aluno à escola, por isso acompanhando, passo a passo a frequência. A seriedade do trabalho vai permitir, inclusive, identificar as dificuldades: a pesar de toda a atenção estar voltada para as Rocas, isso não impede que, de junho para agosto, tenham sido *perdidas* três classes, e mais uma em setembro índice mais alto de frequência é em maio (87%), patamar que não será alcançado no segundo semestre. Também em relação à matrícula, a sua recuperação se fará em setembro, após breve queda registrada em junho e agosto.

Estudando esses dados é que a Campanha pôde fazer, em tempo hábil, a correção de rumos e implementar a ação em áreas que demonstravam problemas de recrutamento e/ ou evasão. E, entre outras alternativas, evoluir para terceira fase, já referida, quando professores-meninos-voluntários, estudantes secundaristas, alfabetizaram nas próprias residências dos analfabetos, em pequenos grupos, adultos idosos que recusavam ir à Escola.

A pesquisa – A desburocratização e a pesquisa vão permitir a agilização da Campanha para detectar problemas e oferecer soluções. “O serviço de pesquisa centraliza o seu trabalho no estudo da evasão escolar e no estudo da avaliação do rendimento. Assim, há uma equipe que faz visita aos lares, procurando as causas da evasão escolar e procurando contê-la.”¹²⁴

Ao lado dessas tarefas, o serviço de pesquisa domiciliar identifica os analfabetos. A fim de se obter homogeneidade na apuração dos dados, foi adotado um critério para o termo *analfabeto*. Esse passou a ser definido pelo “fato de não saber ler ao menos um *folheto* (que funciona como nível mínimo de alfabetização), mesmo que saiba assinar o nome ou tenha curso primário” (*sic*)¹²⁵.

Essa preocupação em não se prender à titulação de algumas séries primárias e buscar, diretamente, no ato de saber ou não “ler o folheto” fundamenta-se na regressão que às vezes ocorre, quando a aprendizagem de ler, escrever e contar se faz pelo processo tradicional.

Boletim nº 04, que circulou em abril de 1961, informa sobre a pesquisa do analfabetismo em Rocas:

A esta altura, já foram entrevistados mais de 1.600 habitantes do bairro, encontrando-se o trabalho em vias de conclusão, com apenas as vizinhanças da Ladeira do Jacó por estudar.

¹²⁴ *Ibidem*.

¹²⁵ *Natal*. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *Boletim*, v. 4, abr., 1961, mimeog.

Nessa pesquisa, além do pessoal do Grupo de Trabalho de Educação Popular, “colaboraram alunos do Ginásio Municipal”.

O inquérito básico constava de cinco perguntas: idade; sexo; desejo ou não de aprender a ler; razão de não desejar aprender a ler; tempo em que mora nas Rocas.

Como era típico na Campanha, começava-se a trabalhar com um mínimo, mas, a partir da prática do trabalho, os horizontes e as aspirações se ampliavam. Assim, o Grupo de Pesquisa, dirigido por Antônio Campos e Silva, foi mais longe:

Ao lado desse inquérito geral, que está sendo realizado com o maior número possível de pessoas, procedeu-se ao trabalho de coleta de amostragem em algumas áreas. Assim, numa sucessão de quarteirões, no sentido Leste-Oeste, efetuamos coleta de informações sobre a procedência do pessoal. Programa-se para breve uma pesquisa global, em que se abordarão problemas sociais, econômicos e educacionais, de uma pequena área da Rua da Floresta, integrante da camada social mais baixa do bairro¹²⁶.

A pesquisa era, também, de grande valia quando oferecia o *feedback* oriundo dos pais dos alunos. A postura democrática da Secretaria de Educação do Município levava-a a se preocupar, intensa e responsabilmente, com a repercussão na comunidade de sua proposta cultural. Da resposta dos pais dos alunos – através da pesquisa ou dos Círculos de Pais e Professores – dependia a confirmação ou correção do programa educacional do Município, após uma discussão aberta. Estar atento a isso é a única forma de não exercer um domínio sobre a comunidade, mas, pelo contrário, fazer dela a co-autora da proposta cultural.

No Apêndice transcrevemos quatro relatórios, datados de dezembro de 1961 e assinados por Antônio Campos e Silva, que são típicos dos inquéritos que instrumentalizavam a Secretaria de Educação, em termos de situá-la a nível de percepção e crítica da comunidade a que servia.

Além do inquestionável conteúdo democrático desse comportamento, a Secretaria se beneficiava do *follow-up* em termos de melhorar o seu desempenho. Em abril de 1962, “a pesquisa já realizada em praticamente todos os bairros em que existem Acampamentos oferece uma visão global do problema do analfabetismo”¹²⁷.

Círculos de Pais e Professores – Estes organismos, ao lado da pesquisa domiciliar, procuraram fixar o aluno à escola, combatendo a evasão.

Na Campanha, o Círculo de Pais e Professores vai abrir um espaço político muito importante. Mais adiante, esse assunto será retomado, ficando, desde já, registrada a sua evolução num processo de crescimento-amadurecimento. Em abril de 1962 já existem 14 Círculos de Pais e Professores, que são vistos como “em vias de ampliação; reúnem-se mensalmente e têm como função aproximar aqueles que mais de perto podem influir na educação da criança, indo mais além, na organização dos grupos que, devidamente coordenados, serão uma verdadeira força atuando, sobre a estrutura social do bairro”¹²⁸. Na

¹²⁶ *Ibidem*.

¹²⁷ *Natal*. Prefeitura Municipal, *op. cit.*, nota 102.

¹²⁸ *Ibidem*.

comunicação ao I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, no Recife, a Campanha diz que “em 1963 os Círculos se preparam para ser um instrumento de politização, a nova meta a ser alcançada”¹²⁹.

A merenda, hortas, aviários e recreação – Estes são outros fatores de neutralização da evasão escolar, pelos motivos óbvios. Alimentação e recreação são disciplinas do currículo de De Pé no Chão. O leite do FISI (UNICEF) era abundantemente distribuído às Escolinhas e, nos Acampamentos, acrescentava-se-lhe a produção de hortas e aviários, trabalhados pelos alunos. Em abril de 1962, já se encontram engajadas na Campanha 12 recreadoras, preparadas pelos Cursos de Emergência.

A propósito do programa de aviários e hortas, diz um documento da Secretaria de Educação:

A produção deles (aviários e hortas) é consumida pelos alunos na merenda diária – o que é um estímulo para o cuidado maior com as hortaliças e as aves. A campanha desperta o educando para a produtividade, demonstrando que as comunidades precisam se organizar na luta contra o pauperismo e a alienação da realidade. A educação simplesmente livresca já tem o seu atestado de óbito passado¹³⁰.

A avaliação – Esta era feita pelo Centro de Formação de Professores da Campanha e se processava em dois níveis principais: avaliação do rendimento de aprendizagem dos discentes e avaliação do desempenho dos docentes¹³¹.

Em relação à avaliação dos discentes, mensalmente as regentes de classe, sob a supervisão das orientadoras, aplicavam testes e trabalhos específicos aos alunos, para aferir a fixação do que fora ensinado. Duas vezes ao ano o CFP promovia a aplicação de provas ao educando da Campanha, preparadas pelo próprio CFP, cujos resultados eram, posteriormente, tabulados e estudados pelo Setor de Pesquisas e Medidas do mesmo CFP e expressos em representações gráficas. A comparação dos resultados dos testes mensais e das duas provas anuais era o subsídio pedagógico mais importante com que contava a equipe técnica para proceder à avaliação dos discentes.

A avaliação do desempenho dos docentes era também tarefa do CFP, que operava em termos de Cursos de Emergência e de Cursos de Reciclagem, isto é, o candidato a docente era recrutado e selecionado pelo Curso de Emergência. A partir do momento em que se engajava na Campanha, voltava, anualmente, ao CFP, nas férias, para o Curso de Reciclagem. Essa atualização periódica era a forma de instrumentalizar o professorado leigo e assegurar um desempenho qualitativamente satisfatório.

Além de medir conhecimentos, a avaliação se preocupava, ainda, em termos qualitativos, buscando aferir “atitudes, ideais, formação de hábitos e habilidades”. O aproveitamento da Campanha, em 1961, alcançara uma margem superior a 60%¹³², crescendo, em dezembro de 1962 e julho de 1963, para 74% e 85%, respectivamente, de

¹²⁹ Natal. Prefeitura Municipal, *op. cit.*, nota 102.

¹³⁰ *Ibidem*.

¹³¹ Cortez, Margarida de Jesus. Depoimento prestado ao Autor em outubro de 1979, na cidade de São Paulo.

¹³² SUDENE, *op. cit.*, nota 103.

acordo com demonstração do CFP¹³³. Esses índices são atribuídos por Margarida de Jesus Cortez¹³⁴, ao sistema de preparação de recursos humanos (Cursos de Emergência/ Cursos de Reciclagem); ao envolvimento pessoal de todos os integrantes da Campanha, num grande idealismo; à interação professor-aluno, ambos produtos do mesmo bairro; às características dos educandos que, sendo da periferia pobre da cidade, desde cedo estavam expostos aos desafios cotidianos da vida. Consequentemente, com um amadurecimento precoce.

Recolhendo esse depoimento gravado de Margarida de Jesus Cortez, em 1979, no qual fica evidenciada a sua preocupação em identificar o perfil do aluno, seus problemas frente à realidade e a aplicação de uma escola não-livresca nem palavrosa, vivificando-a através de suas Unidades de Trabalho, a que já nos referimos – somando tudo isso, caberia lembrar aquela história contada por Paulo Freire, em 1960:

“de um menino apático e tristonho. Sempre sentado. Quase ‘demitido’ de sua aula. De seus problemas. Repetente. E que, estudado de perto, tinha no seu horário de escolar o repouso de sua vida de vendedor ambulante. ‘Comprei uma pitombeira outro dia’, disse ele à assistente social que o entrevistava por solicitação da professora. E, ao espanto da assistente social, ‘comprei a safra’. Era um menino a quem a escola realmente nada oferecia senão repouso de suas canseiras de homem antecipado...”¹³⁵

Não aceitar a escola tradicional, discursiva, livresca, intelectualista, e construir a escola a partir do aqui e do agora do educando, com as suas Unidades de Trabalho e, consequentemente, sem gerar (ou gerando, porém, em menor número) as experiências descritas por Freire, terá sido uma das grandes contribuições oferecidas à Campanha pela diretora do Centro de Formação de Professores.

Promoção escolar – Era feita independentemente do final do ano letivo, isto é, não era necessário coincidir com o encerramento oficial do ano escolar.

Assim, durante o ano, pode haver tantas promoções quantas forem necessárias, de acordo com o aproveitamento dos alunos. A preocupação maior é no sentido de acompanhar o aluno e assisti-lo ao máximo, de tal forma que ele apresente um rendimento escolar tão alto quanto ele seja capaz.¹³⁶

Esse era o discurso. A prática, todavia, não ocorria com grande frequência, em face das limitações da lei e dos recursos humanos da Campanha. Essa, por ser campanha, até que poderia ter utilizado um espaço maior do que o definido institucionalmente. Todavia, não ousou muito nessa área. Certo é, que da primeira série para a segunda, a aprovação era automática – o que já corrigia, um pouco, o *engarrafamento* da primeira série, abrindo vagas ao ingresso na vida escolar. Somente a partir da segunda série o aluno era submetido a testes que implicavam promoção escolar. A promoção escolar só se efetuava com

¹³³ Natal. Prefeitura Municipal, *op. cit.*, nota 102.

¹³⁴ Cortez, depoimento cit., nota 131.

¹³⁵ Freire, Paulo. “Escola primária para o Brasil”. *Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, s.n.t.

¹³⁶ Natal. Prefeitura Municipal, *op. cit.*, nota 102.

supervisão da Orientação Pedagógica.

Custos – Em De Pé no Chão os custos eram baixíssimos. Aí está uma das razões de seu êxito, em termos de crescimento quantitativo¹³⁷.

Aos preços e moedas vigentes em janeiro de 1962 (quando Cr\$ 800,00 equivaliam a um dólar), o custo-aluno da Campanha era de Cr\$ 1.488,00.

Em sua matemática simples, sem refinamentos, a Secretaria Municipal de Educação arrolava as despesas de construção e funcionamento de um Acampamento Escolar para chegar às conclusões: 1) construir uma sala de aula (palha de coqueiro, prego, madeira, barro e mão-de-obra) custava Cr\$ 23.750,00; 2) instalar uma sala de aula (carteira, tamborete, mesinha, quadrode-giz, quadro mural, filtro de água, apagador de giz e instalações elétricas) custava Cr\$ 35.295,00; 3) o funcionamento de uma classe, por ano letivo (salários de técnicos e gratificações de professores, material escolar – doado ao aluno – água e energia elétrica), custava Cr\$ 44.650,00.

Esses são dados levantados em 1963. Em 1960/61, quando é deflagrada a Campanha, a situação é das mais difíceis, a começar pela execução de um orçamento elaborado pela administração anterior que, em 1961, estava fixado em Cr\$ 111.539,00 e um déficit de Cr\$ 43.659,00, consignando Cr\$ 3.576 mil para educação.

O equilíbrio orçamentário, eis o primeiro grande desafio e, depois, o objetivo mais importante foi conquistar a confiança da Câmara Municipal para aprovar créditos especiais – sem os quais não seria possível o avanço dos projetos de educação. Nessa área, nesse momento e em outros futuros, Roberto Furtado, secretário de Finanças, desempenhou papel de fundamental importância.

Tomando como média do período 1960-abril 1964 o valor vigente do dólar em janeiro de 1962, isto é, Cr\$ 800,00, teríamos, a título de aproximação: a) custo-aluno de De Pé no Chão: US\$ 1,86; b) construção de uma sala de aula de Acampamento: US\$ 29,69; c) instalação de uma sala de aula de Acampamento: US\$ 44,12; d) funcionamento anual de uma sala de aula de Acampamento: US\$ 55,81; e) orçamento municipal de 1961: US\$ 139.432,75; f) déficit orçamentário em 1961: US\$ 54.573,75; g) dotações reservadas à educação em 1961; US\$ 4.470,00.

Ampliações de De Pé no Chão – A política cultural em que se apoiava a Campanha permeia a política cultural da Secretaria de Educação do Município, definida a partir da Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), e com ela se confunde. Aliás, quanto mais se aproxima de 1964, mais difícil fica distinguir o que é, especificamente, a Campanha e o que é a programação da Secretaria. Desta forma, a política de bibliotecas populares é das Praças de Cultura, mas se ramifica para os Acampamentos Escolares e para o Centro de Formação de Professores; os Círculos de Leitura, idem; estudo e representação de autos populares e folclóricos, idem; Teatro de João Redondo, idem; Congresso de Cultura Popular e Serviço de Extensão Cultural (seminários, fóruns, mesas-redondas), idem; convênios com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, idem. Ocorre um verdadeiro sistema de vasos comunicantes.

Assim, é preciso ter tido a vivência da coisa para poder identificar quando emergem

¹³⁷ *Ibidem*.

na Diretoria de Documentação e Cultura e/ou na Diretoria do Ensino (aqui situada a Campanha) as atividades emanadas da política cultural do Município.

Em função de melhor organicidade, procura-se, aqui, estabelecer essas atividades no âmbito de De Pé no Chão.

a) *Bibliotecas* – organizam-se a exemplo de uma experiência anterior e vitoriosa, que fora aplicada pelo Governo Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul. São grandes caixas de metal que, contendo pouco mais de 100 livros, sofrem um rodízio de Acampamento para Acampamento.

Num relatório de Carlos Humberto Rios Mendes e Vilma Jorge, para a diretora da DDC, Mailde Ferreira de Almeida, encontram-se dados esclarecedores do funcionamento rotativo dessas bibliotecas, no período de 1º de maio de 1962 a 30 de setembro de 1973: de um acervo de 1.126 livros foram registra dos 1.838 empréstimos; cada caixa já fora transferida, sucessivamente, para seis Acampamentos. Informa ainda o mesmo relatório que, “com a criação de ‘sala de leitura’ em cada Acampamento, houve um sensível aumento nos empréstimos dos livros de cada caixa. As ‘salas de leitura’ foram criadas no mês de agosto”. (O relatório não esclarece, mas deve ter sido em agosto de 1963.)

Finalmente, o relatório informa sobre a biblioteca do Centro de Formação de Professores:

Inauguração: dezembro de 1962. Acervo inicial: 799 livros. Empréstimo: 30 a 40 livros diários somando 1.000 livros, mensalmente. No período de dezembro de 1962 a 30 de setembro de 1963, foram emprestados 6.602 livros. Livros estragados: 13. Livros extraviados: 04. Acervo atual: 1.103 livros. Nota: nos meses de janeiro, fevereiro e julho a média de empréstimo mensal cai em 90%, tendo em vista as férias escolares.

É importante observar que, num acervo de 1.103 livros, num período de 10 meses, com 6.602 empréstimos registrados, apenas quatro livros foram extraviados!

b) *Círculos de Leitura* – Vão ser o grande estimulador e orientador de leituras. Seu funcionamento é muito simples. Sob a supervisão do diretor do Acampamento, que é um professor diplomado Pela Escola Normal, as regentes de classe organizam-se para ler e discutir obras pedagógicas de formação de magistério, quando procuram aperfeiçoar os seus companheiros. Na maioria dos Acampamentos, esses Círculos de Leitura se reúnem semanalmente¹³⁸. Para facilitar a discussão, muitas vezes, a secretaria do Acampamento mimeografa os capítulos mais importantes da obra discutida e os debates alcançam, assim, maior participação. Essa autoformação é outro poderoso impulso para o avanço da Campanha e parece ser uma grande pista para os subdesenvolvidos, pois Nyerere (Tanzânia) já afirmou que “só as pessoas podem desenvolver-se a si mesmas, não podem ser heterodesenvolvidas” (citado por Maurício Tractenberg no prefácio, de *Capitalismo e educação*, de Wagner Gonçalves Rossi. Ed. Cortez e Moraes, São Paulo, 1978).

Por outro lado, a Campanha sempre se preocupou em manter os seus recursos humanos em contato com áreas onde, o conhecimento recebesse um tratamento curricular.

¹³⁸ *Ibidem*.

Seu objetivo era associar a teoria do pensamento acadêmico à sua prática. Essa tática é que levou o CFP a promover, em agosto de 1963, a Semana de Estudos de Problemas da Escola Primária, em íntima colaboração com as alunas da Escola Normal de Natal. Alunas da Escola Normal, com a teoria, e professorinhas da Campanha, com a prática, haveriam de produzir bons resultados, após uma discussão aberta¹³⁹.

Prestigiando ao máximo a Escola Normal de Natal, De Pé no Chão manifestava um objetivo político muito nítido: discutir, em termos de Brasil, a prioridade da escola primária, numa hora em que era *status*, apenas, a preocupação com os estudos superiores¹⁴⁰.

c) *Programa de rádio* – Diariamente, transmitia-se para todo o Estado a mensagem da Campanha, através das Rádios Nordeste e Brejuí de 11h30min às 12h. Esteve no ar de setembro de 1961 a abril de 1964. A professora Maria Diva da Salete Lucena acrescentou, as outras tarefas de orientação que, já vinha desempenhando na Campanha, mais esta: a produção diária do programa de rádio.

Vovô Patrício, Chiquinho (uma criança) e Dona Susana (mãe de Chiquinho) são os personagens fixos que participam de histórias infantis. Essas são dirigidas, evidentemente, às crianças, mas a análise e a reflexão geradas pelas situações vivenciadas remetem ao público adulto. A segunda parte do programa enfoca temas psicopedagógicos (criança-problema, educação doméstica, relações entre a escola e o lar, folclore, história e curiosidade dos Municípios do Rio Grande do Norte), ou divulga música popular brasileira. O programa se encerrava com o hino da Campanha, após um breve noticiário sobre a Prefeitura e De Pé no Chão.

O programa sempre esteve “à disposição de quaisquer outros movimentos de caráter popular da cidade”. E, através dele, semanalmente, a DDC divulgava uma campanha de valorização dos autos populares e folclóricos de Natal.

d) *Folclore* – Sempre abriu um espaço muito especial no currículo da Campanha. A partir de estudos teóricos e da prática de autos populares nas áreas de recreação, o folclore recebia o tratamento político de ser encarado como afirmação cultural de um povo cujo Governo municipal estava em permanente denúncia ao colonialismo cultural.

Nos Acampamentos era muito explorado o Teatro João Redondo, forma regional da designação do teatro de fantoche. João Redondo dava o seu recado nas festas escolares e nos Círculos de Pais e Professores.

¹³⁹ O temário desse Seminário foi o seguinte: 1) O Ensino Primário em Natal: as escolas da cidade; métodos utilizados; conceitos de disciplina; 2) A situação do professor em Natal: condições técnicas de trabalho; cursos de formação e aperfeiçoamento; 3) O aluno na escola, hoje: situação econômico-social; relacionamento professor-aluno; 4) Alfabetização de adultos: necessidade e importância; problemas criados pelo analfabetismo e suas consequências.

¹⁴⁰ Mais ou menos pela mesma época, a escola primária é, também, uma das preocupações maiores de Paulo Freire: “Vale dizer que a escola que precisamos urgentemente é uma escola em que realmente se estude e se trabalhe”, dirá o educador pernambucano, acrescentando: “Quando criticamos, ao lado de outros educadores, o intelectualismo de nossa escola, não pretendemos defender posição para a escola em que se diluíssem disciplinas de estudo e uma disciplina de estudar. Talvez nunca tenhamos tido em nossa História necessidade tão grande de ensinar, de estudar, de aprender mais do que hoje. De aprender a ler, a escrever, a contar. De estudar História. Geografia. De compreender a situação ou as situações do País. O intelectualismo combatido é, precisamente, esse palavreado vazio, sonoro, sem relação com a realidade circundante em que nascemos, crescemos, e de que ainda hoje, em grande parte, nos nutrimos” (“Escola primária para o Brasil” – conferência proferida no Simpósio Educação para o Brasil, organizado pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, em 1960).

O tema folclore voltará a ser tratado, dentro de uma moldura mais ampla. Vale registrar desde agora, todavia, a contribuição oferecida por Luís da Câmara Cascudo. Criador da Sociedade Brasileira de Folclore, o conhecido etnógrafo brasileiro sempre assistiu a administração do Prefeito Djalma Maranhão – e, especialmente, a Secretaria Municipal de Educação – em sua política de folclore, com o seu conhecimento, a sua experiência e a sua participação direta.

e) *Convênios com a UFRN* – A Universidade Federal do Rio Grande do Norte foi sensível ao esforço que vinha sendo desenvolvido pela Campanha em Natal e associou-se à Prefeitura para um programa comum de ação. Dois fatores facilitaram a celebração desses convênios: o engajamento das lideranças estudantis no trabalho educacional da Prefeitura¹⁴¹ e o espírito público do Reitor Onofre Lopes.

Em 1963, já se procedia a alguns serviços em comum UFRN De Pé no Chão¹⁴², como os de exames parasitológicos de fezes para o tratamento de verminose, pela Faculdade de Farmácia; essas, em seus laboratórios, produzia os medicamentos, mediante insumos farmacêuticos oferecidos pela Prefeitura, e os acadêmicos administravam a aplicação das dosagens. Em 1964, já se lançava mão de estatísticas para o acompanhamento do tratamento no Acampamento das Rocas, medida que seria estendida aos demais Acampamentos. Pela Faculdade de Odontologia, procedeu-se ao levantamento de cárie dentária nos alunos e iniciou-se, também nas Rocas, o tratamento preventivo de aplicação de flúor. A Faculdade de Medicina marcou sua participação no Programa através de professores e universitários, que promoviam palestras educativas no CFP e nos Círculos de Pais e Professores da Campanha. Assim é que, em agosto de 1963, o CFP promoveu uma Semana de Saúde para as famílias dos alunos e a comunidade em geral, quando foram debatidos temas como “Doença e subdesenvolvimento”, “Odontologia sanitária”, “alimentação”. “Principais endemias locais: combate e profilaxia”, “Proteção à maternidade e à infância”.

Aqui, além da UFRN, outras instituições também colaboraram, como o SESP (Serviço de Saúde Pública), o DENERu (Departamento Nacional de Endemias Rurais) e o CIAT (Centro de Instrução Almirante Tamandaré, da Marinha).

Era filosofia da Campanha convocar todas as forças vivas da comunidade a um trabalho do, com e para o povo.

f) *Educação de adultos* – É posterior ao deflagrar da Campanha para crianças e adolescentes. Possivelmente, é do final de março de 1961 a sua arrancada. O *Boletim* de abril da Secretaria de Educação¹⁴³ informa, em sua página 2:

¹⁴¹ Em 1963 participavam do trabalho educacional da Prefeitura as seguintes lideranças estudantis: Francisco Floripe Ginani, presidente do DCE (chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Educação); Geniberto Paiva Campos, líder na Faculdade de Medicina (diretor do Colégio Municipal); Josemá Azevedo, presidente do DA de Engenharia (responsável pela interiorização da Campanha); Edísio Pereira (presidente do DA de Medicina, da equipe de pesquisas); Ivis Bezerra, ex-presidente da União Estadual dos Estudantes (do GT de Educação Popular); Alberto Pinheiro de Medeiros, presidente do DA de Filosofia (do GT de Educação Popular); Gileno Guanabara, presidente do Diretório Celestino Pimentel, do Ateneu (oficial de Gabinete da Secretaria de Educação); Juliano Siqueira, líder do Ateneu (professor do Acampamento do Carrasco). Participavam, ainda, junto aos serviços de orientação, de pesquisa, de Círculos de Pais e Professores, do CFP, as seguintes lideranças estudantis: Denise De Felipe, Socorro Barreto, Lourdes Varela, Joana D’arc de Freitas, Teresinha de Brito Braga, Berenice de Medeiros Freitas; Antônio Campos e Silva, João Faustino Ferreira Neto e outros.

¹⁴² Natal. Prefeitura Municipal, *op. cit.*, nota 102.

As aulas de educação para adultos já começaram. Na Sociedade 09 de Julho, em Nova Descoberta, e nas Rocas. Neste último bairro, onde estamos promovendo a experiência de erradicação do analfabetismo, as escolas para adultos, em seu funcionamento noturno, estão localizadas na Cooperativa dos Pescadores e no Acampamento Escolar (Rocas de Cima).

E noticia em seguida que, em 17 de abril, já estão em funcionamento 14 classes de adultos no Acampamento Escolar.

Assim, estimativamente, podemos inferir que, em abril de 1961, já existe uma matrícula aproximada de 480 adultos (14 classes no Acampamento, mais uma na Cooperativa dos Pescadores e outra na Sociedade 09 de Julho, com 30 alunos por classe). Em 1963, serão 03 mil adultos matriculados na Campanha¹⁴⁴.

A princípio utilizando uma metodologia tradicional, a Campanha vai evoluir para uma postura mais científica de alfabetização e educação de adultos, a partir do Sistema Paulo Freire e do aprofundamento do intercâmbio com o Movimento de Cultura Popular (MCP) de Pernambuco.

O documento do Ministro Paulo de Tarso, já citado, no que se refere ao Sistema Paulo Freire, diz que em De Pé no Chão

... a experiência está em plena elaboração, pois os trabalhos iniciais da pesquisa do levantamento do universo vocabular e da matrícula do analfabeto já estão concluídos em vários setores do bairro das Rocas, que mais uma vez vai ser plano-piloto.

Além das Rocas, outros bairros da cidade tiveram núcleos organizados para aplicação do Sistema Paulo Freire¹⁴⁵. A contribuição do MCP também se efetivou na discussão com a professora Maria Diva da Salette Lucena, da equipe do CFP, que produziu, posteriormente, uma cartilha para adultos, editada em abril de 1963, chamada *Livro de leitura de pé no chão também se aprende a ler*.

1.3. *Uma política cultural globalizante*

A política cultural do Município, apesar de ser feita principalmente em função de De Pé no Chão, e corp ela se confundir, ocupava, todavia, algumas vezes, certos espaços não-específicos da Campanha. Então, se exercia através da Diretoria de Ensino e/ou da Diretoria de Documentação e Cultura.

Nesse capítulo serão então abordadas iniciativas como seminários, congressos, mesas-redondas; as programações das Praças de Cultura, do Museu de Arte Popular

¹⁴³ Natal. Prefeitura Municipal, *op. cit.*, nota 125.

¹⁴⁴ Natal. Prefeitura Municipal, *op. cit.*, nota 102.

¹⁴⁵ Machado, José Fernandes; Azevedo, Josemá; Siqueira, Juliano; e Guerra, Marcos. Depoimentos gravados pelo Autor em 1979, nas cidades de Natal, Macapá e Rio de Janeiro.

Câmara Cascudo, da Galeria de Arte, do Teatrinho do Povo, dos postos de empréstimo de livros (Bibliotecas Monteiro Lobato e Castro Alves); as edições populares; as promoções culturais; a política de valorização do folclore; etc.

A posse do Prefeito Djalma Maranhão ocorreu a 05 de novembro de 1960, e já de 17 de dezembro a 06 de janeiro de 1961 a programação cultural da DDC, da Secretaria de Educação, promovia o Ciclo Natalino, com apresentação de autos e folguedos populares e folclóricos em cinco palanques instalados nos bairros e no centro da cidade¹⁴⁶.

A experiência da administração anterior do Prefeito (quando se promoveu uma aproximação muito grande entre as organizações folclóricas e a política municipal) foi decisiva ao planejamento e execução do Ciclo Natalino em tempo tão exíguo.

De 13 a 20 de janeiro, foi realizada a Exposição Bibliográfica Documentária Luís da Câmara Cascudo, e a 09 de março iniciava-se a exposição de pintura de Newton Navarro.

É como se a DDC adivinhasse que o Seu tempo seria curto, e então propunha e executava o trabalho) com avidez e pressa.

O I Seminário de Estudos dos Problemas de Educação e Cultura do Município de Natal – Iniciativa cultural mais importante da Diretoria de Ensino no ano de 1961, o Seminário procurou fazer um levantamento das realidades educacional e cultural da cidade. Sua proposta era a de uma ampla pesquisa e questionamento, dividida em diversos planos, entregues a especialistas em cada assunto.

De acordo com a natureza dos temas, ele foi estruturado em quatro fases, trabalhadas de março a junho. Os temas e os especialistas foram os seguintes: Região e educação (Luis da Câmara Cascudo); Escola natalense e comunidade (João Wilson Mendes Melo); A escola natalense, o Humanismo e a técnica (Hélio Galvão); A escola particular em Natal (Carmem Pedroza); A escola pública em Natal (Luis Ignácio Maranhão Filho); A escola confessional em Natal (Padre Manoel Barbosa); Atividades culturais extraclases em Natal (Alvamar Furtado); Administração escolar em Natal (Max da Cunha Azevedo); A escola natalense e a orientação educacional (Elsa Sena); A fixação do aluno à escola primária em Natal (Maria Alexandrino Sampaio); A reforma do ensino primário do Rio Grande do Norte em Natal (Lia Campos); A escola para excepcionais em Natal (Severino Lopes); O ensino secundário em Natal (Ascendino Henrique de Almeida); O ensino comercial em Natal (Ulisses de Góes); O ensino industrial em Natal (Irineu Martins); O ensino normal em Natal (Chicuta Nolasco Fernandes); O ensino doméstico em Natal (Noilde Ramalho); O ensino universitário em Natal (Edgar Barbosa); A escola natalense, a arte tradicional e a cultura popular (Veríssimo de Melo); A escola natalense, bibliotecas e museus (Zila Mamede); A escola natalense e a música (Américo de Oliveira Costa); A escola natalense e as artes plásticas (Newton Navarro); A escola natalense, a literatura e as ciências (Núbio Borges); Uma experiência no setor de educação em Natal (Grimaldi Ribeiro).

¹⁴⁶ *Folha da Tarde*. Natal, 5, 1.1961.

Desse extenso temário de 24 conferências-debates, somente quatro deixaram de se realizar¹⁴⁷. O que é importante nesse Seminário é que ele é centrado na realidade local. Diz

¹⁴⁷ Pela importância do evento, transcrevemos os índices das conferências realizadas, documentados pela Prefeitura Municipal do Natal, no jornal *Agenda* do I Seminário de Educação e Cultura do Município, em 1961, mimeog.

a) *Região e Educação* (Luís da Câmara Cascudo) – O homem da região; Antropologia; Ecologia; Interação; O menino do Nordeste; A curiosidade; A região fixou um tipo mental?; Cultura geral e regional; Escola universal e nacional; O professor indutivo e experimentalista; O tipo maquinal; Cultura e observação; Exaltações e limites da educação; O menino sabido e o estudioso; Inteligente, mas muito vadio; Critérios de comportamento; Cultura é técnica e não civilização; Missão do professor e entendimento governamental; Valorização do ensino e conduta social; b) *Escola Natalense e Comunidade* (João Wilson Mendes Meio) – Os grupos humanos e o verdadeiro sentido de comunidade; A aceitação do repto do ambiente e a réplica nordestina; Estrutura da comunidade; Escola e comunidade; Natal e o Rio Grande do Norte no panorama educacional; Projeção para o futuro da participação dos recursos comunitários na educação popular; c) *A Escola Natalense o Humanismo e a Técnica* (Hélio Galvão) – Quando se aprende a pensar; Os velhos tempos melhores; O homem sempre; Humanismo e técnica; Universo regional; d) *A Escola Particular em Natal* (Carmem Pedroza) – Ensino particular em Natal na Colônia; Ensino particular em Natal no Império; Ensino particular em Natal no regime republicano; – Conclusões; e) *A Escola Confessional em Natal* (padre Manoel Barbosa) Alguns princípios; O problema da escola confessional no regime democrático; Escola confessional e poder público; Valores positivos e negativos da escola confessional; Nascimento e evolução; As primeiras escolas; As escolas católicas; Escolas de outras confissões religiosas; Situação atual; Dados de 1960; Interpretação dos dados; Considerações finais e perspectivas; f) *Atividades Culturais Extraclases em Natal* (Alvamar Furtado) – Considerações gerais; A importância da atividade extracurricular; Os objetivos do ensino moderno; Cinema, teatro, jornal e rádio; Atividades esportivas; As instituições extracurriculares existentes em Natal e sua participação no desenvolvimento cultural da comunidade; g) *Administração Escolar em Natal* (Max da Cunha Azevedo) – Tema geral; Alguns problemas de administração escolar em Natal; 1º item: o professorado, remuneração, formação profissional; 2º item: insuficiência da rede escolar secundária; 3º item: índice de reprovações nos exames de admissão ao curso ginasial; h) *A Escola Natalense e a Orientação Educacional* (Elza Sena) – 1ª parte: Orientação educacional, visão geral; 1º item: introdução; 2º item: histórico da orientação educacional; 3º item: finalidades da orientação educacional; 4º item: técnicas da orientação educacional; 2ª parte: Orientação educacional em Natal; 1º item: orientação educacional na escola industrial de Natal; 2º item: orientação educacional no Colégio Nossa Senhora das Neves; 3º item: preparação para instalação da orientação educacional e profissional no SENAC; 4º item: Conclusão; i) *A Fixação do Aluno à Escola Primária em Natal* (Maria Alexandrino Sampaio) – Agentes que influenciam na fixação do aluno na escola; I – a família: 1) situação social e econômica; 2) condições sanitárias dos lares 3) ajustamento dos lares; 4) estabilidade de residência da família; II – escola: 1) o professor; 2) métodos de ensino; 3) condições físicas do prédio escolar; 4) obrigatoriedade escolar; 5) aparelhagem da escola de meios atrativos e preocupação de educação integral; 6) dia escolar: funcionamento da escola; 7) repetência; 8) frequência; 9) outros meios; III – relações entre a escola e a família: 1) círculos de pais e professores; 2) relações pessoais com os pais; 3) visita do professor à casa dos alunos; IV – sistema escolar; 1) ampliação da rede escolar; 2) formação do professor; 3) organização de cursos supletivos; 4) criação do serviço médico; 5) criação de serviço de merenda escolar; j) *Reforma do Ensino Primário do Rio Grande do Norte* (Lia Campos) - 1) causas da reforma; 2) pontos fundamentais; 3) aspectos da reforma; 4) classes regulares e de recuperação; 5) atividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da Secretaria de Educação do Estado a fim de preparar pessoal docente para a experiência da reforma do ensino primário; 6) revisão dos programas de ensino primário do Estado; 1) *A Escola para Excepcionais em Natal* (Severino Lopes) – Introdução; histórico da fundação da Sociedade Professor Heitor Carrilho e construção do prédio: recursos populares; 2) mecanismo e funcionamento: número de professores; material escolar: recursos; 3) estágios e cursos das professoras; 4) clube dos pais e mestres; associação de pais e amigos de excepcionais; 5) manutenção da clínica; internato; república de excepcionais; m) *O Ensino Secundário em Natal* (Ascendino H. de Almeida) – 1) considerações; 2) origens e desenvolvimento do ensino secundário em Natal e esboço histórico; 3) crescimento da matrícula e qualidade do ensino; 4) vocação e aptidões; 5) a escola e a política; 6) conclusões; n) *O Ensino Normal em Natal* (Chicuta Nolasco Fernandes) – 1) a escola normal em rápidos traços desde a sua fundação; 2) os primeiros elementos diplomados e a sua atuação; 3) evolução da escola, direções, objetivos, programa; 4) a influência sócio-cultural do professor no meio rural; 5) a Escola de Formação de Professores e as exigências atuais; 6) a escola normal dentro da reforma vigente; o) *O Ensino Industrial em Natal* (Irineu Martins) – 1) sinopse do ensino industrial no Brasil; 2) o ensino industrial e sua função social; 3) novas metas para a escola industrial; 4) o ensino industrial em Natal, suas realidades e perspectivas; 5) ensino industrial: fórmula ideal para o atendimento de nossos anseios da libertação econômica; p) *O Ensino Comercial em Natal* (Ulisses de Góes) – 1) antecedentes; 2) o ensino comercial em 1918; 3) regulamentação de 1926; 4) reforma de 1931 e a profissão de contador; 5) reforma de 1943; 6) equivalência dos cursos; 7) confronto entre 1918 e 1960 quanto ao progresso do ensino comercial; q) *O Ensino Doméstico em Natal* – (Noilde Ramalho, Santa Guerra e Francisquinha Outra) – Reflexões iniciais; crochê, tricô e casamento; a educação feminina e familiar se encontra abalada em seus fundamentos, urge reabilitá-la para o equilíbrio social; desigualdade não quer dizer inferioridade; ensino doméstico, um sistema de educação que visa preparar a mulher para a sua missão na vida; o que há em Natal no campo da economia doméstica; o ensino doméstico organizado, a escola doméstica de Natal; o ensino doméstico pode diminuir instituições suplementares, tais como hospitais e

a apresentação de *Agenda*, o jornal do Seminário folha mimeografada que documentava os trabalhos:

Em quatro meses, abrimos os olhos para ver o nosso próprio chão de casa – aliás, Chaplin já dizia que a vida é um assunto local¹⁴⁸.

A repercussão do Seminário foi relevante, bastando considerar que, no *Diário Oficial* de 10 de maio, o Governador Aluísio Alves, através de seu Aviso 178, determinava à Secretaria de Estado da Educação que obtivesse “os textos desses estudos”, dado o “interesse imediato para a ação do Governo do Estado e o encontro de setembro com o Presidente da República”.

Assim, também o objetivo político do Seminário havia sido atingido: a Secretaria Municipal de Educação abria o seu espaço na *intelligentzia* do Rio Grande do Norte. Isso era muito importante para oferecer respaldo social à política da Prefeitura, centrada nos interesses das classes subalternas e operando, principalmente, na periferia da cidade.

Além da pobreza, agora também as camadas médias e a classe dominante começavam a ouvir o discurso de um programa de educação popular. Na época, uma campanha arrecadava 20 mil livros da população para constituir o primeiro acervo das bibliotecas populares.

Encerrado o Seminário, a 08 de junho de 1961, nos salões aristocráticos da Escola Doméstica de Natal, a 23 do mesmo mês a programação cultural da Prefeitura voltava a se Jazer nos palanques populares, quando, até o dia 29, se promoveu o Ciclo Junino. A exibição dos autos folclóricos ligados a Santo Antônio, São João e São Pedro se fez em todos os bairros da cidade, sob os auspícios da DDC.

A indicação de datas e os objetivos das promoções revelam a política de trabalho da Secretaria que ao mesmo tempo, mantém viva a campanha de erradicação do analfabetismo.

Folclore – É o ar que a política cultural da Prefeitura respira. Passados 15 anos, ainda permanece indene, na memória da cidade, a ligação da administração do Prefeito Djalma Maranhão aos conjuntos folclóricos¹⁴⁹.

penitenciárias; aos poderes públicos convém incrementá-lo; r) *A Escola Natalense, a Arte Tradicional e a Cultura Popular* (Veríssimo de Meio) – Antropologia; antropologia cultural, folclore, cultura popular; arte popular: arte popular e arte erudita, classificação das artes populares, informação sobre arte popular em Natal, plano de assistência ao artesanato, como proteger as artes populares, as artes populares e a escola; palavras finais; s) *A Escola Natalense e a Música* (Américo de Oliveira Costa) – Introdução; conceituação da música com relação à educação, desde a Antiguidade; a conceituação moderna; a música e a criança; a bandinha rítmica; o canto orfeônico; o canto coral; a música nos cursos secundários atividades educativas musicais em Natal; o problema da compreensão do fenômeno musical; a importância da música na escola; t) *A Escola Natalense e as Artes Plásticas* (Newton Navarro) – A arte; o artista e o seu comportamento dentro do mundo moderno; arte moderna; raízes e seguidores; escolas; reflexos da arte moderna no Brasil; pintura no Rio Grande do Norte; conclusões.

¹⁴⁸ *Natal*. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. *Agenda*. 1961. I Seminário de Educação e Cultura do Município do Natal. mimeog.

¹⁴⁹ *Diário de Natal*. 19.10.1979. Nessa edição o jornal publica: “Nesses últimos 15 dias (*sic*, acredito que há um equívoco: deve referir-se há 15 anos. Explicação do Autor) apareceu algum prefeito para ouvir as reivindicações dos moradores dos bairros de Natal?”

‘Somente Djalma Maranhão’, respondeu uma das pessoas presentes à sede do Conselho Comunitário do Conjunto Soledade, situado às margens da estrada para a Redinha, na noite de anteontem, onde o Prefeito José Agripino Maia ouvia as reivindicações de seus moradores (...)

A proposta da DDC de valorização da cultura popular aproximou-a das organizações folclóricas. Assim, participavam das programações oficiais do Município 18 conjuntos folclóricos; quatro de Boi-Calemba; quatro de Babelô; dois de Congo; três de Danças Antigas (araruna, camaleão, coã); um de Chegança; um de Fandango: um de Lapinha; dois de Pastoril. Essa, a prática do folclore¹⁵⁰.

Por outro lado, sempre houve uma grande preocupação em termos da discussão teórica do folclore. Nas duas administrações de Djalma Maranhão, com o apoio e respaldo de Luís da Câmara Cascudo, foram promovidas cinco jornadas folclóricas, que eram verdadeiros mini-congressos, em datas que correspondem ao Ciclo Natalino, isto é, final de dezembro e início de janeiro. Nessas ocasiões, discutindo com os intelectuais locais e conhecendo os autos folclóricos do Rio Grande do Norte, estiveram em Natal: Edson Carneiro, Gustavo Barroso, Jorge Amado, Umberto Peregrino, Antonino Vilela, Waldemar Cavalcanti, Ênio Silveira, Luiza Barreto Leite, Miécio Tati, Hildegardes Viana, Eduardo Portella, Barbosa Lessa, Bruno de Meneses, Theo Brandão, Carlos Galvão Krebes, Domingos Vieira Filho, Nunes Pereira, João Clímaco Bezerra, Mozart Soriano, Ascenção Ferreira, Rômulo Argentieri, Fagundes de Menezes, Eneida, entre outros¹⁵¹.

Para uma Prefeitura pobre, foi um grande esforço possibilitar a presença de conjuntos folclóricos de Natal em festas populares do Rio Grande do Sul, de Brasília e, por duas vezes, de Pernambuco, como ocorreu em 1962 e 1963.

Praça de Cultura é o conjunto de parque infantil, posto de empréstimo de livros (biblioteca), jornal mural e campo esportivo, que funciona como teatro de arena para a discussão de temas de interesse da comunidade, isto é, fórum de debates. Nesta forma, ela está descrita na quarta fase do processo da Campanha, faltando, apenas, indicaras estatísticas, o que será feito adiante.

Praça de Cultura é, também, uma promoção da DDC, realizada pela primeira vez no segundo semestre de 1961, e repetida posteriormente. Aqui há uma verdadeira *ocupação* de uma das praças principais da cidade, pelo período de uma semana, com a instalação de barracas de madeira para feira de livros, de discos, de artes plásticas (popular e erudita), artesanato; palanques para exposições de autos folclóricos e retretas audição de coral e jograis; noites de autógrafos dos escritores e homenagens às instituições culturais da cidade¹⁵².

A primeira Praça de Cultura (1961) esteve associada à Sociedade Brasileira de Folclore, criada por Luís da Câmara Cascudo, que, no encerramento, recebeu uma homenagem da Prefeitura.

Quanto às Praças de Cultura (que, para distinguir, podem ser chamadas de permanentes), referidas na quarta fase da Campanha, também eram administradas pela DDC e podem ser descritas em três etapas: a) em 1962, a Prefeitura, em 10 praças, instalou

José Agripino parece que não ficou surpreso com a resposta à sua pergunta, pois em todos os bairros natalenses visitados por sua equipe de secretários e assessores constatam que o povo de Natal não esqueceu Djalma Maranhão”.

¹⁵⁰ *Natal*. Prefeitura Municipal. *op. cit.*, nota 102.

¹⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵² A Praça de Cultura de 1961 promoveu o lançamento de livros e noites de autógrafos dos seguintes escritores: Newton Navarro, Veríssimo de Meio, Jaime dos G. Wanderley, Monsenhor Alves Landim, Luís Rabelo. Francisco Amorim (do Rio Grande do Norte); Vanildo de Brito e Jomar Moraes Souto (da Paraíba); Bandeira de Meio (de Pernambuco). Prestou homenagens a Newton Navarro e ao escultor popular Chico Santeiro.

parques infantis e quadras de esporte; b) em maio e junho de 1962, foi possível abrir, nas Praças de Cultura das Rocas e Quintas, as Bibliotecas (postos de empréstimos) Monteiro Lobato e Castro Alves, respectivamente (o documento *Cultura popular e pé no chão* traz algumas estatísticas do funcionamento dessas barracas de madeira, apelidadas de bibliotecas populares. Todavia, relatório de Carlos Humberto Rios Mendes e Wilma Jorge, dirigido a Mailde Ferreira de Almeida, diretora da DDC, cobre um período mais longo e revela 50.450 empréstimos de 1º de maio de 1962 – data da inauguração – a 30 de setembro de 1963, do posto de empréstimos Monteiro Lobato, e 28 mil empréstimos de 23 de junho de 1962 – data da inauguração – a 30 de setembro de 1963, do posto de empréstimos Castro Alves. Nas Rocas, a média de empréstimos diários é de 80 a 120 livros, enquanto nas Quintas é de 50 a 80 volumes, de acordo com o mesmo relatório. Diz ainda o documento que, em 30 de setembro de 1963, o acervo da Monteiro Lobato é de 1.784 livros – com 167 extraviados no período citado – e o da Castro Alves é de 2.360 volumes – 141 extravios. Não foi possível dispor de dados mais recentes); c) a terceira etapa da Praça de Cultura (permanente) refere-se à sua instalação no principal logradouro da cidade, a. Praça André de Albuquerque, também conhecida como a Praça da Matriz. Aqui, a Prefeitura promoveu a reurbanização da praça, dotando-a de concha acústica, discoteca, televisão, tela de projeção cinematográfica, biblioteca, pequenas mesas de leitura ao ar livre, e construiu, ainda, uma ampla galeria de arte.

A Praça de Cultura da André de Albuquerque se apoiava em quatro setores distintos, mas integrados: biblioteca, serviço de difusão, exposições cinematográficas e promoções de debates. A biblioteca, com um acervo inicial de mil livros e assinaturas de jornais e revistas, dotada de jornais murais, funcionava de 14h às 21h30min, sob o critério de “sala de leitura”, em pequenas mesas sob a concha acústica da praça e/ ou ao ar livre (não havia empréstimos de livros).

O serviço de difusão, funcionando de 20h às 21h30min, oferecia uma programação básica de música popular brasileira, selecionada e comentada; iniciação à música clássica; leituras de crônicas e audição de discos de poesia, e, finalmente, o noticiário “A prefeitura dia a dia”.

As exposições cinematográficas ocorriam aos domingos, e os debates, inicialmente programados mensalmente, passaram a se suceder com maior frequência. Esses processavam-se ao estilo de uma ampla mesa-redonda, com participação de todo o povo que acorria à praça, sendo coordenados por autoridade no assunto que estava sendo abordado. Pelo menos três debates alcançaram repercussão no final de 1963: História retrospectiva da música popular brasileira (coordenado pelo Professor Grácio Barbalho), a Reforma universitária (coordenado pelo Diretório Central dos Estudantes) e a Tática da seleção brasileira de futebol (coordenado por autoridades esportivas locais).

Os recursos humanos permanentes lotados na Praça de Cultura compreendiam quatro bibliotecárias, um locutor e um datilógrafo, esse também responsável pelos serviços externos. A biblioteca funcionava de terça a domingo, sendo a segunda-feira reservada ao expediente interno.

A Praça ganhou uma expressão ainda maior quando, a 08 de março de 1963, foi inaugurada a sua Galeria de Arte: ampla construção que ocupava todo um lado da André de Albuquerque.

Segundo a agenda de trabalho de Mailde Ferreira de Almeida e Newton Navarro para uma reunião interna da Secretaria, até 16 de outubro do mesmo ano a Galeria de Arte havia promovido 19 eventos, a partir da sua inauguração com a exposição do pintor

pernambucano Francisco Brennand¹⁵³.

Em 25 de outubro de 1963, a Galeria de Arte promoveu a primeira exposição de poesia ilustrada, com a participação de obras de 70 poetas (vivos e mortos) do Rio Grande do Norte. A panorâmica possibilitou um conhecimento global da produção poética do Rio Grande do Norte, ilustrada no traço de Newton Navarro¹⁵⁴.

A partir de 1963, vários eventos culturais da cidade ocorreram na Galeria de Arte da Praça de Cultura da André de Albuquerque Do subúrbio para o centro da cidade, havia sido feito o trânsito do Governo municipal, em termos de Praça de Cultura, de 1962 para 1963.

O I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular realizado no Recife, em setembro de 1963, aprova resoluções que, mais tarde, serão editadas pela UNE (*Cadernos de Coordenação Universitária*), definindo os objetivos das Praças de Cultura. Em linhas gerais, seriam as seguintes as recomendações: a) desenvolvimento da consciência crítica do povo para possibilitar a emergência mais autêntica de suas aspirações culturais e políticas, através da promoção de debates e discussões em grupo que levem à superação de uma condição de homem como objeto da cultura; b) a formação em cadeia de novos agentes de cultura popular saídos do meio do povo a partir da descoberta de seus líderes; c) ser um ponto de convergência e intercâmbio dos diferentes instrumentos e meios de comunicação e conscientização como: teatro, cinema, rádio, TV, imprensa, música popular, livros e folhetos, artes plásticas, cartazes e outros que possam existir.

A experiência de Natal estava, assim, de acordo com esses parâmetros indicados pelo I Encontro.

Teatrinho do Povo – Foi inaugurado em 28 de abril de 1963, por ocasião do I Congresso de Cultura Popular, promovido pela prefeitura do Natal, e esteve sob a direção de Edwan Wanderley, Subordinado à DDC. O Prefeito transformara o quartel da Guarda Municipal, no bairro do Alecrim, numa casa de espetáculos populares, coisa de que carecia Natal. A alta sociedade contava com o Teatro Alberto Maranhão, onde o povo raramente entrava. O Teatrinho do Povo vinha suprir essa lacuna. Numa linguagem ao nível das

¹⁵³ Natal. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação; Cultura e Saúde. *Agenda da Diretoria de Documentação e Cultura; programa da galeria de arte*. Mar./ out. 1963. datilog. Os eventos registrados são os seguintes: exposições de Francisco Brennand, Abelardo da Hora, Iaponi Araújo, Padre Eládio L'Eraistre Monteiro, Tarcísio Mota, Lourdes Guilherme, Rubens Sampaio e Maria do Santíssimo: promoções da Semana Santa (*Miserere* com legendas de Paul Claudel); do Instituto de Educação/Diretório Celestino Pimentel: das Campanhas De Pé no Chão Também se Aprende a Ler e De Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão; do jornal *Última Hora*; de festejos juninos: exposições de fotografias das praias de Natal e da cidade de Brasília e de desenhos e gravuras de Percy Lau e outras.

¹⁵⁴ Natal. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação. Cultura e Saúde. Diretoria de Documentação e Cultura. *Agenda da Diretoria de Documentação e Cultura; programa da galeria de arte. Relação de poetas participantes da I Exposição de poesia ilustrada*. 25.10.1963. São os seguintes os nomes relacionados: Auta de Souza, Augusto Severo Neto, Antônio Soares, Apolônio Cardoso, Antônio Pinto de Medeiros, Antídio Azevedo, Benedito Maia, Bonifácio Santos da Cunha, Bezerra Júnior, Celso Silveira, Carlos Alberto Tinoco, Charlier Fernandes, Clarice Palma, Dorian Gray, Deifilo Gurgel, Dinorah Pinto Varela, Evaldo Alves de Oliveira, Esmeraldo Siqueira, Elder Heronildes, Francisco Palma, Ferreira Itajubá, Ferdinando Couto, Francisco Amorim, Fabiano Caldas, Francisco Ivo, Gotardo Neto, Gilberto Avelino, Ivory Batista da Costa, Iaperi Soares Araújo, Jorge Fernandes, José Herôncio de Meio, José Gonçalves de Medeiros, João Uns Caldas, José Bezerra Gomes, José de Anchieta, José Augusto da Silva Filho, José Aguinaldo Barro, José Machado, Jaime dos G. Wanderley, João Estevão, J. O. Wilson, José Alves Landim (Monsenhor), Jaime Pierre, Lourival Açucena, Luiz Rabelo, Luís da Câmara Cascudo, Luiz Xavier, Letícia Galvão, Luiz Carlos Guimarães, Luiz Romano, Laete Rosado, Miriam Coeli, Marcolino Dantas (Dom), Manoel Barbosa (padre), Miguel Cirilo, Newton Navarro, Nei Leandro de Castro, Oliveira Júnior, Otoniel Menezes, Ponciano Barbosa, Palmira Wanderley, Renato Caldas, Segundo Wanderley, Stela Wanderley, Sanderson Negreiros, Silvino Bezerra, Virgílio Trindade, Walflan de Queiroz, Zila Mamede e Zênia Maruza.

classes baixas, a programação do Teatrinho do Povo buscava; a partir daí, novos patamares de elevação cultural, a médio e longo prazos. Essa a estratégia. De 28 de abril a 20 de outubro de 1963, o Teatrinho do Povo proporcionou 50 espetáculos, dos quais três estiveram sob a responsabilidade do Centro de Formação de Professores da Campanha¹⁵⁵.

Museu de Arte Popular Câmara Cascudo – Foi criado, na DDC, em 1957, isto é, na primeira administração do Prefeito Djalma Maranhão. Quando do início do segundo Governo, ele possui apenas 32 peças, mas, na metade do segundo semestre de 1963, o seu acervo já estava enriquecido com mais de 600 peças, a maioria de artistas populares do Rio Grande do Norte. As coleções de Chico Santeiro (Natal) e Vitalino (Caruaru) ressaltavam em quantidade e qualidade. O Museu funcionava em dependência da própria DDC, no prédio da Secretaria de Educação (Avenida Duque de Caxias, 190), ao lado de outros serviços de rotina, como a Hemeroteca e a Seção de Documentação Fotográfica. A Discoteca, apesar do acervo de 1.040 discos catalogados, jamais teve condições materiais adequadas ao seu funcionamento. Finalmente, a DDC tentou um modesto plano editorial, tendo publicado *Viola de desafio* I e II (literatura de cordel) e plaquetas de Veríssimo de Melo e Djalma Maranhão, sobre Chico Santeiro e Câmara Cascudo, respectivamente.

I Congresso de Cultura Popular de Natal – Foi o fato mais relevante de 1963 – como fora, em 1961, o Seminário de Estudos de Problemas de Educação e Cultura do Município de Natal.

O Congresso, que associou mais intimamente a Campanha e o CCP, situa-se em torno de duas datas com forte simbolismo político: 21 de abril e 1º de maio. Partindo da Secretaria de Educação, teve a força de mobilizar toda a administração municipal e contou, ainda, com delegações de intelectuais do Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul e Paraíba. Com o Congresso, a administração municipal abria um novo espaço físico para a discussão política: o Fórum de Debates Djalma Maranhão, instalado em salas localizadas na área mais central da cidade – o chamado Grande Ponto.

Inaugurado o Congresso no Fórum de Debates, no dia 21 de abril, logo em seguida, no Teatro Alberto Maranhão, foi levada a peça *O processo de Tiradentes em nosso tempo*, criação coletiva de Luís Ignácio Maranhão Filho, Hélio Xavier de Vasconcelos, Danilo Bessa e Newton Navarro. Retomava-se o fato histórico a partir da devassa da Conjuração Mineira e dava-se-lhe uma roupagem de contemporaneidade, o que possibilitou uma forte denúncia ao imperialismo, à dominação, à alienação, etc.

Entre 21 de abril e 1º de maio, fatos culturais importantes ocorreram, sempre dentro de uma moldura política nacionalista: o lançamento do *Livro de leitura de adultos “De pé no chão”*; a inauguração do Teatrinho do Povo; conferências e debates de Luís Costa Lima, Ênio Silveira, Willys Leal, Edna Lott, Newton Navarro; lançamento das coleções *Cadernos do Povo* e *Viola de Desafio*, editadas pela Civilização Brasileira e pela Prefeitura do Natal, respectivamente; exposição de artes plásticas (Raul Córdola e Chico Santeiro); lançamento do disco da UNE *O povo canta*; jograis de operários e estudantes (Poemas para a liberdade). Em mesas-redondas, foram discutidos temas como Cultura e alienação; Cinema; O problema do livro; Reforma agrária. Apresentações de teatro (*Pedro mico*, de Antônio

¹⁵⁵ Natal. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Diretoria de Documentação e Cultura. *Relatório de atividades do teatrinho do povo*. Direção de Edvan Wanderley, de 26.4 a 30.9.1963, datilog.

Callado) e de cinema (os curtas-metragens *Aruanda* e *Cajueiro nordestino*, de Linduarte Noronha) estimularam debates de intelectuais e povo. O encerramento do Congresso se fez com uma passeata, o que levou os intelectuais a participarem de uma concentração operário-estudantil-camponesa no dia 1º de maio, na Praça Gentil Ferreira, no bairro do Alecrim.

Esse Congresso de Cultura Popular (antecedente ao do Recife, só realizado em setembro) é o desdobramento natural da época de politização intensa da sociedade civil brasileira e da consolidação da Campanha na área de educação de adultos.

Aliás, isso vai determinar algumas mudanças na programação curricular dos Cursos de Emergência do CFP de De Pé no Chão, no segundo semestre de 1963. Os alunos adultos vão exigir uma nova formulação pedagógica, como já a definira Paulo Freire. A utilização do *Livro de leitura para adultos “De pé no chão”* cria a necessidade de se preparar um professorado capaz de trabalhar a seu nível cultural. Um novo módulo é, então, acrescido ao currículo dos Cursos de Emergência que, até aquele momento, se preocupava fundamentalmente com crianças ou adolescentes. Esse novo módulo é o Curso de Realidade Brasileira, que permite a “discussão sobre o conteúdo e aplicação da Cartilha” que vai ser adotada.

Para os futuros regentes de classes, que ministrarão cursos para adultos, surgem temas que até então o CFP da Campanha não trabalhara, como Processo espoliativo do imperialismo, Cultura brasileira e alienação, Cultura popular, Análise crítica da Constituição brasileira, Realidade brasileira – Reformas de base, Aspectos da economia brasileira, O professor primário em face da realidade brasileira – Análise da cartilha¹⁵⁶.

De 1961 para 1963, a Campanha fizera um trânsito importante: de uma escola que se limitara inicialmente a reproduzir, culturalmente, o sistema, passara a ser uma escola que buscava um modelo próprio de sistema; de uma escola que pretendia “levar a cultura (a verdade) ao povo”, evoluía para uma postura de troca de saberes com o povo.

Enfim, a Campanha, aprendendo com o povo, estava no caminho do seu amadurecimento cultural: de 1961 a 1964.

2. A HISTÓRIA INTERPRETATIVA: O CARÁTER INOVADOR

Até aqui, De Pé no Chão foi colocada a nível da história fatural, do estritamente narrativo, à base de alguns documentos e de depoimentos. A impessoalidade foi preservada.

Agora, entramos numa área de valores, opinativa/ avaliativa – a discussão crítica em cima do fatural, tendo como marco de referência a moldura política da época que tentamos desenhar na primeira parte, do livro.

2.1. *Escola não é prédio escolar*

O principal caráter, inovador, da Campanha é não ter aceito as regras estabelecidas por uma escola acadêmica e burguesa.

A grande desculpa dos governos, burgueses para não empreender um amplo e

¹⁵⁶ Natal. Prefeitura Municipal. *op. cit.*, nota 102.

profundo programa de educação é a falta de recursos. Não há dinheiro para construir escolas, então não há escolas em número suficiente para, atender às necessidades da sociedade civil.

A Campanha rompeu esse círculo fechado. Não havia dinheiro, mas havia escola. Ao apelo da liderança popular de Djalma Maranhão, as portas da comunidade foram abertas, para a instalação de Escolinhas. Gratuitamente. Quebrou-se o círculo de ferro do pauperismo-analfabetismo-pauperismo. Agora, no pauperismo, emergia a escola. Abriam-se as Escolinhas em sindicatos, templos, clubes, cinemas, residências. Escolas pobres, sim, mas escolas para um povo sem escolas. A Campanha não confundiu, escola com prédios escolares, que é a regra dominante até hoje.

Depois, De Pé no Chão não vai aceitar, novamente, as regras estabelecidas quando constrói, a sua escola de palha de coqueiro e chão de barro batido. Em plena segunda metade do século XX, na cultura litorânea brasileira, na capital de um Estado da Federação, por iniciativa do Poder Público, uma escola de palha! E isso só foi possível porque a proposta veio de baixo, das classes subalternas, organicamente estruturadas nos Comitês Nacionalistas. Esse, o respaldo que garantiu à administração do Prefeito Djalma Maranhão lançar e sustentar o desafio da escola de palha. No curso do processo, o desafio se transformou em denúncia. À face da classe dominante brasileira, burguesa e já iniciada no consumismo, o poder público de Natal se posicionava: ensinava em escola de palha por absoluta falta de recursos. A partir daí, a denúncia se aprofundava até caracterizar o processo de espoliação do Brasil pelo capital internacional. Era um dado político concreto.

A Campanha quebrou mais uma regra estabelecida, quando recebeu o aluno sem uniforme e sem calçados. À classe média, o uniforme escolar pode significar uma economia, pois, na disputa de *status* com os filhos de famílias abastadas, a uniformidade no vestir é uma democratização. O mesmo não acontece com a pobreza, que não dispõe de recursos para comprar determinado tecido para o uniforme escolar e mandar confeccioná-lo dentro de determinado figurino; nem tampouco para comprar o sapato, que deve obedecer a modelo e cor específicos.

Uniforme e sapatos, são obstáculos à matrícula de filhos de pobres nas escolas públicas em áreas de miséria, como o Nordeste brasileiro. Abolindo esses obstáculos, a Campanha ganhou para a escola uma ampla faixa da população que estava, previamente, condenada ao analfabetismo. Esse segmento social, o mais carente, com o direito de freqüentar a escola ganhou também direito à merenda escolar (às vezes, a principal, outras vezes a única refeição do dia da miséria), à recreação, à iniciação ao trabalho, à participação em atividades culturais, etc.

O que merece, ainda, uma reflexão crítica, é o próprio nome da Campanha: De Pé no Chão Também se Aprende a Ler. Ele expressa uma solidariedade a esse segmento social que não tem recursos para comprar sapatos, *stricto sensu*, e ao qual estava sendo assegurada a educação como “direito de todos”, segundo rezava a Constituição de 1946. E revela ainda mais: uma adesão ao referido segmento social, quando enfatiza que de pé no chão *também* se aprende a ler, isto é, não aprendem a ler somente os que têm dinheiro para comprar sapatos, mas *também* os oprimidos pela pobreza.

A percepção do alcance dessa expressão foi muito bem captada por Jomar Muniz de Britto¹⁵⁷, quando escreve, em 1963:

¹⁵⁷ Britto, Jomar Muniz. “Educação de adultos e a unificação da cultura”. *Estudos Universitários*. Universidade do Recife (4), 1963.

Apesar dos equívocos pelos quais todos nós fatalmente passamos, não somente de técnica como também de conteúdo, precisamos, constatar participação histórica que tiveram e ainda estão cumprindo movimentos do Nordeste, como o de Cultura Popular (Recife), e *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* (Natal). A partir do nome deste último, se, reflete, nítido, o sentido de emergência¹⁵⁸ – a escola de taipa, em chão batido, galpões que talvez firam a vista dos educadores, acostumados com “centros de demonstração”. Haveria uma limitação no dizer “Também se Aprende a Ler”? – Não, se encararmos o ler como instrumentalidade, a leitura como acessibilidade aos meios de comunicação e divulgação, “meios informais de educação”, de uma influência tão agressiva dentro da escola do mundo¹⁵⁹.

O discurso do Prefeito Djalma Maranhão ainda grifava mais a assertiva quando, em diversas oportunidades, dizia: “A inteligência está no cérebro e não nos pés”...

Numa sociedade de classe, o Governo do Município do Natal, de 1961 a 1964, mesmo sem ter chegado a uma explicitação do seu entendimento de lutas de classe, deixava bem claro de que lado estava a sua adesão.

Poderia, coerentemente, recitar Marti:

Com os pobres da Terra,
Quero minha sorte jogar.

2.2. *A escola que começa pela práxis*

José Willington Germano – o educador brasileiro que mais profundamente estudou *De Pé no Chão*¹⁶⁰ –, referindo-se à Campanha, concluiu que ali “a prática correu diante da teoria, ultrapassando-a”. Essa conclusão não deve remeter apenas à ideologia do movimento. Acreditamos que pode definir o movimento como um todo. Basta lembrar o

¹⁵⁸ *Ibidem*. Para o autor (Britto), a expressão “emergência” remete a uma etapa em que a luta do homem é pela conservação da própria vida.

¹⁵⁹ A democratização da cultura “é um dos temas mais discutidos no início dos anos 60. Dele, diz Jarbas Maciel, em a *Fundamentação Teórica do Sistema Paulo Freire: Estudos Universitários*. Universidade do Recife, (4), 25-29, 1963: “A democratização da cultura é, antes de tudo, um ato de amor. Amor incondicional a todos os seres humanos”. Depois de fundamentá-la em três postulados (igualdade ontológica de todos os homens; acessibilidade ilimitada do conhecimento e da cultura e comunicabilidade ilimitada do conhecimento e da cultura), detalha, no segundo postulado: “Todos os homens têm o mesmo direito de acesso ilimitado ao conhecimento e à cultura. Não há razão ontológica que possa justificar a limitação a certos seres humanos ou grupos de seres humanos (as elites, por exemplo) da abertura de certos canais de comunicação (ler, escrever, literatura, teatro, convívio universitário, etc.) e de franqueamento a certos tipos de conhecimento. O conhecimento e a cultura pertencem por igual a todos os homens e são ilimitadamente acessíveis a toda a Humanidade, desde que, através da própria *democratização*, sejam franqueados a todos os homens, independentemente de raça, cor, classe social, credo, etc., *todos os canais de comunicação aos quais têm igual e inalienável direito* (grifos do Autor).”

¹⁶⁰ Germano, José Willington. *Comunicação sobre De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. Belo Horizonte, 1979, datilog. I Congresso Nacional de Sociologia.

perfil sócio-cultural do Comitê Nacionalista das Rocas e os currículos do Grupo de Trabalho de Educação Popular.

A escola era reivindicação dos bairros pobres. O reclamo encontrou eco no Governo popular e nacionalista de Djalma Maranhão. Então, a questão foi irreversivelmente colocada: era preciso *fazer* a escola. Como à Prefeitura faltassem os grandes teóricos, os Ph.Ds., para propor a escola que estava sendo reclamada, então, quem recebera a obrigação funcional de *fazer* a escola se juntou às classes dominadas e com elas começou a ser encontrada, definida, construída, *a escola possível*.



Djalma Maranhão, eleito com 66% dos votos, assume, ladeado por Miguel Arraes e Edna Lott, a Prefeitura de Natal, em novembro de 1960. Na foto, entre outros, Roberto Furtado, Aldo Tinoco e Moacyr de Góes.

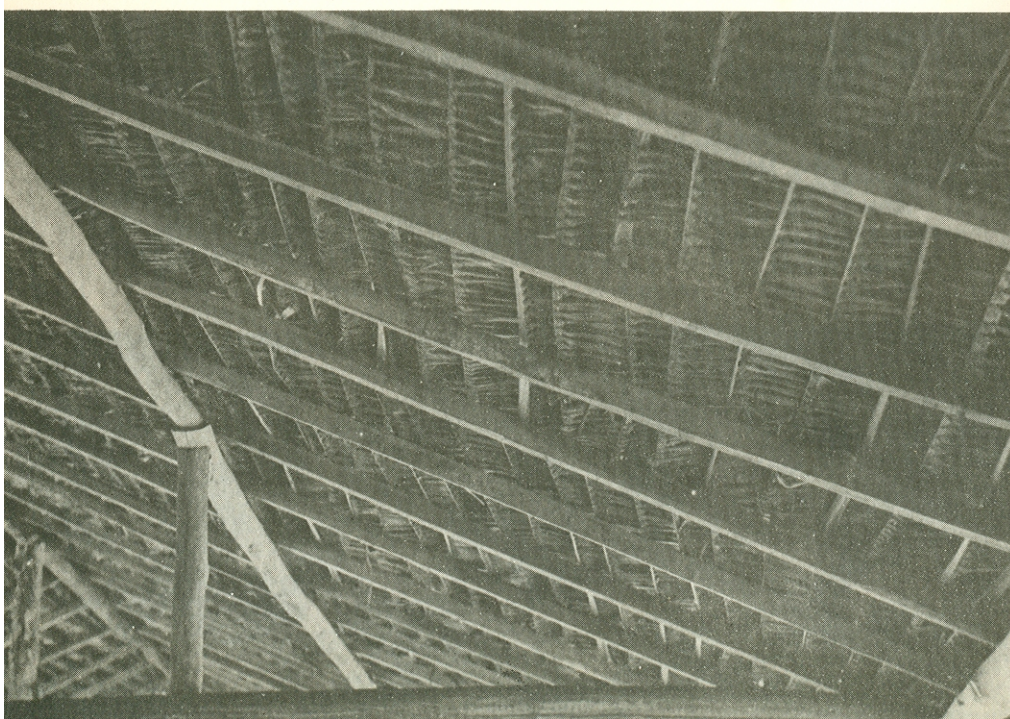


O secretário Municipal reunido quando do lançamento de De Pé no Chão. Da esquerda para direita: os secretários Ernani Silveira e Moacyr de Góes; o Diretor do ginásio Municipal, Prof. Severino Fernandes de Oliveira; o Capitão Mário Cabral; O Prefeito Djalma Maranhão; o Vice-Prefeito Luiz Gonzaga dos Santos e o Secretário Roberto Furtado.



A escola de palha, construída em janeiro/ fevereiro de 1961, no Acampamento Escolar das Rocas. Em setembro desse ano já contava com 1.266 alunos. Esse tipo de construção não agride nem a ecologia nem a cultura local, pois é uma extensão da casa de palha.

Os pescadores da região ensinaram aos operários da Prefeitura a *virada da palha*, para construir o teto do Acampamento Escolar. Essa técnica tinha sido esquecida pela mão-de-obra qualificada e urbana.





Sem confundir escolas com prédios escolares, em 3 anos a campanha matriculou 17.000 alunos a um custo-aluno de menos de dois dólares.

Aviários e hortas – uma das alternativas para aliar, na Escola, educação e trabalho. A produção será incorporada à merenda escolar

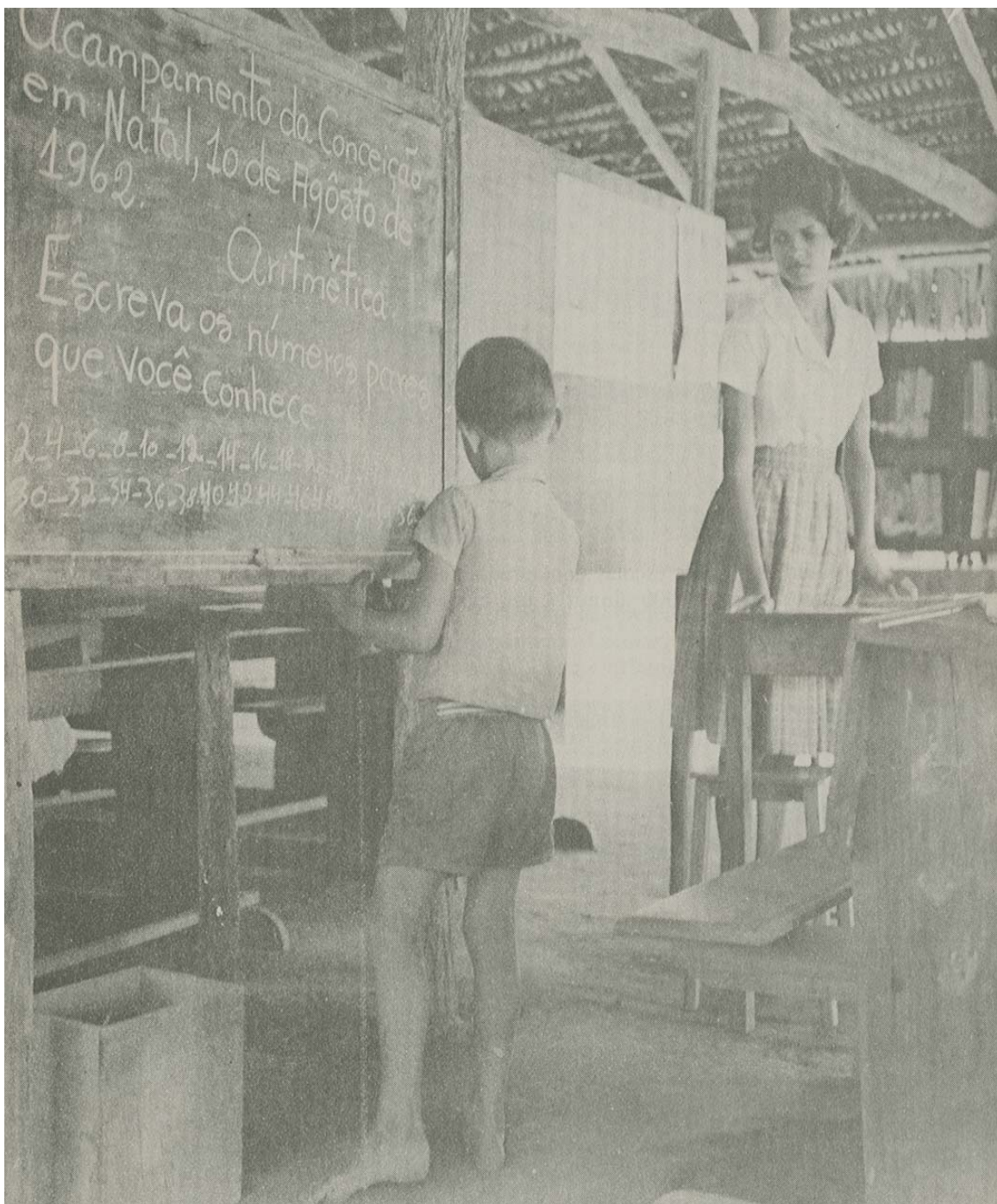




Cada galpão se divide em 4 salas de aula. Nos turnos da manhã e da tarde estudam adolescentes e crianças. À noite a frequência é de adultos.

A merenda escolar – muitas vezes, a principal refeição do dia. Na falta de copos, as crianças se apresentavam com pequenas latas.





De pé no chão também se aprende a ler...



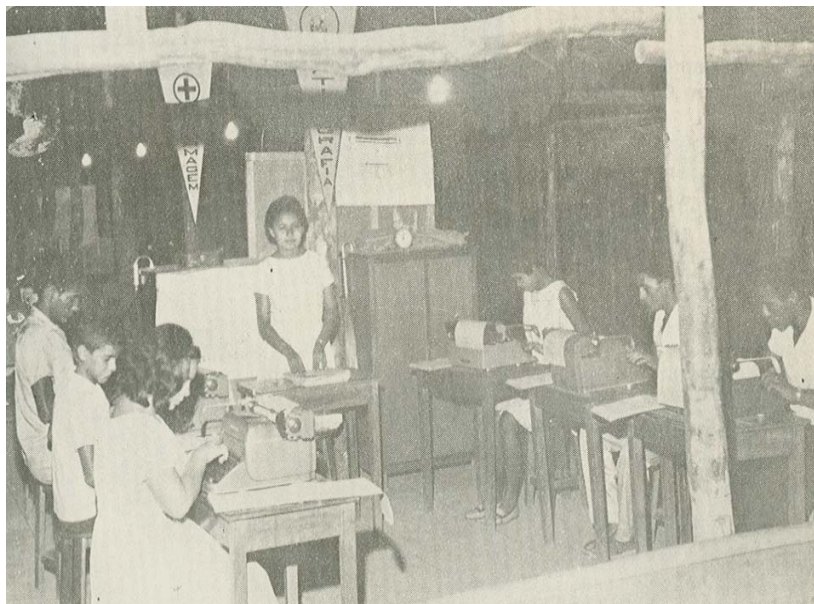
Uma escola alegre, sem repressão, e a merenda escolar: dois fatores de combate à evasão.



De pé no chão também se aprende uma profissão. Na busca de qualificação para o trabalho quem sabe alguma coisa ensina aos outros.



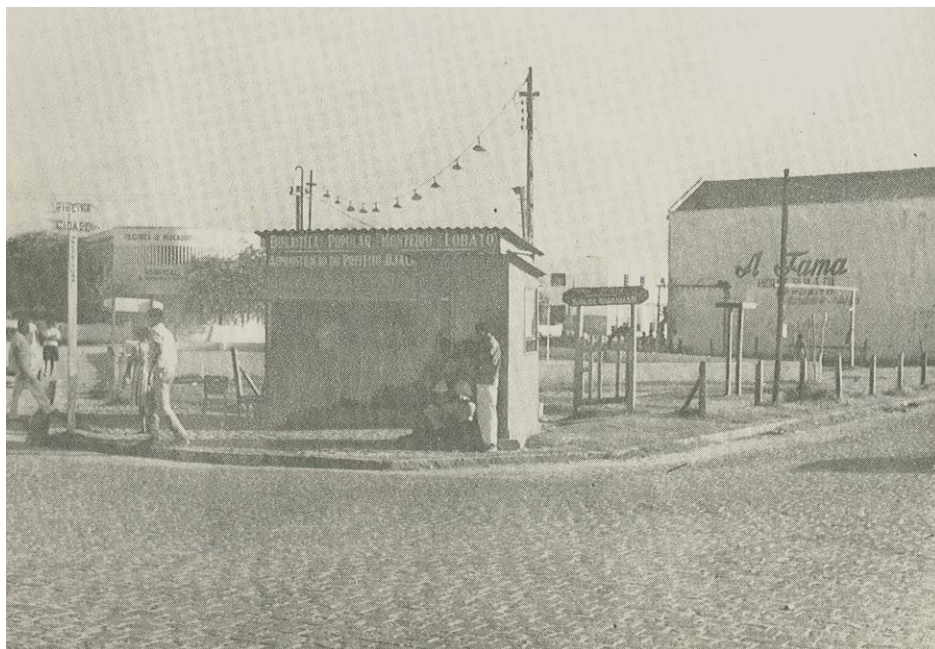
De pé no chão também se aprende uma profissão. Na busca de qualificação para o trabalho quem sabe fazer alguma coisa ensina o outro.





O ensino mútuo (3ª fase) estimulou a emulação das ruas do bairro das Rocas para erradicar o analfabetismo.

Pontos de empréstimos de livros, as bibliotecas populares *Monteiro Lobato* e *Castro Alves* emprestaram, em menos de 06 meses, quase 80.000 volumes.





Chico Santeiro, o escultor que mais contribuiu para o acervo do Museu de Arte Popular Luiz da Câmara Cascudo.



Vitalino (de Caruaru, Pernambuco) com Moacyr de Góes: peças para o Museu de Arte Popular Luiz da Câmara Cascudo



Paulo Freire fala numa Praça de Cultura da Prefeitura de Natal. No palanque, entre outros, da esquerda para a direita, na primeira fila: Grimaldi Ribeiro (Secretário de Educação do Estado), Monsenhor Walfredo Gurgel (Vice-Governador do Estado), Agnelo Alves (representando o Governador Aluísio Alves), Luiz da Câmara Cascudo (Presidente da Associação Brasileira de Folclore) e o jornalista Marcelo Fernandes (em pé).

Oitava fase da Campanha - quando De Pé no Chão frontalizou, politicamente, a “Aliança para o Progresso”, financiadora do sistema educacional do Governador Aluísio Alves.





Congos de saio – 2º Festival de Folclore de Natal.

Bambelô Aza Branca (Coco de roda) – O folclore era o ar que a política cultural da Prefeitura de Natal respirava.





O apoio de Luiz da Câmara Cascudo à política pró-folclore foi muito importante. Sentados, da esquerda para a direita, os deputados Aluizio Bezerra e Jessé Pinto Freire, Senhora e Prefeito Djalma Maranhão e o desembargador Wilson Dantas. De pé, atrás de Cascudo, o jornalista Woden Madruga.

O golpe de 1964 dividiu essas lideranças que, antes, sentavam à mesma mesa. Jango e Djalma Maranhão morreram no exílio. Castello ocupou o lugar de Jango, na Presidência, e depois morreu num desastre aéreo, no Ceará. Dom Eugênio Sales, fundador do MEB e de sindicatos camponeses no RGN, hoje é Cardeal no Rio de Janeiro.



Somente com o desdobrar do processo, quando a escola já estava de pé, recebendo milhares de matrículas em curto tempo, quando as autoridades públicas temeram pela eficácia e eficiência da experiência, é que chegaram os teóricos. Cria-se a Coordenação Técnico-Pedagógica e, depois, o Centro de Formação de Professores. Como a Campanha já está implantada e participando dela as lideranças populares dos bairros pobres, De Pé no Chão corre poucos riscos de desvios elitistas de pedagogos pequeno-burgueses. E aqui a definição de pedagogos pequeno-burgueses abrange a todos nós, dirigentes da Campanha.

Portanto, eis outro fato inovador: a escola começa, com a prática e só depois vai alcançar a teoria. Quando essa se elabora, o faz em cima da prática existente.

O desencadear desse processo prática-teoria-prática; a participação de lideranças populares na definição e na gestão da escola; a fidelidade do programa político da administração municipal à campanha do candidato Djalma Maranhão; a mobilização da juventude natalense, que defendia posições progressistas e apoiava De Pé no Chão, organizando-se em uma frente ampla de liberais, democratas, socialistas, cristãos de esquerda e comunistas – todo esse contexto confere ao movimento uma fisionomia própria e contemporânea aos movimentos populares da primeira metade dos anos 60.

E ainda mais as características do surgimento e do desdobramento da Campanha permitem visibilizar uma escola que surge de baixo para cima, do tecido social da cidade. Vale a pena repetir que ela é, inicialmente, reivindicada nos 240 Comitês Nacionalistas que asseguram a vitória eleitoral de 1960; ela é relacionada nas Convenções dos Bairros que apóiam o candidato; ela é definida no Comitê Nacionalista das Rocas; ela é implementada por homens comuns e pedagogos de modesto currículo; ela só vai cercar-se de uma equipe de teóricos em dezembro de 1962, com o Centro de Formação de Professores; esse o CFP, seria reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte somente em setembro de 1963. Eis o trânsito de baixo para cima, quando as classes *inferiores* de Natal tentaram construir a sua escola.

É evidente que a emergência desses fatos em Natal só foi possível porque, no Brasil, na mesma época, as chamadas “liberdades burguesas” possibilitavam a mobilização das massas populares... até que essas atemorizaram o *status quo*, em 1964.

2.3. O partido arquitetônico do acampamento escolar

O partido arquitetônico do Acampamento de palha é herança direta da habitação indígena, da escola do Padre Anchieta e das casas pobres das vilas de pescadores, comuns no Rio Grande do Norte e, por extenso, no Nordeste. Quando ele é retomado pela Secretaria de Educação, verifica-se que os operários da Prefeitura não sabem “virar a palha”, para assegurar a “corrida d'água” da cobertura. Os operários da Prefeitura já são trabalhadores qualificados, urbanos, que haviam perdido a *Memória* daquela tecnologia. Registra-se, então, um fato importante. São chamados os pescadores do Canto do Mangue e da Areia Preta, praias próximas, que ensinam aos operários da Prefeitura como “virar a palha”. Eis outro fato inovador: o programa de educação popular nascia integrado à cultura popular. São os homens do mar que, de pé no chão, vêm construir as primeiras escolas de palha da Campanha.

A interação classes subalternas/administração municipal vai ser a força política de sustentação do Prefeito e de seu programa de educação: sem verbas e sem Ph.Ds...

2.4. *O corpo discente*

Um aspecto específico da Campanha é a faixa etária do seu corpo discente. Quando estudamos os movimentos de alfabetização e cultura popular dos anos 60 no Brasil, vemos a predominância da educação de adultos. Havia mesmo uma preocupação em privilegiar a idade adulta e por aí se lançaram, com grande empenho, os movimentos da época.

Ora, um específico de De Pé no Chão é que, apesar de ser definida como campanha, ela parte do corpo discente infantil e adolescente, e só depois se empenhará junto aos adultos. Demonstra, assim, que objetivando resultados a curto prazo na educação/conscientização de adultos –, a Campanha visava também um programa de educação fundamental de crianças e adolescentes a médio e longo prazos.

Na evolução da Campanha percebe-se que as Escolinhas são, principalmente, de ler, escrever e contar; os Acampamentos ministram a escola primária completa; o Centro de Formação de Professores oferece cursos de emergência, reciclagem e regulares de ginásio normal e colégio pedagógico. Ao lado desses órgãos, estavam revitalizados, com programações modernas e atuantes, o Colégio Municipal e a Escola Técnica de Comércio do Município. Com esse complexo escolar, a Prefeitura se mostrava apta ao cumprimento do preceito constitucional da educação como direito de todos.

2.5. *Educação e trabalho*

Outro caráter inovador da educação municipal foi a preocupação, no âmbito popular, com o ensino profissionalizante, através da Campanha de Pé no Chão Também se Aprende Uma Profissão.

Vários movimentos da época têm uma grande preocupação pela alfabetização e pela conscientização. A Campanha, propondo a educação pelo e para o trabalho, terá aberto, em Natal, um campo novo de atração do adulto para o âmbito da educação popular. Nessa área, aproxima-se do MEB.

O desemprego, o subemprego, a falta de qualificação profissional, as esperanças abertas pela SUDENE, com perspectivas de industrialização, devem ter sido os fatores responsáveis pelas quase mil matrículas da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão, em 1963.

Empiricamente, sem pesquisas de mercado, mas ocupando o tempo e as esperanças de desempregados, a Campanha terá aumentado os ganhos de muitos pais de família, colocando-os acima dos níveis marginais, ao oferecer uma iniciação profissional.

Em 1964, já estavam redigidos os estatutos de uma cooperativa que, se tivesse tido oportunidade de funcionar, asseguraria a compra e a comercialização da produção dos Acampamentos de De Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão, oferecendo retorno financeiro aos alunos-artesãos-aprendizes. Era a saída, também, para o autofinanciamento da Campanha que, pelo fato de ter de comprar materiais diversos, já estava demonstrando ser bastante onerosa.

2.6. *As professorinhas*

As regentes de classes, monitoras ou “professorinhas da Prefeitura”, constituíam a ponta de lança mais importante da Secretaria de Educação. Toda uma política de reconhecimento e valorização do seu trabalho foi explicitada – e muito do êxito da Campanha se deve a essa política.

O diretor de Ensino, Omar Fernandes Pimenta, era o principal responsável pelo recrutamento, e os Cursos de Emergência da Campanha promoviam a seleção desses recursos humanos.

O dado significativo nesse contexto é que o recrutamento se fazia de acordo com as organizações populares e as lideranças políticas dos bairros. Entendia a Secretaria de Educação que ninguém seria melhor do que essas organizações e essas lideranças locais para identificar valores e encaminhá-los ao diretor de Ensino. Os vereadores e candidatos a vereador desempenharam papel importante¹⁶¹. Caberia aqui um parêntese de reflexão: o sistema autoritário tecnocrático, implantado em 1964, não sabe que força desprezou quando marginalizou as pequenas lideranças locais e passou a decidir em função de gabinetes fechados, centralizados, elitistas. O vereador é uma força viva indestrutível porque a sua alimentação, a sua seiva, é o próprio povo. Marginalizar o vereador é abrir mão da informação do que pensa e do que necessita o povo.

Assim, os vereadores, os candidatos a vereador, as organizações de bairro foram oxigênio para a Campanha e conduto para identificar e recrutar professorinhas.

Em 1964, a Campanha contava com mais de 500 professores leigos – um pequeno exército empenhado na luta pela educação popular e contra o analfabetismo.

Lecionando no bairro em que morava – muitas vezes tendo sido a intermediária para obter a sala gratuita onde instalar a Escolinha –, a jovem do subúrbio logo avança em termos de *status* social, ao ser identificada como a Professora da Prefeitura.

O Curso de Emergência da Campanha (de 03 a 04 meses de duração) já lhe oferecera um instrumental técnico-científico para embasar as aulas; o Círculo de Leitura amplia seus horizontes culturais; o assessoramento das orientadoras e do Grupo de Trabalho de Educação Popular lhe dá segurança; a Associação do Bairro e o vereador criam para ela condições políticas favoráveis; o Prefeito prestigia o seu trabalho, visitando-a e valorizando-a em face da comunidade; os Círculos de Pais e Professores, dos quais ela é parte, discutem e encaminham soluções para os problemas do bairro; imprensa, intelectuais, políticos divulgam o seu trabalho. Enfim, toda uma rede de acompanhamento carinhoso faz a professorinha sentir-se, realmente, uma líder em seu bairro; e, pouco a pouco, ela vai desempenhando esse papel; cresce, e com ela cresce a Campanha, já indissolivelmente ligadas.

Acreditar na potencialidade do povo humilde foi sempre uma aposta que De Pé no Chão fez. *Pagou pra ver*. E ganhou.

Acreditamos, também, ter sido válida a experiência pedagógica. O conhecimento recíproco professor-aluno, a vivência no mesmo chão do bairro, sob as mesmas necessidades e com as mesmas aspirações sociais, terão levado a uma interação maior docente-discente.

O rendimento da aprendizagem alcançado, nas condições em que foi obtido, não

¹⁶¹ Pimenta, Omar Fernandes. Depoimento gravado pelo Autor, em agosto de 1979, no Rio de Janeiro.

estará alheio a essa estratégia de utilizar, principalmente, a mão-de-obra do próprio bairro ou de adjacências.

Diga-se, a bem da verdade, que, ao optarmos por esse procedimento, o que nos preocupava era o preço do transporte para quem era pobre, como a professorinha, que ganhava apenas um *pro labore*, sem nomeação, sem carteira de trabalho assinada sem nada, fundamentalmente engajada num quase-voluntariado.

Todavia, acompanhando o desenvolvimento do processo, nos convencemos de que estávamos agindo certo. Mais uma vez o povo dava lições aos seus “intelectuais orgânicos”. E assim continuamos a ouvir as lideranças populares e as organizações dos bairros para recrutar as professorinhas locais, e juntos crescemos numa identidade, que ia do aluno ao Prefeito, passando pela Secretaria de Educação.

2.7. *Círculos de Pais e Professores: um depoimento*

Em função de a proposta da Campanha ser elaborada em cima da prática, os políticos e pedagogos iam aprendendo, cotidianamente, em face de cada realidade emergente. Daí, o movimento ser muito flexível.

Um exemplo dessa assertiva é a experiência dos Círculos de Pais e Professores. Esse órgão nasceu como qualquer um similar: sua função era trazer os pais para dentro da escola e, nesse espaço institucional, discutir conjuntamente – família e pedagogos – a educação de crianças e adolescentes.

Com a continuação do processo, verificamos que, muitas vezes, a formulação assim definida não se adequava à realidade dos bairros pobres. Não esqueçamos que essa formulação de Círculos de Pais e Professores é oriunda de pedagogos pequenos-burgueses de escolas acadêmicas. Assim, constatamos que, antes de discutir teoria de aprendizagem, técnicas de ler, escrever e contar, valores, atitudes, ideais, hábitos, etc., a população pobre desejava atender necessidades mais prioritárias, básicas e vitais. Então, ou os pedagogos que participavam dos Círculos reciclavam a linguagem e os objetivos da discussão, ou a reunião caía no vazio e se tornava marcadamente artificial.

A partir dessa percepção, os Círculos eram propostos com um temário inicial vinculado aos problemas específicos da escola e seus alunos – mas essa pauta seria colocada de lado se o grupo, objetivamente, propusesse uma discussão de seu interesse imediato. É evidente que o trabalho se tornou mais difícil. Na forma tradicional, o pedagogo se apresenta com o seu discurso pronto e acabado. Um receituário que facilmente se converte em obituário da discussão, dada a disparidade de poder, de informação, de prestígio, entre o educador e os pais pobres de educandos pobres. A nova alternativa exigia muito mais da sensibilidade política do pedagogo. De sua humildade em ouvir; de sua grandeza humana em *engolir* o discurso preparado, nivelar-se ao auditório de pessoas semi-analfabetas (o que não quer dizer desprovidas de cultura) e organizar a discussão a partir das necessidades/interesses daquela comunidade específica e, finalmente, elaborar a proposta que fosse possível tirar da reunião. Quando isso ocorria, nessa etapa, os Círculos de Pais e Professores haviam superado o seu conceito clássico em benefício da proposta de um fórum de debates, do qual não estava ausente o discurso político, a reivindicação de melhoria para o bairro, as denúncias da incúria administrativa, do abuso de autoridade, etc.

A participação crescente de universitários, como colaboradores, nos quadros da Campanha foi de grande valia nessa frente de trabalho, pois oferecia uma visão política e

global dos problemas sociais, ajudando a elaborar um pensamento crítico e objetivo.

É evidente que, quando os Círculos de Pais e Professores ganharam esse amadurecimento – e não foi fácil chegar até lá –, a Escola transformou-se no centro de gravitação da vida do bairro. Para isso, outros fatores também estavam contribuindo. Basta lembrar que os integrantes dos conjuntos folclóricos da área vivenciavam os autos folclóricos com as crianças nas aulas de recreação; as organizações dos bairros e os vereadores participavam do recrutamento das professorinhas; o galpão de recreação abrigava as festas regionais; a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão iniciava no trabalho adolescentes e adultos; as Praças de Cultura complementavam o trabalho dos Acampamentos e Escolinhas; o programa de rádio, diariamente, alimentava o movimento de notícias e discussões; etc.

Um depoimento bastante expressivo pode clarificar o grau de conscientização e mobilização de um Círculo de Pais e Professores. São episódios ocorridos no Acampamento do bairro Nordeste.

O bairro Nordeste está localizado nos limites da cidade, próximo às margens do rio Potengi e da Ponte de Igapó; seu nome é oriundo do fato de lá estar instalada a torre de transmissão da Rádio Nordeste. Os galpões rapidamente foram construídos. Como sempre, de palha de coqueiro e chão de barro batido. O recrutamento de alunos foi igualmente fácil, pois nas redondezas não havia escolas.

Com o Acampamento Escolar funcionando, marcou-se a primeira reunião do Círculo de Pais e Professores. O Prefeito assegurou sua presença. À hora marcada, as lâmpadas de álcool indicavam o difícil caminho por entre choupanas muito pobres que se distribuíam sem nenhum critério de urbanização. Fora do círculo de luz do Acampamento, a escuridão era total.

Começou a reunião. Aliás, muito concorrida. Sentados em toscos bancos, ao redor de uma mesa modesta, o Prefeito, o Secretário de Educação, o diretor de Ensino, o diretor do Acampamento, professoras e alguns integrantes do Grupo de Trabalho de Educação Popular.

Falou o Prefeito sobre o significado e as propostas de trabalho da Campanha. Em seguida, um professor começou a dissertar sobre a teoria da aprendizagem e a necessidade de os pais mandarem os filhos para a escola. O auditório ouvia, passivamente. A pobreza extrema pesava, visivelmente, sobre os ombros daqueles homens e mulheres. No discurso mudo, expresso através das suas presenças silenciosas, aqueles homens e mulheres falavam, eloqüentemente, da miséria endêmica do Nordeste. As rugas mapeavam os rostos, as mãos calosas abandonadas no regaço, à espera de um trabalho regular, que para quase todos era uma ilusão; nos olhos, talvez a lembrança de retirantes de secas; e ali a única certeza era a incerteza do dia de amanhã.

Quando o professor terminou a sua *arenga* pedagógica, nós abrimos os debates, estimulando todos para que falassem. Um homem que estava sentado no fundo do galpão levantou-se e disse:

– Doutor, o que nós precisamos é de água.

Pela assistência passou como que uma corrente elétrica. Os olhos quase mortos se abriram; às línguas se destravaram; os gestos se soltaram: a discussão se fez. A teoria da aprendizagem foi esquecida: ela não era a necessidade daquela comunidade. A escola se transformou no meio de uma reivindicação vital à comunidade: a água.

Aqueles homens e mulheres aproveitaram a presença catalisadora do Prefeito e exerceram o seu direito político de organização. Daquela reunião saiu um grupo de

moradores que bateu às portas do Saneamento (repartição estadual responsável pelo abastecimento de água da cidade) e, depois de idas e vindas burocráticas, terminou obtendo um chafariz para o bairro Nordeste. Enquanto isso, as crianças e os adultos iam à escola, estudavam, merendavam, jogavam bola, aplaudiam os autos folclóricos viviam culturalmente.

Ainda no mesmo Acampamento, pouco depois da vitória da água, quando Djalma Maranhão participava de outro Circulo de Pais e Professores, nova reivindicação em favor do bairro soou no recinto: Ainda no mesmo Acampamento, pouco depois da vitória da água, quando Djalma Maranhão participava de outro Circulo de Pais e Professores, nova reivindicação em favor do bairro soou no recinto:

– Prefeito, nós precisamos é de energia elétrica, de luz.

Até aquele momento, o Acampamento era iluminada com lâmpadas à álcool.

Aí a coisa se complicou mais. Em Natal, à época, a energia era gerada pela Companhia Força e Luz do Nordeste, do Brasil, subsidiária do truste internacional Bond and Share, insensível a qualquer argumento de ordem social. A luz não poderia chegar ao bairro Nordeste, alegavam, porque seus moradores não tinham dinheiro para pagar a posteação e os fios, a partir das Quintas, que era o mais próximo dos bairros com energia elétrica.

O grupo de moradores, estruturado a partir do Círculo de Pais e Professores do Acampamento de De Pé no Chão, se organizou em grupo de pressão sobre o Governo do Estado e sobre a Prefeitura.

Como o Governo do Estado não tivesse oferecido a solução desejada, a Prefeitura passou a ser o alvo da reivindicação, mesmo porque a vereação estava mais próxima daquela comunidade, em função do Acampamento. A pressão se fez com tal eficiência que a Prefeitura – sem dinheiro para o atendimento pleno – teve que encontrar uma saída. A resposta foi a associação e o mutirão. A Prefeitura financiou os fios, a população do bairro, em mutirão, fincou os postes e estendeu os fios.

Água e luz chegavam ao bairro Nordeste através de uma mobilização popular, organizada na escola da Campanha. Depois dessas necessidades satisfeitas, no Círculo de Pais e Professores do Acampamento foi possível aos pedagogos dissertarem sobre a teoria da aprendizagem, tranqüilamente e com bons resultados.

A administração municipal, isto é, a Secretaria de Educação e os intelectuais engajados na Campanha, aprendia mais uma lição com o povo: educação popular nem sempre é ensinar a ler, escrever e contar.

Na mesma época, essa constatação também estava sendo feita por Jomar Muniz de Britto¹⁶², quando identificava três situações existentes no Nordeste e que deveriam ser contempladas no processo de educação de adultos: uma situação de “emergencial” (luta pela vida); uma situação de “consciência geral” (a descoberta da consciência e da realidade); e uma terceira etapa: a da “capacidade criadora nordestina”, na condição da universalidade humana. Ele situa o MCP e a Campanha na primeira situação:

Na primeira situação humana que descrevemos em termos de emergência, de luta pela conservação da vida, de formas iniciais da sociabilidade, o passo dado pela cultura está marcado pelo caráter de subsistência. *Cultura como tradutora das*

¹⁶² Britto, *op. cit.*, nota 157.

necessidades vitais e principais – alimentação, abrigo, aglomeração, cultura traduzindo-se em modalidades espontâneas, exprimindo-se por uma inteligência concreta e emotiva, manifestando-se através de uma sabedoria prática, tradicional, cristalizada. Se a este primeiro grau de cultura denominamos popular ou pré-reflexivo ou de subsistência, é para confirmação de um ímpeto criador humano, independente das primeiras formas de intelectualização: escolas, metodologias, abstração formal, depuração crítica [grifos nossos].

Para concluir, poderíamos dizer que o Círculo de Pais e Professores do Acampamento do bairro Nordeste ofereceu a mais cabal resposta prática ao discurso de Britto.

O que é importante constatar, finalmente, é que as lideranças político-ideológicas do Nordeste que afinavam com as causas populares no final dos anos 50 e início dos 60 apontavam para rumos comuns no que fazer. Arraes em Pernambuco, Djalma Maranhão em Natal, Paulo Freire no Recife e De Pé no Chão no Rio Grande do Norte tinham muito em comum.

A tese de Paulo Freire ao concurso para a cadeira de História, e Filosofia da Educação, na Escola de Belas-Artes do Recife *Educação e atualidade brasileira*, editada em 1959 –, já dizia:

Os Círculos de Pais e Professores podem e devem fazer-se meio para a criação das associações de família, dentro de cada escola. Na medida em que se vinculem umas com as outras, bem motivadas pela escola, vai se fazendo fácil, a partir de estímulo objetivo, levá-las a criar sua associação. Com sua diretoria. Com seus objetivos e finalidades. Mas, “desacademizadas”, “desbacharelizadas”¹⁶³.

Depois de indicar uma experiência no bairro da Casa Amarela, no Recife, onde um Clube de Pais nasceu de uma discussão sobre a merenda escolar, e já durava há dois anos teoriza Paulo Freire na mesma tese¹⁶⁴:

É o caso, por exemplo, de escolas situadas em áreas não-saneadas que podem, levantando o problema concretamente, sugerir que as associações de pais, juntamente com outros grupos locais e a colaboração do poder público, cheguem à sua solução.

À época, desconhecíamos essa tese de Paulo Freire. Por isso é que afirmamos que, no Nordeste do início dos anos 60, a convivência com as formas primárias de organização popular nos ensinaram, a todos nós, o que fazer e como fazer - na Escola de Belas-Artes do Recife e no Acampamento De Pé no Chão, em Natal.

¹⁶³ Freire, *op. cit.*, nota 56.

¹⁶⁴ *Ibidem*.

2.8. Pierre Furter: “Em Natal uma nova mentalidade”

Em 1962, ainda muito jovem, passou pelo Brasil em viagem de estudos o hoje mundialmente famoso educador Pierre Furter. Em 1963, ele divulgou importante relatório chamado “Alfabetização e cultura popular na politização do Nordeste brasileiro”, a que pertence o seguinte trecho:

A fim de se ter uma idéia de como o problema do financiamento se coloca de maneira dramática, não apenas em face da atual situação desfavorável, basta notar que, no Brasil, para uma criança em idade escolar, há apenas um pouco mais de um adulto (1,21) ativo, enquanto que na França há mais de 4 (4,2). Assim, uma plena escolaridade deveria absorver pelo menos 04% da renda nacional. Atualmente, as despesas de educação representam apenas 02% da renda nacional. (...) Torna-se, pois, urgente imaginar, por um lado, novas técnicas revolucionárias, eficazes, baratas, a fim de realizar aquilo que J. Viazey chama a “penetração tecnológica” da educação (educação penetrada pela tecnologia, tecnologia a serviço da educação), por outro lado, utilizar a fundo todos os recursos existentes¹⁶⁵.

No mesmo estudo, Pierre Furter, que esteve no Rio Grande do Norte, dá um depoimento ao afirmar:

...Em Natal, a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler demonstrou que os obstáculos de falta de pessoal qualificado e de construções escolares não são insuperáveis. Em lugar de utilizar as subvenções federais para construir escolas-modelo, o Secretário de Educação da Prefeitura, professor Moacyr de Góes, pensou em aplicar as técnicas tradicionais, utilizadas pelos pescadores nas praias norte-riograndenses. Esta idéia não apenas resolveu o problema do custo da construção (ficando uma escola por uns mil francos suíços), mas teve a vantagem de renovar a construção artesanal, propondo aos artesões necessidades absolutamente novas (...). Cada grupo escolar absorve, cada dia, 1.400 a 1.500 alunos, de 06 a 80 anos, em três turnos (...) utilizando assim, em tempo integral, estas modestas construções perfeitamente funcionais¹⁶⁶.

Todos os educadores e políticos que conheceram a Campanha se sensibilizaram pelo baixo custo do investimento, que assegurou o alto retorno em atendimento de numerosas matrículas, em tempo tão curto. Esses dados dão um caráter específico à Campanha no panorama histórico da educação brasileira, definido ironicamente por Anísio Teixeira como de “uma agitação febril no seio de uma imobilidade crescente”.

É evidente que a tomada dessa posição só seria possível se, previamente, tivesse havido um rompimento com o colonialismo cultural, que impõe um modelo para a escola, em termos de partido arquitetônico, de material de construção e de aproveitamento de recursos humanos, com currículos academicamente estabelecidos.

Dizíamos, em Natal, que a Campanha era a resposta de uma região subdesenvolvida

¹⁶⁵ Furter, *op. cit.*, nota 108.

¹⁶⁶ *Ibidem*.

ao desafio do analfabetismo. A resposta, procuramos formulá-la a partir da realidade local e da práxis no desenvolvimento do trabalho a nível popular.

Por isso, foi possível construir uma escola de tão baixo custo e romper o círculo de ferro: pauperismo-analfabetismo-pauperismo. Como já exposto, não havia dinheiro, mas havia escola, porque a Campanha não confundia escola com prédio escolar.

A experiência de Natal é interessante, pois caracteriza uma nova mentalidade, que não se preocupa mais de estética ou de “ambiente”, mas procura resolver com os pobres meios locais uma parte dos problemas colocados pelo subdesenvolvimento econômico.

Essa conclusão, ainda de Pierre Furter, revela a ruptura da Campanha com o academicismo e faz emergir, no Natal do início dos anos 60, “uma nova mentalidade”, como qualifica o educador suíço.

Importante é perceber que a “nova mentalidade” não é visível, apenas, no partido arquitetônico dos Acampamentos Escolares. Ela está presente nas mais diversas formas de atuação da Campanha. Além do que aqui ficou discutido como seu caráter inovador, valeria lembrar, finalmente, os espaços ocupados por Paulo Freire (ver *Estudos Universitários*, nº 4, abril/junho de 1963, Universidade do Recife); o programa diário em duas emissoras de rádio, como forma de apoio através da educação não formal; os convênios com as Prefeituras do interior do Rio Grande do Norte (40, em janeiro de 1964) para prestação de serviços de orientação pedagógica e preparação de recursos humanos.

Aliás, esse caráter inovador é que não pôde ser absorvido pela política macartista de 1964. Um exemplo significativo é o relatório do policial Veras, resultado das investigações de ordem política, mandadas proceder pelo Governador do Estado¹⁶⁷ e publicado no *Diário de Natal* de 28.9.1964. Ele fala de um documento que, infelizmente, não temos em mãos, intitulado “Plano-Piloto de Assistência Pedagógica aos Municípios de Afonso Bezerra, Ipanguaçu, Pendências, Pedro Avelino, Macau, São Tomé, Barcelona, São Paulo do Potengi e Rui Barroso”. Serviria de acusação nos IPMs e CGIs a seguinte passagem do documento:

Através dos tempos, em nossa pátria nunca foi tão grande o sentimento de liberdade que se apossa de nossa gente no estágio que já alcançou o País; em relação de País dominado, à cata de aquisição de conhecimentos é relativamente grande (*sic*). E aqui lembramos Marti quando dizia: “Ser culto para ser livre”; porém, para ser culto e ser livre deve um povo consciente veicular uma educação popular que não esteja ligada de nenhuma forma, às forças de dominação. Essa é a tarefa.

E mais adiante:

Entendemos que para alcançar a libertação nacional temos que ter uma escola sem comprometimentos.

¹⁶⁷ *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte*. 18.4.1964. Decreto do Governador do Estado de 17.4.1964.

A pregação de uma escola sem comprometimentos com as forças de dominação foi considerada como indicador de peso para a destruição da obra, a perda de empregos e a prisão dos educadores, em 1964.

Passados 15 anos, a experiência nos leva a fazer uma releitura dos acontecimentos e recolher duas lições: uma, de ignorância, outra, de ingenuidade. Ignorância da repressão em termos de desconhecimento do nosso processo histórico. Ingenuidade nossa, que procurava ver a possibilidade da emersão de uma “escola sem comprometimentos com as forças de dominação” numa fase em que a sociedade brasileira ainda não estava transformando revolucionariamente as suas relações de produção.

3. A HISTÓRIA INTERPRETATIVA: DISCUSSÃO DE DOCUMENTOS

Poucos são os documentos para o embasamento de uma discussão profunda sobre o posicionamento da Campanha.

Primeiro porque não houve uma preocupação maior com a documentação e registro no curso do desenvolvimento do trabalho¹⁶⁸. Isto é explicado pelo próprio estilo da Campanha: do fazer o aqui e o agora; do responder, o mais rápido possível, às reivindicações das organizações populares; da ausência de tramitações burocráticas mais complexas; da preocupação de estar sempre corrigindo falhas que surgiam e precisavam ser superadas, tendo em vista o resultado que se queria obter, enfim, em consequência de uma administração muito direta em nível de acentuada descentralização do poder decisório.

Em segundo lugar, porque De Pé no Chão foi pobre na geração de quadros teóricos que produzissem documentos. Mesmo porque *ativismo* era uma palavra de ordem tão forte que parar para escrever alguma peça mais profunda, mais questionadora, era considerado perda de tempo. As discussões eram predominantemente orais e, das reuniões, já saíam as decisões tomadas e as tarefas a cumprir. É verdade que algumas lideranças se preocuparam em formular propostas escritas e em produzir relatórios – o que, todavia, não era comum. Dessas lideranças, conseguimos recolher alguns trabalhos significativos, a nível de relatórios explicitados e questionadores, e até produção intelectual rica para o crescimento do movimento.

Com essas contribuições, emergem nomes. Alguns deles, aliás, se tornariam bem conhecidos na fase da repressão de 1964, como por exemplo, na área técnico-pedagógica, Margarida de Jesus Cortez e Maria Diva da Salete Lucena; na área da democratização da cultura e valorização do folclore: Mailde Ferreira de Almeida e Newton Navarro; na área da pesquisa, Antônio Campos e Silva; na área da formulação ideológica: Geniberto Paiva Campos, Francisco Floripes Ginani, Josemá Azevedo, Maria Diva da Salete Lucena, Maria Conceição Pinto de Góes, José Fernandes Machado, Ornar Fernandes Pimenta e outros.

Em terceiro lugar, o terrorismo cultural que desabou no Rio Grande do Norte, em abril de 1964, também é responsável pela Em terceiro lugar, o terrorismo cultural que desabou no Rio Grande do Norte, em abril de 1964, também é responsável pela escassa documentação. Testemunhos recolhidos falam de uma grande fogueira no Centro de Formação de Professores da Campanha, alimentada por nossos relatórios, estatísticas, planos de trabalho, a *Cartilha de educação de adultos*, os livros da biblioteca, fotos, etc.

¹⁶⁸ Ver nota 161.

Também ardeu nas chamas da nova Inquisição, um velho mimeógrafo, talvez por crime de cumplicidade¹⁶⁹.

Devido à ressurreição das fogueiras dos Savanarolas, Hitlers e Mussolinis, em versão tupiniquim, fica difícil levantar uma documentação completa para uma discussão que seria de grande riqueza de interpretação, sob o ângulo de educação e mudança.

Apesar das dificuldades enunciadas, restam alguns papéis, e por eles vamos tentar visibilizar o discurso e a prática da Campanha.

3.1. *O primeiro relatório da orientação pedagógica*

Este documento, transcrito no Apêndice, indica uma postura clássica de um educador que trabalha a nível do sistema escolar, se não rigorosamente acadêmico, tendendo para ele. A época estudada pelo relatório de Margarida de Jesus Cortez (outubro a dezembro de 1961) é preciosa, pois trata do resultado da *explosão* da Campanha, que crescera, em matrícula, neste ano, 300%, sem que a Secretaria de Educação tivesse tido condições de adequar uma infra-estrutura correspondente.

A identificação dos principais problemas é muito clara: adequar recursos humanos ao volume das tarefas e prepará-los melhor para o exercício do magistério.

No que se refere à aplicação das provas, no final de 1961, constatamos a seriedade dos trabalhos: nos resultados tabulados quantitativamente e em percentual; na explicitação do nível de complexidade do teste; na discussão qualitativa dos resultados; na comparação (e fundamentação) do desempenho escolar dos Acampamentos Escolares de Rocas, Carrasco e Escolinhas; na criticidade acadêmica elaborada sobre os resultados pedagógicos; nas deduções cientificamente corretas; nas propostas para a superação das dificuldades registradas.

As “sugestões para o trabalho do próximo ano”, na sua simplicidade, traduzem um verdadeiro roteiro de política educacional a ser desenvolvida. Cumpre dizer que a proposta foi aceita pela Prefeitura e executada em 1962.

Ainda integra o primeiro relatório de orientação técnica um planejamento dos cursos de Preparação Pedagógica para os professores (regentes de classes) que participariam da Campanha em 1962, e o de Férias, para o magistério leigo já engajado em 1961.

Aqui, alguns aspectos devem ser ressaltados. O primeiro desses cursos foi programado para 196 horas, o segundo, reduzido à metade desse tempo. O cálculo do trabalho pedagógico em horas-aulas muito disseminado no Brasil a partir de 1971, com a Lei 5.692, já era utilizado normalmente pela Campanha. O currículo dos dois cursos era integrado das seguintes disciplinas: Linguagem na Escola Primária; Matemática na Escola Primária; Ciências Naturais na Escola Primária; Estudos Sociais na Escola Primária (Geografia, História, Política, Relações Humanas, Educação Sanitária – Alimentação, Higiene e Saúde); Recreação na Escola Primária; Fundamentos da Educação; e Planejamento do Ensino Primário.

O número de vagas do Curso de Preparação Pedagógica foi fixado em 300 alunos, funcionando com seis turmas, cujos limites eram: da turma A, com candidatos de nível secundário de segundo ciclo, até a turma F, com alunos de nível primário selecionados por

¹⁶⁹ *Ibidem*.

meio de teste. “Como se vê pela organização das turmas, os alunos são de vários níveis intelectuais. Assim sendo, os programas serão flexíveis, ajustando-se a cada turma, conforme o seu nível intelectual.”¹⁷⁰ A idade mínima do candidato ficou estabelecida em 15 anos. A orientação metodológica propunha: aulas de caráter teórico-prático, estudadas em ordem ao aprendizado primário; conteúdo e didática da disciplina ministrados por um mesmo professor; ênfase nos programas de primeira, segunda e terceira séries e nas áreas de Linguagem, Matemática e Fundamentação da Educação. Durante as aulas, os candidatos confeccionavam o material didático a ser utilizado nas suas aulas de demonstração.

A avaliação quantitativa era feita através de trabalho quinzenal em cada disciplina, identificada através de conceitos (ótimo, bom, regular, insuficiente, péssimo). A avaliação qualitativa considerava: iniciativa, participação nas aulas, senso de responsabilidade, receptividade para os conhecimentos ministrados, pontualidade, cooperação e tolerância.

Era exigida a frequência de 80% para cada disciplina.

O acompanhamento se procedia através de reuniões de todos os professores com a coordenação, semanalmente, aos sábados, sem prejuízo da carga horária definida.

Esse documento, também transcrito no Apêndice, remete ao segundo Curso de Emergência realizado pela Campanha. Os demais cursos, realizados a seguir, o foram no âmbito do Centro e Formação de Professores. A duração passou a ser de três ou quatro meses; o currículo foi maior aprimorado; a matrícula foi aberta, também, às Prefeituras do interior que estivessem interessadas em desenvolver um programa de educação popular. Infelizmente, não há disponibilidade de documentos que permitam demonstrar o crescimento qualitativo dos Cursos de Emergência, mas eles certamente são o fundamento do depoimento de Pierre Furter, quando afirma: “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler demonstrou que os obstáculos de falta de pessoal qualificado (...) não são insuperáveis”¹⁷¹.

3.2. As “Unidades de Trabalho”

Estas propostas pedagógicas eram sugestões remetidas pelo CFP e sua coordenação técnica a todos os Acampamentos e Escolinhas, quinzenalmente, de acordo com cada nível de escola primária, e são documentos importantes. Infelizmente, temos em mãos apenas duas dessas Unidades. Se fosse possível recuperar cópias delas, teríamos uma rica fonte de estudos para levantar o perfil pedagógico da proposta educacional para crianças e adolescentes, em Natal, de 1961 a 1964.

Aí, a reação, o pensamento conservador iriam ficar decepcionados. Encontrariam ali uma escola bastante acadêmica, não *contagiada* pela possível radicalização de outras áreas. Lamentavelmente, essas Unidades de Trabalho arderam nas fogueiras macartistas e se perdeu um patrimônio cultural de como se pretendia organizar uma escola primária inteligente e voltada para a realidade da pobreza de crianças e adolescentes. No Apêndice, transcrevemos a Sugestão nº 06: “Unidade de Trabalho: ajudantes da comunidade”, que é a comprovação do que foi exposto. E mais: explícita, na prática, o que será colocado em nível teórico pela Campanha, ao afirmar, no final de 1963, em comunicação ao Congresso de Cultura Popular do Recife:

¹⁷⁰ Natal. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Diretoria do Ensino. *Ofício nº 1*, de 27.12.1961, datilog.

¹⁷¹ Furter, *op. cit.*, nota 108.

A integração da criança ao meio deve ser atingida através do próprio conteúdo do ensino. Assim é que todo o currículo deve ser desenvolvido através de grandes temas, que procurem dar ao aluno uma visão de conjunto com uma interpretação de suas implicações no setor social.¹⁷²

Vejamos os objetivos da Sugestão nº 06: 1) atitudes: de valorização às diversas profissões / de interesse pelo trabalho / de respeito àqueles que contribuem para o bem-estar comum / de honestidade e amor ao trabalho; 2) habilidade: para identificar os ajudantes da comunidade / para ajudar os pais em pequenas tarefas / para trabalhar com os colegas em pequenos projetos / para cooperar com o professor; 3) hábitos: de pesquisa / de trabalho em grupo; 4) conhecimentos (conceitos): muitas pessoas trabalham para o nosso bem-estar / cada pessoa deve contribuir para o bem da outra / quem trabalha é útil a si e à sociedade, porque produz / todas as profissões têm valor e importância / cada pessoa precisa do trabalho de muitas outras / o trabalho nos dá alegria e felicidade / é por meio do trabalho que conseguimos o sustento / é por meio do trabalho que o solo produz os alimentos... E por aí vai... propondo conteúdos, atividades, bibliografias, sugestões de problemas a aplicar e de avaliação a ser procedida, após a aprendizagem.

Propõe ainda dramatizações (um amanhecer com os primeiros ajudantes da comunidade: leiteiro e padeiro) e discussões (como trabalham os bombeiros, como os médicos ajudam como os animais trabalham). E também visitas (por que a escola está dentro do mundo e o mundo precisa ser conhecido como tal): a uma fábrica, próxima da Escolinha, do Acampamento; a uma construção, na qual os operários estejam trabalhando; a um local que esteja sendo cultivado; a uma padaria ou a um açougue.

Nos problemas de Matemática, os personagens são: leiteiro, padeiro, carteiro, marchante, lavrador, verdureiro, marceneiro, livreiro, comerciário, sapateiro, mecânico.

E as duas últimas questões para a redação ou discussão, conforme o nível da turma: “Quando alguém lhe faz um favor, o que você faz?”; “Por que o operário contribui para o engrandecimento da nossa terra?”.

Aí está a escola primária de De Pé no Chão.

3.3. *Relatórios de pesquisas*

Em número de quatro, esses documentos referem-se a De Pé no Chão. Colégio Municipal e Escola Técnica de Comércio do Município. São assinados por Antônio Campos e Silva, transcritos no Apêndice, e datam também de 1961.

Sem sofisticação, a pesquisa enfoca quatro questões básicas: 1) O senhor está satisfeito com a escola do seu filho?; 2) O senhor acha que o seu filho aprendeu de fato durante o ano?; 3) Que achou o senhor de errado na escola de seu filho?; 4) De que mais o senhor gostou na escola durante o ano?

Os questionários foram respondidos por 2.608 pais de alunos da Campanha, 89 da Escola Técnica de Comércio do Município e 124 do Ginásio Municipal do Natal. No final de 1961, o *feedback* se mostrou amplamente favorável à política educacional do Município, pois, na palavra do pesquisador, “enquanto as respostas negativas estão presas às unidades,

¹⁷² Natal. Prefeitura Municipal, *op. cit.*, nota 102.

as positivas geralmente sobem às centenas”¹⁷³.

Alguns dados merecem detida reflexão. A pesquisa junto ao Universo da Campanha que indaga “O senhor está satisfeito com a escola de seu filho?” recebe 2.606 respostas positivas e apenas duas negativas. Portanto, dos pais dos alunos da Campanha, Somente 0,07% rejeitava a escola. Esse é um índice dificilmente alcançado e só pode ser resultado do fato de a escola ter nascido Com planejamento e gestão das próprias classes subalternas, criadoras de e beneficiadas por De Pé no Chão. A integração Governo municipal-classes populares será também responsável Por essa adesão quase total.

Por outro lado, quando vemos a instituição Escola na presente crise – crises na formulação da política educacional; na definição curricular; na proposta-objetivos; nos resultados acadêmicos e profissionais; nos investimentos e retornos de custo benéfico; no encarecimento magisterial; na administração de salários dos professores; na centralização burocrática; no conflito de competências; e mais algumas dezenas de fatores críticos –, quando contemplamos esse quadro desesperador, talvez devêssemos refletir sobre a Escola que era rejeitada, apenas, por 0,07% dos pais dos alunos.

Não temos uma postura nostálgica. O que fazemos é a constatação de que a escola é mais escola quando ela é mais povo; e a escola é menos escola quando sobre ela pesam os acordos MEC/USAID, os alienados Ph. Ds., os transplantadores de clichês educacionais, a política educacional promovida a partir de gabinetes centralizadores e fechados, onde se reúnem os procônsules, os conselheiros e os executivos, e de onde brota a legiferação absurda que assola o país.

Os relatórios de pesquisa de Antônio Campos e Silva, sintéticos, objetivos, sem refinamentos, mas funcionais, indicam os problemas a serem corrigidos na Campanha:

necessidade de educação dos pais para a escola, imbuídos que estão da imagem de uma “escola triste”, de uma “escola do medo”, ignorando o valor pedagógico da recreação. Tarefa do Círculo de Pais e Professores: modificar esta maneira de pensar;... queixando-se da poeira do chão de barro batido; das outras respostas apenas merecem a “atenção a que denuncia castigos físicos – “dar bolos” – em uma Escolinha, fato que deve ser terminantemente evitado; o reaparelhamento com carteiras é uma imposição em muitas escolas onde os alunos escrevem por vezes sobre os joelhos; a atuação dos Círculos de Pais e Professores se faz necessária no sentido de esclarecer os pais sobre os métodos da escola nova.

Nos universos pesquisados, além de De Pé no Chão – Escola Técnica de Comércio do Município e Ginásio Municipal –, a pergunta “O senhor está satisfeito com a escola de seu filho?”, no primeiro, recebeu 88 respostas positivas e uma negativa; no segundo, todas as 147 respostas foram positivas.

Apesar disso, o pesquisador soube identificar e revelar falhas, para efeito de correção, nas duas escolas de grau médio, como por exemplo: abusos de autoridade; falta de assiduidade de alguns professores; insatisfações com horário, uniforme, iluminação precária, concluindo: “As respostas parecem menos satisfatórias que as do Ginásio Municipal, o que sugere um levantamento mais completo dos problemas da Escola Técnica

¹⁷³ Natal. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. Diretoria do Ensino. *Relatório do supervisor administrativo do grupo de trabalho de educação popular*. 27.12.1961.

de Comércio do Município”¹⁷⁴.

A Secretaria de Educação, procurando errar menos e balizar o seu roteiro de propostas educacionais, reunia-se permanentemente com o Grupo de Trabalho de Educação Popular e com os docentes. Ao mesmo tempo, ouvia os discentes e seus responsáveis nos Círculos de Pais e Professores e fazia outras aferições através de pesquisas.

3.4. *Outros papéis legais*

Na busca de papéis que identifiquem o posicionamento da Campanha no início dos anos 60 no Nordeste brasileiro, podemos trabalhar com a Mensagem 41, de 17 de julho, e o Decreto 582, de 1º de agosto, ambos de 1962; o primeiro pede à Câmara Municipal a abertura de crédito para instalar a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão, e o segundo cria o Serviço de Extensão Cultural das escolas de nível médio da Prefeitura.

Eis o essencial da mensagem 41/62:

A dinâmica pedagógica dos tempos modernos já não se limita à alfabetização. Há que educar, inclusive, para a produtividade. O ensino e a educação se completam para que o educando se prepare, realmente, para a vida.

O ensino municipal, começando de maneira incipiente, tem vencido, rapidamente, as etapas que o separam de um futuro próximo, onde haverá de chegar para oferecer a educação integral de que está a carecer a infância e a juventude natalense.

De Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão é um passo à frente no ensino da Prefeitura Municipal. Pautando-se pelo mesmo princípio da educação popular, agora, instruindo para uma profissão – consequentemente para a produtividade econômica –, a nova Campanha tem à sua frente o mesmo destino de êxito de De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

Depois de reafirmar o verso de Marti “ser culto para ser livre”, conclui:

Eis por que este Executivo acredita contar com o apoio do Legislativo na abertura do presente crédito especial [01 milhão de cruzeiros – valores de 1962]. O dinheiro aplicado na educação é dinheiro que reverterá para o Poder Público, com amplo saldo, no futuro, pois estará abrindo, para todo o País, a estrada larga do desenvolvimento.

Transparece aqui a ideologia do desenvolvimentismo, oriunda do Governo J.K. e que a SUDENE vinha teorizando no Nordeste. Ainda do contexto são as referências à educação para a produtividade, o apelo ao ensino profissionalizante, a crença de que o investimento em educação tem um retorno que beneficia o Poder Público (e, por extensão, o povo) e de que o futuro seria conquistado pela “estrada larga do desenvolvimento”.

A proposta de oferecer a “educação integral” vai por conta da formação maritainista

¹⁷⁴ O Ginásio (depois Colégio) Municipal do Natal e a Escola Técnica de Comércio do Município eram dirigidos por Geniberto Paiva Campos e Maria de Lourdes Alves, respectivamente.

do Secretário...

Do decreto que cria o Serviço de Extensão Cultural das Escolas de Nível Médio da Prefeitura transparece a influência de Paulo Freire. A começar pelo nome, pois o órgão que oferecia respaldo oficial ao educador pernambucano para fazer a sua proposta era o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, além do MCP.

Se isso não fosse suficiente para indicar a influência, bastaria ler os sete *consideranda* do decreto, dois deles lavrados na mais pura linguagem de Freire:

Considerando que a sociedade brasileira, e, em especial, a nordestina, se acha, sociologicamente, na época do trânsito de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta, quando a democratização fundamental é essencial ao seu desenvolvimento; Considerando que, particularmente à escola, cumpre assegurar a democratização da cultura, uma das democratizações fundamentais.

Assim, em 1962, desse posicionamento de Paulo Freire; do MCP; do SEC da Universidade do Recife; do nacionalismo desenvolvimentista; da SUDENE; de um maritainismo temporão a política educacional da Prefeitura do Natal vai fazer “o seu trânsito” para o ano de 1963 e início de 1964, quando definições e apelos ganharão em radicalidade: a conceituação de cultura popular; a denúncia ao imperialismo americano, via Aliança Para o Progresso; o *racha* do JUC e a emergência da AP; o socialismo; as influências da Revolução Cubana e do Concílio Vaticano II.

Esse novo discurso de De Pé no Chão emergirá na comunicação ao I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular do Recife, em setembro de 1963.

Só para concluir a referência aos documentos legais, lembramos duas leis que não *pegaram*: a 1.208, de 28.12.61, que criava o Plano de Construção e Equipamento de Escolas Primárias; e a 1.377, de 4.12.63, que criava a Assessoria de Recreação do Município. A primeira dependeria de recursos federais para a sua execução e esses não chegaram à época; a segunda burocratizaria as festas carnavalescas, juninas, natalinas, galeria de arte, teatrinho do povo, subordinando essas atividades à coordenação do gabinete do Prefeito. Foi idéia infeliz que não teve condições de ser viabilizada.

A última lei sancionada pelo Prefeito Djalma Maranhão, no âmbito de nossa Secretaria, ironicamente, não foi sobre educação. Ela significaria o deflagrar de impulsos na área de saúde.

É preciso lembrar que a titulação da Secretaria no Município era de “educação, cultura e saúde”.

A Lei 1.414, de 18.3.64, publicada no D.O. de 21 do mesmo mês, reestruturava o Serviço de Saúde do Município, instituiu o Fundo Municipal de Saúde, regulamentava a Diretoria de Saúde e Assistência, e dava outras providências.

O importante nesse diploma legal é que 10% da receita tributária do Município iria constituir o Fundo Municipal de Saúde, cujos recursos, somados aos federais e estaduais, “independiam do ano fiscal e não seriam recolhidos aos cofres municipais ao final do exercício financeiro”.

O projeto mais ambicioso da área de saúde da Prefeitura era, à época, a construção de 10 Casas de Parto, utilizando estruturas metálicas, pré-fabricadas, a exemplo do que estava ocorrendo com as escolas da Campanha e empregando acadêmicos de medicina como estagiários, sob a supervisão de médicos.

As Casas de Parto aliviariam a pressão da demanda a que estava submetida a

Maternidade Januário Cicco e, construídas na periferia da cidade, assegurariam à população pobre as condições de higiene e segurança no processo de maternidade. Objetivava-se o seguinte: quando normais, os partos seriam feitos nessas instalações municipais; em caso contrário, ambulâncias transportariam as parturientes para a Maternidade Januário Cicco, da UFRN.

Os médicos Heriberto Bezerra, diretor de Saúde do Município, Leide Morais e Lavoisier Maia estavam empenhados nesse projeto, juntamente com o concluinte de medicina Leônidas Ferreira, da turma de 1963, que seria o executor do projeto.

As estruturas pré-fabricadas foram adquiridas pelas Prefeituras, mas a deposição de Djalma Maranhão, em abril de 1964, matou no nascedouro o importante projeto municipal.

Algum tempo depois, quando Secretário de Saúde do Governo Tarcísio Maia, Lavoisier Maia construiu em Natal duas Casas de Parto, no mesmo espírito do projeto de Djalma Maranhão. A inovação ocorreu, todavia, no âmbito da administração estadual.

Discutir o alcance social da medida é discutir o óbvio. Todo brasileiro sabe das condições de miséria e de mortalidade do Nordeste. O espanto fica por conta dos estrangeiros, como Pierre Furter, quando escreveu, em 1963:

A mortalidade infantil é ali tão grande [refere-se a Salvador, na Bahia] quanto na cidade do Natal, que é considerada a de maior índice de mortalidade infantil no Brasil: 80% dos recém-nascidos morrem antes de completarem um ano. A morte ali é tão rotineira que o passatempo das crianças, à tarde, é acompanhar um dos seus, envolto pobrememente em alguma caixa de papelão, à vala comum¹⁷⁵.

O que poderia parecer uma imagem literária de Furter não o é, pois a Mensagem 6/62, do Prefeito Djalma Maranhão, encaminhada à Câmara de Vereadores em 1º de abril de 1962 e relativa ao exercício de 1961, documenta tragicamente:

Cerca de Cr\$ 80 mil eram gastos mensalmente com caixões para sepultamento de pessoas reconhecidamente pobres e indigentes. Verificamos, então, que esse serviço de assistência, tradicionalmente prestado pela Prefeitura, tornar-se-ia mais barato e elástico (*sic*) com a aquisição de um carro fúnebre.

Assim, mandamos adquirir uma caminhonete tipo Kombi, perfeitamente adequada a essa natureza de serviço, de maneira que, de agosto do ano passado, quando passou a funcionar, até o fim de fevereiro do ano em curso, já havia atendido ao sepultamento de 423 pessoas, *numa média mensal de 78 enterros*¹⁷⁶ [Os grifos são nossos, lembrando que a população de Natal, à época, era de 160 mil habitantes, em números redondos].

Como sempre acontece, antes do educador e do político já falara o poeta. São da metade dos anos 50 os versos de João Cabral de Melo Neto (*Paisagens com figuras*) descrevendo o cemitério pernambucano de Nossa Senhora da Luz:

¹⁷⁵ Furter, *op. cit.*, nota 108.

¹⁷⁶ *Folha da Tarde*. Natal, 5.4.1961. Mensagem 6/62 do Executivo ao Legislativo Municipal.

.....
 Nenhum dos mortos daqui
 vem vestido de caixão.
 Portanto, eles não se enterram,
 são derramados no chão.

Vêm em redes de varandas
 abertas ao sol e à chuva.
 Trazem suas próprias moscas.
 O chão lhes vai como luva.

Mortos ao ar-livre, que eram,
 hoje à terra-livre estão.
 São tão da terra que a terra
 nem sente sua intrusão.

3.5. *Cartilha de alfabetização de adultos: o livro de uma escola democrática*

O *Livro de leitura de pé no chão*, também conhecido como a *Cartilha de alfabetização de adultos*, é um documento substantivo, de importância, dentro do Movimento de Natal. Não é uma proposta original, e sim adaptação do *Livro de leitura para adultos* do MCP, do Recife. Seu lançamento ocorreu em abril de 1963, quando do Congresso de Cultura Popular de Natal.

À época, o MCP se apresentava, na área de educação de adultos, com duas propostas que internamente conflitavam: a metodologia do Sistema Paulo Freire, que utilizava projetores e *slides*, e a metodologia de Norma Porto Carreiro Coelho e Josina Maria Lopes de Godoy, centrada numa cartilha compatível com o universo cultural do adulto analfabeto. Ambas as propostas partiam da conscientização do educando, do despertar de sua consciência crítica, buscando um processo global de politização.

Assim, as duas propostas interessavam à Campanha, que as empregou nas classes de adultos.

Diria que fizemos uma síntese das duas posições. Em face dos obstáculos para o emprego ortodoxo do Sistema Paulo Freire, terminamos utilizando a escrita de Coelho/Godoy e a oralidade de Freire. Isto é: partindo da lição da Cartilha, era aberta toda a discussão com a linguagem conscientizadora de Paulo Freire, nas classes de adultos, nos Círculos de Pais e Professores, nas Praças de Cultura, nos teatros, na imprensa, nos textos legais, no discurso político – enfim, em todas as manifestações culturais da Campanha, excetuando a escola primária de crianças e de adolescentes.

A adaptação às condições de Natal do livro do MCP foi feita por uma equipe sob a supervisão da professora Maria Diva da Salete Lucena, que estagiara no Recife, acompanhando o trabalho de alfabetização de adultos pela Cartilha.

O *Livro de leitura de pé no chão também se aprende a ler* se converteu no cavalo de batalha da reação, na busca de mensagens subversivas aos alfabetizando adultos da Campanha. Muitas demissões e prisões se fizeram em função dessa Cartilha. Em todos os inquéritos e IPMs, ela emerge, e foi muito significativo o posicionamento de diversos professores sobre o assunto, como constam dos autos de investigações do Exército, do Governo do Estado, da Prefeitura do Natal, da Faculdade de Filosofia da Fundação José Augusto, etc.

Por isso mesmo, vale a pena transcrever a *Definição da cartilha para adultos da campanha de pé no chão também se aprende a ler, dentro do regime democrático*, de autoria de Maria Diva da Salette Lucena. Esse documento tem vários méritos: situa a temática a nível legal, a nível político-ideológico e relaciona os assuntos, indicando as principais lições¹⁷⁷.

Eis os seus termos:

Um livro de alfabetização, quer para crianças, quer para adultos, terá que considerar a maturidade psicológica do educando, dirigido no sentido de atender ao conteúdo de sua vivência, do seu meio ambiente, das coisas que lhe são mais familiares e comuns.

O conteúdo de uma cartilha de alfabetização para crianças será tanto mais eficiente e produtivo na medida em que satisfizer à sua condição de criança. Daí se usar o conto, as histórias pitorescas fantasiadas, os brinquedos e as coisas que a interessam.

A realidade do adulto é a sua luta pela sobrevivência, é a sua necessidade de afirmar-se como homem, é sua responsabilidade perante si mesmo, sua família e sua comunidade, é a defesa da sua dignidade, é, enfim, a conquista da sua felicidade. Torna-se evidente, conseqüentemente, que tal deve ser o conteúdo de uma cartilha de alfabetização para adultos.

¹⁷⁷ Fizemos a apresentação da Cartilha com o seguinte texto: “Este *Livro de leitura para adultos da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, da Prefeitura Municipal do Natal, Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, mimeografado em 1963, não é um trabalho original, é uma adaptação às condições locais do Rio Grande do Norte do *Livro de leitura para adultos do Movimento de Cultura Popular do Recife*. Se a ‘Cartilha’ do MCP é válida, como acreditamos, então o certo é que aproveitemos esta experiência válida e apliquemo-la entre nós. Se o MCP e a Campanha De Pé no Chão têm o mesmo embasamento, a autenticidade de uma cultura popular e se se propõem o mesmo fim – o da libertação popular através da educação ganhamos tempo, aproveitando o livro das professoras Norma Porto Carreiro Coelho e Josina Maria Lopes de Godoy numa adaptação da professora Maria Diva da Salette Lucena, supervisionando um trabalho de equipe.

O Brasil não pode mais perder tempo. Por isso, com humildade e coragem, a Campanha De Pé no Chão oferece este seu livro ao Povo.

A Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler vence, assim, mais uma etapa de trabalho fiel à sua vocação e ao seu destino. Nascida como resposta de uma região subdesenvolvida ao desafio do analfabetismo, da miséria, do déficit escolar, que marcam a face da cidade do Natal; nascida da reivindicação popular, que denunciou o retrocesso da escola pública entre nós (há 20 anos Natal tinha 11 grupos escolares; hoje, com a sua população quadruplicada, conta com apenas 10!); nascida do clamor de 30 mil analfabetos; nascida da necessidade sentida e inadiável de um poder público assumir a responsabilidade de sua obrigação constitucional – a Campanha De Pé no Chão é a resposta de um Povo que se levanta para lutar contra a miséria, contra a exploração; pela afirmação do direito de todos à educação, pela autenticidade de uma cultura brasileira; por uma escola brasileira consciente, crítica e demonstrativa; é a resposta do Prefeito Djalma Maranhão, de intelectuais, de operários, de estudantes; é a resposta dos homens que acreditam no Brasil.

Este livro é mais um marco no processo educacional hoje deflagrado no Rio Grande do Norte, que superando padrões conservadores e intelectualistas se engajou, definitivamente, na luta de emancipação do Povo, solidário e comprometido com o destino de humilhados e ofendidos por uma estrutura “social injusta. Por isso é que este é o livro da Campanha De Pé no Chão! Natal, Páscoa de 1963. Moacyr de Góes – Secretário de Educação da Prefeitura do Natal”.

Dessas razões, surgiu a idéia da elaboração de *Um livro para adultos, da campanha de pé no chão também se aprende a ler*.

Considerando o objetivo prático a atingir, numa comunidade, através da educação, principalmente quando ela é realizada dentro de uma circunstância de urgência, como no Brasil, onde o analfabetismo atinge as proporções mais surpreendentes, esta educação, mesmo assim, terá que, intrinsecamente, conter os elementos e as teses de uma educação para a democracia.

O regime democrático não pode ser visto apenas do ponto de vista das instituições democráticas que regem uma nação, mas principalmente, e necessariamente, do ponto de vista dos homens, desde que são eles que criam, dirigem e atuam nas instituições.

O espírito democrático, a vivência democrática de uma comunidade jamais poderão estar dissociados das instituições, uma não poderá sobreviver sem a outra. Em termos mais simples: democracia como regime político e democracia como vivência política podem ser consideradas isoladamente, mas, se constatadas dissociadas, há muito a desejar no seu funcionamento.

Como regime político, a democracia significa: fraternidade, direito de todos, justiça social, oportunidade para todos, processo do primado do homem. Como vivência política, a democracia será a concretização de todos esses princípios.

Despertar no homem o espírito democrático, integrá-lo na vivência das instituições, será tarefa da educação.

Portanto, a educação do homem para realizá-lo, individualmente, e integrá-lo numa comunidade sócio-política, não poderá ser feita sem uma orientação nesse sentido.

Esta filosofia democrática da educação estará contida em todo o processo de aprendizagem, desde o ato da alfabetização, isto é, do conhecimento simbólico e objetivo das palavras, até à sua interpretação e significado mais profundo.

Quando o homem aprende a ler e escrever a palavra “trabalho”, mais do que significar uma ocupação, um serviço que ele executa para ganhar a vida, esta palavra contém ainda o sentido sócio-político mais profundo de que o trabalho de cada um engrandece um povo e constrói uma nação.

Traz a mensagem da “solidariedade humana” contida no art. 166, da Constituição Brasileira, que diz: “A educação é direito de todos... deve inspirar-se nos princípios da liberdade, nos ideais de solidariedade humana”.

Foi baseada ainda nesses princípios de democracia vivida que o povo brasileiro tanto anseia e tão bem está definida e garantida na nossa Constituição que a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler adotou um livro para adultos que não apenas alfabetizasse, mas que procurasse educar para a democracia.

Tudo isso tem sido negado ao povo brasileiro, inclusive o conhecimento mais claro dos seus próprios direitos, levando-nos a uma omissão em construir a democracia.

O mais grave a considerar é que as forças democráticas deste país que procuraram dar sua contribuição no trabalho autêntico de “democratização popular” foram confundidas e mal interpretadas.

Considerando este aspecto, fizemos uma análise da cartilha de Pé no Chão, constatando uma afirmação dos princípios democráticos.

Sua primeira lição – “o voto é do povo” – nada mais é do que uma

transcrição do art. 1º da Constituição Brasileira, quando diz “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”.

O tema daria lugar a uma ampla explanação, tendo em vista o conhecimento de todos das proporções da corrupção do eleitorado e do voto no Brasil.

Considerando o voto como a grande expressão democrática, o poder de decisão do povo, nada mais importante do que levar o homem a sentir e compreender a sua responsabilidade na vida da nação.

Outras lições que contêm afirmações democráticas:

“A boa lei é pelo bem do povo”; “Um bom prefeito luta pela causa do povo”; “A Prefeitura leva o povo a tomar parte na luta para educar: procure também colaborar”; “O voto do povo deve servir para mudar sua sorte”; “Um bom governo deve levar o povo a se unir em torno de uma atividade benéfica para a comunidade”; “Com o voto o povo decide a vida da sociedade”; “Em um plebiscito o povo dá sua decisão”; “Numa eleição o povo pode optar, designando seus representantes”; “Bons governantes dão ao povo meios para obter uma vida digna”; “Homem seguro é um homem tranquilo”; “O verdadeiro líder defende os direitos do povo”; “Ele guia o povo em suas dificuldades”; “Na união fraternal de todos os brasileiros que amam a sua pátria está a esperança de melhores dias para o Brasil”; “Só existe verdadeira fraternidade quando cada homem se interessa pelo bem-estar do próximo”; “O governo do Município congrega homens de todas as raças, de todas as opiniões, de todas as religiões, para um fim comum: a elevação do nível cultural do povo”; “O operário brasileiro tem capacidade para alcançar um alto nível em sua profissão”; “O lavrador está fugindo do campo? Muitos não fogem mais. Agem pacificamente, com esperança de justiça para a sua causa”; “O prestígio de um prefeito junto ao povo é uma prova do seu esforço em benefício do seu Município”; “Para haver progresso social é preciso dar as mesmas oportunidades a todos os grupo, sem distinção de raça, situação social ou religião”; “Somente um Congresso nacionalista, isto é, Câmara e Senado com homens interessados no bem-estar do povo, poderá votar reformas básicas, garantindo o progresso da nação”; “Devemos ter em nosso pensamento as coisas que são indispensáveis ao homem: o pão, a saúde e a educação”; “O Brasil necessita do trabalho de todos”; “O Brasil só progredirá pelo trabalho consciente do seu povo”; “O povo escolhe os seus representantes na Câmara e no Senado”; “Para haver tranqüilidade no país, é necessário que haja um clima de compreensão entre os homens de todas as classes com o objetivo comum de resolver os males da nação”; “A Declaração Universal dos Direitos do Homem, da ONU, reivindica para todos os povos condições dignas de vida”; “Que é democracia? Democracia é o governo do povo, para o povo e pelo povo”; “Em uma verdadeira democracia o povo tem paz, tudo o que é indispensável a uma vida digna e meios para ampliar sua cultura”; “Os representantes do povo são escolhidos diretamente pelo voto dos eleitores, homens e mulheres maiores de 18 anos”; “O futuro das nossas crianças depende de como soubermos defender hoje as riquezas de nossa pátria”; “Apesar das crises, o Brasil cresce”; “A voz do povo traz muita luz sobre os problemas do Nordeste, problemas que podem ser resolvidos com trabalho, honestidade, justiça”; “A justiça é harmonia, equilíbrio e igualdade nas relações entre os homens”; “Cristo morreu na cruz pregando a justiça sobre a terra”; “É indispensável haver paz entre os homens para que haja progresso no mundo”; “A paz nasce da justiça”.

Esta é a lição final da cartilha, que através da mensagem de paz, de trabalho e de honestidade, e não da revolta e do ódio, procura levar ao homem alfabetizado a consciência crítica de sua responsabilidade na vivência da democracia brasileira.

Todas as reivindicações sociais contidas na cartilha se enquadram no princípio democrático do “direito de todos”, expresso no art. 141 da Constituição de 1946: “A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade” nos termos dos parágrafos 1 a 38. Ainda apoiada nos seguintes arts. 145, 146, 147, 148e 157. A lição sobre: vida, saúde, pão – “O pão dá vida e saúde ao povo” – refere-se à necessidade primária do homem: a sobrevivência. A luta pelo pão de cada dia é a maior preocupação e que está registrada e defendida pela nossa Constituição, art. 145: “A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano. Parágrafo único: a todos é assegurado o trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social”. “O povo do casebre é pobre”; “O brado veio do povo do casebre”; “Com o desemprego o povo vive sem pão”; “O operário luta pelo pão de sua família”; “O povo do campo pede um arado”; “Um bom salário é a defesa da família do operário”; “O homem desempregado não tem casa”; “A falta de estradas é uma das causas do pouco desenvolvimento do Nordeste”; “O Nordeste precisa lutar para desenvolver a sua indústria”; “O sertanejo pede a ação do governo. Ele tem direito a uma solução”; “Só onde há justiça pode haver segurança para todos”; “O trabalhador sindicalizado é um homem forte”; “O flagelado é o camponês desamparado. Com soluções justas para o campo não haverá mais flagelados”; “O operário, depois de muitos anos de canseiras, precisa de uma pensão para viver”; “Para o progresso de nossa pátria, é necessário defender a indústria nacional (baseado no art. 164 da Constituição)”.

Além de seu valor intrínseco, esse documento cresce em significação por ter sido produzido pela professora Maria Diva da Salette Lucena dentro da prisão do 16º RI do Exército, para servir de subsidio ao *habeas-corpus* que estava sendo impetrado em favor de sua liberdade pelo Dr. Otto de Brito Guerra, junto ao Superior Tribunal Militar.

Essa *Definição da cartilha para adultos da campanha de pé no chão também se aprende a ler, dentro do regime democrático*, com o tratamento constitucional que lhe foi dado, situa de forma muito clara quais as forças que estavam subvertendo as instituições nacionais, em 1964.

Mesmo considerando que o documento transcrito esgota o assunto, acrescentaríamos outras lições significativas que terão escapado da relação: “A luta do operário é a luta de todo o povo”; “Com o desemprego o povo vive sem pão”; “O operário luta pelo pão de sua família”; “A boa lei é pelo bem do povo”; “O homem do campo é um herói? Sim, a luta do homem do campo é heróica”; “Ele vive isolado e sem apoio”; “Um dia ele terá pão, casa e roupa para a sua família”; “O povo analfabeto é um povo sem liberdade”; “A cultura, na mão do povo, é arma na luta pela liberdade”; “Em Natal, como no Recife, cultura é movimento popular”; “A ceia do povo é só café e pão”; “Os Acampamentos estão situados em vários bairros de Natal”; “Seu piso é de barro”; “No casebre, o piso, também é de barro”; “O camponês vive da terra”; “Da terra ele tira seu sustento”; “O camponês é dono da terra?”; “O Estado onde há indústria é um Estado rico”;

“O Nordeste precisa lutar para desenvolver a sua indústria”; “Uma das maiores dificuldades para o desenvolvimento da indústria nacional é o domínio do truste”: “Aos brasileiros cabe defender a indústria nacional e as empresas estatais”; “A Petrobrás é uma empresa estatal, atuando em todo o país”; “O político nacionalista não trai a confiança do povo: defende o monopólio estatal do petróleo”; “A Petrobrás é intocável”; “As escolas De Pé no Chão são gratuitas? Sim. E o País só poderá progredir se o governo proporcionar ao povo o ensino gratuito em todos os graus”; “O Governo do Município congrega homens de todas as raças, de todas as opiniões, de todas as religiões, para um fim comum: a elevação do nível cultural do povo”; “A fábrica é a escola do operário”; “O Brasil necessita do trabalho de todos”; “Para haver progresso no Brasil, não pode haver marginais (marginais são os homens sem trabalho); Para não haver marginais, deve existir empregos para todos; O Nordeste só terá paz quando a raiz dos seus males for atacada. Quando a reforma agrária assegurar ao camponês: terra, máquinas, orientação técnica, crédito, mercado, educação e saúde. Quando o comércio, organizado dentro do espírito cooperativista, valorizar ao máximo a renda do produtor e do consumidor. Quando a implantação de fábricas permitir a industrialização de nossas matérias-primas na própria região”; “A justiça é harmonia, equilíbrio e igualdade nas relações entre os homens (...)”; “A paz nasce da justiça”.

Em relação ao livro da Campanha, poderá ser afirmado o que disse Jomar M. Britto sobre o livro do MCP, que é, aliás, a sua matriz:

Participação histórica (...) desempenhou o *Livro de leitura para adultos* do MCP, com suas frases tão óbvias e assustadoras. “O pão dá saúde, saúde é vida, o voto é do povo, o povo pode, o povo sua, o povo sem casa vive no mocambo” – estamos certos de que, com essas afirmativas, não se estava propondo nada às massas, procurava-se *apenas* a confirmação de sua necessidade de subsistência (os que reconheceram equívocos, entre eles eu, nada fizeram no momento de melhor).¹⁷⁸

3.6. Última proposta ideológica

Repetindo José Willington Germano (“A prática correu diante da teoria, ultrapassando-a”)¹⁷⁹, percebemos que é somente em setembro de 1963, no I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular do Recife, que a Campanha vai produzir um documento mais explícito a nível ideológico, quando afirma que há

um entrelaçamento dialético entre cultura popular e libertação nacional – socialismo e luta antiimperialista. Por conseguinte (...) cultura popular tem papel de instrumento de revolução econômico-social, mas em última instância a afirmação e vitória desta revolução é que irá possibilitar o surgimento das mais autênticas criações populares, livres das alienações que se processam no plano político e econômico¹⁸⁰.

¹⁷⁸ Britto, *op. cit.*, nota 157.

¹⁷⁹ Germano, *op. cit.*, nota 160.

¹⁸⁰ Natal. Prefeitura Municipal, *op. cit.*, nota 102.

Essa conclusão é precedida de uma dissertação histórica que se na forma não resistiu aos 15 anos pós-64 no posicionamento político, ainda se encontra indene, pois afirmava o que é verdade hoje:

O significado do termo Cultura Popular assume para nós forma definida a partir da compreensão mais profunda da situação de dominação externa a que está submetido o Brasil, desde o seu descobrimento até os dias atuais¹⁸¹.

Por trás desse novo discurso da Campanha, está a influência da Revolução Cubana, que se exerceu em todos os movimentos progressistas da época. Uma consulta aos jornais de então e, no caso específico de Natal, à *Folha da Tarde*, de propriedade de Djalma Maranhão, constatará a grande repercussão, no Brasil, da revolução fidelista. O documento da Campanha para o Encontro do Recife não fugiria à regra:

A conscientização da situação de dependência por parte do povo brasileiro trouxe novas perspectivas no sentido de deter a trajetória de dominação. Esta conscientização assume formas mais agudas na medida em que outros povos da América Latina lutam igualmente contra a opressão a que estão submetidos, evidenciando-se a existência de um movimento libertário do qual Cuba é o primeiro país a conseguir êxito neste grande anseio de libertação nacional¹⁸².

Em termos do Brasil, De Pé no Chão chega mesmo a distinguir etapas de um processo histórico, propondo:

A nossa luta de libertação liga-se profundamente à cultura popular, que assume no primeiro momento o sentido de desalienação de nossa cultura (...). [que] num segundo momento (...) promova a integração do homem brasileiro no processo de libertação econômico-social e político-cultural do nosso povo (...) que leve o homem a assumir o papel de sujeito da própria criação cultural, fazendo-o não apenas receptor (...) de expressões culturais¹⁸³.

3.7. Conclusões

Apesar da pobreza quantitativa dos documentos estudados neste capítulo e da vulnerabilidade de certos conceitos enunciados no início dos anos 60, acreditamos ser possível situar alguns marcos referenciais: 1) em 1961, os relatórios de Margarida de Jesus Cortez e de Antônio Campos e Silva indicam uma postura de aperfeiçoamento escolar e de democratização educacional, ainda dentro do sistema oficial; 2) a Unidade de Trabalho nº

181 *Ibidem.*

182 *Ibidem.*

183 *Ibidem.*

6, sem data (possivelmente de 1962), revela a preocupação de construir uma escola em cima de uma realidade, utilizando um instrumental pobre, num meio pobre; 3) em 1962, já passa pela Prefeitura de Natal a ideologia do desenvolvimentismo, da profissionalização, da conscientização/ criticidade do “trânsito” de Paulo Freire; 4) em 1963, a influência do MCP ocupa maior espaço, com a *Cartilha de adultos* e, neste campo, a Campanha percebe que uma política de cultura popular remete a um “entrelaçamento dialético entre cultura popular e libertação nacional – socialismo e luta antiimperialista”.

4. A REPRESSÃO DE 1964

A Prefeitura do Natal foi invadida pelo Exército na noite de 1º de abril de 1964, quando se efetuou a primeira prisão do Rio Grande do Norte, a de Evlim Medeiros, presidente do Sindicato da Construção Civil de Natal e vice-presidente do Comando Estadual dos Trabalhadores, órgão local do CGT¹⁸⁴.

Djalma Maranhão publicara, nesse dia, um manifesto em defesa da legalidade do Governo João Goulart e oferecera as dependências da Prefeitura ao povo para a organização do que chamara “QG da Legalidade” – conforme já vimos anteriormente.

A prisão do Prefeito ocorreu às 15 horas do dia seguinte. Consta que as autoridades militares propuseram uma negociação: libertariam Djalma Maranhão se ele renunciasse ao mandato de prefeito. Como a proposta foi recusada, ele foi deposto, permaneceu preso em Natal, ilha de Fernando de Noronha e Recife por quase todo o ano de 1964. Libertado por força de *habeas-corpus*, exilou-se no Uruguai. A 7ª Auditoria do Exército condenou-o, posteriormente.

Para ele, que morreu só, no exílio, em 30 de julho de 1971, a anistia de 1979 chegou muito tarde.

A partir de 02 de abril de 1964, os cárceres foram se enchendo de lideranças políticas, operárias, camponesas, estudantis e intelectuais.

Eram tão numerosas as prisões que se pensou até em utilizar como presídio o velho Forte dos Reis Magos, como me declarou o Coronel Esteves Caldas, quando do primeiro interrogatório a que fui submetido.

Em 25 de março de 1965, respondendo ao ofício 861/ SNI/ 64, o Governador Aluizio Alves, através de seu ofício 186/GE, dirigido ao Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, chefe da Agência do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações, Presidência da República, dava conta de ter indiciado, através de sua Secretaria de Segurança, 83 pessoas no Rio Grande do Norte.

Na área do serviço público, informava o Governador no mesmo ofício, lavrara 15

¹⁸⁴ Através de decreto de 17 de abril de 1964, publicado no *Diário Oficial* de 18 e de 29 do mesmo mês, o Governador Aluizio Alves, apoiando-se no Ato Institucional nº 1, nomeava delegados de Polícia Especial, para investigações de ordem política, Carlos Moura de Moraes Veras e José Domingos da Silva. Ambos da Polícia pernambucana e, dizia-se, tendo feito cursos no FBI, nos Estados Unidos. Seus relatórios foram publicados no *Poti*, de 20 e 27 de setembro, e no *Diário de Natal*, de 28 e 29 do mesmo mês, em 1964. Do relatório do policial Veras consta a composição do Comando Estadual dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte, instalado em 20 de fevereiro de 1964: vice-presidentes: Evlim Medeiros e Pretextato José da Cruz, por Natal; Floriano Bezerra e Joaquim Xavier de Souza, por Macau; Antônio Silvério e Luiz Gabriel Matias, por Areia Branca; José Barbalho de Araújo e Cezário Clementino, por Mossoró; secretário-geral: José Alves Cavalcanti; secretários-adjuntos: José Campello Filho, João Ferreira de Macedo Sobrinho e Luis Alves Quirino; tesoureiros: José Bento de Oliveira e José Alves de Lima. No dia 23 do mesmo mês, foi eleito presidente do Comando Estadual dos Trabalhadores, Joaquim Xavier de Souza.

atos de demissão, 18 de aposentadoria e um de disponibilidade¹⁸⁵.

Dos 83 indiciados do Rio Grande do Norte, o promotor militar da 7ª Auditoria, Oton Fialho de Oliveira, em 04 de maio de 1965, denunciou 60, o que causou espanto ao *Jornal do Comércio* do Recife, que no dia seguinte noticiou:

Abre a lista o ex-prefeito de Natal, Sr. Djalma Maranhão, seguindo-se salineiros, portuários, ex-deputados e estudantes. A denúncia (...) constituindo-se na maior até agora oferecida naquela Corte de Justiça. A maior denúncia existente antes desta última na Auditoria da 7ª Região Militar era a que envolveu o Sr. Miguel Arraes e outras 38 pessoas. Estão as do Rio Grande do Norte também indiciadas no art. 2º inciso III da Lei 1.802, de 05 de janeiro de 1953 (Lei de Segurança Nacional). Pena prevista: 20 a 30 anos de detenção¹⁸⁶.

¹⁸⁵ Estado do Rio Grande do Norte. Ofício nº 186/GE, de 25.3.1965, endereçado ao Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, chefe da Agência do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações, Presidência da República, pelo Governador Aluizio Alves, conforme consta do acervo do Arquivo Público do Estado: 1) *Relação dos 83 indiciados*: Raimundo Ubirajara de Macêdo, José Ribamar de Carvalho, Pedro Simão Pereira, Djalma Feitosa Confessor, Luiz Gonzaga de Souza, José Fernandes Machado, Ivo Ferreira dos Santos, Salomão Morais, José Holanda, João Virgino de Oliveira, Francisco Julião, padre Alipio de Freitas, Mery Medeiros da Silva, João Batista, João Doca Filho, Antônio Paulino da Costa, Floriano Bezerra de Araújo, José Rodrigues Sobrinho, Antônio Teixeira de Oliveira, Noel Bernardo de Oliveira, Joel Martins do Nascimento, Manoel Lourival dos Santos, José Campelo Filho, Evlin Medeiros, Joaquim Xavier de Souza, José Barbalho Bezerra, Nei Leandro de Castro, Bento Ventura de Moura, Francisco Canindé de Oliveira, Francisco Floripe Ginani, Josemá de Azevedo, Geniberto Paiva Campos, Paulo Franssinete de Oliveira, Francisco Canindé do Nascimento, Maria Laly Carneiro, João Faustino Ferreira Neto, Vulpiano Cavalcanti de Araújo, Aldo da Fonseca Tinoco, Guaraci Queiroz de Oliveira, Evaristo topes da Silva, Zacarias Francisco da Silva, Francisco Xavier da Silva, Antônio Silvério da Silva, Armando Honorato Pereira, João Tomaz Marinho Irmão, José Alves Cavalcanti, João Ferreira de Macedo, Eurico de Farias Reis, José Arruda Fialho, Albimar Fernandes Borges, Eider Toscano de Moura, Luiz Ignácio Maranhão Filho, Moacyr de Góes, Margarida de Jesus Cortez, Maria Diva da Salette Lucena, Carlos Alberto de Lima, Hélio Xavier de Vasconcelos, Mailde Ferreira de Almeida, Djalma Maranhão, Luiz Gonzaga dos Santos, Omar Fernandes Pimenta, Pedro Cavalcanti da Silva, Alfredo Ferreira de Lima, Manoel Bento da Silva, Egidio Constâncio de Melo, Manoel Julião de Oliveira, José Nunes, Osvaldo Guedes de Moura, João Soares Filho, Geraldo Pereira de Paula, Waldier Gomes dos Santos, Washington Luiz Fernandes, Herval Aroeira, Terezinha de Brito Braga, Berenice Medeiros de Freitas, Heber Maranhão Rodrigues, Paulo Augusto do Nascimento Feitosa, José Alves Lima, Cesário Clementino dos Santos, Benjamim Clemente Pereira, Geraldo Lourenço Mafra e Walter Batista de Andrade; 2) *Relação dos demitidos de cargos públicos*: Djalma Maranhão, diretor da Diretoria de Documentação e Cultura, da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Município e instrutor do Colégio Estadual do Atheneu Norte-Rio-Grandense; Paulo Franssinete de Oliveira, procurador-fiscal da Secretaria das Finanças da Prefeitura Municipal do Natal; Moacyr de Góes, procurador-fiscal da Secretaria das Finanças da Prefeitura Municipal do Natal e professor do Colégio Estadual do Atheneu Norte-Rio-Grandense; Hélio Xavier de Vasconcelos, subdiretor da Assembléia Legislativa Estadual; Danilo topes Bessa, secretário de Comissão da Assembléia Legislativa Estadual; José Arruda Fialho, oficiallegislativo da Assembléia Legislativa Estadual; Júlio Pinheiro do Carmo, escrivão do Cartório de Santana do Matos; Guaracy Queiroz de Oliveira, assistente-técnico legislativo da Câmara Municipal do Natal; Noel Bernardo de Oliveira, diretor da biblioteca da Prefeitura do Município de Canguaretama; Margarida de Jesus Cortez, professora do Colégio Estadual do Atheneu Norte-Rio-Grandense; Manuel Lourival dos Santos, escrivão de polícia; Jaime Hipólito Dantas, promotor de Justiça da Comarca de Areia Branca; e Elder Heronides da Silva, despachante da Recebedoria de Rendas de Mossoró; 3) *Relação dos aposentados*: Manoel Queiroz Filho, fiscal de trânsito; Roberto Bezerra Freire, agrônomo da Secretaria de Agricultura do Estado; Joaquim Xavante Filho, escriturário da Recebedoria de Rendas de Natal; Eider Toseano de Moura, promotor de Justiça em Tangará; Maria Laly Carneiro, oficial administrativo da Secretaria das Finanças do Estado; Raimundo Dantas, guarda de trânsito; Omar Fernandes Pimenta, assessor-técnico da Secretaria de Educação do Município de Natal, Carlos Alberto de Lima, fiscal de trânsito; e Genésio Cabral de Macêdo (*sic*); 4) *Posto em disponibilidade* (com vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço): Antônio Elias França, escrevente de polícia.

¹⁸⁶ Relação dos denunciados pelo Promotor Oton Fialho de Oliveira: Djalma Maranhão, Antônio Elias França, Manuel Lorival dos Santos, Josemá Azevedo, Zacarias Francisco Rodrigues, Evlin Medeiros, João Ferreira de Macedo Sobrinho, Benjamim Clemente Pereira, Bento Ventura Moura, Berenice de Medeiros Freitas, Paulo Franssinete de Oliveira, Terezinha de Brito Braga, Floriano Bezerra de Araújo, Francisco Canindé do Nascimento, Geraldo Lourenço Mafra, Guaracy Queiroz de Oliveira, Heber Maranhão Rodrigues, João Doca Filho, José Arruda Fialho, José Campelo Filho, José Macêdo, José Nunes, José Ribamar de Carvalho, Luiz Gonzaga dos Santos, Luiz Ignácio Maranhão Filho, Maria Laly

A denúncia de Oton Fialho de Oliveira foi considerada por Márcio Moreira Alves, in *O Cristo do povo* (p. 197), como uma “peça primorosa, digna de integrar o *Festival de besteira que assola o país*, promovido pelo humorista Stanislaw Ponte Preta”. O então jornalista e futuro deputado só acreditou na denúncia quando obteve uma certidão dos seus termos no 3º Cartório Criminal da Comarca de Natal e, então, publicou-a no seu livro para *edificação* dos seus leitores...

Os IPMs, as Comissões de Inquérito e/ou de Investigações, no Rio Grande do Norte, abriram um amplo leque sobre o movimento camponês, a organização sindical, repartições federais, movimento estudantil e Prefeitura do Natal. Nessa, a Secretaria de Educação.

Em abril e maio de 1964, todo o *staff* da educação municipal *caiu*. Dispersos pela deposição e prisão do Prefeito em 02 de abril, reencontrei os meus companheiros de trabalho nas prisões do 16º RI, do 7º RO e da Polícia Militar do Estado: Omar Fernandes Pimenta (diretor de Ensino), Mailde Ferreira de Almeida (diretora da Documentação e Cultura), Margarida de Jesus Cortez (diretora do Centro de Formação de Professores), Geniberto Paiva Campos (diretor do Colégio Municipal de Natal), Maria Diva da Salette Lucena (vice-diretora do CFP), Francisco Floripe Ginani (chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Educação), Josemá Azevedo (responsável pela interiorização da Campanha), José Fernandes Machado (presidente do Comitê Nacionalista das Rocas e responsável pelo Sistema Paulo Freire na Cooperativa dos Pescadores do Canto do Mangue), João Faustino Ferreira Neto (presidente da União Estadual dos Estudantes e professor do CFP De Pé no Chão).

Outras lideranças que, assistematicamente, colaboraram com a Campanha também estavam presas ou foragidas: Luís Gonzaga dos Santos (vice-prefeito), Luís Ignácio Maranhão Filho (ex-deputado estadual), Aldo da Fonseca Tinoso (suplente de deputado federal), Hélio Xavier de Vasconcelos (presidente do CCP), Pretextato José da Cruz e Evlim Medeiros (do Comando Estadual dos Trabalhadores), Carlos Alberto de Lima (da *Folha da Tarde*) e mais as seguintes lideranças universitárias que eventualmente participavam da Campanha: Maria Laly Carneiro, Tereza de Brito Braga, Berenice de Medeiros Freitas, Danilo Lopes Bessa, Nei Leandro de Castro, José Arruda Filho, Paulo Frassinete de Oliveira, Guaracy Queiroz de Oliveira e Eurico Reis.

Marcos José de Castro Guerra, que liderou a experiência de Angicos, quando aplicou o Sistema Paulo Freire, no âmbito do Governo do Estado, foi preso por oito vezes, sucessivamente, entre abril e dezembro de 1964.

A professora Maria Conceição Pinto de Góes, minha mulher, vice-diretora do Colégio Municipal e organizadora de dezenas de Comitês Nacionalistas, grávida do quinto filho, esteve sob ameaças e provocações dos órgãos de repressão durante todo o período de minha prisão, isto é, por mais de seis meses. Solto por força de *habeas-corpus* em 25 de

Carneiro, Moacyr de Góes, Noel Bernardo de Oliveira, Waldemar do Aro, Vulpiano Cavalcanti de Araújo, Walter Batista de Andrade, Albimar Fernandes Borges, Waldier Gomes dos Santos, Raimundo Ubirajara de Macedo, Geniberto Paiva Campos, Maurílio Coutinho, Washington Luiz Fernandes, Francisco Canindé de Oliveira, Eider Toscano de Moura, Eurico Farias Reis, Evaristo Lopes da Silva, Adenor Cândido de Souza, João Soares Filho, José Moisés Grilo, Juarez Pascoal de Azevedo, José Yaponi Galvão, Antônio Paulino da Costa, Antônio Silvério da Silva, Benjamim Capistrano Filho, Breno Capistrano, Pretextato José da Cruz, Raimundo Fernandes de Araújo, Francisco Floripes Ginani, Ornar Fernandes Pimenta, José Barbalho Bezerra, Francisco Xavier da Silva, Egídio Constâncio de Meio, João Tomaz Marinho Irmão, Francisco Vital da Silva e José Fernandes Machado.

novembro de 1964¹⁸⁷, demitido de todos os empregos, sem condições de sobrevivência deixamos a cidade no dia seguinte. Alguns meses depois os filhos seguiram o mesmo caminho.

4.1. “Prendam o mimeógrafo!”

As notícias do levante armado de Minas Gerais chegaram a Natal confusas e desconstruídas. O dia 1º de abril foi de grande perplexidade. Era impossível obter uma ligação telefônica interurbana. O Governador Arraes já estava deposto e, da Prefeitura do Natal, tentávamos, ainda, estabelecer um contato com o Palácio Campo das Princesas, no Recife. Inutilmente. O rádio ainda era a única fonte de informações – mesmo que essas informações fossem contraditórias e parciais. Impossível, no nosso Macondo, isolado do mundo, tentar fazer uma avaliação das forças em confronto. Com quem estava o 4º Exército? Com quem estava o Governador do Estado?

As lideranças populares procuravam a Prefeitura e o nosso nível de informação era quase zero. Especulações, muitas. Informações, bem poucas.

O time mais numeroso, como sempre, ainda em *cima do muro*, espiando a maré.

Para as forças nacionalistas que apoiavam o Prefeito Djalma Maranhão, apesar da geral desinformação, a situação se mostrava bem clara: a defesa do Governo legitimamente constituído do Presidente João Goulart era a alternativa para manter abertas as instituições democráticas. Sustentar a legalidade era a postura a postura compatível com o nosso discurso político e com a prática vivenciada pelo Governo municipal. Sobre isso, nunca houve dúvidas. A nossa carência era de informações para uma adequada avaliação de correlações de forças, externas e internas, e, então, emitir a palavra de ordem política que a situação exigia. Estávamos em vôo cego, mas coerentes e fiéis à nossa vocação democrática e de respeito ao mandato popular.

No fundo havia uma romântica esperança de que o golpe de Estado, que não passara em 1954, 55, 56, 59 e 61, não passaria também em 1964. Além disso, aos nossos ouvidos, falavam, ainda, os nossos próprios discursos: “No Brasil não há mais clima de golpes”; “a História é irreversível”; “a correlação de forças no campo internacional já começa a ser desfavorável ao imperialismo”; “o povo já está conscientizado, politizado”; “o Exército é o povo armado”, etc., etc.

Na noite de 1º de abril, o *Diário de Natal* publicava a nota oficial da Prefeitura – já transcrita na primeira parte deste livro –, mas trazia também uma proclamação “Ao povo de Natal”, assinada pelo comandante naval e pelo comandante da guarnição militar, proibindo manifestações políticas na cidade.

No dia 02 de abril, o mesmo vespertino estampava a nota oficial do Governador Aluísio Alves que, entre outras coisas, afirmava:

O Governador do Rio Grande do Norte, agora informado das razões e objetivos do movimento ontem deflagrado sob a liderança do Governador Magalhães Pinto, quer manifestar o seu apoio aos ideais dessa oposição que visa a autêntica legalidade democrática, realmente ameaçada por atitudes e fatos que não

¹⁸⁷ *Tribuna do Norte*. Natal, 26.11.1964.

eram ainda do conhecimento público.

A não-resistência do Governo federal – que não cabe discutir aqui – desarticulou qualquer veleidade de defesa da legalidade e, naturalmente, os derrotados começaram a ser presos, enquanto os indecisos foram engrossando as fileiras dos vitoriosos. Natal promoveu, então, a sua Marcha com Deus pela Democracia. A classe média se exorcizou. Começou a caça às bruxas.

As incríveis histórias de então integram hoje o anedotário folclórico, apesar de terem obtido, na época, trânsito de veracidade: as listas dos que seriam fuzilados pelos comunistas (cada dia a lista aumentava mais); os símbolos chineses encontrados nos alicerces do Palácio dos Esportes; o ouro de Moscou guardado nos cofres da Prefeitura (essa era a explicação destilada em face do resultado de inquéritos que tiveram de concluir pela absoluta lisura no trato dos dinheiros públicos); as amantes dos líderes sindicais, e até um diabólico plano oriundo de Natal para assassinar o ex-presidente Outra, no Rio de Janeiro, etc.

E foi nessa época que ocorreu a célebre caça ao mimeógrafo subversivo. Os fatos são os seguintes: apesar de publicada em dois jornais no dia 1º de abril, a nota oficial da Prefeitura irritou mais porque foi reproduzida, mimeografada, em boletim, e distribuída no centro da cidade. A repressão deu grande importância ao fato e mobilizou-se para provar o óbvio: o boletim havia sido rodado no mimeógrafo do Centro de Formação de Professores da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler. Então, cumpria ao zelo *revolucionário* expedir a ordem oficial:

– “Prendam o mimeógrafo!”

Pelo menos, é o que nos diz o relatório do policial Veras, que serviu de fundamento jurídico para o indiciamento de 83 pessoas no Rio Grande do Norte¹⁸⁸, quando transcreve o depoimento de Olavo João Galvão, chefe de Gabinete do então Prefeito Djalma Maranhão (fls. 402):

...que o manifesto deve ter sido redigido pelo Prefeito Djalma Maranhão ou, então, pelo Dr. Moacyr de Góes e foi impresso, possivelmente, no Centro de Formação de Professores, cujo Mimeógrafo (*sic* – letra maiúscula) foi no dia três ou quatro de abril apreendido por um oficial do RO em companhia do declarante.

O destino desse mimeógrafo do CFP não foi devidamente esclarecido. Uns dizem que ele ardeu numa grande fogueira de livros no CFP. Outros, afirmam que ele ficou “detido para averiguações”. O certo é que não houve advogado que impetrasse em seu favor nenhum *habeas-corporis*.

4.2. Uma interpretação de 1964

Hoje, centenas e centenas de análises interpretam 1964, em extensa bibliografia.

Especificamente no que se refere à Campanha (única experiência municipal a ser apresentada em 1963 pelo Brasil na Conferência Interamericana de Ministros da Educação,

¹⁸⁸ *Diário de Natal*. 29.9.1964.

em Bogotá¹⁸⁹, conhecemos uma lúcida e inteligente comunicação de José Willington Germano ao I Congresso Nacional de Sociólogos, realizando em Belo Horizonte (UFMG), em maio de 1979 – uma espécie de *avant-premiere* de sua tese de mestrado na UNICAMP.

Germano parte de textos teóricos de Hirsch e Ianni e de um ofício do Governador Aluizio Alves, para concluir lançando suficiente luz nas trevas daqueles tempos e dos tempos que se sucederam.

Vejam os. Germano identifica 1960 a 1964 como um período de “crise política”. Essa, na acepção de Joachim Hirsch (*Observações sobre o Estado burguês e sua crise* – pp. 107/108), é assim definida:

A crise política se manifesta quando os aparelhos de Estado não podem mais garantir nem a seletividade específica de classe, necessária à estabilidade do processo político, nem a reprodução da dominação política da burguesia em sua estrutura institucional e com a composição do pessoal político existente, quando é preciso então reestruturá-los de modo significativo.

Fundamentando seu pensamento, ressalta Germano, citando Octávio Ianni (*Populismo e classes subalternas*, p. 16):

...nas situações críticas (...) tanto os grupos que compõem a classe dominante como os que formam o proletariado tendem a reaglutinar-se, segundo as condições e exigências peculiares de suas respectivas classes. Nessas ocasiões, as classes sociais se configuram de modo mais explícito, como classes políticas e antagônicas.

Trazendo esse instrumental teórico para o caso específico do Rio Grande do Norte, em 1964, Germano faz a demonstração da práxis utilizando o texto do ofício 340/GE, de 03 de agosto de 1964, endereçado ao Almirante Ernesto de Mello Baptista, Ministro da Marinha, pelo Governador Aluizio Alves, conforme consta do acervo do Arquivo Público do Estado.

Diz Germano:

Consolidada a vitória do movimento militar, Djalma Maranhão é deposto, sendo substituído no cargo de prefeito pelo Almirante Tertius Rebello, enquanto na secretaria de Educação, Cultura e Saúde, Moacyr de Góes era substituído pelo Capitão-de-Corveta Thomaz Édison Goulart do Amarante. A propósito, observe-se este texto assinado pelo então Governador Aluizio Alves, justificando ao Ministro da Marinha a necessidade de o Capitão Thomaz Édison permanecer à frente da Secretaria de Educação.

.....

¹⁸⁹ A convocação da Prefeitura do Natal foi feita nos seguintes termos telegráficos, via Western: “ORO 53/M78 – Recife – 59 25 1335 Urgente – Professor Moacyr de Góes – Secretaria Educação – Prefeitura – Natal – Solicito sua colaboração reunir material campanha pé no chão a fim de servir elaboração documento oficial governo brasileiro conferência interamericana ministros educação pt Qualidade integrante delegação fui encarregado ministro providenciar parte relativa Prefeitura Natal serah única experiência municipal representada pt Senhorita Maria José Carvalheira – técnica DATF seguiu hoje tratar assunto pt Nailton Santos – SUDENE (grifos nossos).”

Na Prefeitura de Natal estava localizado um dos focos do movimento ideológico comunizante do Nordeste (...), *cabendo à Secretaria de Educação Municipal uma parcela ponderável da difusão das idéias subversivas*. Vencida a Revolução (*sic*), foi eleito prefeito de Natal o Contra-Almirante (...) Tertius César Pires de Uma Rebello que, necessitando naquele setor de pessoa de sua confiança, ouvindo previamente o então comandante naval de Natal, Almirante Cavalcanti de Albuquerque, solicitou-se a cessão do Capitão-de-Corveta Thomaz Édison Goulart do Amarante, bacharel pela Faculdade de Filosofia e ex-instrutor da Escola Naval.

Feito o expurgo inicial que se tomava necessário, um trabalho de reconstrução total do sistema educacional, que abrange 14 mil alunos e 500 professores, acha-se em andamento, coordenado por aquele oficial, com apoio do Ministro da Educação, Governo estadual, SUDENE e Aliança para o Progresso.

Julgando que a saída brusca do referido oficial traria uma quebra do ritmo dos trabalhos em execução, prejudicando seriamente a administração do Prefeito Almirante Tertius Rebello, solicito de Vossa Excelência uma tolerância de alguns meses, para que selecionemos seu substituto e suas funções sejam passadas como a importância do trabalho exige e que, vencida a atual fase crítica, saia prestigiada a administração democrática vigente.

Comparado os três textos (Hirsch, Ianni e Aluizio Alves), conclui Germano:

O Ofício é suficientemente explícito e claro: “Feito o expurgo inicial” (ofício 340/GE), isto é, sendo substituída a “composição de pessoal político existente de modo significativo” (Hirsch), se tomou “necessária a *reconstrução total* do sistema educacional” (ofício 340/GE) como forma de restabelecer a “seletividade específica de classe, necessária à estabilidade do processo político” e à “reprodução da dominação burguesa” (Hirsch) para que “saia prestigiada a administração democrática vigente” (ofício 340/GE).

Contando, para tanto, inclusive com o apoio da Aliança para o Progresso (grifas de Germano)¹⁹⁰.

Há necessidade de acrescentar mais alguma coisa, para a compreensão do papel histórico da Campanha? Acredito que não. O jovem educador potiguar José Willington Germano já disse tudo.

4.3. *Caça às bruxas*

Enquanto os cárceres lotavam-se de presos políticos, o Almirante Tertius, que ocupava a Prefeitura com a conivência da Câmara de Vereadores, escolhia a dedo os elementos que iriam executar a sua política macartista para promover o “expurgo que se fazia necessário”, como diz o Governador Aluizio Alves em seu ofício citado.

Pelo Decreto 658, de 15 de maio de 1964, é criada a Comissão de Investigações,

¹⁹⁰ Germano, *op. cit.*, nota 160.

que consagra a denúncia ideológica como obrigatória, em seu art. 2º, *in verbis*:

Os secretários do Município, o chefe da Casa Civil, os diretores, os funcionários que respondem atualmente pelas diversas diretorias e os dirigentes de estabelecimentos escolares e de outros órgãos da Municipalidade *são obrigados* a encaminhar ao presidente da Comissão, no prazo de 08 dias a contar da data da publicação do presente decreto, relação de servidores comprometidos no exercício de atos ilegais e atividades consideradas sub-versivas (*sic*) de que trata o artigo primeiro (grifo nosso).

Três dias depois, pelo Decreto 659, eram nomeados os membros da referida Comissão de Investigações: Rodolpho Pereira de Araújo, Secretário de Desenvolvimento, Transporte e Comércio da Prefeitura, o Coronel da Polícia Militar Severino Bezerra de Andrade, o Capitão do Exército Geraldo Parente de Albuquerque, do II-7º/RO 105, e o Capitão-Tenente Humberto Romero de Barros, do Comando Naval de Natal, sob a presidência do primeiro.

A área da Secretaria Municipal de Educação, que no dizer do citado ofício do Governador era responsável por “uma parcela ponderável da difusão das idéias subversivas” no Nordeste, ganhou uma comissão de investigações especial, através do Decreto 662, de 1º de junho de 1964. No prazo de 15 dias, ela deveria apurar “irregularidades de ensino e administração praticadas no Centro de Formação de Professores da Prefeitura Municipal do Natal, desde sua fundação”. Essa comissão é presidida pelo professor Francisco das Chagas Pereira e integrada pela Drª Leonor Barros da Cunha e pelo professor Francisco Nogueira. Papel singular é vivido pelo professor Francisco das Chagas Pereira que, de colaborador muito próximo do Prefeito Djalma Maranhão até 1º de abril de 1964, passa a presidente de Comissão de Inquérito, dois meses depois.

Tarefas menores ficaram por conta de Dalva de Oliveira, de Humberto Ferreira Leite, de Manuel Figueira Filho (vulgo *Pecado*) e outros, alguns deles com os nomes revelados pelo relatório do policial Veras, publicado no *Diário de Natal*, de 29 de setembro de 1964.

Enquanto isso, *navegando* na Prefeitura sem conseguir atracar na administração da coisa pública, o Almirante Tertius promovia um festival de títulos de cidadania e sanções de leis de interesse das Forças Armadas. A título de curiosidade, vale a pena olhar o ementário de leis municipais, a partir de abril de 1964: doa terreno ao Ministério da Marinha (Lei 1415, de 22/4); autoriza construir um monumento aos mortos da II Guerra Mundial (Lei 1416, de 8/5); concede título de cidadania a todos os comandantes de quartéis em Natal (lei 1417, de 13/5); idem, ao General Muricy (Lei 1418, de 13/5); denomina Marcílio Dias rua de Natal (Lei 1419, de 13/5); concede título de cidadania a Carlos Lacerda, lido Meneghetti, Ney Braga, Ademar de Barros, Mauro Borges (*sic*) e Magalhães Pinto (Lei 1420, de 13/5); idem, a Mourão Filho, Marechal Dutra, Castello Branco, Moraes Âncora. Amaury Krueel, Justino Alves Bastos, Carlos Luz (Lei 1421, de 13/5); cassa título de cidadania natalense de Jango e de Brizola (Lei 1422, de 27/7); doa terreno à Polícia Rodoviária Federal (Lei 1423, de 4/8); concede título de cidadania ao delegado do DOPS Hernany Hugo Gomes (Lei 1427, de 14/8); idem ao Major João José Pinheiro da Veiga (Lei 1436-A, de 21/9); denomina 31 de Março uma rua da cidade (Lei 1449, de 17/12); concede cidadania natalense ao Capitão-de-Corveta Thomaz Édison Goulart do Amarante

(Lei 1450, de 24/12).

Essas foram as leis que o novo poder instalado houve por bem sancionar, entre começos de abril e fins de dezembro de 1964. Afinal, a defesa do mundo livre, da civilização ocidental e cristã exigia que se aumentasse a população da cidade, incorporando, rapidamente, esses novos e notáveis cidadãos. Agora, a segurança nacional estaria preservada: os novos e notáveis cidadãos constituiriam, teoricamente, uma espécie de Guarda Nacional do tempo do Império (imbuída da mesma significação que lhe emprestara o Regente Feijó) e, então, de Natal seria extirpado para sempre o comunismo ateu.

Aliás, quatro meses depois, em maio de 1965, a sapiência jurídica do Promotor Oton Fialho de Oliveira, da Auditoria da 7ª Região Militar, oferecendo denúncia contra 60 indiciados do Rio Grande do Norte¹⁹¹, encontraria uma nova conceituação científica para o marxismo, chamado por ele de “cupim que solapa as trevas” (*sic*).

Providências em favor do povo não foi possível encontrar no ementário de leis do Governo municipal, mas, em sua primeira mensagem anual à Câmara de Vereadores (Mensagem 1/65, de 1º de abril de 1965), o Almirante Tertius se mostra confiante, pois:

Fomos criados na escola da Marinha de Guerra, na doutrina das nossas Forças Armadas, sem propaganda, sem demagogia (...) Não nos cabe discutir filosofias. Cabe-nos enfrentar as realidades com a ação calma e positiva, sem esmorecimentos, sem recuos políticos, sem medo. Os resultados são lentos, porém duradouros e, espero, permanentes e crescentes.

Seríamos injustos se não identificássemos, finalmente, o senso prático do Almirante. Ele foi uma reprodução tupiniquim de *Fahrenheit 451*, pois, nessa mesma Mensagem, no capítulo referente à Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, ao listar as providências de sua administração, relata, logo na letra “a”:

retirada das escolas e bibliotecas municipais de livros e publicações de subliteratura e de conteúdo político pernicioso (grifos nossos).

IV – UMA VISÃO RETROSPECTIVA 15 ANOS DEPOIS.

Em 1978, o I Seminário da Educação Brasileira, promovido pela UNICAMP, teve como tema central a Pedagogia do Oprimido e a Educação do Colonizador¹⁹². Ali, lembrando sua experiência de 120 dias como Ministro da Educação do Governo João Goulart, Paulo de Tarso identificou três erros políticos da época. Disse o conferencista, textualmente: “a) nós verbalizávamos mais do que fazíamos as reformas; b) a reforma educacional estava pensada de cima para baixo, com reta intenção de servir às bases, mas sem consultá-las, de forma organizada (...); c) não havia preocupação eficaz com a

¹⁹¹ Alves *op. cit.*, nota 33.

¹⁹² *Educação & Sociedade*. São Paulo, 1 (3). maio. 1979.

ampliação das bases sociais de apoio à reforma”.

A crítica do Ministro é válida e pertinente ao Brasil como um todo. Resta saber como ela se adéqua ao âmbito da Campanha.

Realmente, o historiador do futuro que se guiar apenas pelo noticiário de imprensa da época, sem outras fontes de consulta, poderá ter a falsa idéia de que a sociedade brasileira estava em guerra. Acontece que essa “guerra” era simplesmente verbal. Na hora do discurso, o político progressista só se sentia seguro se ultrapassasse seu aliado... pela esquerda. Isso era bem visível na disputa da AP e PC, sem falarmos em segmentos mais amplos, como o brizolismo e as Ligas Camponesas de Francisco Julião. Fora do quadro do Rio Grande do Norte, teríamos que acrescentar PC do B, trotskistas, etc.

Quanto à segunda crítica, ela é também verdadeira. A ressalva fica para o movimento universitário: acredito que, das reformas propostas pelo Governo João Goulart, a universitária foi das que mais desceram às bases.

A última observação de Paulo de Tarso é, talvez, consequência da primeira. O discurso inflamado, sem o acompanhamento de medidas práticas de ordem político-jurídica, isolou socialmente a vanguarda política em 1963/64. Muitos segmentos sociais que seriam os naturais aliados da política reformista do Governo federal foram cooptados pela direita, que se mostrou mais capaz em termos de *fazer coisas* (não diria de *pensar coisas*). Aqui caberia toda uma discussão – a níveis nacional e internacional, o que não é objetivo deste trabalho.

Agora vejamos até onde a crítica do Ministro se adapta à Campanha. Inicialmente, fica claro que Natal não foi diferente do resto do Brasil. Nem poderia ser. Mas há alguns dados específicos que valeria a pena fossem ressaltados.

Primeiro: o *fazer reformas*.

Sem partir de “verbalização”, isto é, de propostas teóricas de pedagogos oriundos de universidades – mas, fundada na práxis de uma sociedade pobre, a Campanha obteve alguns avanços no fazer reformas. Em outras palavras, o esquema tradicional, acadêmico e burguês, foi rompido, e foram tentadas algumas soluções alternativas: o partido arquitetônico da escola de palha de coqueiro e chão de barro batido superou o impasse da falta de prédios escolares; o custo-aluno de menos de dois dólares reduziu os investimentos necessários e ampliou a oportunidade de escola para todos; a preparação de recursos humanos pela própria Campanha (sem esperar que escolas normais e/ou faculdades de Filosofia: de origens conservadoras, definissem o perfil profissional do professor) agilizou o processo; a não-agressão à cultura local nem à ecologia – a escola de palha é extensão da habitação de palha – educou para uma realidade que precisava ser conhecida e transformada, sem alienação ou colonialismos culturais; a não exigência de uniforme ou calçado para a frequência à escola pública recuperou para a educação, numa região de miséria, grandes segmentos da população que estavam condenados, antecipadamente, ao analfabetismo; o papel eminentemente político dos Círculos de Pais e Professores organizou pessoas marginalizadas, ou semi-marginalizadas, para o exercício da cidadania; a dialética do movimento que começa em 1961 como uma simples reprodução do sistema, e, em 1962, já questiona o próprio sistema (revelando as contradições que se criam no âmbito da escola), demonstra que esta é uma escola viva e que a participação das classes subalternas em sua gestão abre um espaço político importante.

Segundo: o *discutir as reformas com as bases*.

Aqui, já está sobejamente demonstrado o nascimento e o funcionamento de De Pé no Chão. É vidente que isso só foi possível – esse nascer e se alimentar das bases – porque

o âmbito principal da Campanha é uma cidade. O Ministro está falando em termos de Brasil e sua crítica procede.

Terceiro: *a não-ampliação das bases sociais de apoio*. Aqui fica realmente difícil uma avaliação. As características da cidade, já discutidas, são muito limitativas: uma população economicamente ativa, centrada no terciário e nos empregos públicos; uma massa de subempregados e desempregados cuja necessidade vital é a sobrevivência, independente das primeiras formas de intelectualização; a circunstância de Natal ser considerada uma cidade-base, com uma grande concentração de forças armadas, a esta altura em processo de catequese pela conspiração para o golpe de estado (lá ocorreu a confrontação de Brizola com o General Muricy, de repercussão nacional); a terceira posição no tabuleiro político-ideológico do Rio Grande do Norte assumida por Djalma Maranhão e que esteve sempre pressionado pela oligarquia (PSD-UDN-PR) e frações dessa mesma oligarquia que se aliaram ao populismo emergente de Aluísio Alves, este com real penetração na massa urbana; um clero católico que aspirava a abrir o seu espaço político próprio nas lutas sociais de então; uma universidade ainda em implantação, quantitativamente inexpressiva; todos esses fatores dificultam a resposta quanto a se, na época, teríamos tido a oportunidade de ampliar as bases sociais para um apoio mais efetivo à Campanha e, por extensão, à política de Djalma Maranhão. Como, todavia, não estávamos isolados do Brasil, o terceiro erro político apontado pelo Ministro Paulo de Tarso, na UNICAMP, certamente cabe para Natal e para De Pé no Chão.

1. O QUADRO-SINTESE DE DE PÉ NO CHÃO

O vício profissional de professor leva-nos a uma preocupação: a de não termos apresentado o assunto com suficiente clareza, didaticamente. Na realidade, são tantas as frentes de trabalho abertas pela Secretaria Municipal de Educação de 1960 a 1964 e tão carentes as fontes documentais que pode ter ocorrido um baralhamento de assuntos na exposição. Por isso, tentamos colocar num quadro os principais programas – educacionais e culturais –, com indicações de datas, fases, duração, matrícula e corpo docente. Acrescentamos a coluna “Proposta Ideológica”, cujo conteúdo procuramos interpretar, com a distância de 15 anos e de algumas centenas de quilômetros.

Fases	Ano Implementação*	Matrícula**	Supervisores**	Monitores**	Programa educacional	Programa cultural	Proposta Ideológica****
1ª	1960 Nov.- Dez.	2974	...	88	Escolinhas/ Ginásio e Esc. Téc. Comércio***	Folclore/ Museu Arte Popular C. Casudo	Pedagogismo liberal (Modernização do conserva- dorismo)/ Reprodução do sistema/ Nacional- desenvolvi- mentismo/
2ª	1961	8000	...	243	Acampamen- to escolar (Orientação técnico-	I Seminário Educação Cultura	

					pedagógica/ Pesquisa/ Recreação/ Círculos Pais- Professores/ Bibliotecas/ Aviários- hortas/ Programa rádio/ Círculo leitura, etc.)	Município de Natal (1961)	Ampliação da escola pública/ “levar a verdade ao povo”
3 ^a 4 ^a 5 ^a 6 ^a	1962 1962 1962 1962	15000	26	410	Ensino Mútuo Centro de formação de Professores (Cursos: emergência- reciclagem- normal ginasial- colégio pedagógico)/ Colégio municipal/ Profissionali- zação	Praça de cultura(Pa- rque infantil/ Quadra esportiva/ Biblioteca / Concha acústica/ Galeria de arte/ Debates/ Rádio- difusão- Cinema/ TV	Pedagogismo reformista: denuncia sociedade injusta/ Paulo Freire: Conscientizaç ão/ Democratiza- ção da cultura/ “trocar saberes com o povo”
7 ^a 8 ^a	1963 1963 1964 Abril	17000	32	500	Sistema Paulo Freire/ Cartilha de adultos/ Interiorizaçã o da Campanha/ Convênio- UFRN Escola brasileira construída com	I Congresso de Cultura Popular/ Teatrinho do Povo 1963	Pedagogismo reformista: denuncia o capitalismo/ Educação: instrumento de mudança/ Cultura popular: “Relações dialéticas com libertação nacional- socialismo-

					dinheiro brasileiro Convênio: Natal e 40 Prefeituras – Frente de Educação Popular		luta anti-imperialista”
--	--	--	--	--	--	--	-------------------------

* Os programas, como tais, deixaram de existir em abril de 1964.

** Dados exclusivos de Natal e de De Pé no Chão.

*** A Escola Técnica de Comércio do Município foi criada na Administração José Pinto Freire (13.8.1959 a 5.11.1960).

**** Alguns conceitos são de Wagner Gonçalves Rossi, *op. cit.*

2. O PROCESSO POLÍTICO-IDEOLÓGICO: DA REPRODUÇÃO DO SISTEMA À PROPOSTA DO SOCIALISMO

De Pé no Chão não chegou a explicitar uma pedagogia para a superação de uma sociedade de classes. Acredito que, se lhe fosse dado tempo, ela chegaria a isso. Mesmo não havendo o *se* em História, o elemento de convicção que tenho é o fato de que a Campanha trabalhava muito em cima da práxis e essa política terminaria por lhe revelar o conhecimento mais profundo da sociedade.

O nacional-desenvolvimentismo – com a ênfase da pregação nas categorias de povo e antipovo, nação e antinação, e a convocação reiterada de aliança de “todas as forças vivas” do país – terá colocado um biombo na questão da luta de classes. Assim, a Campanha, sob as influências principais da Revolução Cubana e das Encíclicas do Papa João XXIII, tem o seu limite no discurso anticapitalista, na postulação de um socialismo que não fica bem identificado, e centra a sua catequese no nacionalismo, no voto popular, nas denúncias ao latifúndio, ao imperialismo e ao colonialismo cultural. São palavras de ordem bem geral.

Nessa moldura, ressalta a postura da Campanha, muito plantada a nível da cultura brasileira, promovendo especial ressonância às aspirações regionais nordestinas – posicionamento que é, também, o de outros movimentos de cultura popular, seus coetâneos. Foi preciso que ocorresse 1964 para se iniciarem, no Brasil, as fases dos MEC-USAID¹⁹³.

¹⁹³ *Ibidem*. Em sua comunicação ao Seminário da UNICAMP, já referido, o Ministro Paulo de Tarso relaciona cronologicamente os Acordos MEC-USAID demonstrando como os americanos passaram a controlar a educação brasileira (Romanelli, Otaiza de Oliveira. *História da educação no Brasil* – Ed. Vozes, 1978): 1. 26 de junho de 1964 – Acordo MEC-USAID para Aperfeiçoamento do Ensino Primário. Visava ao contrato, por 02 anos, de seis assessores americanos; 02. 31 de março de 1965 – Acordo MEC-CONTAP (Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso)USAID para melhoria do ensino médio. Envolveu assessoria técnica americana para o planejamento do ensino e o treinamento de técnicos brasileiros nos Estados Unidos; 3. 29 de dezembro de 1965 – Acordo MEC-USAID para dar continuidade e suplementar com recursos e pessoal o primeiro acordo para o ensino primário; 4. 5 de maio de 1966 – Acordo do Ministério da Agricultura-CONTAP-USAID, para treinamento de técnicos rurais; 5. 24 de junho de 1966 – Acordo MEC-CONTAP-USAID, de Assessoria para a Expansão e Aperfeiçoamento do Quadro de Professores de Ensino Médio no Brasil. Envolveu assessoria americana, treinamento de técnicos brasileiros nos Estados Unidos e proposta de reformulação das Faculdades de Filosofia do Brasil; 6. 30 de junho de 1966 – Acordo MEC-USAID de Assessoria para a Modernização da Administração Universitária. Em vista da reação geral, esse acordo foi revisto 10 meses depois; 7. 30 de dezembro de 1966 – Acordo MEC-INEP-CONTAP-USAID, sob a forma de termo aditivo dos acordos para

A Campanha é, todavia, uma escola resultante das relações de produção capitalista, vigentes no Brasil. Essa limitação básica não deve ser esquecida.

A escola capitalista é, contudo, vulnerável. Ela foi feita para a reprodução das relações sociais, para a reprodução do sistema todo mundo sabe disso. Mas seria negar a própria dialética desconhecer que o mundo está permanentemente em transformação. Não há torre de marfim nem segregação elitista que livre a escola capitalista de ser palco ou laboratório de contradições – se sobre ela soprar o vento conscientizador-libertador. Isso é reconhecido por um dos mais agudos críticos da escola capitalista – o professor da USP Wagner Gonçalves Rossi, em seu livro *Capitalismo e educação*¹⁹⁴.

Se essa escola, apesar de capitalista, se situa como escola pública e é mantida por um Governo que se diz sem compromissos com o capitalismo, como ocorre em De Pé no Chão, então mais facilmente essas contradições emergem. É verdade que isso se faz a nível do discurso, uma vez que a sociedade naquele momento não estava passando por mudanças das relações de produção, ou seja, por transformações revolucionárias. Quando muito, a escola poderia definir-se como instrumento da mudança. Instrumento secundário.

A escola (a educação) não faz revoluções, não muda as relações de produção de uma sociedade. Naquele tempo, todavia, numa postura mais ou menos ingênua, sob a influência de um discurso vanguardista, nós, educadores, acreditávamos que poderíamos vir a ser um dos principais agentes da mudança. Que faríamos o milagre. E isso explicaria o empenho, a doação, a generosidade de um engajamento total. Esse comportamento de ontem, no entanto, foi o que nos garantiu a visão crítica de hoje, pois, como nos propúnhamos ser “educadores do povo”, tivemos antes de “assumir o papel de educando dele”, como diz Paulo Freire, em 1978¹⁹⁵.

Assim, como “educandos do povo”, dele aprendemos o que mais tarde os livros ensinariam:

aperfeiçoamento do ensino primário. Nesse acordo aparece, pela primeira vez, entre seus objetivos, o de “elaborar planos específicos para melhor entrosamento da educação primária com a secundária e a superior”. Envolve, igualmente, assessoria americana e treinamento de brasileiros; 8. 30 de dezembro de 1966 – Acordo MEC-SUDENE-CONTAP-USAID, para criação do Centro de Treinamento Educacional de Pernambuco; 9. 6 de janeiro de 1967 – Acordo MEC-SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros)-USAID de Cooperação para Publicações Técnicas, Científicas e Educacionais. Por esse acordo, seriam colocados, no prazo de 3 anos, a contar de 1967, 51 milhões de livros nas escolas. Ao MEC e ao SNEL incumbiriam apenas responsabilidades de execução, mas aos técnicos da USAID todo o controle, desde os detalhes técnicos de fabricação do livro (seria preciso?), até os detalhes de maior importância como: elaboração, ilustração, editoração e distribuição de livros, além da orientação das editoras brasileiras no processo de compra de direitos autorais de editores não-brasileiros, vale dizer, americanos; 10. Acordo MEC-USAID de reformulação do primeiro acordo de assessoria à modernização das universidades, então substituído por Assessoria do Planejamento do Ensino Superior, vigente até 30 de junho de 1969. Nesse acordo, a tática da justificativa foi mudada e houve determinação de uma ação mais ativa do MEC nos programas, o que, na realidade, não aconteceu. A estrutura do antigo acordo permanecia, no entanto; 11. 27 de novembro de 1967 Acordo MEC-CONTAP-USAID de Cooperação para a continuidade do primeiro acordo relativo à orientação vocacional e treinamento de técnicos rurais; 12.17 de janeiro de 1968 – Acordo MEC-USAID para dar continuidade e complementar o primeiro acordo para desenvolvimento do ensino médio (Planejamento do Ensino Secundário e Serviços Consultivos). Envolve e ampliava a mesma cooperação assinalada nos acordos anteriores e reafirmava a necessidade de “melhor coordenação entre os sistemas estaduais de educação elementar e média”.

¹⁹⁴ Rossi, Wagner Gonçalves. *Capitalismo e educação: contribuição ao estudo da economia da educação capitalista*. São Paulo, Ed. Cortez e Moraes, 1978.

¹⁹⁵ Leite, Ligia Chiappini Moraes. “Encontro com Paulo Freire”. *Educação & Sociedade*. São Paulo, 1(3).5. 1979.

O esforço conscientizador-libertador no seio da escola capitalista passa a ter (...) o sentido extraordinário de detonar o processo contraditório de sua superação. A atividade educacional libertadora se enriquece, valoriza-se. O questionamento da realidade, que implica não tomá-la por imutável, leva à valorização dessa educação, ou melhor, de uma verdadeira antieducação ou de uma educação anticapitalista. Mas uma valorização que nada tem de messiânica, porque consciente de suas limitações, porque entendida como uma resposta, ao nível superestrutural, das mudanças fundamentais que devem ser realizadas na estrutura básica da sociedade. Resposta que pretende, ao questionar o mundo da injustiça numa das esferas de sua reprodução, reforçar o movimento em direção à sua superação. Porém que não se pretende suficiente, e nem mesmo fundamental, nesse amplo processo de transformações que compõe através da história uma nova sociedade fundada no trabalho, na liberdade e na justiça [Wagner Gonçalves Rossi, *op. cit.*]

Em seu curto tempo de vida, a Campanha evolui de uma pedagogia liberal (ou modernização do conservadorismo, como quer Rossi), de reprodução do sistema, até à pedagogia reformista que começa por questionar a injustiça social e termina por denunciar o capitalismo como gerador dessa injustiça.

Entre um marco e outro, passamos: pelo nacional-desenvolvimentismo da ideologia isebiana (Vieira Pinto, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Roland Corbusier, Anísio Teixeira); pela teoria do “trânsito” de Paulo Freire (o “trânsito” do crescimento humano das pessoas: da consciência intransitiva para as consciências transitiva e crítica; o “trânsito” de libertação do país, evoluindo de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta, em busca da “democratização fundamental”); pela profissionalização e a educação para a produtividade.

A Campanha passa de uma primitiva postura de “levar a verdade ao povo” para uma “troca de saberes com o povo”. Busca a desalienação da cultura. Visa a integração do homem brasileiro ao processo de libertação econômico-social e político-cultural do povo. Propõe que o homem seja o sujeito da própria criação cultural e não apenas um receptor de expressões culturais.

Toda essa longa viagem foi aprendida em cima da práxis, “caminhando para fazer o caminho”.

Assim, quando, em setembro de 1963, no Recife, De Pé no Chão conceitua “um entrelaçamento dialético entre cultura popular e libertação nacional – socialismo e luta antiimperialista”, a lição terá sido haurida diretamente do povo – do ensinamento das suas lutas, das suas vitórias e dos seus fracassos.

APÊNDICE

DOCUMENTO 1

Estatísticas

Boletim-Edição Extra – Prefeitura do Natal – Secretaria de Educação e Cultura – Primeiro Aniversário da Administração de Djalma Maranhão – 5.11.1960 / 5.11.1961.

Boletim-Edição Extra faz aqui um retrospecto das estatísticas da Diretoria do Ensino, no setor da educação primária da Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. Pela frieza dos números é que se pode ver o esforço dispendido. O que foi feito. E, também, o muito que ainda falta fazer. Todavia, pela planificação com que está sendo realizado o trabalho, e com a Graça de Deus, a meta será alcançada: a erradicação do analfabetismo na cidade do Natal.

RESUMO DO MOVIMENTO DAS ESCOLINHAS NO MÊS DE NOVEMBRO – 1960						
Bairro	Matrícula	Frequência	Percentagem	Média frq.	Média matríc..	Nº de escolas
Quintas	296	277	93%	37	34	8
Nova Descoberta	125	101	80%	31	25	4
Guarita	70	67	95%	35	33	2
Rocas	278	240	86%	34	30	8
D. Rosado	235	211	92%	32	30	7
Alecrim	698	636	89%	34	31	20
Igapó	40	40	100%	40	40	1
B. Sorte	26	22	84%	26	22	1
L. Seca	509	437	85%	36	31	14
S. Reis	28	23	82%	28	23	1
M. Branco	62	60	96%	31	30	2
Tirol	21	14	66%	21	14	1
C. Alta	97	86	88%	24	21	4
Petrópolis	117	146	82%	29	24	6
Conceição	161	131	81%	32	26	5
S. Dumont	38	31	80%	38	31	1
B. Pastor	113	94	83%	37	31	3
Total	2.974	2.616	87%	33	27	88

RESUMO DO MOVIMENTO DAS ESCOLINHAS NO MÊS DE MARÇO – 1961						
Setor	Matrícula	Frequência	Porcentagem	Média matríc.	Média freq.	Nº de escolas
Cidade sem Rocas	3.434	2.994	87%	34	29	103
Rocas	1.815	1.544	85%	28	24	66
Total	5.249	4.538	86%	31	26	169
Movimento das Escolinhas na Cidade de Rocas						
Quintas	570	475	83%	35	29	16
D. S. Rosado	566	495	88%	33	29	17
Alecrim	728	637	88%	33	29	22
M. Branco	31	19	63%	31	19	1
Guarita	120	111	92%	40	37	3
B. Sorte	30	23	76%	30	23	1
L. Seca	352	323	92%	27	26	12
Conceição	233	209	90%	38	34	6
Igapó	70	68	97%	35	34	2
N. Descoberta	66	58	93%	33	29	2
P. Negra	37	28	70%	37	28	1
B. Pastor	73	59	84%	36	29	2
Ribeira	32	29	96%	32	29	1
Petrópolis	293	267	92%	29	26	10
S. Rodoviário	35	24	80%	35	24	1
S. Reis	69	52	74%	34	31	2
Tirol	69	62	88%	34	31	2
Cidade	60	55	91%	30	27	2
Total	3.434	2.994	87%	34	29	103
Plano-piloto de erradicação do analfabetismo – Rocas						
Acampamento	859	747	87%	26	22	33
Rocas da Frente	232	194	84%	23	19	9
Areial	244	194	75%	34	26	7
Canto do Mangue	480	421	87%	28	24	17
Total	1.815	1.544	85%	28	24	66

RESUMO DO MOVIMENTO DAS ESCOLINHAS NO MÊS DE ABRIL – 1961						
Setor	Matrícula	Frequência	Porcentagem	Média matríc.	Média freq.	Nº de escolas
Cidade sem Rocas	4.123	3.466	87%	33	28	122
Total	6.492	5.462	84%	31	26	206
Movimento das Escolinhas na cidade sem Rocas						
Quintas	748	602	80%	34	27	22
D. S. Rosado	810	684	84%	36	31	22
Alecrim	722	636	88%	32	28	22
M. Branco	35	27	77%	35	27	1
Guarita	120	111	92%	40	37	3
B. Sorte	66	45	68%	33	27	2
L. Seca	416	341	80%	32	26	13
Conceição	233	206	88%	38	34	6
Igapó	70	66	94%	35	33	2
N. Descoberta	115	91	79%	38	30	3
P. Negra	37	27	73%	37	27	1
B. Pastor	75	62	82%	37	31	2
Ribeira	32	29	90%	32	29	1
Petrópolis	434	376	86%	31	26	14
N. S. Nazaré	38	26	68%	38	26	1
S. Reis	68	50	73%	34	25	2
Tirol	79	67	84%	39	33	2
Cidade	93	77	82%	31	25	3
Total	4.123	3.466	84%	33	28	122
Plano-piloto de erradicação do analfabetismo – Rocas						
Acampamento	1.290	1.124	87%	26	23	48
Setor do Acampamento	128	116	90%	32	29	4
Areial	296	220	76%	33	24	9
Canto do Mangue	655	536	80%	28	23	23
Total	2.369	1.996	84%	28	23	84
Desdobramento do acampamento por turnos						
Manhã	418	364	87%	25	22	16
Tarde	450	393	87%	28	24	16
Noite	422	367	86%	26	22	16

RESUMO DO MOVIMENTO DAS ESCOLINHAS NO MÊS DE MAIO – 1961						
Setor	Matrícula	Frequência	Porcentagem	Média matríc.	Média freq.	Nº de escolas
Cidade sem Rocas	4238	3745	88%	34	30	123
Rocas	2244	1951	87%	26	23	84
Total	6472	5696	88%	31	27	207
Movimento das Escolinhas na cidade sem Rocas						
Quintas	762	698	91%	34	3122	22
D. S. Rosado	770	685	89%	35	31	22
Alecrim	740	686	92%	33	31	22
M. Branco	33	28	84%	33	28	1
Guarita	120	112	93%	40	37	3
B. Sorte	67	47	70%	33	23	2
L. Seca	449	378	84%	32	27	14
Conceição	233	204	87%	38	34	6
Igapó	70	60	85%	35	30	2
N. Descoberta	80	69	86%	40	34	2
P. Negra	37	29	78%	37	29	1
B. Pastor	75	68	90%	37	34	2
Ribeira	32	31	96%	32	29	1
Petrópolis	452	386	85%	32	27	14
N. S. Nazaré	40	29	72%	40	29	1
S. Reis	67	50	74%	33	25	2
Tirol	91	81	88%	45	40	2
C. Alta	93	81	87%	31	27	3
D. Eugênio	27	23	84%	27	23	1
Total	4.238	3.745	88%	34	30	123
Plano-piloto de erradicação do analfabetismo – Rocas						
Acampamento	1.200	1.070	89%	25	22	48
Setor do Acampamento	117	111	95%	29	27	4
Areial	276	217	79%	30	24	9
Canto do Mangue	651	553	82%	28	24	23
Total	2.244	1.951	87%	26	23	84

Desdobramento do acampamento por turnos						
Manhã	402	371	92%	25	23	16
Tarde	422	380	90%	28	26	16
Noite	376	319	84%	23	19	16

RESUMO DO MOVIMENTO DAS ESCOLINHAS NO MÊS DE JUNHO – 1961						
Setor	Matrícula	Frequência	Porcentagem	Média matríc.	Média freq.	Nº de escolas
Cidade sem Rocas	4.258	3.700	86%	34	29	124
Rocas	2.236	1.878	83%	26	22	84
Total	6.494	5.578	85%	31	26	208
Movimento das Escolinhas na cidade sem Rocas						
Quintas	765	685	89%	34	31	22
D. S. Rosado	775	669	88%	35	30	22
Alecrim	745	666	89%	33	30	22
M. Branco	33	28	84%	33	28	1
Guarita	120	113	94%	40	37	3
B. Sorte	67	57	85%	33	28	2
L. Seca	469	371	79%	33	26	14
Conceição	233	190	81%	38	31	6
Igapó	70	62	88%	35	31	2
N. Descoberta	111	96	86%	37	32	3
P. Negra	37	31	83%	37	31	1
B. Pastor	75	69	92%	37	34	2
Ribeira	31	31	100%	31	31	1
Petrópolis	447	376	84%	31	26	14
N. S. Nazaré	37	35	94%	37	35	1
S. Reis	62	53	85%	31	26	2
Tirol	80	73	91%	40	36	2
Cidade	93	70	73%	31	23	3
D. Eugênio	28	25	88%	28	25	1
Total	4.258	3.700	86%	34	29	124
Plano-piloto de erradicação do analfabetismo – Rocas						
Acampamento	1.200	1.019	84%	25	21	48

Setor do Acampamento	120	112	93%	30	28	4
Areial	280	212	75%	31	23	9
Canto do Mangue	636	535	84%	27	23	23
Total	2.236	1.878	83%	26	22	84
Desdobramento do acampamento por turnos						
Manhã	389	343	88%	25	21	16
Tarde	432	368	85%	27	23	16
Noite	379	308	81%	23	19	16

RESUMO DO MOVIMENTO DAS ESCOLINHAS NO MÊS DE AGOSTO – 1961						
Setor	Matrícula	Frequência	Porcentagem	Média matríc.	Média freq.	Nº de escolas
Cidade sem Acampamento	4.079	3.515	86%	34	29	118
Rocas	958	799	84%	25	21	47
Acampamento das Rocas	1.202	1.013	84%	25	21	47
Acampamento Carrasco	1.275	1.011	79%	35	28	36
Total	7.514	6.338	84%	31	26	235
Movimento das Escolinhas na Cidade de Rocas e Carrasco						
Quintas	764	681	89%	34	30	22
D. S. Rosado	692	602	86%	34	30	20
Alecrim	731	632	86%	33	28	22
M. Branco	37	28	76%	37	28	1
Guarita	120	109	90%	40	37	3
B. Sorte	82	67	81%	41	33	2
L. Seca	467	352	75%	36	25	14
Conceição	223	197	88%	37	32	6
Igapó	102	88	86%	34	29	3
N. Descoberta	113	101	89%	37	33	3
P. Negra	37	31	83%	37	31	1
B. Pastor	76	71	93%	38	35	2
Ribeira	31	31	100%	31	31	1
Petrópolis	307	261	85%	34	29	9
N. S. Nazaré	35	33	94%	35	33	1

S. Reis	50	38	76%	25	19	2
Tirol	78	80	100%	39	40	2
Cidade	94	77	91%	31	25	3
Total	4.079	3.515	86%	34	29	118
Plano-piloto de erradicação do analfabetismo – Rocas						
Acampamento	1.202	1.013	84%	25	21	47
Setor do Acampamento	125	11	88%	31	27	4
Areial	245	200	81%	30	25	8
Canto do Mangue	588	488	82%	26	22	22
Total	2.160	1.812	83%	26	22	81
Desdobramento do acampamento das Rocas por turnos						
Manhã	426	354	83%	26	22	16
Tarde	434	378	87%	27	23	16
Noite	342	281	86%	22	18	15
Desdobramento do acampamento do Carrasco por turnos						
Manhã	441	334	75%	36	27	12
Tarde	489	398	81%	40	33	12
Noite	345	279	80%	28	23	12

RESUMO DO MOVIMENTO DAS ESCOLINHAS NO MÊS DE SETEMBRO – 1961						
Setor	Matrícula	Frequência	Percentagem	Média matríc.	Média freq.	Nº de escolas
Cidade sem Acampamento	4.287	3.692	86%	33	28	127
Rocas sem Acampamentos	945	726	76%	27	21	34
Acampamento das Rocas	1.266	1.045	82%	27	22	46
Acampamento Carrasco	1.347	1.066	79%	37	29	36
Total *	7.845	6.529	83%	32	26	243

Movimento das Escolinhas na cidade sem Rocas e Carrasco						
Quintas	764	680	88%	34	30	22
D. S. Rosado	708	597	84%	33	28	21
Alecrim	706	622	88%	33	29	21
M. Branco	37	26	760%	37	26	1
Guarita	143	132	92%	35	33	4
Boa Sorte	75	64	85%	37	32	2
L. Seca	451	364	80%	32	26	14
Conceição	241	205	85%	34	29	7
Igapó	138	107	77%	34	26	4
N. Descoberta	117	105	89%	39	35	3
P. Negra	37	31	83%	37	31	1
B. Pastor	79	61	77%	39	31	2
Ribeira	32	32	100%	32	32	1
Petrópolis	394	338	85%	30	26	13
N. S. Nazaré	35	34	97%	35	34	1
S. Reis	50	45	90%	25	22	2
Tirol	111	104	93%	37	34	3
Cidade	132	112	84%	33	28	4
Redinha	37	33	89%	37	33	1
Total	4.287	3.692	86%	33	28	127
Plano-piloto de erradicação do analfabetismo – Rocas						
Acampamento	1.266	1.045	82%	27	22	46
Setor do Acampamento	128	116	90%	32	29	4
Areial	206	148	71%	29	21	7
Canto do Mangue	611	462	75%	26	20	23
Total	2.211	1.771	80%	27	22	80
Desdobramento do acampamento das Rocas por turnos						
Manhã	459	385	83%	28	24	16
Tarde	459	392	85%	28	24	16
Noite	348	268	77%	24	19	14
Desdobramento do acampamento do Carrasco por turnos						
Manhã	491	377	76%	40	31	12
Tarde	493	387	78%	41	32	12
Noite	363	302	83%	30	25	12
Total	1.347	1.066	79%	37	29	36

* Em outubro, a matrícula ascende a 8.100 alunos, aumentando, assim, em relação ao mês de março deste ano em 300%.

DOCUMENTO 2

Primeiro relatório da orientação técnico-pedagógica

Prefeitura Municipal de Natal – Secretaria de Educação e Cultura – Diretoria do Ensino Municipal – Ofício nº 1 – Natal, 27 de dezembro de 1961.

Senhor Secretário:

Estamos passando às mãos de Vossa Excelência o relatório da orientação pedagógica da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, cujas atividades foram desenvolvidas de outubro a dezembro. Acompanham o relatório o planejamento dos cursos para os professores e o resultado da aplicação das provas objetivas. Na oportunidade, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Margarida de Jesus Cortez,
responsável pela orientação pedagógica da Campanha De Pé no
Chão Também se Aprende a Ler.

Ex.^{mo} Sr. Dr. Moacyr de Góes, Secretário de Educação e Cultura do Município. Nesta.
Relatório da Orientação Técnico-Pedagógica da Campanha.
– Outubro a dezembro de 1961.

Na primeira semana de outubro tivemos um contato inicial com a Campanha para conhecer os seus objetivos e as atividades até então desenvolvidas com relação à orientação pedagógica. Procuramos tomar conhecimento da realidade constatando as necessidades e os principais problemas para organizarmos um plano de ação. 1. A primeira tarefa que realizamos foi a programação de uma série de reuniões com as orientadoras para conversas com as mesmas sobre os trabalhos que vinham desenvolvendo e as dificuldades que sentiam. Compreendemos, logo nas primeiras reuniões, que a maioria das orientadoras sentia dois problemas: em primeiro lugar, o grande número de escolas que cada orientadora tinha a seu cargo. Esse fato, como é fácil deduzir, tornava a orientação sumamente difícil e deficiente. Esse problema afligia, sobretudo, as orientadoras responsáveis, pela supervisão das escolas situadas fora dos Acampamentos. Em segundo lugar, o pouco preparo por parte das professoras, não somente quanto ao conteúdo, mas também e, sobretudo, quanto ao conhecimento das modernas técnicas de direção da aprendizagem.

Além desses dois problemas fundamentais para o rendimento escolar, verificamos, por parte das orientadoras, pouco conhecimento das modernas técnicas de supervisão, como liderança democrática.

2. Para atacar esses problemas, marcamos um encontro semanal com todas as orientadoras, para debatermos problemas referentes às modernas técnicas de supervisão, aos resultados concretos apresentados pelas professoras com relação aos alunos e planejar as reuniões semanais dos Acampamentos. Esses encontros eram realizados no Ginásio Municipal, às sextas-feiras. Recomendamos às orientadoras que fosse dado às reuniões dos sábados um caráter informal, partindo, sobretudo das necessidades e deficiências apresentadas pelas professoras. Às orientadoras responsáveis pela supervisão fora dos Acampamentos, recomendamos que promovessem reuniões semanais com suas professoras agrupando-as de

acordo com a proximidade das escolas e que, de igual modo, fosse dado um cunho informal, procurando levar às professoras informações que elas necessitassem no momento, satisfazendo, deste modo, às necessidades urgentes e imediatas, de forma a conseguir o maior rendimento possível. Durante os dois meses realizamos seis reuniões com as orientadoras e oito com grupos de professoras com respectivas orientadoras; quatro dessas reuniões tiveram como objetivo preparar as professoras para a aplicação das provas.

3. Organizamos provas objetivas para auferir o rendimento escolar alcançado durante o ano. Depois de elaboradas, as provas foram mimeografadas e aplicadas em 2.999 crianças. Antes da aplicação, fizemos reuniões com todas as professoras, dando as instruções referentes à aplicação e correção. A aplicação das provas foi supervisionada pelo “grupo de trabalho” da Campanha. Esteve reunido o “grupo de trabalho” uma semana antes da aplicação da prova, recebendo todas as instruções quanto à aplicação e correção das provas. Logo que terminou a aplicação, foi feita a correção das provas em locais previamente determinados, com a presença de um elemento do “grupo” em cada local. Após a aplicação, todas as provas foram recolhidas à Secretaria de Educação, onde foram criticadas. Depois de criticadas, fizemos a tabulação dos erros mais comuns cometidos pelas crianças, seguidos de um estudo das causas desses erros e uma série de sugestões para os trabalhos a serem desenvolvidos durante o ano de 1962.

4. Planejamos um Curso de Preparação para 250 professoras que integrarão a Campanha no próximo ano, e que funcionará no Ginásio Municipal durante os meses de janeiro e fevereiro. Como a matrícula foi superior a 400 candidatas e o curso funcionará apenas com 300 pessoas, elaboramos um teste de seleção para eliminar 100 candidatos. Foram submetidos a esse teste os candidatos de preparo intelectual de nível primário. Compareceram ao exame cerca de 162 candidatos, dos quais 80 foram aproveitados. Frequentarão o curso 300 candidatos, sendo aproveitados apenas 250.

Margarida de Jesus Cortez,
responsável pela orientação pedagógica da Campanha De Pé no
Chão Também se Aprende a Ler.

Anexos: 1. Dados estatísticos sobre os resultados das provas acompanhados de um estudo das causas e sugestões para os trabalhos de 1962; 2. Planejamento do curso das novas professoras que integrarão a Campanha no ano de 1962; 3. Curso de férias para as professoras em exercício; 4. Programa dos cursos.

Resultados da aplicação das provas apresentadas em dados estatísticos: Matrícula total existente durante a aplicação das provas: 7.936; número total de provas aplicadas: 2.999; número total de provas apuradas e criticadas: 2.959; 1ª série: 2.138 – 2ª série: 821; número de provas não criticadas em virtude de terem sido feitas pelas professoras: 40; número de provas aplicadas no Acampamento do Carrasco: 372 – 1ª série: 255 – 2ª série: 117; número de provas aplicadas no Acampamento das Rocas: 504 – 1ª série: 366 – 2ª série: 138; número de provas aplicadas fora dos Acampamentos: 2.083 – 1ª série: 1.517 – 2ª série: 566; número total de crianças que fizeram a prova interna: 2.291 – Acampamento das Rocas: 420; Acampamento do Carrasco: 483; fora dos Acampamentos: 1.388; número de crianças cujo rendimento não foi avaliado: 2.646.

Resumo: 38 % dos alunos fizeram a prova organizada pela Secretaria; 29% dos alunos fizeram provas organizadas pelas professoras; 33% dos alunos não foram avaliados.

Percentagem dos alunos conforme a incidência dos erros cometidos na prova

Linguagem (erros de interpretação) – Acampamento Rocas 20%, Carrasco 17%. Outras escolas 30%. Sobre o total 27%.

Linguagem (erros de composição) – Acampamento: Rocas 16%, Carrasco 26%. Outras Escolas 33%. Sobre o total 29%.

Linguagem (erros de gramática) – Acampamento: Rocas 33%, Carrasco 68%. Outras Escolas 38,5%. Sobre o total 54%.

Matemática (erros de cálculo) – Acampamento: Rocas 39%, Carrasco 78%. Outras Escolas 34,5%. Sobre o total 40%.

Matemática (erros de raciocínio) – Acampamento: Rocas 21 %, Carrasco 43 %. Outras Escolas 26 %. Sobre o total 28%.

Conceitos matemáticos (dúzia) – Acampamento: Rocas 20%, Carrasco 2%. Outras Escolas 13%. Sobre o total 13%.

Conceitos matemáticos (dobro) – Acampamento: Rocas 09%, Carrasco 11 %. Outras Escolas 19%. Sobre o total 16%.

Conceitos matemáticos (centena) – Acampamento: Rocas 04%, Carrasco 18%. Outras Escolas 7,5%. Sobre o total 08%.

- Conclusões:*
1. O rendimento escolar de grande número de alunos não foi avaliado;
 2. O Acampamento das Rocas apresentou maior rendimento que o Acampamento do Carrasco;
 3. Os alunos que fizeram a prova interna apresentaram rendimento escolar insuficiente para fazer a prova objetiva;
 4. As escolas situadas fora dos Acampamentos tiveram um rendimento muito inferior ao rendimento escolar do Acampamento das Rocas, com exceção apenas do conhecimento do conceito de dúzia e de erros de cálculo;
 5. Comparando o rendimento do Acampamento do Carrasco com o rendimento das escolas situadas fora dos Acampamentos, as últimas tiveram maior rendimento, o que, aliás, era de se esperar, porquanto tiveram um ano completo de escolaridade;
 6. Comparando as escolas fora dos Acampamentos com o Acampamento das Rocas, verificamos que em igualdade de condições (um ano de escolaridade) as primeiras apresentaram resultado muito inferior. Isto deve-se ao fato de que as escolas situadas fora dos Acampamentos tiveram muito pouca assistência técnica;
 7. A maior incidência de erros foi quanto às partes de composição, gramática e cálculo;
 8. Deduzimos perfeitamente que a parte de gramática foi um assunto descuidado, de modo geral, por todas as professoras;
 9. Os alunos apresentaram desenvolvimento de raciocínio superior ao domínio em relação ao cálculo aritmético. Isto deve-se ao fato de que grande número de nossos alunos têm idade superior a 8 anos e têm, portanto, o raciocínio mais desenvolvido e maior experiência que os alunos de primeira série que freqüentam grupos escolares;
 10. Grande parte dos erros cometidos pelas crianças demonstrou uma deficiência muito grande com relação ao conhecimento das operações fundamentais.

- Sugestões para o trabalho do próximo ano:*
1. Preparar as atuais professoras partindo das deficiências constatadas, dando particular ênfase à parte metodológica;
 2. Fazer seleção de professores de tal modo que sejam aproveitadas as mais bem qualificadas;
 3. Aumentar o número de orientadoras para que cada uma fique, no máximo, com 20 escolas para supervisionar;
 4. Promover pequenos cursos durante o ano para atualizar as professoras quanto às modernas técnicas de direção da aprendizagem e também aumentar a bagagem intelectual das mesmas;
 5. Organizar as classes por idades e adiantamento dos alunos, o que facilitará, grandemente, o trabalho do professor e garantirá maior rendimento escolar;
 6. Fazer avaliações periódicas, e não uma vez por ano, atacando em seguida os problemas em contrário;
 7. Promover campanha de matrícula escolar para conseguir, logo no início do ano, o maior número possível de alunos, evitando assim a matrícula durante todo o ano, que prejudica grandemente o andamento dos trabalhos escolares;
 8. Fazer, no meio do ano, uma campanha intensa para matrícula, tendo como objetivo conseguir o maior número possível de novos alunos no mês de agosto, uma vez que os alunos matriculados depois desse período terão um mínimo de escolaridade e conseqüentemente o mínimo de aproveitamento, porém, trarão enormes prejuízos para os alunos que freqüentam a escola desde o início do ano ou desde o primeiro semestre, pois a professora terá que abandonar os alunos antigos e se dedicar aos novos, porquanto estará preocupada com o rendimento dos novos alunos. Assim, os alunos antigos param na sua marcha escolar enquanto os novos caminham muito lentamente, daí o pouco rendimento alcançado no fim do ano;
 9. Intensificar as reuniões do Círculo de Pais e Professores, levando a comunidade a sentir a necessidade e importância da escola;
 10. Ter em mãos todas as orientadoras, de tal forma que seja possível chegar às professoras por meio delas, com relativa facilidade;
 11. Fazer reuniões constantes com professoras e orientadoras para que tenhamos uma visão dos resultados que estão sendo colimados.

Planejamento do curso de preparação pedagógica para os professores que integrarão a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler no ano de 1962.

Introdução: Com o propósito de intensificar a Campanha de Erradicação do Analfabetismo, lançada pelo Prefeito Djalma Maranhão no início do ano, através da Secretaria de Educação e Cultura do Município, iniciaremos um curso de preparação para os professores que integrarão a mencionada Campanha no próximo ano de 1962. Justifica essa iniciativa a intenção do senhor prefeito de aumentar o número de escolas que fazem parte da Campanha.

I – Objetivos:

- 1 – levar os professores à compreensão dos objetivos da Campanha;
- 2 – aquisição por parte dos novos professores de conhecimento relativos às modernas técnicas de direção da aprendizagem;
- 3 – desenvolver habilidades para confecção e uso de material didático;

- 4 – criar atitudes favoráveis ao trabalho com a comunidade;
- 5 – aquisição, por parte dos professores, de conhecimentos relativos aos fundamentos da educação.

II – Desenvolvimento:

- 1 – início do curso: 02 de janeiro de 1962;
- 2 – encerramento: 28 de fevereiro de 1962;
- 3 – previsão do número de alunos que freqüentarão o curso: 300 aproximadamente;
- 4 – duração: dois meses;
- 5 – local de funcionamento das aulas: Ginásio Municipal;
- 6 – professores que irão lecionar no curso, com as respectivas disciplinas: Ana Leite – Matemática na Escola Primária, Carmem Pedroza – Matemática na Escola Primária, Eulina de Carvalho Agra – Matemática na Escola Primária, Clívia Marinho Lopes – Linguagem na Escola Primária, Maria Alexandrino Sampaio – Linguagem na Escola Primária, Maria Gadelha Linguagem na Escola Primária, Concessa Figueiredo – Estudos Sociais, Anaíde Dantas – Estudos Sociais, Antônio Campos e Silva – Estudos Sociais, Maria das Neves – Ciências Naturais na Escola Primária, Renée Pinheiro – Recreação e Jogos, Maria Salviano – Recreação e Jogos, Margarida de Jesus Cortez Fundamentos da Educação, Margarida de Jesus Cortez – Planejamento do Ensino Primário;
- 7 – currículo do curso: Linguagem na Escola Primária; Matemática na Escola Primária; Ciências Naturais na Escola Primária; Estudos Sociais na Escola Primária; Geografia, História, Política; Relações Humanas, Educação Sanitária: a) Alimentação, b) Higiene e Saúde; Recreação e Jogos na Escola Primária; Fundamentos da Educação; Planejamento do Ensino Primário;
- 8 – condições de ingresso no curso: não possuir defeito físico; ter a idade mínima de 15 anos; ser aprovado no exame de seleção ou ser aluno do curso secundário;
- 9 – horário de funcionamento das aulas: 13 h será o início e o término às 17 h;
- 10 – número de dias letivos do curso: janeiro – 25 dias, fevereiro – 24 dias, total – 49 dias; número de horas do curso: 196;
- 11 – organização das turmas: o curso funcionará com seis turmas, organizadas da seguinte maneira: turma A – candidatos de nível secundário 2º ciclo; turma B – concluintes do curso ginásial e alunos da 4ª série do mesmo curso e de cursos equivalentes; turma C – alunos da 3ª série ginásial e de cursos equivalentes; turma D – alunos da 2ª e 3ª séries do ginásio e de cursos equivalentes; turma E – alunos da 2ª série ginásial e concluintes do curso primário; turma F – alunos de nível primário, selecionados por meio de um teste. Como se vê, pela organização das turmas, os alunos são de vários níveis intelectuais. Assim sendo, os programas serão flexíveis, ajustando-se a cada turma conforme o seu nível intelectual;

12 – número total de aulas por matéria em cada turma: Linguagem – 44 aulas, Matemática – 44 aulas, Ciências Naturais – 16 aulas, Estudos Sociais – 44 aulas, Fundamentos da Educação – 16 aulas, Planejamento do Ensino Primário – 16 aulas, Recreação e Jogos – 16 aulas;

13 – a coordenação geral do curso está a cargo da professora Margarida de Jesus Cortez. Colaboração na parte administrativa e na supervisão do curso as seguintes pessoas: professora Etevalda Soares Brandão, professora Maria das Dores Pereira, professora Maria Salviano, Sr. Luiz Herôncio.

III – Orientação metodológica:

As aulas terão caráter teórico-prático exigindo-se uma participação ativa de todos os alunos. As disciplinas serão estudadas em ordem ao aprendizado primário. Cada disciplina terá a parte de conteúdo, bem como a parte metodológica a cargo de um só professor. Justifica essa medida a necessidade que têm os professores de fixarem não apenas o conteúdo de cada matéria, mas igualmente a parte metodológica correspondente a cada disciplina.

Os professores dessas disciplinas deverão dar especial importância aos programas de 1ª, 2ª e 3ª séries, porquanto as nossas escolas desenvolverão o programa até a 3ª série primária.

Poderá ser incluída no programa alguma parte referente aos programas de 4ª e 5ª séries, dando-se especial importância àquele conteúdo absolutamente indispensável para preparo da professora. A ênfase deve ser dada aos programas de 1ª, 2ª e 3ª séries, uma vez que a criança só poderá ser alfabetizada se o professor tiver os conhecimentos técnicos suficientes para tal.

Os programas de Linguagem e de Matemática serão considerados de grande significação, uma vez que essas duas disciplinas são instrumentos básicos para a aquisição de outros conhecimentos.

A parte de Fundamentos da Educação tratará da realidade psicossocial da criança, dos objetivos da educação, do planejamento do ensino, dos objetivos da Campanha e da ética profissional do professor. Particular importância será dada à socialização da criança.

A avaliação do rendimento alcançado não será feita apenas por meio de provas, mas através das qualidades positivas apresentadas pelos alunos, pequenos trabalhos elaborados no decorrer do curso e a percentagem de frequência. As qualidades a serem avaliadas são: iniciativa, participação nas aulas, senso de responsabilidade, receptividade para com os conhecimentos ministrados, pontualidade, cooperação e tolerância.

Cada aluno deverá apresentar um trabalho quinzenal para cada disciplina. Esse trabalho será avaliado pelo professor e conferido um grau (ótimo, bom, regular, insuficiente, péssimo).

Será exigido 80% de frequência para cada disciplina.

Cada sábado haverá uma reunião com todos os professores do

curso, para avaliar os trabalhos desenvolvidos e os resultados alcançados. Para que essa reunião não prejudique as atividades diárias, cada aula terá a duração de 40 minutos e cada intervalo será de cinco minutos.

Durante as aulas, os alunos confeccionarão o material didático que irão usar no seu trabalho de classe para concretização de suas aulas.

Nota: O Curso de Férias para os professores seguirá as linhas gerais deste planejamento, havendo modificação quanto ao tempo e conseqüentemente quanto aos programas, que serão reduzidos, de modo a serem cobertos em um mês apenas, que será o tempo de duração do curso de férias.

Orçamento do Curso: 1 – pagamento dos professores de acordo com o número de aulas por matéria.

a) Para uma turma:

Linguagem – 44 aulas a Cr\$ 150,00	Cr\$	6.600,00
Matemática – 44 aulas a Cr\$ 150,00	Cr\$	6.600,00
Estudos Sociais – 44 aulas a Cr\$ 150,00	Cr\$	6.600,00
Ciências Naturais – 16 aulas a Cr\$ 150,00	Cr\$	2.400,00
Fundamentos da Educação – 16 aulas a Cr\$ 150,00	Cr\$	2.400,00
Planejamento – 16 aulas a Cr\$ 150,00	Cr\$	2.400,00
Jogos e recreação – 16 aulas a Cr\$ 150,00	Cr\$	2.400,00
Total	Cr\$	29.400,00

b) Para as seis turmas: Cr\$ 29.400,00 x 6 = Cr\$ 176.400,00.

2 – Despesa com pessoal administrativo:

Maria Salviano	Cr\$	4.000,00
Maria das Dores Pereira	Cr\$	4.000,00
Etevalda Soares Brandão	Cr\$	4.000,00
Luiz Herôncio	Cr\$	4.000,00
Total	Cr\$	16.000,00

3 – Total geral:

Pagamento de professores	Cr\$	176.400,00
Pagamento de pessoal burocrático	Cr\$	16.000,00
Total	Cr\$	192.400,00

Orçamento do Curso para os professores em exercício:

Pagamento de professores:

Linguagem – 20 aulas a Cr\$ 150,00	Cr\$	3.000,00
Matemática – 20 aulas a Cr\$ 150,00	Cr\$	3.000,00
Estudos Sociais – 28 aulas a Cr\$ 150,00	Cr\$	4.200,00

Fundamentos da Educação –		
8 aulas a Cr\$ 150,00	Cr\$	1.200,00
Planejamento – 8 aulas a Cr\$ 150,00	Cr\$	1.200,00
Ciências Naturais – 8 aulas a Cr\$ 150,00	Cr\$	1.200,00
Recreação – 8 aulas a Cr\$ 150,00	Cr\$	1.200,00
Total	Cr\$	15.000,00

a) Para as cinco turmas: Cr\$ 15.000,00 x 5 = Cr\$ 75.000,00.

b) Para os dois cursos: Cr\$ 267.400,00.

Programas do Curso de Preparação Pedagógica dos Professores 1962 – Segundo Ano de Educação:

Fundamentos da Educação

Introdução: fundamentos da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

- 1 – Estudo do comportamento infantil. Necessidade de conhecer a criança para melhor educá-la;
- 2 – Necessidades emocionais básicas: amor e afeição, integração ao grupo, realização, liberação dos sentimentos excessivos de culpa e medo;
- 3 – O conflito e a frustração na vida da criança: causas, consequências;
- 4 – A socialização da criança: o ambiente familiar e seu papel, importância do “grupo de companheiros”, valor do jogo na socialização da criança;
- 5 – Aprendizagem e motivação;
- 6 – Causas da indisciplina e pouco rendimento escolar: motivação fraca, tarefas superiores à capacidade da criança, ambiente físico, falta de planejamento, pouca importância dada às diferenças individuais, personalidade do professor;
- 7 – O professor: qualidades positivas do professor, a ética profissional;
- 8 – Objetivos da educação primária: formação de hábitos, habilidades, atitudes e ideais, conhecimentos;
- 9 – Avaliação do rendimento escolar.

Professora *Margarida de Jesus Cortez*.

Planejamento do Ensino Primário

Introdução: importância do planejamento do ensino. Tipos de planejamento: 1. Unidade de trabalho: 1.1. Objetivos, 1.2. Conceitos, 1.3. Conteúdos, 1.4. Atividades, 1.5. Avaliação; 2. Plano de aula: objetivos, atividades, avaliação.

Trabalhos práticos: será exigida a elaboração de Unidades de Trabalho e de Planos de Aula por grupos de alunas.

Professora *Margarida de Jesus Cortez*.

Linguagem

Metodologia – Introdução: os métodos globais no ensino da escrita e da leitura; fundamentação psicológica dos métodos globais; o método de contos (generalidades);

1. O período preparatório para a escrita e a leitura: objetivos, importância e uso do material suplementar, tipos de atividade;

2. A iniciação da escritura e da leitura pelo método de contos (fase de pré-livro): valor e uso do material suplementar, uso do *script*; 2.1. Correlação com as outras matérias do ensino primário: 2.1.1. Etapas do método de contos; 2.1.2. Técnicas de apresentação do conto; 2.1.3. Fase de sentencição, tipos de atividades; 2.1.4. A proporção (*sic*) e sentido, tipos de atividades; 2.1.5. Fase da palavração, tipos de atividades; 2.1.6. Fase de silabação, tipos de atividades; 2.1.7. Domínio do alfabeto, tipos de atividades; 3. Intensificação da leitura e da escrita (fase do livro): importância do material suplementar; 3.1. Tipos de atividades para o domínio efetivo da escrita e da leitura: a composição (tipos, objetivos e técnicas), o ditado (tipos, objetivos e técnicas), a cópia (tipos, objetivos e técnicas), a leitura (tipos, objetivos e técnicas); 3.2. O ensino da gramática nas três primeiras séries (gramática funcional).

Conteúdo: Leitura e interpretação de pequenos textos. Reprodução resumida e oral de assuntos lidos em aula. Breves exercícios escritos de redação feitos em aulas, referentes a textos lidos ou experiências pessoais. Ortografia. Estudo gramatical tomando como base textos lidos: a oração, funções da palavra na oração: exercício de análise sintática; conhecer a classificação das palavras mediante análise léxica de textos já analisados sintaticamente. Gênero e número, exceto o plural dos compostos; graus de substantivo, do adjetivo e do advérbio, apenas os mais comuns. Conjugação. Emprego freqüente dos verbos regulares e dos irregulares mais conhecidos. Exercícios orais e escritos, em quantidade para emprego dos verbos.

Professoras *Clívia Marinho Lopes,*
Maria Alexandrina Sampaio e Maria Gadelha.

Matemática

Introdução: princípios gerais da aprendizagem: aprendizagem espontânea, aprendizagem dirigida;

1. Desenvolvimento de conceitos relacionados com as idéias de quantidade, tamanho, posição, distância, forma, peso e tempo;

2. Contagem: fases da contagem;

3. Estudo da dezena. Vocábulo unidade, números compreendidos entre 10 e 20, 20 e 30, noção dos conceitos de centena, vizinhos, pares, ímpares, meia dúzia, dobro, metade, terço e medidas;

4. Números romanos: leitura das horas;

5. Fatos fundamentais: adição e subtração sem reservas e sem empréstimos, adição com reservas, subtração com recursos à ordem superior, multiplicação: a) por 10, 100 e 1000, b) com zeros intercalados no multiplicador, c) com multiplicador composto de um algarismo significativo seguido de zeros, divisão dos números terminados em zeros por 10 e 100, divisão dos números terminados em zeros por 10 e 100 (*sic*), divisão exata e inexata;

6. Conhecimento prático das moedas em circulação;

7. Conhecimento prático das frações ordinárias: noção de meio, terço, quarto até décimo,

representação concreta e representação gráfica, leitura e escrita das frações ordinárias, equivalência e comparação de frações, operações com frações, conhecimento prático das frações decimais e dos números decimais;

8. Sistema métrico: noção de metro, litro, quilo e do meio metro e meio quilo, a balança;

9. Problemas orais e escritos tomados de assuntos de experiência da criança no ambiente em que vive. Vários tipos de problemas.

Professoras *Zilda Lopes, Eulina Agra, Carmem Pedroza e Anita Leite.*

Ciências Naturais

Conteúdo:

1. Estudo dos animais. Suas principais características (animais que se encontram na localidade);

2. Homem – partes do corpo humano: cabeça, tronco e membros;

3. Plantas – estudo das suas principais partes – germinação;

4. Fenômenos naturais – calor – efeitos do calor – fontes de luz e calor – Estudo dos corpos: sólido, líquido e gasoso. Conhecimento do ar e do vento.

Metodologia:

1. Como se deve ensinar Ciências;

2. Recursos que se deve empregar no ensino das Ciências Naturais;

3. Realização de experiências;

4. Recreações: dramatizações, poesias, lendas e adivinhações.

Professores *Maria das Neves de Queiroz, Josefa Lopes e Álvaro Tavares.*

Jogos e recreação

Objetivos gerais – Dar aos professores orientação sobre recreação e de como esta contribui na educação global da criança.

Objetivos específicos – Por meio de diferentes técnicas de recreação, procurar desenvolver habilidades físicas e mentais, especialmente controle neuromuscular, bem como atitudes sociais, levando o professor à verdadeira desinibição, tomando-o capaz de brincar com seus educandos mantendo sempre o equilíbrio entre a liberdade e a disciplina.

Aulas técnicas e práticas – a) Recreação – conceito, finalidade, atividades de recreação, jogos de salão; b) O jogo como meio de modificar o comportamento da criança, jogos motores; c) Os brinquedos cantados socializadores por excelência, brinquedos cantados; d) A arte de contar histórias, histórias infantis; e) Como dramatizar histórias infantis, dramatizações; f) Como criar uma peça, confecção de fantoches e máscaras; g) Como usar

o fantoche, apresentação de peças; h) A dança na tradição de um povo, danças folclóricas brasileiras.

Natal, 27 de dezembro de 1961.
Professora *Renée Pinheiro Borges*.

Estudos Sociais

I – Geografia, História, Política e Relações Humanas.

1. Conceito atualizado de Estudos Sociais. Objetivos dos Estudos Sociais na escola primária. Atitudes e habilidades que são necessárias às nossas crianças. Como levar as crianças a formá-las e desenvolvê-las;
2. Técnica do trabalho de grupo: a) por que agrupar as crianças nas classes de escola primária, b) como levar as crianças a trabalharem em grupo;
3. Cartazes feitos por alunos e professores para orientar o trabalho de grupo;
4. O ensino da Geografia: a) a metodologia, b) uso de mapas e globos;
5. A Geografia nas três primeiras séries (conteúdo);
6. Seleção e ordenação da matéria, excursões;
7. O ensino da História: os vários métodos e processos;
8. O ensino da História nas três primeiras séries (conteúdo);
9. Uso de materiais do ensino de Estudos Sociais, importância e objetivos. Como construí-los e usá-los;
10. Jogos;
11. Instrução moral e cívica: objetivos, desenvolvimento moral da criança;
12. Ambiente social da escola, os prêmios e os castigos;
13. O trabalho na Educação Cívica;
14. Fundação da cidade do Natal. Razões da criação do Forte. A colonização. O desenvolvimento. O papel da cidade na última guerra;
15. Geografia do Natal. Relevo e hidrografia. A paisagem econômica e humana. A cidade;
16. História do Rio Grande do Norte. Colonização e a conquista do interior. Os índios e sua rebelião. Figuras notáveis;
17. Geografia do Rio Grande do Norte. O quadro físico. Organização urbana. A estrutura econômica.

Professores *Anaide Dantas, Concessa Cunha de Figueiredo*
e *Antonio Campos e Silva*.

II – Educação Sanitária

1. Nutrição – objetivos: a) melhorar os hábitos alimentares de professores e alunos, b) melhorar a merenda escolar; assuntos: a) importância da alimentação e sua relação com a saúde, b) grupos básicos de alimentação, c) valor nutritivo dos alimentos, d) preparação do leite do FISI, e) alimentação do escolar e importância da merenda escolar, f) hábitos e tabus alimentares, g) metodologia do ensino da nutrição, h) organização do Programa de Nutrição a ser introduzido no currículo escolar de 1962.

Professora *Erivan da Rocha Aguiar*, nutricionista.

Higiene e Saúde

1. *Educação sanitária* – Conceito e objetivo, educação sanitária escolar;
2. *Higiene individual* – Prática de hábitos higiênicos, higiene escolar;
3. *Noções sobre saneamento básico* – Fossas, água e lixo, o que convém saber sobre moscas e mosquitos;
4. *Noções sobre doenças transmissíveis* - Principais endemias rurais do Brasil, meios de prevenir e combater.

Professoras *Nísia Bezerra de Medeiros* e
Terezinha Wanderley de Sá Leitão.

DOCUMENTO 3

Relatórios da pesquisa domiciliar do grupo de trabalho de educação popular

Prefeitura Municipal do Natal – Secretaria de Educação e Cultura

Sr. Secretário de Educação e Cultura do Município

Apresentamos no presente documento a tabulação dos dados do inquérito levado a efeito junto aos pais de alunos dos Acampamentos e Escolinhas da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler.

Como nos anteriores, apresentamos as perguntas formuladas na carta dirigida aos pais e o número de respostas a elas referentes.

1ª pergunta: – O Sr. está satisfeito com a escola de seu filho?

	Escolinhas	Rocas	Carrasco	Total
Sim	2.223	152	131	2.506
Não	2	-	0	2

Mais uma vez, confirma-se a grande aceitação da Escola nos meios populares. As respostas negativas formam a mísera parcela de 0,07% do total.

2ª pergunta: – O Sr. Acha que seu filho aprendeu de fato durante o ano?

	Escolinhas	Rocas	Carrasco	Total
Sim	1.845	122	119	2.086
Não	38	11	-	49
Pouco	4	7	-	11
Mais ou menos	-	4	-	4
Não houve resposta	438	8	12	458

O que chama a atenção neste quadro é menos o índice pequeno de respostas negativas, cujos valores máximos são atingidos nas Escolinhas, que a percentagem de pais que não a responderam (17,5%), demonstrando o pouco interesse dedicado ao problema.

3ª Pergunta: Que achou o Sr. de errado na Escola de seu filho?

	Escolinhas	Rocas	Carrasco	Total
Nada	1.944	126	350	2.420
Falta de carteiras	33	-	-	33
Recreação	10	2	2	14
Pouca severidade	4	4	-	8
Pouco aproveitamento	3	3	-	6
Deficiência de instalações	3	2	-	5
Indisciplina dos alunos	1	2	-	3
Falta de entrosamento do professor com o aluno e os pais	1	1	-	2
Falta de merenda	2	-	-	2
Castigos físicos	1	-	-	1
Não receber livros	-	1	-	1
Ausência de caderneta de notas	-	-	1	1
Não poder levar cartilha para casa	-	-	2	2
Incômodo por estranhos	-	-	2	2
Administração	1	-	-	1

Dentre as relações, figura em primeiro lugar a falta de carteiras, fato comum em várias Escolinhas, e cuja solução depende, exclusivamente, de razões econômicas.

Seguem-se dois tópicos que pode ser agrupados sob um só título: reação à escola nova. São eles a recreação e a pouca severidade dos professores. Traduzem bem a necessidade de educação dos pais para a escola, imbuídos que estão da imagem de uma “escola triste”, de uma “escola do medo”, ignorando o valor pedagógico da recreação. Tarefa dos Círculos de Pais e Professores modificar essa maneira de pensar.

“Pouco aproveitamento” é o item que se segue em proporção reduzida, traduzindo talvez o baixo nível pedagógico da professora, talvez o desinteresse dos pais pelos estudos dos filhos.

Deficiências de instalações falam das más condições de algumas Escolinhas, mas referem-se também aos Acampamentos, queixando-se da poeira do chão de barro batido.

Das outras respostas, apenas merece atenção a que denuncia castigos físicos – “dar bolos” – em uma Escolinha, fato que deve ser terminantemente evitado.

4ª pergunta: De que mais o Sr. gostou na Escola durante o ano?

	Escolinhas	Rocas	Carrasco	Total
Professoras	916	30	121	1.067
Idéia do prefeito	455	25	117	597
Tudo	150	46	40	236
Gentileza das professoras	185	9	14	208
Método de ensino	57	13	26	96
Merendsa	70	-	4	74
Provas	54	-	1	55
Aproveitamento	38	8	4	50
Ensino de português	32	2	4	38
Economia	35	2	-	37
Escola em si	31	5	1	37
Festsas	34	-	1	35
Aulas de matemática	30	2	-	32
Recreação	28	4	-	32
Círculo de pais e professores	26	4	-	30
Nada	22	-	7	29
Disciplina	23	4	-	27
Facilidade de matrícula	26	-	-	26
Fiscalização da freqüência	25	-	-	25
Ensino de caligrafia	23	2	-	25
Material escolar gratuito	-	-	17	17
Horário das aulas	-	1	5	6
Aula para adultos	-	1	-	1
Proximidade da casa	-	1	-	1
Ocupação para o garoto	1	-	-	1

A linguagem dos números é tão clara, quase dispensando comentários. Figura, em primeiro lugar, o respeito que os professores merecem dos pais. Tal como figuram no quadro, arrolamos as respostas que se referem à professora de um modo geral, mais o item “delicadeza da professora” bem poderia ser aí incluído. Este último tópico, aliás, fala do desejo dos pais em ver seus filhos bem tratados individualmente. Francamente aplaudida é a idéia do Sr. Prefeito constituído (*sic*) a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, falando da necessidade de escolas. Apesar de algumas reações contra os métodos modernos ventilados ao tratarmos da pergunta anterior, o número de respostas favoráveis ao método de ensino posto em prática nas Escolinhas vem demonstrar sua aceitação por parte dos pais. O que se reflete no elevado número daqueles que muito gostaram do aproveitamento e das provas de seus filhos.

Conclusões – 1. Houve franca receptividade da Campanha no seio do povo, sendo suas professoras estimadas e admiradas pelos pais. Houve uma compreensão, nítida do

significado da Campanha, expressa nas respostas até em termos de louvor ao Sr. Prefeito e ao Sr. Secretário de Educação e Cultura do Município. 2. O reaparelhamento com carteiras é uma imposição em muitas escolas onde os alunos escrevem por vezes sobre os joelhos. 3. A atuação do Círculo de Pais e Professores se faz necessária no sentido de esclarecer os pais sobre os métodos da escola nova e o valor educativo da recreação. 4. As respostas de aplauso, indicando os padrões de valores empregados pelos pais no julgamento da escola, servirão para indicar onde concentrar os esforços para melhor integrá-la e torná-la útil.

Natal, 27 de dezembro de 1961.

Antonio Campos e Silva,

supervisor administrativo do GTEP.

Sr. Secretário da Educação e Cultura do Município:

Com o presente, fazemos chegar às mãos de V.S. a os resultados do inquérito efetuado junto aos pais de alunos da Escola Técnica de Comércio do Município.

Como foi feito para o relatório idêntico, relativo ao Ginásio Municipal, apresentamos as perguntas, as respostas e os comentários aos quadros respectivos.

1ª – O Sr. está satisfeito com a escola do seu filho?

	1ª A	1ª B	2ª A	2ª B	Total
Sim	33	24	18	13	88
Não	-	-	1	-	1

O número de respostas negativas (1) dispensa qualquer comentário.

2ª – O Sr. acha que seu filho aprendeu durante o ano?

	1ª A	1ª B	2ª A	2ª B	Total
Sim	31	24	18	12	88
Pouco	2	-	-	1	1
Não	-	-	-	1	1
Ignora	-	-	1	-	1

Se num total de 89 alunos, apenas 03 aprenderam pouco ou nada, é evidente que a responsabilidade não cabe à escola.

3ª – Que achou o Sr. de errado durante o ano?

	1ª A	1ª B	2ª A	2ª B	Total
Nada	15	9	11	7	42
Horário das aulas	8	5	5	4	22
Iluminação	6	8	-	-	14
Falta de assiduidade dos					

professores	3	3	1	1	8
Mudança de diretor	1	-	1	1	3
Local inconveniente	-	-	1	-	1

Deixando sem comentários aquelas respostas que afirmaram nada haver de errado, vejamos as que apontam deficiências. O horário noturno figura em primeiro lugar. Embora não conheçamos melhor a Escola Técnica de Comércio do Município, acreditamos que a razão “horário” – apontada em 22 respostas – se prende ao fato de grande parte dos alunos habitar em outros bairros que não a cidade. Seria o caso de promover-se pesquisa sobre a residência dos alunos e as profissões porventura exercidas por eles, e, com base nesse material, buscar-se a resolução do problema. Em segundo lugar, figura a deficiência de iluminação, especialmente nas duas primeiras séries. A falta de assiduidade de professores ocupa o terceiro lugar na lista das deficiências, havendo duas referências ao de português.

Mudança de diretor e local inconveniente perfazem pouco mais de 4% do total das respostas. Em mudança de diretor incluímos queixas, em número de duas, sobre excesso de autoridade da diretora.

4ª – De que mais o Sr. Gostou na escola durante o ano?

	1ª A	1ª B	2ª A	2ª B	Total
Administração	8	17	7	1	33
Disciplina	6	1	3	-	10
Corpo docente	6	1	3	8	18
Tudo	5	-	5	1	11
Aproveitamento	3	-	2	2	7
Aula aos sábados	3	-	-	-	3
Ausência de farda	-	2	-	-	2
Ausência de pagamento	2	-	-	-	2
Aulas de história	1	-	-	-	1
Aulas de matemática	-	1	-	-	1
Atividades extraclasse	1	-	-	-	1
Festas	-	-	-	1	1
Nada	-	1	-	-	1

Confirma-se neste quadro a constatação, verifica da para o Ginásio Municipal, de que a administração e a disciplina figuram como os fatores mais importantes na escala de valores com que os pais medem a qualidade da escola.

O corpo docente capaz forma em segundo lugar, ao lado do aproveitamento, fazendo-se abstração daqueles que acharam tudo bom. De um modo geral, as outras respostas dispensam maiores comentários, pois refletem ou a boa qualidade do ensino (aulas de História, aulas de Matemática, atividades extraclasse) ou o benefício econômico (não-pagamento, ausência de fardas).

Conclusões – 1. Seria de interesse um levantamento da residência e atividades dos alunos da ETCM para orientar uma solução ao problema do horário.

2. Também importante deve ser a melhoria nas instalações elétricas das duas primeiras séries.
3. A falta de assiduidade dos professores deve ser melhor analisada, uma vez que, nas respostas, o problema apenas começa a se esboçar.
4. As respostas parecem menos satisfatórias que as do Ginásio Municipal, o que sugere um levantamento mais completo dos problemas da Escola Técnica de Comércio Municipal.
5. Duas queixas sobre o excesso de autoridade da diretora devem despertar a atenção para o problema antes que o mesmo se venha a agravar.

São estas, em resumo, as conclusões que podemos tirar do inquérito, conclusões estas em que visamos, sobretudo, atingir os pontos fracos, esquecendo um pouco a força dos depoimentos positivos, dotados de menor poder construtivo. A respeito destes últimos, convém salientar que os pontos de satisfação dos pais são constituídos essencialmente por:

- administração e disciplina;
- corpo docente e nível de ensino.

Natal, 22 de dezembro de 1961.
Antonio Campos e Silva,
supervisor administrativo do GTEP.

Ginásio Municipal do Natal

1ª pergunta: O Sr. está satisfeito com a escola do seu filho?

	1ª A	1ª A	1ª C	2ª A	2ª B	3ª	Total
Sim	31	22	15	20	26	33	147

A homogeneidade das respostas dispensa qualquer comentário.

2ª pergunta: O Sr. acha que seu filho aprendeu de fato durante o ano?

	1ª A	1ª A	1ª C	2ª A	2ª B	3ª	Total
Sim	30	20	11	19	23	21	124
Mais ou menos	1	1	3	-	2	1	8
Não sabe	-	1	-	1	1	-	3
Não	-	-	1	-	-	1	2

Constata-se facilmente que, de acordo com o julgamento dos pais, o rendimento de aprendizagem foi plenamente satisfatório; as respostas restantes não merecendo maiores atenções.

3ª pergunta: Que achou o Sr. de errado na escola durante o ano?

	1ª A	1ª A	1ª C	2ª A	2ª B	3ª	Total
Nada	28	19	7	14	19	16	103
Horário de Ed. Física	-	-	4	2	1	1	8
Fardamento	-	1	-	1	1	2	5
Despir-se por suspeita de furto	-	-	4	-	-	-	4
Indisciplina de alguns alunos	-	-	-	-	2	1	3
Horário das aulas	-	-	-	-	2	-	2
Ausência de classificação	-	-	-	-	-	2	2
Ausência de aulas de religião	1	-	-	-	1	-	2
Aula de orfeão à noite	1	-	-	-	-	-	1
Aula no sábado	1	-	-	-	-	-	1
Desleixo no fardamento	-	1	-	-	-	-	1
Obrigatoriedade de comparecimento a festas	-	1	-	-	-	-	1
Furto de uns sapatos	-	-	1	-	-	-	1
Ausência de caderneta diária	-	-	-	1	-	-	1
Excesso de autoridade do inspetor	-	-	-	1	-	-	-
Ignorar o horário de entrada e saída	-	-	-	-	1	-	1
Castigo sem avisar aos pais	-	-	-	-	-	1	1

Deixando de lado as respostas dos que consideram tudo bem, resta-nos considerar as demais. Verifica-se, desta forma, que a Educação Física à tarde, por motivos óbvios, não agrada à maioria dos pais.

Um outro fato, verificado na 1ª série C, foi o fato de, por motivo de um furto, obrigarem as alunas a despir-se. Transcrevemos o depoimento de uma mãe a respeito do fato: “... E a grande decepção, para não dizer, vergonha, que minhas filhas passaram tirando a roupa diante de uma inspetora a fim de serem examinadas pelo desaparecimento de um dinheiro. Não entendo, Sr. Secretário, como os métodos modernos da pedagogia ou didática aceitam ainda fatos dessa natureza.”

O fardamento também mereceu algumas críticas. Sugeriríamos que se consultassem os pais, no próximo ano, a respeito do modelo desejado.

As outras falhas são geralmente pouco notadas, merecendo atenção o fato de que a ausência do ensino religioso tem sido reclamada.

4ª pergunta: De que mais o Sr. gostou durante o ano?

	1ª A	1ª A	1ª C	2ª A	2ª B	3ª	Total
Administração e organização	2	-	3	6	6	10	27
Disciplina	5	2	3	3	11	-	24
Círculo de pais e professores	10	6	1	3	2	1	23
Interesse pelo aluno	3	5	2	4	3	4	21
Bom método de ensino	6	-	3	4	5	3	21
Corpo docente	1	2	3	-	1	4	11
Aproveitamento	5	2	-	-	-	-	7
Tudo	1	2	1	1	1	1	7
Local	-	1	-	-	-	2	3
Distribuição de livros grátis	-	-	1	-	-	-	1
Castigo	-	1	-	-	-	-	1
Festividade de páscoa	-	-	-	-	1	1	2
Fardamento	-	-	-	1	-	-	1
Atividades extraclasse	-	-	-	-	-	1	1
Educação (?)	-	-	-	-	-	1	1

Este quadro deixa patente a grande atenção dedicada aos problemas de administração, organização e disciplina, sendo as respostas, aliás, francamente favoráveis ao Ginásio.

Num segundo grupo de respostas assinalantes dos padrões e valores, figura o interesse pelo aluno como indivíduo, indo até à família para resolução dos problemas comuns. Inclui os itens “Círculo de Pais e Professores” e “Interesse pelo aluno”.

Finalmente, o terceiro grande grupo de respostas encerraria, os tópicos “Bom método de ensino”, “Professorado” e “Aproveitamento”. Respostas também francamente favoráveis ao Ginásio.

As respostas restantes demonstram interesse secundário, convindo fixarmos os três grandes grupos supra-referidos.

Conclusões:

A) No setor das deficiências:

- Conviria estudar a possibilidade de modificar o horário de Educação Física;
- Deve ser controlado qualquer abuso de autoridade dos inspetores e demais pessoal do Ginásio;
- Os pais devem ser consultados sobre a possibilidade de mudança de fardamento, bem como o modelo desejado.

B) No setor das atividades positivas:

- Merecem especial atenção dos pais organização e disciplina, interesse pelo aluno como indivíduo e a boa técnica pedagógica.

Em resumo, os ângulos positivos encarados pelos pais superam em muito as deficiências, o que não deve significar o esquecimento destas últimas.

Natal, 20 de dezembro de 1961.
Antonio Campos e Silva
supervisor administrativo do GTEP.

Sr. Secretário de Educação:

Em três relatórios anteriores demos conta dos resultados dos inquéritos efetuados junto aos pais dos alunos da Escola Técnica de Comércio Municipal (ETCM), do Ginásio Municipal de Natal (GMN) e da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler. No presente, temos algumas considerações conjuntas sobre aqueles. Antes, porém, desejamos agradecer a valiosa colaboração prestada pela Sr.^{ta} Lenira Raimunda de Souza que, num trabalho incansável, tabulou os resultados dos inquéritos.

1. *Ensino médio* – Uma comparação entre os dados da ETCM e do GMN faz notar que o último vem melhor satisfazendo os pais. Enquanto os que nada acharam de errado perfazem neste 74,6% do total, a cifra para aquela é de 46,4%. É que deve justificar, por parte desta Secretaria, uma atuação maior à ETCM. Merecem atenção, a este respeito: a) a insatisfação com o horário, consequência talvez do afastamento do local em relação ao domicílio dos alunos, para cuja solução indicamos o caminho no relatório a ela referente; b) deficiência do corpo docente; c) deficiência de iluminação em duas salas de aula; d) alguma insatisfação com a mudança de diretoria, inclusive por excesso de autoridade.

Para o GMN temos a anotar: a) o horário de Educação Física, à tarde, não está agradando; b) o fardamento também não está satisfazendo plenamente o gosto dos pais; c) algumas manifestações de excesso de autoridade provocaram reclamações.

Não se julgue, porém, que estas deficiências formem maioria entre as respostas. Se nos prendemos a elas é porque cumpre, numa cidade em que não havia escolas bastantes para todos e em que os poderes municipais oferecem-nas agora, ver além do entusiasmo dos pais as pequenas coisas que podem afetar, insidiosamente, a estrutura do ensino. De um modo geral, enquanto as respostas negativas estão presas às unidades, as positivas sobem geralmente às centenas, o que atesta a receptividade dos métodos de ensino e dos estabelecimentos de ensino médio.

2. *Ensino primário* – A Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler veio trazer a milhares de pais, escola, material escolar e merenda para seus filhos. Daí a aceitação e o apoio que mereceu do povo. As deficiências apontadas pelos pais prendem-se a: a) deficiência do material escolar; b) baixo nível profissional das professoras.

Ou residem apenas num conceito errado do que deve ser a escola: são os protestos contra a recreação e a pouca severidade das professoras.

Merece especial destaque a idéia do Prefeito ao instituir a Campanha.

3. *Conclusões* – Dos três relatórios podemos tirar valiosas conclusões sobre os padrões de valores empregados pelos pais no julgamento da escola, particularmente no ensino médio, onde as camadas atingidas são socialmente mais elevadas que as do ensino primário. Aquelas põem, em lugar de destaque: a) administração, organização e disciplina; b) interesse pelo aluno como indivíduo; c) boa qualidade do ensino.

É interessante notar que a qualidade do ensino figura em último lugar, o que atesta a atuação positiva dos estabelecimentos de ensino médio, uma vez que o assunto causa menos preocupação aos pais.

Concluindo, devemos salientar que todas as iniciativas educacionais da Prefeitura

do Natal foram muito bem acolhidas. Se há falhas é porque se torna impossível realizar algo sem interferência do erro.

Natal, 27 de dezembro de 1961.
Antonio Campos e Silva, supervisor
 administrativo do GTEP.

DOCUMENTO 4

“Unidade de trabalho” aplicada pela orientação técnico-pedagógica

Prefeitura do Natal – Secretaria de Educação do Município Orientação Técnico-Pedagógica da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler

Sugestão nº 06

Unidade de Trabalho: *Ajudantes da Comunidade*

Duração: Uma semana.

I – *Objetivos*

Atitudes: de valorização às diversas profissões, de interesse pelo trabalho, de respeito àqueles que contribuem para o bem-estar comum, de honestidade e amor ao trabalho;

Habilidade: para identificar os ajudantes da comunidade, para ajudar aos pais em pequenas tarefas, para trabalhar com os colegas em pequenos projetos, para cooperar com o professor;

Hábitos: de pesquisa, de trabalho em grupo;

Conhecimentos (conceitos): 1 – Muitas pessoas trabalham para o nosso bem-estar, 2 – Cada pessoa deve contribuir para o bem da outra, 3 – Quem trabalha é útil a si e à sociedade porque produz, 4 – Todas as profissões têm valor e importância, 5 – Cada pessoa precisa do trabalho de muitas outras, 6 – O trabalho nos dá alegria e felicidade, 7 – É por meio do trabalho que conseguimos o sustento, 8 – É por meio do trabalho que o solo produz os alimentos.

II – *Conteúdo* – Principais serviços públicos mantidos pelo Município e pelo Estado: a guarda policial, os centros de saúde, o corpo de bombeiros, os serviços de limpeza pública e os serviços de trânsito. Estudos das principais profissões existentes na localidade (profissões dos pais e pessoas da comunidade): sapateiro, alfaiate, padeiro, lavrador, professor, médico, advogado, dentista, mecânico, carteiro, marchante e o leiteiro.

III – *Atividades* – Motivação inicial: discussão com as crianças sobre o dia de trabalho. Apresentação de quadros nos quais se encontrem adultos ou crianças trabalhando. Apresentação de objetos manufaturados, discutindo ao mesmo tempo como são feitos. 1. Pedir às crianças que digam as profissões que conhecem. (O professor escreve no quadro e as crianças lêem); 2. Copiar nos cadernos os nomes de algumas dessas profissões; 3. Pedir às crianças que procurem em casa algumas leituras relacionadas com o tema: O trabalho; 4. Composição: as crianças escrevem sentenças sobre o que fazem em casa para ajudar o pai

ou a mãe. Relatam algum trabalho que fizeram (como fizeram). Podem escrever sobre temas diversos: Como plantamos nossos alimentos. Como construímos nossas habitações. Como fazemos nossos móveis; 5. Discussão: coisas que podemos fazer ou conseguir e depois vendê-las; 6. Atividades manuais: confeccionar pequenas cadeiras em madeira ou em cartolina; confeccionar pequenos caminhões para serem vendidos entre os próprios colegas; confeccionar cata-vento; confeccionar casa de boneca em madeira ou em cartolina; confeccionar um álbum sobre as profissões; confeccionar faixas de cartolina contendo os conceitos; confeccionar vestidos de boneca (especialmente para as meninas); confeccionar um pequeno livro sobre as profissões; 7. Fundar os seguintes clubes: Limpeza e Asseio, Clube de Segurança; 8. Dramatizações: as profissões (ver o suplemento) – *Um amanhecer com o aparecimento dos primeiros ajudantes da comunidade: leiteiro e padeiro, Uma distribuição de cartas, A galinha ruiva, Os três porquinhos*; 9. Visitas: a uma fábrica próxima da Escola ou do Acampamento, a uma construção na qual os operários estejam trabalhando, a um local que esteja sendo cultivado, a uma padaria ou a um açougue; 10. Discussões: como trabalham os bombeiros, como os médicos nos ajudam, como os animais trabalham.

Nota: O último tema poderá ser grandemente explorado pelas professoras de crianças menores, principalmente do primeiro ano. Sugerimos as lições “O cachorrinho” e “O gatinho de Sarita” e mais uma lição suplementar a ser elaborada pela professora e devidamente ilustrada. “O cavalo”: sugerimos este tema por ser o cavalo o animal que presta um grande serviço ao homem.

Depois de cada discussão, de cada dramatização e de cada visita, a professora conversará com as crianças sobre o que viram, aproveitando toda situação para elaboração de problemas e conversas com as crianças.

As professoras cujos alunos não souberem ler devem ter o máximo cuidado em dosar o vocabulário para que não haja dispersão do conteúdo que estamos visando fixar, nem prejuízo por parte do desenvolvimento da linguagem da criança. O conteúdo deverá ser relacionado com o vocabulário da criança, selecionando-se o novo que desejamos fixar. As atividades de cada dia deverão ser planejadas e cada professora deverá obter a maior quantidade possível de material ilustrativo.

11. Entrevistas: convidar um guarda para conversar com as crianças sobre o seu trabalho. Convidar um marceneiro ou um pedreiro ou até mesmo um padeiro para contar como faz o seu trabalho; 12. Histórias: *A galinha ruiva, Os três porquinhos*. A professora deve usar o flanelógrafo e ilustrar as histórias com figuras que poderão ser coletadas pelas próprias crianças; 13. Encerramento: o encerramento deve ter caráter festivo e poderá ser feito no pavilhão para educar as crianças no sentido de saberem se conduzir numa reunião. Para isto, cada professora deverá fazer uma preparação antecipada discutindo com toda a classe sobre como devemos nos portar nas festas, nas reuniões, etc. Deverá haver uma exposição dos trabalhos feitos pelas crianças. Dramatizações apresentadas pelas diversas classes. Poesias em coro ou individuais e relato de histórias pelas crianças.

Suplemento

O TRABALHO

Olavo Bilac (Poesias infantis)

Tal como a chuva caída
 fecunda a terra, no estio
 Para fecundar a vida
 O trabalho se inventou

Feliz quem pode, orgulhoso
 Dizer: “Nunca fui vadio;
 E, se hoje sou venturoso
 Devo ao trabalho o que sou!”

É preciso, desde a infância
 Ir preparando o futuro;
 Para chegar à abundância,
 É preciso trabalhar.

Não nasce a planta perfeita,
 Não nasce o fruto maduro;
 E, pra ter a colheita,
 É preciso semear.

Trabalha! que o trabalho é teu tesouro
 E será ele essa “alavanca de ouro”
 que há de elevar-te e enriquecer-te a vida.

AS PROFISSÕES

Nelson Costa

– Sou lavrador – cavo a terra
 Para depois semear.

– Eu, pescador, passo a vida
 Na canoa, sobre o mar.

– Eu sou mecânico perito,
 Não sei de melhor carreira.

– Operária, desde cedo
Que começa o meu labor.
– Nos incêndios, o bombeiro
Revela o grande valor.

– Eu sou médico excelente,
tenho curas assombrosas.

– Na cozinha, ao fogo ardente,
Faço comidas gostosas.

– Comerciante zeloso,
Não me afasto do balcão.

– Eu sou modista afamada,
Pois coso com perfeição.

– Sacerdote caridoso,
Eu trabalho pela cruz.

– Aprendiz de carpinteiro,
Eu sou o que foi Jesus.

– Toda profissão é nobre
Exercida com carinho.
Só o homem preguiçoso
Acha o trabalho mesquinho.

Bibliografia:

PEIXOTO, Vicente. 4º ano, *Pontos escolares*, p. 108, O trabalho, sua constituição para o progresso nacional.

ALVARENGA, Lúcia. 1º ano, *Terra querida*, p. 130, O trabalho.

SANTOS, Theobaldo Miranda. 3º ano, *Criança brasileira*, p. 27, Cultivo da terra.

SANTOS, Theobaldo Miranda. 4º ano, *Criança brasileira*; p. 29, Todo trabalho é digno.

ESPINHEIRA, Ariosto. 2º ano, *Infância Brasileira*, p. 67, O trabalho, as profissões.

Sugestões de problemas:

O leiteiro distribui em uma rua 15 litros de leite, numa vila, 32 litros, e deixa em um colégio 42 litros. Quantos litros levará ao todo?

- Na minha casa o padeiro deixa diariamente 15 pães. Quantos pães consumiremos numa

semana?

- Um carteiro sai com 345 cartas. Já entregou 183; quantas cartas faltam para terminar o serviço do dia?
- Um marchante está com 4.329 quilos de carne e tem que reparti-los igualmente para 9 famílias. Quantos quilos caberá a cada uma?
- Um lavrador tem um terreno com 32 quilômetros. Lavrou 25 quilômetros. Quanto falta cultivar?
- Mamãe comprou ao verdureiro Cr\$ 45,00 de tomate, Cr\$ 20,00 de alface, Cr\$ 12,00 de coentro e Cr\$ 60,00 de cenoura. Em quanto importou tudo?
- O marceneiro faz uma carteira grande por Cr\$ 2.500,00. Gasta de material Cr\$ 1.450,00.
a) Quanto lucra em cada carteira? Quanto lucra se fizer 10 carteiras? 100 carteiras? 1.000 carteiras?
- Um livreiro distribuiu 1.530 cadernos numa classe de 30 alunos. Quantos cadernos tocaram a cada um?
- Um padeiro comprou 2.840 sacos de farinha de trigo e já desmanchou em pão 1.250. Quantos sacos restam?
- Numa loja um comercário vendeu num dia 53 metros de fazenda, noutro, 45 metros, e num terceiro dia 84 metros. Quantos metros faltam para completar 1.000, que é o que lhe garante uma boa comissão?

Sugestões para avaliação desta unidade:

- a) Entrar em discussão verificadora a fim de saber se os educandos apreenderam a utilidade das diversas profissões.
- b) Mandar sublinhar entre as seguintes palavras as que se referem a profissões: sapateiro – bola – vidraceiro – lavrador – lápis – marchante – escola – mecânico.
- c) Complete as seguintes frases:
 - O marchante vende _____
 - O sapateiro faz _____
 - O leiteiro vende _____
 - O padeiro distribui _____
 - O carteiro distribui _____
- d) Preencha as lacunas:

O _____ lavra o campo.

O _____ faz sapatos.

e) Escreva uma composição sobre: “Que desejo ser quando crescer”. Responda: 1) Por que todas as profissões são dignas? 2) Por que devemos respeitar todas as profissões?

f) O que você diz quando o carteiro lhe entrega uma carta?

g) Como se dirige a um guarda quando necessita uma informação?

h) Quando alguém lhe faz um favor, que você faz?

i) Por que o operário contribui para o engrandecimento da nossa terra?

Moacyr de Góes

— foi secretário de Estado no município de Natal, no princípio dos anos 60, período em que o Prefeito Djalma Maranhão pôs em prática toda uma política de educação popular de cunho extremamente renovador, denominada

DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

Com o golpe militar de 1964, essa bela experiência humana e educacional foi duramente reprimida, com o encarceramento de seus mentores e executantes.

Documento esclarecedor de métodos e resultados práticos, ao mesmo tempo que denúncia de preconceitos e arbitrariedades,

DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

é livro essencial para os que se interessam pelos muitos problemas da educação do Brasil e as soluções viáveis para eles.

Mais um lançamento de categoria da
CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

